



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

JOANA DAS NEVES CALADO

A CLASSE TRABALHADORA TEM SEXO NEM GÊNERO
Crítica da “Ordem Patriarcal de Gênero” de Heleieth Saffioti

FLORIANÓPOLIS

2020

JOANA DAS NEVES CALADO

O CLASSE TRABALHADORA NÃO TEM SEXO NEM GÊNERO

Crítica da “ordem patriarcal de gênero” de Heleieth Saffioti

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito final para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social. Linha de pesquisa: questão social, trabalho e emancipação humana. Orientadora: Prof^a. Dr^a Vania Maria Manfroi.

FLORIANÓPOLIS

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Calado, Joana

A classe trabalhadora não tem sexo nem gênero? : Crítica da "Ordem Patriarcal de Gênero" de Heleieth Saffioti / Joana Calado ; orientadora, Vania Manfroi, 2020.
294 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Capital. 3. Classe. 4. Exploração. 5. Patriarcado. I. Manfroi, Vania . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

JOANA DAS NEVES CALADO

O CLASSE TRABALHADORA NÃO TEM SEXO NEM GÊNERO

Crítica da “ordem patriarcal de gênero” de Heleieth Saffioti

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. (a) Dr. (a) Vania Maria Manfroi

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-CSE)

Prof. (a) Dr. (a) Astrid Baecker

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-CED)

Prof. (o) Dr. (o) Paulo Tumolo

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-CED)

Prof. (o) Dr. (o) Ricardo Scopel Velho

Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Prof. (a) Dr. (a) Marília Carbonari

Universidades Federal de Santa Catarina (UFSC-Artes Cênicas)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Serviço Social.



Documento assinado digitalmente
Beatriz Augusto de Paiva
Data: 24/07/2020 14:54:38-0300
CPF: 814.092.817-87

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. (a), Dr. (a) Vania Maria Manfroi

Orientadora

[Florianópolis], [2020].

AGRADECIMENTOS

Esta tese é expressão de um percurso de vida preenchida de fraternas companhias. Companheiros e companheiras de luta, de sorrisos, viagens, de dores e alegrias. Estou ternamente agradecida a todos. Nesse percurso gostaria de destacar alguns nomes deixando injustamente de falar em muitos outros.

Meus agradecimentos à orientadora desta tese, Vania Maria Manfroi, que acompanhou e colaborou com a pesquisa, mantendo sempre a preocupação em me dar a autonomia necessária.

Agradeço às/aos professoras/es, Astrid Baecker, Ricardo Velho, Ricardo Lara, Marília Carbonari pelas observações, sugestões e contribuições durante o processo de qualificação, ao professor Paulo Tumolo pelas importantíssimas provocações sobre os vários temas discutidos, além das valiosíssimas contribuições e observações ao longo do processo de pesquisa. A todos obrigada por aceitarem fazer parte desta banca de defesa de tese.

Agradeço aos docentes do programa de pós graduação em serviço social por sua generosa acolhida. Da secretaria do programa de pós graduação em serviço social, um agradecimento especial ao Salézio pelo constante auxílio administrativo, obrigada.

Agradeço à minha família, minha mãe (Matilde), meu pai (José) e minhas irmãs (Rebeca e Mariana) que tanto admiro por, mesmo longe, com tanta saudade, me apoiarem com seu carinho e amizade incentivando-me a seguir em frente.

Ainda meus agradecimentos ao meu tio Álvaro, homem do mundo que sempre me ensinou a questionar o que parece óbvio e meus primos-irmãos, Anita e João, mesmo que estejamos divididos entre três continentes sempre fazem um esforço para que sejam possíveis novos reencontros.

Para meus amigos meus sinceros agradecimentos, especialmente aos que fizeram parte desta jornada específica; à minha amiga Ana Paula, Cleuzi Maria com quem pude compartilhar

dores, dúvidas, descobertas e alegrias nos últimos anos. Às/aos companheiras/os de anos, algumas de anos da militância, outros de anos de alegrias: à Michelli, à Jackeline, à Ciça, à Dani, à Gabi, à Carmen, ao Luciano (por abrir constantemente sua casa para longos saraus), à Sandra, à Jeana, ao Jeff, ao Marcus obrigada pelo carinho, pelas alegrias e por dividirmos tantos momentos preciosos. Ao Marcelo Labes pela revisão.

Aos amigos que fiz nos espaços de formação política e aos de espaços de pesquisa como NEPTQSAL e GECAT. À Ju, ao Andrezão, à Marília, à Ana Paula, ao Ilzo, ao Dalton, ao Ricardo Velho, ao Vinicius, à Lu e ao Paulo. Pessoas a quem devo meu amadurecimento intelectual e político.

Claro, à Gina (em lembrança). Minha camarada de longas jornadas, primeira pessoa que conheci quando aportei nestas terras outrora estranhas. Cuja vida dedicada a tornar o futuro um lugar fabuloso a tornou dessas pessoas imprescindíveis a quem Brecht dedicou seus poemas, posso dizer que tudo isto é “culpa dela”.

Agradeço, ainda, aos que me permitiram ampliar caminhos no comecinho da jornada, ainda, em Coimbra, à malta da PRÁ-KYS-TÃO, em particular ao Antuan (António), ao Renato, à Ana, ao Fernando, ao Manuel, à Sofia, permanecemos em contato apesar das distancias e os reencontros são sempre celebrações de camaradagem.

Por último, a ti Rafael, meu companheiro que pacientemente me ajudou a rever este trabalho, pelo cuidado na correção das traduções, ainda por todo seu apoio e amor de sempre. Sem ti teria sido muito mais difícil. Obrigada por tudo.

A todos vocês obrigada pelos debates proporcionados e por todo o carinho que tornou esta viagem muito mais interessante.

Agradeço à CAPES por possibilitar a dedicação exclusiva.

A todas/os vocês um muito obrigada!

“Não foi róseo o colorido que dei às figuras do capitalismo e do proprietário de terras. Mas, aqui, as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas”.

(MARX, *O Capital*, 1867)

“Quando no curso do desenvolvimento, as diferenças de classe tiverem desaparecido e toda a produção tiver concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá o seu caráter político. O poder político, propriamente chamado, é, meramente, o poder organizado de uma classe para oprimir a outra. Se o proletariado se eleva necessariamente à condição de classe dominante em sua luta contra a burguesia e, na condição de classe dominante, tira de cena as antigas relações de produção, então, com isto, ele tira também de cena a condição para a existência da oposição entre as classes e para a própria existência dessas classes. E acaba por abolir seu papel de classe dominante. No lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.

(Marx e Engels – O Manifesto Comunista)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o que Heleieth Saffioti definiu como “ordem patriarcal de gênero” e suas relações com o sistema capitalista. A partir de sua obra, tomada na totalidade, bem como de autores utilizados em suas pesquisas ou influenciados/as por esta autora, analisa-se a relação deste conceito com a teoria do valor em Marx. Realiza-se uma avaliação crítica sobre o debate teórico a partir dos anos 1970, período que ficou conhecido como um marco na feminização da força de trabalho. Observa-se a relação entre o capital e as especificidades da exploração, contrapondo-as às formulações de Marx sobre as leis que determinam o trabalho na sociedade capitalista, e suas relações com a atualidade. Dessa forma, discute-se as articulações entre a universalidade do fenômeno – a classe e suas particularidades constitutivas – e a compreensão da classe como apenas mais um aspecto constitutivo dos sujeitos, em interação permanente com sexo/gênero-raça/etnia, formando um imbricado “nó”, segundo a referida autora. Demonstra-se que tal formulação é resultado de uma tentativa de fusão entre o marxismo, limitado à compreensão do trabalho concreto, e o pós-estruturalismo, que nega a centralidade da classe social diante de múltiplas formas de opressão. Revela-se não apenas incompatibilidades teóricas, que expõem as fragilidades explicativas de Saffioti, mas também se demonstram quais foram os limites de sua atuação prática.

Palavras-chave: Capital. Classe. Exploração. Patriarcado-sexo/gênero.

RESÚMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender lo que Heleieth Saffioti definió como “orden patriarcal de género” e sus relaciones con el sistema capitalista. A partir de su obra, tomada en la totalidad, así como la de los autores utilizados en sus investigaciones o influenciados/as por esta autora, se analiza la relación de este concepto con la teoría del valor en Marx. Se realiza una evaluación crítica sobre el debate teórico a partir dos años 1970, período que es conocido como marco en la feminización de la fuerza de trabajo. Se observa la relación entre el capital e las especificidades de la explotación, contraponiéndolas a las formulaciones de Marx sobre las leyes que determinan el trabajo en la sociedad capitalista, y sus relaciones con la actualidad. Asimismo, se discute las articulaciones entre la universalidad del fenómeno – la clase e sus particularidades constitutivas – y la comprensión de la clase como apenas un aspecto constitutivo más de los sujetos, en interacción permanente con sexo/género-raza/etnia, formando un imbricado “nodo”, según la referida autora. Se demuestra que tal formulación es resultado de un intento de fusión entre o marxismo, limitado la comprensión del trabajo concreto, y el post-estructuralismo, que niega la centralidad de la clase social frente a múltiples formas de opresión. Se revelan no apenas las incompatibilidades teóricas, que exponen las fragilidades explicativas de Saffioti, sino también se demuestran cuáles fueron los límites de su actuación práctica.

Palabras-clave: Capital. Clase. Explotación. Patriarcado-sexo/género.

ABSTRACT

This work aims to understand what Heleieth Saffioti defined as “patriarchal gender order” and its relations with the capitalist system. From her work, taken in its entirety, as well as from authors used in her research or influenced by this author, the relationship of this concept with the theory of value in Marx is analyzed. A critical evaluation of the theoretical debate is carried out from the 1970s onwards, a period that became known as a milestone in the feminization of the workforce. The relationship between capital and the specificities of exploitation is observed, contrasting them with Marx's formulations on the laws that determine work in capitalist society, and its relations with the present. Thus, it discusses the articulations between the universality of the phenomenon - the class and its constitutive particularities - and the understanding of the class as just another constitutive aspect of the subjects, in permanent interaction with sex / gender-race / ethnicity, forming an overlap “Knot”, according to that author. It is shown that this formulation is the result of an attempt to merge Marxism, limited to the understanding of concrete work, and post-structuralism, which denies the centrality of the social class in the face of multiple forms of oppression. Not only does it reveal theoretical incompatibilities, which expose Saffioti's explanatory weaknesses, but it also demonstrates the limits of his practical action.

Key Words: Capital. Class. Exploration. Patriarchate-sex / gender.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EIR – Exército Industrial de Reserva

FCC - Fundação Carlos Chagas

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FMI – Fundo Monetário Internacional

FT – Força de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NMS – Novos Movimentos Sociais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PME – Pesquisa Nacional de Emprego

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAD-C - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SNIG – Sistema Nacional de Informações de Gênero

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

TST – Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.16
CAPÍTULO 1 – O PERCURSO INTELECTUAL E MILITANTE DE H. SAFFIOTI.....	p.34
1.1 O FEMINISMO SOCIALISTA NO BRASIL E O LEGADO DE H. SAFFIOTI.....	P.34
1.2 O PERCURSO BIOGRÁFICO E MILITANTE DE H. SAFFIOTI.....	P.42
CAPÍTULO 2 - INFLUÊNCIAS FILOSÓFICAS DO PÓS ESTRUTURALISMO NO DEBATE FEMINISTA DE SAFFIOTI.....	p.53
2.1 A IMPORTÂNCIA DAS CATEGORIAS PÓS-ESTRUTURALISTAS DE “PODER”, “VIOLÊNCIA SIMBÓLICA” E “GÊNERO” PARA A FORMULAÇÃO DO CONCEITO: <i>ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO</i>	P.54
2.2 ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS PÓS-ESTRUTURALISTAS CONSTITUTIVOS DA RELAÇÃO CLASSE/PATRIARCADO-GÊNERO/SEXO-RAÇA/ETNIA NA OBRA DE HELEIETHSAFFIOTI.....	P.69
CAPÍTULO 3 – O PATRIARCADO E A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO: UM PERCURSO SOBRE O NÓ DE SAFFIOTI p.	76
3.1 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO PATRIARCADO EM HELEIETHSAFFIOTI.....	P.76
3.2 O PATRIARCADO, O “CONTRATO SEXUAL” E A PROPRIEDADE PRIVADA.....	P.82
3.3 O NÓ, A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO E SUA RELAÇÃO COM A LÓGICA DO CAPITAL.....	P.104
3.4 O IMPACTO DAS MODIFICAÇÕES ECONÔMICAS NA ESTRUTURA DO PATRIARCADO A PARTIR DE UMA ANÁLISE DAS SUBJETIVIDADES FEMININAS.....	P.119

CAPÍTULO 4- FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO? AS TRANSFORMAÇÕES NAS CARACTERÍSTICAS ÚTEIS DO TRABALHO E SUAS TENDÊNCIAS.....	p.135
4.1 AS CRISES DO CAPITAL E AS MODIFICAÇÕES NO TRABALHO CONCRETO.....	P.136
4.2 “FEMINIZAÇÃO TRABALHO”.....	DO P.141
CAPÍTULO 5- A CLASSE TRABALHADORA TEM DOIS SEXOS?.....	P.158
5.1 DO “VALOR DE USO” AO “VALOR”.....	P.158
5.2 O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E A COMPETIÇÃO INTERCAPITALISTA NOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO.....	P.171
CAPÍTULO 6- FEMINISMO E MARXISMO: DUAS PERSPECTIVAS ANTAGÔNICAS.....	P.207
6.1 OS INFLUXOS DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO DEBATE DO “EMPODERAMENTO”.....	P.207
6.2 O FETICHE DOEMPODERAMENTO.....	P.212
6.3 CLASSE TRABALHADORA: O EPICENTRO DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA.....	P.223
EPÍLOGO.....	P.243
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	P.261
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.279

INTRODUÇÃO

“Ao nascimento da mecanização e da indústria moderna [...] seguiu-se um violento abalo, como uma avalanche, em intensidade de extensão. Todos os limites da moral e da natureza, de idade e sexo, de dia e noite, foram rompidos, O capital celebrou suas orgias.”

(Karl Marx)

“Cortando a cabeça de Luís XVI, a revolução cortou a cabeça de todos os pais de família”.

(Duc de Chaulieu)

Acima temos dois trechos bem elucidativos sobre as modificações radicais que se avistavam com a diluição da sociedade feudal e a adesão a uma nova forma de organização – a sociedade burguesa. Em particular, o trecho da obra *O Capital*, de Karl Marx, carrega a força explicativa que nos legou o materialismo histórico e que nos serve de lanterna, ao longo da tese, sobre nosso objeto de estudo. Com a nova forma de produção de vida, nascida das ruínas do feudalismo, de um sismo que transformou radicalmente as relações materiais e, conseqüentemente, as relações humanas e todos os antigos laços viram-se modificados. Não por acaso, as transformações na forma de produção e reprodução da vida começam a se refletir na ideologia e na produção política e artística. A partir dos escritos de Marx e da realidade atual em suas múltiplas expressões, interessa-nos a relação entre Saffioti e o marxismo, suas contradições e incompatibilidades.

Nossa primeira aproximação com o tema deu-se durante a dissertação. Nesse processo de pesquisa, tivemos como ponto inicial de análise as determinações essenciais do feminismo marxista em sua relação com a exploração da força de trabalho feminina. Tínhamos por objetivo demonstrar como o patriarcado e o capital estabeleciam uma relação de interdependência, em que um não poderia existir sem o outro e, portanto, estava fora de questão descartar essa categoria relacionada à dominação feminina.

Contudo, ao longo do processo de pesquisa, foram surgindo algumas questões sobre a forma como o patriarcado é utilizado pelo capital em seu movimento de expansão permanente, com destaque para o que ocorre no âmbito do que geralmente se define por divisão sexual do trabalho. Dessa forma, na tese buscamos avançar na direção de dar respostas a questões que começaram a surgir no final do percurso da dissertação sobre as principais tendências da inserção da força de trabalho feminina à luz do momento contemporâneo. Por isso, nossa análise sobre a perspectiva do feminismo marxista, e em particular do feminismo marxista de Saffioti, exige a elaboração de uma crítica dos instrumentos de análise desenvolvidos pela autora para compreender a relação entre patriarcado e capitalismo.

Acrescentamos, ainda, que a pertinência do estudo de Saffioti justifica-se pela influência que sua produção mantém sobre as organizações feministas no Brasil. Alguns dos movimentos feministas reivindicativos de projeção nacional, sobre os quais a obra exerceu grande influência, mantêm até hoje sua pauta de formação política estratégica, sustentada no referencial categorial desenvolvido por Saffioti ao longo das últimas décadas. Dessa forma, apresenta-se o “feminismo socialista”, “feminismo classista” ou “feminismo marxista”, efetuando uma articulação entre capitalismo e patriarcalismo, e seus interlúdios, tais como: dominação da mulher, feminilidade e masculinidade, divisão sexual do trabalho, impactos subjetivos e objetivos na organização da classe trabalhadora e emancipação da mulher trabalhadora. Foram essas constatações que nos conduziram até o importante trabalho deixado por Heleieth Saffioti, cientista social, feminista militante e autora que, já no final da década de 1960, começou a fazer o vínculo entre a condição das mulheres e as elaborações marxistas.

Logo, esta tese surge a partir de uma tentativa de captar a compreensão de alguns setores do marxismo, em particular o feminismo marxista de Heleieth Saffioti. Temos por finalidade analisar a contribuição teórica dessa eminente socióloga feminista e militante sobre o papel do patriarcado sincronizado ao capitalismo contemporâneo, em particular no Brasil.

As ideias anteriormente expostas defrontam-se com algumas premissas contemporâneas do vasto campo feminista socialista e em particular com a obra de Saffioti, que é nosso foco de pesquisa. Para Saffioti, o patriarcado teria permanecido, apesar dos mais variados abalos na transição de um modo de produção para outro. Por outro lado, defendemos que a emergente sociedade burguesa trouxe à luz uma cultura mundial com contornos bem distintos da anterior.

Apresentamos o patriarcado como fenômeno forjado na sociedade feudal e que sofreu impactos avassaladores, deixando de ser um fenômeno que caracterize nossa forma de produção e reprodução, o que não significa que expressões de violência, como a violência machista, tenham acabado. Nesse sentido, pretendemos que se compreenda o desenvolvimento da sociedade capitalista, como as relações humanas reformularam-se e o que aconteceu nas modificações da lógica do trabalho, que tornou obsoletas as relações familiares tradicionais no molde patriarcal, e, com isso, cria-se a base material para se iniciar um processo de ruptura do pilar matricial do patriarcado, isto é, surgem as brechas na forma de propriedade patriarcal. Aqui nos voltamos para a compreensão das perspectivas feministas e socialistas, que no nosso entender devem ser procuradas na forma como se estrutura o capitalismo.

Em linhas gerais, buscamos desvelar se o capital precisa de forma estrutural do patriarcado e dos caracteres sexuais de quem vende a força de trabalho para sua sobrevivência, como afirma a autora citada, ou se por outro lado pode prescindir desse fenômeno e suas expressões. Principalmente pretendemos, ao longo da tese, explorar a forma como se efetiva a compatibilidade entre o capitalismo e a dominação das mulheres, sempre vinculando essa questão às metamorfoses na forma de trabalho concreto, em razão da inserção crescente da força de trabalho feminina na esfera produtiva do capital. Procuramos, portanto, apreender e desvelar as imbricadas articulações entre a universalidade do fenômeno – o capital e a particularidade da questão aqui tratada – o patriarcado e a exploração das mulheres trabalhadoras a partir da obra de Saffioti.

A reformulação da relação do feminismo com a luta democrática como espaço de produção de tensões, que o feminismo marxista considera como tensão revolucionária pelo tripé classe-sexo-raça, será questionada ao longo do trabalho, entre outros pontos, permeada pela estrutura conceitual marxista, em particular tendo a obra *O Capital*, de Marx, como parâmetro. Pretendemos, assim, oferecer elementos para responder à questão da exploração relacionada à divisão de classe e dominação vinculada à questão de sexo/gênero, que recai sobre a mulher trabalhadora, buscando compreender se se trata de fenômenos que estabelecem uma relação simbiótica, isto é, estrutural do capital ou se, pelo contrário, o patriarcado, diferentemente dos fenômenos universais e estruturais do capital, terá sofrido inibições ou até sua própria anulação, na medida em que acabou com o que o constitui enquanto tal. A partir daí analisamos as

contribuições legadas pelo feminismo marxista com relação à dominação/exploração e ao capital/patriarcado, desvelando seus possíveis limites na desmistificação da exploração da força de trabalho feminina e sua articulação com a luta revolucionária.

Fazemos, assim, um resgate da obra de Saffioti, apesar de suas análises de vertentes muito diferentes, que vão de Marx a Foucault, não ignorando a importância de seu pensamento para a organização de movimentos sociais e partidos vinculados à classe trabalhadora até os dias de hoje.

Saffioti constituiu-se uma referência, em particular a partir de seu livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, que foi publicado em 1969, como resultado de sua tese de livre docência, sob a orientação de Florestan Fernandes, e recentemente editado pela Expressão Popular em 2013. No prefácio desse livro, Antônio Candido de Mello e Souza refere-se à autora como “combativa e intelectual” e lembra a relação entre o trabalho de Saffioti e o de seu orientador, Florestan Fernandes, em que a preocupação com a produção intelectual caminha, para ambos, vinculada à realidade social.

Enfatizamos que esse livro ainda é considerado um marco pela ousadia em resgatar a concepção marxista da relação entre o modo de produção e suas imbricadas articulações com a exploração das mulheres trabalhadoras. Essa obra foi reeditada sob a justificativa de sua atualidade histórica, sendo importante para a compreensão da condição da mulher trabalhadora hoje. Assim, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* é considerado como um trabalho pioneiro dentro do campo do feminismo. Trata, principalmente, sobre questões relativas à situação da mulher no capitalismo. Destacamos, também, que a produção teórica de Saffioti foi responsável por uma retomada do campo marxista na discussão feminista, que após os anos 1930 tinha sido confinado ao esquecimento. Sua produção, particularmente a referida obra, foi além dos muros nacionais, chegando a ser traduzida em outros idiomas, com divulgação significativa em inglês, francês e espanhol. Em decorrência disso, exerceu influência no arcabouço teórico das militantes feministas materialistas – que apresentaremos no capítulo V desta tese –, como Souza-Lobo e Danièle Kergoat, entre tantas outras intelectuais e organizações feministas.

Ainda devemos levar em conta que a grande audiência de Saffioti entre setores da sociedade civil organizada e da academia denominados de esquerda deve-se à influência do debate feminista, particularmente no final dos anos 1960, e da própria intelectualidade sobre o “mundo do trabalho” a partir dos anos de 1990. Coincidiu, ainda, com o momento de abertura cada vez

maior para as designadas questões particulares ou identitárias dentro da própria classe e menos para o estudo da estratégia revolucionária, que tem como elemento central organizador dessa tarefa a classe trabalhadora. Nesse movimento, o marxismo perde terreno para o que definimos como movimentos identitários ou novos movimentos sociais¹, embasados, à falta de melhor termo, na teoria pós-moderna². Esse novo enfoque, que ganhou especial relevância no Brasil a partir de 1990, tornou-se um tipo de “espírito do tempo” nas ciências sociais e acabou por reverberar em uma parcela significativa dos movimentos feministas e nas organizações de contestação da sociedade civil em geral.

Podemos dizer que esse “novo espírito do tempo” é bem visível no decurso da obra de Saffioti, cuja obra a partir dos anos de 1990 gesta-se em uma virada da esquerda para o que se definiu por margens do sistema. Segundo Palmer:

[...] identificada como sendo simplesmente uma de muitas subjetividades pluralistas, a classe foi, na verdade, obscurecida e reduzida à visão analítica e política pelo edifício analítico do pós-estruturalismo, erigido no exato momento em que a esquerda precisa urgentemente de clareza e direção que a classe, como categoria e instrumento, estrutura e política, pode fornecer (1995, p.81).

De fato, desde o começo de sua carreira até as obras mais tardias, Saffioti faz uma incursão histórica com o objetivo de analisar a função da dominação das mulheres sob a ordem do capital. Importa-lhe compreender de que forma o fator “sexo” influencia a maneira como as mulheres vão ser exploradas no mercado de trabalho. Partindo da premissa da divisão internacional do trabalho, a autora chega à conclusão de que em várias partes do planeta a condição de

¹Um dos responsáveis pela designação de “novos movimentos sociais” terá sido Claus Offe, que também defendeu a crise da “sociabilidade do trabalho”. Para mais informações, ver a obra *Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. V. 1. A crise. (OFFE, 1989).

²Nem todos os autores abordados por Saffioti, a partir dos anos 1990, reconhecem-se como pós-modernos, até porque em alguns casos suas produções precedem essa denominação no âmbito acadêmico. Mas todos os que são utilizados para a discussões no âmbito do poder e da violência nessa época tornaram-se centros de referência na constituição do discurso pós-moderno, pela própria ruptura, entre outras questões, com a dimensão da totalidade, e pelo fato de não fazerem uma diferenciação clara entre essência e aparência, e por isso há uma não diferenciação entre pensamento científico e não científico, no recurso à semiótica como forma de “semiologização da realidade social: o privilégio concedido às dimensões simbólicas na vida social”, conforme Netto (2010, p.262).

subalternização da mulher permanece e faz-se necessária para o processo de acumulação e reprodução do capital.

Assim, a defesa de Saffioti sobre o *nó* que estabelece as inter-relações entre sexo, raça, patriarcado e classe resume-se a uma fórmula que compreende uma relação de interacionismo entre os vetores, em que as determinações equivalem-se e, portanto, não haveria determinação.

Contudo, após uma análise mais cuidada de sua obra, compreendemos que Saffioti apresenta alguns limites explicativos, principalmente quando se refere à questão do trabalho abstrato, que seria a nosso ver a chave-mestra que poderia decifrar a forma como a exploração da mulher trabalhadora se estabelece. Aqui iniciamos nosso processo de reflexão no sentido de explicitarmos quais as relações que se estabelecem na esfera de produção e reprodução do capital e de que forma a proposta explicativa sobre a relação capital-patriarcado, legado de Saffioti, torna-se antagônica ao que Marx descreveu como as leis universais do próprio sistema.

É nesse sentido que buscaremos em Marx o senso da totalidade, de modo trazermos à tona o que significa essa busca por um todo. Forma de totalidade que revela as determinações, as leis determinantes do capital e que, de certa forma, vai de encontro ao que prevalece no pensamento intelectual acadêmico a partir dos anos 1960, que se aprofundou após a queda do muro de Berlim.

Assim, reivindicamos a importância do corpo teórico deixado por Marx e Engels e seu caráter de desenvolvimento da história. Falamos do materialismo histórico reivindicado pelo feminismo marxista, mas que não é aprofundado por essa vertente em seus diagnósticos sobre o real. Concordando com Sartre, o resgate do marxismo faz-se necessário:

Com frequência, tenho observado o seguinte: um argumento “antimarxista” não passa do rejuvenescimento aparente de uma ideia pré-marxista. Uma pretensa “superação” do marxismo limitar-se-á, na pior das hipóteses, a um retorno ao pré-marxismo e, na melhor, à redescoberta de um pensamento já contido na filosofia que se quer superar. (SARTRE, 1963, p.18).

É nesse sentido que buscaremos em Marx o senso da totalidade, de forma a trazermos à tona o que significa essa busca por um todo. Forma de totalidade que revela as determinações, as leis determinantes do capital e que, de certa forma, vai contra o que prevalece no pensamento contemporâneo. De acordo com o referencial teórico adotado, isto é, o materialismo histórico, as lutas contra as dominações específicas não atuam de forma independente da engrenagem que é o Capital e suas contradições de classes, antes o pressuposto permanente é a realidade concreta, isto

porque esta é “a síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1987, p.67), a “unidade do diverso” (MARX, 1986, p.67) que é específico a toda a totalidade.

Ainda, concordamos com Kosik quando afirma que a totalidade “significa, antes, a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1969, p.35). Assim, consideramos imprescindível recorrer à contribuição teórica que buscou clarificar as leis que regem “o movimento contraditório do capital” (MARX, 1980, p.22) como forma de apreensão do todo e suas particularidades, o capitalismo e as relações dele dependentes.

De acordo com essas premissas, sobre a questão do trabalho, que corresponde à nossa tese central, consideramos as contribuições de Marx na obra *O Capital*, do qual partimos para nos contrapormos às compreensões “marxistas” de Saffioti no que concerne ao trabalho na sociedade capitalista. Nesse sentido, assumimos aqui o compromisso de descortinar as elaborações de Saffioti sobre o que ela define como especificidades da exploração que correspondem à força de trabalho feminina, contrapondo-as ao conteúdo marxista sobre as leis que determinam o trabalho na sociedade atual.

É pertinente, deste modo, revelar o percurso que fazemos ao longo da tese nesse processo de contraposição aos argumentos de Saffioti, como eles se gestam na relação de produção e como se materializam na produção capitalista.

Marx parte do que seria o núcleo inicial do capital, a mercadoria, e é a partir desta que ele descreve a relação entre valor de uso, valor de troca aos quais corresponde o duplo caráter do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato. Posteriormente, e como ele está interessado em explicar, não as características das sociedades mercantis, mas as relações de exploração especificamente capitalistas, acrescenta ao duplo caráter do trabalho a engrenagem que está na base do que constitui o capital como tal, ou seja, a valorização do valor como expressão de uma síntese entre o trabalho concreto, ou útil (valor de uso da mercadoria), trabalho abstrato (valor) e a síntese que no processo de trabalho especificamente capitalista é o trabalho produtivo de capital responsável pela valorização do valor. O trabalho concreto se expressa no valor de uso, indispensável para a produção e reprodução do ser humano. Assim, a mercadoria não pode prescindir do valor de uso, pois ela é responsável pela satisfação de necessidades “do estômago à fantasia”, obtida através do trabalho concreto. Mas a mercadoria exige que esse valor de uso seja

também, e principalmente, valor de troca, para que possa ser trocada por outra mercadoria. Então, é a unidade de ambos que resulta numa totalidade – a mercadoria (produto do trabalho). Ao ser trocada, a mercadoria expressa seu valor de troca. Pois, na sociedade das mercadorias, não basta que ela satisfaça as necessidades humanas, mas que se realize através da troca. A partir daí, o resultado do esforço físico e psíquico humano assume essa forma, de mercadoria. Este é, portanto, o ponto de partida de Marx. A partir desse conceito, este autor irá se debruçar sobre o que se revela no valor de troca como algo que torna possível a troca. Neste âmbito, os valores de uso perdem o peso para a decisão do valor de troca, ou seja, não se equipara a valores de uso, e não são, portanto, as necessidades que definirão o valor de troca. Aqui entra a forma de medir o trabalho abstrato, a saber, o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir determinada mercadoria medida em tempo. Não se trata de uma lógica em que se produz em um momento o trabalho concreto (valor de uso da mercadoria), e em outro o trabalho abstrato, que é a substância do valor, mas ao realizar a atividade de trabalho concreto, os trabalhadores, numa relação especificamente capitalista, produzem simultaneamente a substância do valor e, conseqüentemente, no trabalho produtivo de capital produzem a mais valia. Vetores que em sua totalidade constituem a mercadoria e a valorização do valor. Se o trabalho concreto está dado imediatamente na produção da mercadoria, o trabalho abstrato produtivo de capital só existe em uma relação particular, específica, em que este revela a substância do valor que, por sua vez, está na base da produção de mais-valia. Desta forma, a partir da aparência do trabalho concreto, Marx foi até as determinações e chegou ao não visível, isto é, o valor, e em conseqüência, o mais valor – a essência do capital. É esta forma específica que para nós assume um papel central e determinante na sociedade capitalista: o trabalho abstrato, substância do valor e o trabalho produtivo de capital que pressupõe o trabalho concreto e o trabalho abstrato, cujo objetivo central é a valorização do valor. Este é determinante para a manutenção e reprodução desse formato específico que é a forma capitalista. Nesse ponto, a totalidade da forma do capital, cuja base assenta-se na exploração das forças de trabalho, no trabalho abstrato que, em determinadas condições é o trabalho produtivo de capital e, portanto, é a abstração das características úteis do trabalho concreto, ou seja, realiza-se independentemente das características úteis da força de trabalho e, portanto, independe do sexo de quem trabalha. Sob essa perspectiva, consideramos que o fenômeno do patriarcado-sexo/gênero

está inserido em uma questão mais ampla, que é a classe proletária³, sendo esta o fio condutor que serviu de marco orientador de nossa jornada.

Com a reflexão colocada nesta pesquisa, objetivamos também contribuir com a compreensão marxista à crítica do que se passou a denominar “feminismo marxista”. Não temos a pretensão de analisar e pesquisar o pensamento feminista marxista em geral; antes, nossa intenção é focar em questões pouco debatidas nesse terreno da luta de classes e de organizações da classe trabalhadora, em particular questionarmos um dos marcos teóricos que embasam essas organizações: a obra de Heleieth Saffioti. Pretendemos, ainda, destacar alguns enganos de compreensão comuns nos escritos do feminismo classista de Heleieth Saffioti em relação aos conceitos marxistas, bem como contribuir para o diagnóstico das condições sociais às quais estamos sujeitos na dinâmica de organização do capital. Como apontou Lenin (2010, p.81), de forma acertada, “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Neste sentido, pretendemos aqui contribuir com uma pesquisa que seja capaz de dialogar com movimentos e organizações da classe trabalhadora, que adotam cada vez mais essas questões de referência identitária, muitas vezes sem o devido cuidado de inseri-las organicamente na organização de caráter classista, mas mantendo-as como mais uma célula de debate, pouco fortuita.

São objetivos específicos deste trabalho:

³ Gostaríamos apenas de ressaltar que o conceito de classe é de definição bastante complexa. Portanto, e como não cabe nesta tese fazer um estudo sobre classes sociais, em alguns momentos faremos referência simplificada à definição de classes sociais como simplesmente a contradição existente entre a classe capitalista/burguesa proprietária dos meios de produção e, por outro lado, como consequência da anterior, a classe trabalhadora como aquela que está expropriada dos meios de produção e que conta, apenas com sua força de trabalho para sobreviver. Falamos aqui do lugar de produção e reprodução que determinada classe ocupa na relação social do sistema capitalista. Já quando nos referimos **especificamente a classe produtiva e/ou explorada e/ou proletária** partimos da definição de Marx na obra *O Capital* de que “por proletário deve-se entender, do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz e valoriza o “capital” (2017, p.290), ou seja, a classe que corresponde à valorização do valor e, portanto, corresponde à relação especificamente capitalista de produção de mais valia que é, também, a tendência central na forma de exploração capitalista. Portanto, no desenvolvimento capitalista a quantidade de classes sociais corresponde à quantidade de relações sociais, sobre isso ver artigo de Paulo Tumolo: Educação dos trabalhadores, consciência de classe e revolução social. Notas introdutórias. In: *Capital, Trabalho e Educação*. (2016) Ainda assim, lembramos que ambas as definições são incompletas, pois não expressam o movimento da classe em seus processos de consciência de classes, sobre esta questão ver a obra de Mauro Iasi: *As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento*.

- a) Identificar a contribuição teórica de Heleith Saffioti no âmbito da formação política e da estratégia do movimento feminista brasileiro de matriz socialista;
- b) Assinalar quais as tendências sobre a divisão sexual do trabalho apontadas pelo capital;
- c) Verificar as formas externas à produção de mercadorias que reproduzem a relação de dominação patriarcal, visando entender até que ponto o capital utiliza-se das formas tradicionais de “ser homem” e “ser mulher” como justificativa para intensificar a exploração sobre a força de trabalho;
- d) Entender as características culturais tradicionais no capitalismo e na constituição dos seres sociais. Para isso, recorreremos a uma bibliografia que remete ao século XIX e sua descrição das modificações do patriarcado;
- e) Apontar os elementos que demonstram os limites do feminismo socialista sobre a condição de exploração, cujas limitações advêm, entre outras questões, do fato de este não aprofundar o que entende por “exploração da força de trabalho”, “leis do capital”, “contradições” etc;
- f) Localizar as diferenças existentes entre a exploração da força de trabalho masculina e feminina e as possíveis tendências apontadas pelo capital;
- g) Compreender os impactos do desenvolvimento da grande indústria e da transformação de todos os membros da família em classe, e a partir daí compreender de que forma a necessidade de produção de mais valia pode prescindir dos caracteres sexuais forjados do que Saffioti denominou “ordem patriarcal de gênero”.

Nestes termos, **os procedimentos metodológicos** tiveram como objetivo a elaboração de uma perspectiva crítica em relação ao feminismo marxista ou socialista, com base nos seguintes pressupostos:

- a) Baseamo-nos no conhecimento elaborado por Heleith Saffioti ao longo de sua vida militante e intelectual, bem como no de outras autoras do mesmo campo;

b) Recorremos frequentemente a citações da própria autora, às quais fizemos a contraposição de argumentos com base no que consideramos serem os limites do feminismo marxista;

c) Apontamos na direção de outras propostas em relação a esses problemas;

d) Fizemos um levantamento de referências de dissertações, teses, livros, artigos, jornais, revistas e sites de e sobre Heleieth Saffioti. Em relação a esse material, demos principal destaque aos que assentam suas análises sobre a condição da mulher trabalhadora, em particular aos que se debruçaram sobre o que ficou conhecido por “feminização do trabalho” durante o processo de reestruturação produtiva;

e) Como motor de busca das referências apontadas, procuramos artigos, teses e dissertações tanto em bibliotecas digitais quanto no acervo de bibliotecas das universidades federais, principalmente das que dispõem de um acervo mais específico sobre o tema delineado;

f) Realizamos um levantamento de dados sobre o trabalho feminino e a condição da mulher nos séculos XX e XXI. Esses dados foram recolhidos sobretudo por meio da base de dados eletrônicos das seguintes instituições: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério do Trabalho e Renda, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Carlos Chagas (FCC), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C), Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME). A partir desses dados, traçamos tendências sobre os impactos das transformações no mundo do trabalho com relação às condições da mulher trabalhadora, mais especificamente da mulher trabalhadora no Brasil;

g) Destacamos também nossa participação no grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho e Questão Social na América Latina (NEPTQSAL-UFSC) e Grupo de Estudos do Capital, Trabalho e Educação (GECATE). A partir destes espaços de estudo, debate e pesquisa, passamos a ter acesso a informações que contribuíram para questionar alguns temas que tínhamos como pressupostos verdadeiros.

Pensamos que a partir daqui estão lançadas as pistas que permitem articular o objeto com a possibilidade de aprofundar os elementos teóricos, bem como analisar e problematizar a forma como se dá a relação entre feminismo e capitalismo em um momento de capitalismo avançado.

Surgiu assim esta tese. Para darmos conta dos pontos mencionados anteriormente, dividimos nosso raciocínio em partes de uma mesma argumentação, dividida em seis capítulos, cujo conteúdo descrevemos a seguir.

No Capítulo I, *O percurso intelectual e militante de Heleieth Saffioti*, buscamos apresentar uma parte significativa da produção de Saffioti e artigos referentes à autora e sua obra, tanto em língua portuguesa quanto em inglês e espanhol. Trazemos, além de dados acerca da vida da autora, um estudo mais aprofundado sobre os principais escritos desta cientista social. Entre seus livros publicados, destacam-se *O Poder do macho* (1987), aliás um best-seller que teve 12 edições em várias línguas, e evidentemente sua tese de livre-docência – citada anteriormente –, defendida em 1967, *A Mulher na sociedade de classes*, que foi pioneira na América Latina sobre o debate entre feminismo e luta de classes. Propomos fazer um percurso crítico sobre a obra de Saffioti a respeito do que se convencionou denominar “feminismo classista”, ou “feminismo marxista”, ou ainda “feminismo socialista”. É sob esta perspectiva de análise que objetivamos apresentá-la como a militante e intelectual que foi, deixando uma importante herança para o pensamento feminista socialista contemporâneo. Assim, chegou a antecipar o que viria a ser o feminismo vinculado às organizações de esquerda da sociedade civil em suas múltiplas relações entre as questões de classe, étnico/raciais e de gênero/sexo. A partir da explanação das categorias centrais da obra desta autora, pretendemos esmiuçar as teses e as categorias centrais, assim como os argumentos utilizados para dar sustentação a suas análises.

No Capítulo II, *Influências filosóficas do pós estruturalismo no debate feminista de Saffioti*, apresentamos as correntes teóricas balizadoras das análises elaboradas por Saffioti. As perspectivas de análise adotadas visam investigar o conhecimento da totalidade e as mutações operadas no capitalismo, e explicar por que as vertentes pós-estruturalistas foram ganhando espaço na obra de Saffioti, bem como suas consequências para a luta de classes. Esta autora, à medida que busca solução para os “buracos” deixados pelo marxismo sobre a questão da violência, indica uma direção que aponta para a tendência do referencial teórico mais influente no debate feminista, como o recurso à categoria de gênero. Destacam-se a este respeito os seguintes autores: Scott, Guattari,

Deleuze, Foucault, Bourdieu, Lauretis e Butler. Esse é também o momento de novos caminhos, com destaque para o sexo-gênero e a raça-etnia. Por um lado havia a manutenção das categorias de patriarcado e classe, por outro a adoção do campo categorial que advém do pós-estruturalismo, como gênero, empoderamento, etc., como uma forma de enfrentamento ao capitalismo.

O Capítulo III, *O patriarcado e a ordem patriarcal de gênero: um percurso sobre o nó de Saffioti*, trata das questões referentes à constituição do patriarcado na captura do sujeito feminino. E desse mesmo patriarcado na relação com a constituição e as necessidades expansivas da lógica de funcionamento do capital. Questionamos, ainda, a validade das afirmações de Saffioti sobre a necessidade estrutural que o capital teria em manter o patriarcado. Pois para ela o patriarcado contribui, inevitavelmente, para a constituição de um imaginário que perpassa os modos de produção distintos e que plasma os ideais de gênero que servem de fundamento para a formulação de uma teoria sobre a feminilidade. Segundo Saffioti, apesar das sucessivas mutações do capital, o patriarcado seria permanente, de forma mais ou menos dissimulada. Ainda, apresenta a relação entre o patriarcado e a ordem patriarcal de gênero, com relação às contradições e às hierarquias formadas no mundo do trabalho. Demonstramos, no plano teórico, a questão da exploração do trabalho feminino, questionando a relação, estabelecida por Saffioti, entre sexo e exploração da força de trabalho. Assim, o modo de compreensão sobre o capitalismo hodierno é esmiuçado neste capítulo, o que nos leva à conexão entre os diversos vetores, que assumem em Saffioti a figura do nó. A partir dessas ponderações, confrontamo-nos com alguns questionamentos que incidem sobre os problemas de integração entre feminismo, socialismo e marxismo. Neste ponto, consideramos importante trazer os seguintes questionamentos da própria tese: até que ponto os elementos teóricos elaborados pelo campo marxista são insuficientes para explicar a dominação de que são alvo as mulheres; ou, pelo contrário, as explicações que colocam a centralidade nas dominações como sexo/gênero/patriarcado é que são insuficientes para explicar a complexidade inerente à relação entre capital e trabalho que estão na base das dominações específicas; e de que forma, então, podemos compreender a relação entre a propriedade privada capitalista e a propriedade privada articulada ao sexo do proprietário, ou seja, queremos saber se ainda podemos resgatar a imagem da família monogâmica patriarcal, com sua centralidade na figura do pai, através do qual são feitas as transmissões de propriedade. Terminamos este capítulo com uma apresentação da literatura, do final do século XIX, que refletia as mudanças econômicas e culturais

e propunha-se a pensar a cultura moderna em sua trajetória de diluição dos valores tradicionais patriarcais.

Por sua vez, o Capítulo IV, *Feminização do trabalho? As transformações nas características úteis do trabalho e suas tendências*, tem por objetivo esmiuçar as pesquisas que se debruçaram sobre o que Saffioti e outras autoras do mesmo campo convencionaram chamar de “feminização do trabalho”, particularmente a partir dos anos 1990. Segundo a interpretação dessas autoras, a produção de mais valia passa necessariamente pelo sexo de quem a produz. E, portanto, o sucesso do capitalismo também dependeria da manutenção das hierarquias sexuais referentes ao processo de trabalho. Em consequência desse fato, as autoras reforçam a ideia de que a obra do capital seria insuficiente e limitada em relação ao novo cenário, multifacetado, que o trabalho teria assumido após o período dos anos 1970. Resumindo essa conceituação, a “feminização do trabalho” foi resultado da compreensão de que a conservação-modernização do capital, que acirrou a intensificação da exploração dos trabalhadores no escopo da extração de uma maior parte de mais valia pela inserção crescente da força de trabalho feminina, por consequência teria modificado a própria essência do trabalho.

O Capítulo V, *A classe trabalhadora tem dois sexos?* demonstra o percurso traçado por Marx até chegar ao núcleo central do trabalho em *O Capital*, o tipo de trabalho que acopla a si a categoria valor. Procuramos, assim, pesquisar sobre a lógica que serve de lastro à exploração, revelando os limites das teorias feministas que permanecem em suas análises sobre o trabalho, no valor de uso, ou seja, nas características úteis do trabalho, como Saffioti quando analisa o processo de venda da Força de Trabalho. Fazemos um questionamento acerca da interpretação de Saffioti sobre a relação entre exploração da força de trabalho feminina, dominação feminina e condição da classe trabalhadora em geral. Aqui vamos, com Marx, do valor de uso ao valor e até as características da força de trabalho no capitalismo avançado, que é nossa realidade universal. Sobre a relação entre reestruturação produtiva e exploração da força de trabalho feminina, apresentamos alguns dados referentes aos últimos anos do século XX, que, ao contrário do afirmado pelas autoras citadas, não revela qualquer reforço dos caracteres sexuais em relação à exploração da força de trabalho. Tal como fez Saffioti em suas obras, consideramos alguns dados que apontam possíveis tendências e, de alguma forma, levam-nos a questionar sobre alguns pressupostos explicativos assumidos pelo campo feminista marxista nas análises sobre a mulher trabalhadora em relação à

proletarização crescente das mulheres após os anos 1970. Baseamo-nos, principalmente, em alguns pontos que nos permitem apontar possibilidades de explicação sobre a questão da exploração/dominação e estruturalidade/conjunturalidade desses fenômenos, e por decorrência pincelar possíveis tendências e análises da realidade. Esses pontos são os seguintes: população economicamente ativa; formalidade/informalidade; questão salarial; peso da renda na contribuição familiar; setores de trabalho por sexo; e quantidade de horas trabalhadas de acordo com o sexo. Compreendemos como resultado desta pesquisa que o capital, em seu movimento de destruição das subjetividades, não demonstra qualquer preconceito com a inserção crescente da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Como trabalhadores livres – característica também do capitalismo –, interessam para a acumulação privada, não por suas características específicas, mas por sua capacidade produtiva, importa-lhe o trabalho indiferenciado. O questionamento em relação à premissa de que o patriarcado não permaneceria como estrutural, inscreve-se, para nós, nestas metamorfoses na forma de produção e reprodução da vida.

Finalmente, o Capítulo VI, *Feminismo e marxismo: duas perspectivas antagônicas*, trata de questões que se referem principalmente ao método adotado por Saffioti e suas incompatibilidades com o materialismo histórico reivindicado pela própria autora. Consideramos, ainda, os cortes e continuidades da teoria do feminismo marxista, em particular a de Saffioti, que considera que o marxismo precisaria ser completado. Como verificamos neste capítulo, compreendemos, em todo o caso, que o marxismo permanece com potencial explicativo, particularmente, como mecanismo de análise da realidade em suas determinações. Ainda, consideramos que, apesar das aparentes rupturas, há um fio condutor em toda a obra de Heleieth Saffioti, e não se trata de várias Saffiotis – a marxista e a mais vinculada a vertentes pós-estruturalistas –, mas uma só autora, que, desde o começo de sua carreira, propôs-se a buscar respostas para a condição de uma singularidade específica da totalidade que é a classe trabalhadora e, como tal, compreendeu que as respostas estariam em vertentes ideológicas variadas. Esse fato explica por que, em suas últimas publicações, a autora acaba por defender o que se propunha a superar em sua crítica ao feminismo liberal, como quando termina por abraçar as políticas de empoderamento para as mulheres. A reflexão sobre a política de empoderamento levou-nos à adoção do conceito “fetichismo de empoderamento”, de autoria de Ivy Carvalho em *O Fetiche do “empoderamento”: do “conceito” ideológico ao projeto político-econômico*. A partir da teoria de fetiche

de Marx, verificamos em Saffioti uma pulverização da classe, que resulta em processos praticamente nulos de combate ao capitalismo. Portanto, neste capítulo retomamos questões que se referem principalmente ao método adotado por Saffioti e a suas incompatibilidades com o materialismo histórico reivindicado. Observamos este desenvolvimento por meio da obra da própria autora e tendo em conta tudo o que é descrito e analisado nesta tese.

Nas *Considerações finais* fazemos um balanço e uma reflexão sobre os temas analisados pelo feminismo marxista, em particular por Saffioti, e sua relação com a perspectiva do pensamento marxista. Partimos para analisar o papel da luta feminista no combate ao capitalismo e verificar de que forma esta pode ou não ser benéfica para o próprio capital. Assim sendo, propomo-nos a evidenciar neste modo de produção uma teoria que possa contribuir, minimamente, para um contribuir para um salto revolucionário, que, em nosso entender, deve ir ao cerne do que constitui as leis universais do sistema capitalista. Logo, pensar a emancipação das mulheres e, portanto, da classe trabalhadora é, como entendemos, estabelecer um movimento que tem compromisso com a igualdade real, em oposição à desigualdade imposta, e cujo protagonista só pode ser a própria classe trabalhadora.

Comprendemos que se trata de um trabalho que se inscreve no solo real do sistema capitalista e da busca por um diagnóstico que possa, de alguma forma, contribuir para o processo de luta de classes, que está ainda não encontrou seu fim. Portanto, gostaríamos que esta tese servisse para retomar a centralidade em questões como “luta de classes”, “classe trabalhadora”, “exploração do trabalho” etc. Então, é a partir do conjunto dos escritos das obras cardinais de Saffioti que partimos para uma análise crítica dos princípios diretivos do designado feminismo marxista. Assim, cabe em cada seção desta pesquisa esmiuçar as teses e categorias centrais dessa autora, assim como os argumentos a partir dos quais esta se utiliza para dar sustentação a suas análises.

Desta forma, iniciamos este trabalho sem qualquer pretensão de esgotar o tema, mas apenas apontar algumas possibilidades de análise que possam vir a despertar mais debates na atualização crítica sobre a relação capital-trabalho-proletariado e seus desdobramentos.

Livros analisados de Heleieth Saffoti	
A mulher na sociedade de classes: mito e realidade	1969
Emprego doméstico e capitalismo – tomo 1	1978
Emprego doméstico e capitalismo – tomo 2	1979
Do artesanal ao industrial: A exploração da mulher	1981
Mulher brasileira é assim	1994
Violência de gênero: Poder e impotência	1995
O poder do macho	2001

Artigos analisados de Heleieth Saffoti	
Trabalho feminino e capitalismo	1973
A mulher sob o modo de produção capitalista	1976
O trabalho da mulher no Brasil	1982
Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras	1985
Rearticulando gênero e classe social	1992
Conceituando o gênero	1994
Diferença ou indiferença: Gênero, Raça/Etnia, Classe Social	1995
Já se mete a colher em briga de marido e mulher	1995
Violência de gênero	1997
Primórdios do conceito de gênero	1999
Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?	2000
Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero	2001
Gênero e Patriarcado	2005
Ontogênese e Filogênese do Gênero	2009
Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero?	2009
A questão da mulher na perspectiva socialista	2011

CAPÍTULO I

1. O PERCURSO INTELECTUAL E MILITANTE DE HELEIETH SAFFIOTI

Com a morte de Heleieth Saffioti, ocorrida em Janeiro de 2010, não só a sociologia perdeu uma importante referência teórica, como também a militância de caráter socialista perdeu uma de suas importantes figuras do debate classista dentro das singularidades da classe. A obra dessa pesquisadora e militante feminista encontrou terreno fértil ao longo dos séculos XX e XXI, nos mais diversos movimentos de esquerda, e achou paralelo entre outras pesquisadoras contemporâneas, que se inscrevem na moderna investigação sociológica. Portanto, ao anunciarmos a escolha pela teórica e militante feminista Heleieth Saffioti, buscamos não apenas fazer um percurso crítico da sua obra sobre o feminismo classista, bem como apresentá-la como aquela que trouxe uma herança real para o pensamento feminista socialista contemporâneo. No nosso entender, a autora antecipou uma ambiência militante ao pensar os movimentos sociais em suas múltiplas determinações de classe, étnico/raciais e de gênero/sexo. A explicitação desta lógica como forma de análise do real pressupõe um instrumental de trabalho cuja descrição merecerá, ao longo da tese, uma análise sobre os diversos temas abordados pela autora, através da comparação entre as obras produzidas no final dos anos 1960 e o início dos anos 2000.

1.1 O FEMINISMO SOCIALISTA NO BRASIL E O LEGADO DE HELEIETH SAFFIOTI

A partir desse solo histórico (segunda metade do século XX e ao longo do século XXI) a análise da obra de Saffioti nos fornecerá elementos sobre os quais pode ser posta em causa a lógica interpretativa preparada pela autora e as alterações que sofreu o pensamento de Heleieth Saffioti a partir da influência pós-estruturalista.

Seja como for, os movimentos feministas ao redor do mundo sempre contaram com importantes vanguardas militantes e/ou intelectuais de mais ou menos radicalidades em momentos específicos da história de luta por direitos das mulheres e da classe trabalhadora em geral. À medida que se avançava em conquistas nesse âmbito, as convicções e bandeiras dos movimentos feministas iam, simultaneamente, se modificando.

Muitos desses movimentos, sem dúvida, se deixaram levar, conscientemente ou de forma ingênua, para o que podemos definir como organizações liberais, burguesas ou o que ficou conhecida, a partir de 1990, como a década que se inicia o processo de institucionalização dos movimentos feministas.

Esse processo acabou comprometendo a autonomia de muitas organizações ou expressões militantes feministas à escala global pela consolidação da institucionalização do feminismo cujo auge está no que “convencionamos chamar de “onguização”⁴(CISNE, 2015, p.141). Nesse âmbito, ganha força o feminismo profissional em detrimento do militante, que “encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e demais organismos financiadores das ONGs, trazendo, portanto, grandes implicações e desafios para a luta das mulheres” (CISNE, 2014, p. 141).

Uma parte não hegemônica, mas significativa, permaneceria vinculada aos movimentos classistas de esquerda e continuaria batalhando pela esperança da transformação radical da sociedade. Esta vertente do feminismo não abandonou o pensar sobre a relação entre a esfera da produção e suas particularidades inerentes; falamos aqui do feminismo marxista, ou socialista, ou classista, entre os quais o patriarcado enquanto fenômeno base das dominações que agem na constituição do ser social na relação capital-trabalho. É o feminismo herdeiro de August Bebel⁵,

4A partir dos anos 2000, de acordo com Cisne, vem-se acirrando esta crítica onguização dos movimentos feministas. CISNE. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: CORTEZ, 2014.

5Contemporâneo de Zetkin, Bebel, um dos fundadores do Partido Social-Democrata Alemão, cuja parte da produção insere-se naquilo que podemos definir como feminismo socialista. Principalmente na obra *A mulher e o socialismo* (1879), defendeu a importância de se agregar as mulheres trabalhadoras na luta contra a burguesia e pela incorporação das reivindicações emancipatórias daquelas mulheres nas pautas da social-democracia de então. A indicação de Bebel era a de que não é possível pensar numa organização unificada entre as mulheres, pois a classe social as divide, “as mulheres que se ocupam do movimento feminino não compreendem a necessidade de uma mudança radical. Influenciados pelo lugar privilegiado que ocupam na sociedade, elas veem, no movimento feminista proletário e em suas aspirações diferentes, tendências perigosas e pouco razoáveis, que devem ser combatidas. É assim que a diferença de classes, que cria um abismo entre os trabalhadores e os capitalistas, faz igualmente sentir seus efeitos no movimento feminista”. (BEBEL, 1989, p. 131). Vale destacar que as contribuições valiosas desses teóricos e militantes reconfiguraram a Internacional comunista, que em seu segundo encontro e contando com a participação de Engels, Bebel e Zetkin, fizeram reconhecer a importância de se agregar à pauta da luta de classes, a reivindicação da igualdade entre os sexos, contra todas as formas de “exploração e de opressão, contra uma classe, um partido, um sexo, uma raça”. (ALAMBERT, 1986, p. 47).

Flora Tristan⁶, Clara Zétkin⁷ (1857-1933), a bolchevique Alexandra Kollontai⁸ (1872-1952), entre outras e outros.

Assim, no horizonte das lutas feministas, Heleieth Saffioti prestou uma importantíssima

⁶Flora Tristan (1803-1844) caracterizada como precursora do feminismo socialista, terá sido a primeira a reivindicar e a elaborar teoricamente a necessidade da autonomia econômica e da igualdade salarial entre mulheres e homens. Sensível à questão da classe operária na França, buscou compreender a fonte do cenário de extrema pobreza e desigualdade que assolava as cidades nos primórdios da revolução industrial. Ao mesmo tempo em que as manifestações dos trabalhadores eram violentamente reprimidas, “as leis repressivas, votadas entre 1834 e 1835, proibiam a formação de associações e limitavam o poder de imprensa” (AMARANTE, 2010, p. 114). Portanto, a originalidade de Tristan em relação às socialistas utópicas cindia no eixo da defesa de que o problema das mulheres era, também, um problema dos homens e que a superação dessas alienações tinha que se fazer acompanhar por uma luta solidária entre os trabalhadores contra a fonte de todo o sistema de internalização e exploração, ciente que só seria possível com o fim do capitalismo. Atenta à expansão globalizante do capital, tornou-se, ainda, defensora do Internacionalismo e pela libertação de todos os povos do mundo. De acordo com Tristan na obra *Le Tour de France* (1843-1844), “O essencial é fazer com que as crianças compreendam que o nosso globo é um grande corpo humanitário [...] e que odiando ou fazendo mal a seus irmãos em humanidade, é a eles mesmos que odeiam e a que fazem mal. É necessário fixar nos espíritos esta dupla noção, esta individualidade do grande corpo humanitário e esta solidariedade entre as nações e os indivíduos (apud AMARANTE, 2010, p. 115). Como às mulheres estava vedada a condição de direito à cidadania, esta tornou-se uma das bandeiras que mereceu grande atenção por parte de Tristan, que apresentou várias petições à Câmara, das quais: a petição pelo direito ao divórcio (em 1837), à qual anexou “um exemplar de *Pérégrination d'une paria*, que na sua opinião ilustra as desgraças das mulheres diante da indissolubilidade do casamento” (AMARANTE, 2010, p. 114). Muito ficou por falar sobre Tristan e a importância de sua obra para o movimento feminista e socialista mundial, mas, do pouco que se conhece, podemos afirmar que terá sido ela que lançou luz sobre os novos caminhos do feminismo que serviram como importantes guias para que outras mulheres, homens e movimentos políticos nascessem levando a novas conquistas, como lembrou Breton (1954), “Talvez não exista um destino feminino como o de Flora Tristan que, no firmamento do espírito, tenha deixado um sulco tão longo e luminoso”. (apud AMARANTE, 2010, p. 115)

⁷Zetkin dedicou grande parte de sua produção teórica à questão da mulher, negou-se a fazer qualquer aliança com as feministas burguesas, inclusive com relação à reivindicação do voto universal. A teórica e militante feminista marcou presença na luta pelo direito ao voto, por espaços políticos que permitissem a organização de mulheres trabalhadoras e por direitos trabalhistas para as mulheres. A sagacidade de Clara Zetkin, somada ao seu interesse pelo materialismo histórico, levou a que alçasse a análises complexas e de grande amplitude sobre a questão da mulher trabalhadora e suas imbricações com a lógica da sociedade capitalista.

⁸Ao vislumbrar os limites do feminismo burguês, Kollontai animada pelo assalto ao poder proletário na Rússia em 1917, propôs a vinculação entre as reformas feministas e a tarefa da construção do socialismo e, ainda, a importância de se pensar o partido comunista em sua relação com organizações autônomas, como o caso do movimento de mulheres proletárias. Exemplo disso foi a conquista, por parte das mulheres Russas, de paridade com relação aos homens, assim como de leis que defendiam a igualdade de homens e mulheres em todos os âmbitos da esfera econômica à esfera política. Neste sentido, Alexandra Kollontai exerceu um papel central no debate sobre a questão da mulher durante o processo de ruptura revolucionária, não cansou de reivindicar a importância de se pensar a articulação entre a luta de classes e a necessidade de uma mudança cultural/moral radical, frisando constantemente que, somente, o fim da propriedade privada não acarreta o fim da dominação contra a mulher.

contribuição ao feminismo marxista na luta democrática a partir da tensão revolucionária existente no tripé classe-patriarcado/sexo-gênero/raça-etnia, que será questionada ao longo deste trabalho. Com base nos conceitos desenvolvidos por Marx em *O Capital*, principalmente na teoria do valor, veremos como no discurso feminista dentro do campo marxista há várias fissuras, deslocamentos, rupturas e pontos inconciliáveis.

Dessa forma, nossa pesquisa sobre o feminismo marxista, em particular sobre o feminismo marxista de Saffioti, exige a elaboração de uma crítica aos instrumentos de análise desenvolvidos pela autora para compreender a relação entre patriarcado e capitalismo.

Assim, a pertinência em relação ao estudo de Saffioti se justifica pela influência que sua produção mantém sobre as organizações feministas no Brasil. Desta forma, apresenta-se o “feminismo socialista” efetuando uma articulação entre capitalismo-patriarcalismo e seus interlúdios, tais como: dominação da mulher, feminilidade e masculinidade, a divisão sexual do trabalho, os impactos subjetivos e objetivos na organização da classe trabalhadora, a emancipação da mulher trabalhadora e a questão de gênero/sexo e raça/etnia.

O que deve ser levado em conta também é que a grande audiência da obra de Saffioti entre grupos e movimentos críticos da sociedade civil organizada e da academia coincidiu com a virada ocorrida na própria esquerda no final do século XX. Situação que substituiu seu interesse nas centralidades na luta revolucionária classista por uma preocupação com as margens do sistema, a classe pelas identidades e a luta de classes por reivindicações esperançosas nas estruturas capitalistas. Falamos aqui da esquerda que se institucionalizou, quer pela acomodação em cargos políticos, quer pela consolidação de políticas estatais.

Neste processo, os movimentos feministas começam a dar especial destaque para o âmbito das políticas públicas e para a conquista pela equidade de gênero. A centralidade do

feminismo passa a se focar principalmente no Estado, a partir do qual temos o “feminismo de Estado”⁹.

Sobre a autora aqui destacada pretendemos, de início, apresentar H. Saffioti a partir das categorias centrais de suas obras. Intencionamos não apenas atestar a congruência do seu percurso teórico com aquilo que se convencionou chamar de discurso feminista marxista, mas objetivamos, ainda nesta primeira parte, apresentá-la como uma pesquisadora guia do feminismo classista. Isto é, como aquela que, já nos idos dos anos 1960 e 1970, antecipou através de suas críticas o que ela denominou de “feminismo burguês”, com seu duplo caráter regressivo – teórico e político – da ambiência cultural da contemporaneidade em relação ao papel do feminismo na luta de classes. Por pensamento feminista-socialista, identificamos uma constelação de obras elaboradas pela autora citada.

Com a perspectiva de realizar uma modesta homenagem a Heleieth Saffioti, que faleceu em dezembro de 2010, a revista *Métis* publicou uma versão editada de entrevista que a socióloga feminista concedeu em julho de 2008, em que afirma que:

Heleieth Saffioti foi autora de diversos estudos sobre a condição das mulheres na sociedade brasileira e na latino-americana, os quais se constituíram em referências obrigatórias para a crescente produção de estudos feministas no País, notadamente nas ciências sociais e na história. Nessa entrevista, Saffioti fala de sua trajetória intelectual, revelando aspectos de sua vida privada que mostram um olhar atento às dicotomias entre o pessoal e o político. A publicação tem por finalidade igualmente multiplicar o acesso a

⁹ Este tema ganhou força especial no movimento feminista não por acaso, desde o recuo do pensamento revolucionário face ao avanço das teorias culturalistas que cresceram em decorrência das catástrofes políticas que assolaram a classe trabalhadora ao longo do séc. XX. Sublinhamos que os perigos inerentes a esse “novo” pensamento que se propôs a decretar o fim da “totalidade”, anulando o acesso à possibilidade da verdade, veiculadas à ideia de que o real estaria na parte e na individualidade do acontecimento-de-quem-sente. “Gradativamente, a terminologia muda de classes para “atores”, de consciência para “identidades” (IASI, 2006, p. 38). Tal foi a influência para o campo do feminismo aqui citado, ainda que com as devidas mediações, que não escapou dessas influências. O feminismo socialista passou a adotar um campo categorial numa tentativa de colmatarem as supostas lacunas do marxismo para o tema.

um registro que contribui para as memórias dos feminismos e para questionar o lugar das mulheres na história (MENDÉZ, 2008, p. 275).

Convicta da importância de se debruçar sobre a condição da mulher e da trabalhadora em particular, Saffioti dedica praticamente todas as suas obras principais a essa questão. São cerca de 12 livros e inúmeros artigos¹⁰ (cerca de 80) que se dedicam à crítica ao patriarcado e à necessidade de se empreender uma luta feminista-socialista. Dentre os livros publicados, destaca-se *O Poder do Macho* (1987), que chegou a ter 12 edições em várias línguas diferentes e, é claro, sua tese de livre docência defendida em 1967, *A Mulher Na Sociedade de Classes*, pioneira na América Latina sobre o debate entre feminismo e luta de classes. Na compreensão base dessa ideia, o patriarcado permanece imanente ao capital e, portanto, trata-se de uma configuração estrutural à forma de produção capitalista. Assim, argumenta ela pela primeira vez na obra citada, não é possível derrubar nenhum dos elementos da tríade classe-sexo-raça sem que com isso toda a estrutura desabe. Tal como nas restantes obras, passou a utilizar a imagem do *Nó* como forma de exemplificar essa relação, para ela inseparável e simbiótica.

Por que escolher para representar este componente do pensamento feminista a análise de Saffioti, e não a de outras autoras? Vamos apresentar algumas razões que se articulam:

– Temos em conta a importância crítica de sua obra, principalmente na medida em que se propôs a introduzir dentro do debate do feminino a discussão de classe, questão sobre a qual, aliás, não havia, em território brasileiro, um estudo sistemático até então. Partindo sempre de temáticas como: a classe-patriarcado, o sexo-gênero e a raça-etnia, e enveredando por novos caminhos, Saffioti é aclamada por ter questionado os pressupostos e as fronteiras entre classe e sexo;

– A escolha pela análise da produção de Heleieth Saffioti não foi um mero acaso; ela se deve ao fato de a autora ser uma expressão significativa no pensamento feminista classista.

¹⁰ Toda a obra de Saffioti foi organizada e publicada no site *marxismo21*, disponível desde o dia 8 de Março de 2016. Dossiê coordenado por Danilo Enrico Martuscelli (2016), com editoria de *marxismo21*, “o dossiê traz um extenso e diversificado conjunto de textos da autora, importante figura da resistência feminina no país. A obra de Heleieth Saffioti é uma justa homenagem à autora que, no campo das ciências sociais no Brasil, representa uma inovação nos estudos sobre as questões de gênero, valorizando a importância da discussão sobre as lutas femininas, sem dissociá-las da polêmica questão da luta de classes no capitalismo contemporâneo.”

Também neste aspecto particular, a vertente feminista da autora deixou um lastro seguido por militantes e acadêmicas/os de destaque no âmbito do feminismo classista, ou marxista, ou socialista que permanece até hoje;

– Saffioti levou para a academia um debate até então marginalizado no Brasil, colocando no centro da prática intelectual a questão do Universo social da mulher trabalhadora – ou, mais precisamente, o feminismo classista – à vanguarda da ação dentro e fora da academia. Isso nos leva às características notáveis adotadas por autoras como Helena Hirata, Daniele Kergoat, Souza Lobo – ou, até mesmo, de gerações posteriores, como Mirla Cisne e Cecilia Toledo – poderiam ser pensadas como continuadoras do movimento feminista classista.

Assim, na própria Saffioti podemos encontrar uma proposta teórico-política sistemática, essencialmente convergente com a lógica cultural que se tornou dominante no último quartel do século XX. Quanto ao impacto de seu pensamento, destacamos os seguintes pontos:

– Sua produção, mais especificamente a obra *A Mulher na Sociedade de Classes*, foi além dos muros nacionais e chegou a ter impacto internacional, sendo traduzida em inglês, francês e espanhol;

– Alguns dos movimentos feministas reivindicativos de projeção nacional sobre os quais a obra exerceu forte fascínio mantêm, até hoje, sua pauta de formação política estratégica sustentada no referencial categorial desenvolvido por Saffioti ao longo das últimas décadas. Movimentos que acabaram por abraçar essas questões específicas, inclusive partidos, como é o caso do PSTU, PCB, mais especificamente; o Coletivo Ana Montenegro, cujas bases do feminismo classista reivindicado tem raízes também na construção teórica de Saffioti, como está presente no

site do grupo e suas resoluções¹¹; PT¹² e PSOL¹³. Esses partidos dedicaram espaços de formação sobre a questão da mulher assentados no arcabouço teórico de Saffioti, além dos inúmeros eventos acadêmicos em torno do eixo ‘feminismo classista’ com a obra de Saffioti como eixo norteador. Destacamos alguns dos principais: *Gênero e emancipação humana: uma reflexão sócio-cultural*¹⁴; *Uma contribuição Ímpar* (1992)¹⁵; *Desvendando O poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti* (2011)¹⁶; *O feminismo adentra a academia* (1994)¹⁷; *O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti* (2014)¹⁸; *Relações de gênero e Patriarcado: uma contribuição crítica*¹⁹; *HELEIETH SAFFIOTI!* (2010)²⁰; *Heleieth Saffioti: Uma pioneira dos estudos feministas no Brasil*

11 Disponível em: <<http://anamontenegro.org/cfcam/sobre/teses>>. Acessado em: 23 de Julho de 2018.

12 Em homenagem a Heleieth Saffioti o partido realiza anualmente um evento com as mulheres que se destacam na área social cujo nome é: Prêmio Heleieth Saffioti. Sobre o vínculo orgânico entre a Fundação Perseu Abramo e Saffioti. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/tags/tags-673>>. (Acessado em: 12/04/2017)

13 Site do PSOL sobre a importância do legado de Saffioti para o pensamento feminista: “Saffioti deixa uma trajetória de luta, de irreverência e de um exemplo a ser seguido pelas feministas do mundo e, sobretudo, referência basilar para as feministas brasileiras”.

14 Anais II, Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina (2011, 2012, 2016, 2017, 2018 e 2019). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgUFI2dUVQYTIJWWM/view>>. (Acessado em: 17/08/2019)

15 BRUSCHINI. Cadernos de Pesquisa, SP, 1992. <<https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgUHRXdXJORnlWnc/view>>. (Acessado em: 10/02/2017)

16 LOVATTO, Angélica. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgUgkxbUFhOWV2VHc/view>>. (Acessado em: 10/02/2017)

17 SORJ, Bila. Encontro Anual da ANPOCS, em 26 de novembro de 1994. Caxambu/MG.

18 PINTO, Céli. Revista Estudos feministas, Florianópolis, 2014. VOLUME? NÚMERO? Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgUZZDeXZXaVZZUmc/view>>. (Acessado em: 06/02/2017)

19 ALVES, Leonardo. VIII Colóquio Internacional Marx e Engels. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgUGkxbUFhOWV2VHc/view>> (Acessado em: 23/10/2018)

20 ALMEIDA, Lúcio. Artigo publicado na revista Caros Amigos, em 21 de dezembro de 2010, na ocasião do falecimento de Heleieth Saffioti. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/01/09-L%C3%BAcio-F1%C3%A1vio-de-Almeida.pdf>> (Acessado: 08/11/2017)

(2011)²¹; *Uma homenagem a Heleieth Saffioti: minha maior mestra* (2005)²²; *O feminismo marxista de Heleieth Saffioti* (2011)²³, entre outros trabalhos relevantes que provocam a reflexão sobre a relação entre o feminismo e a forma de produção e reprodução atuais, e da forma que aparentemente mais se chocam: entre os vetores de exploração e dominação.

1.2 O PERCURSO BIOGRÁFICO E MILITANTE DE SAFFIOTI

Para além do já apontado, gostaríamos de fazer uma breve incursão sobre o percurso biográfico da autora. Numa entrevista concedida em 2004 e publicada em 2011 na *Revista de estudos feministas*, Saffioti discorre sobre seu percurso de vida e de que forma seu caminho acabou por influenciá-la como militante e intelectual feminista. Sobre esse trajeto e em relação ao seu interesse pelo feminismo, Saffioti afirma o seguinte:

Nunca identifiquei um momento, em minha vida, no qual eu pudesse dizer: “foi nesse, especificamente, que me tornei feminista”. Desde criança, fui muito rebelde. Tenho um irmão e minha mãe dizia: “nesta família, os sexos vieram trocados, seu irmão é caseiro, é obediente, quando vou bater nele, ele não corre! Agora, você não, você é rueira!”. Gostava de andar a cavalo e, quando tinha seis anos, meus pais se mudaram para o sertão, levando meu irmão, que tinha quatro anos e meio. Foram para uma cidade que se chama Auriflamma, no Estado de São Paulo. Eu já era alfabetizada e estava na escola, por isso fiquei com meus avós, em Ibirá, no interior do mesmo Estado. Em toda minha época de estudante – exceto quando fiz Direito, curso no qual me formei com quase 50 anos – a escola pública era excelente. Terminei o 4º ano primário e fui para o sertão, onde estavam meus pais. Lá havia apenas escola isolada até o terceiro ano, não havia grupo escolar, mas minha mãe, que tinha pouco estudo, sempre foi muito inteligente e perspicaz. Então, como era amiga de todas as professoras, solicitou que elas me permitissem atuar como monitora nas aulas, para que eu não me esquecesse do que havia aprendido. Não me esqueci de

21 Luzinete Minella. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgN3ZWW19GNWIQWGc/view>>. (Acessado em: 07/02/2017)

22 SILVA, Maria de Moraes. Palestra proferida na PUC-SP em outubro de 2005.

23 GONÇALVES, Renata. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgVFVfSIE5b2Jka00/view>>. (Acessado em: 07/02/2017)

nada. Assim, nesse importante “cargo”, fiquei lá três anos, porque minha família não tinha condições financeiras para me mandar estudar em outra cidade. Até que, com quase 13 anos, fui para a casa de uma tia, em Avaré, também no interior de São Paulo, que era casada, mas não tinha filhos. Acontece que ela ficou doente, um mês depois de eu ir morar com ela. Como não ficava bem permanecer sozinha com o marido dela, levaram-me para Itapetininga, onde eu tinha outro tio paterno, que era professor na Escola Agrícola. (*apud* MENDES e BECKER, 2011, p. 143)

Segue:

Depois, vim para São Paulo, antes de completar 14 anos, morar com duas tias solteiras e mais dois primos, irmãos entre si, a fim de estudar na famosa Escola Normal da Praça, ou seja, o Instituto de Educação “Caetano de Campos”, que passara, a partir daquele ano, 1944, a oferecer aulas no período noturno. Eu fazia todo o trabalho da casa, estudava à noite, chegava de volta a casa, sozinha, após a meia-noite. Tinha que descer uma ladeira, e quantas não foram as vezes em que a descí voando, porque me haviam assediado no ônibus. Uma moça de 14 anos, embora de uniforme, era considerada uma menina sozinha. Então, colocavam a mão na minha perna, simulavam esbarrar em meus seios. Era um “assédio sexual” bastante ameaçador para quem enfrentava, pela primeira vez, a grande cidade. Alguns desses homens chegavam a descer do ônibus e ir atrás de mim. Eu aguentei um ano. Enfim, esse tipo de conduta não me agradava, tolhia minha liberdade e me infundia medo. [...] Meu pai tinha uma chácara, em Auriflora, que não soube administrar, tendo-a vendido a preço de banana a um de seus irmãos. Este era padrinho de meu irmão e o mandou estudar, na idade certa, num colégio com internato. Eu não tive um padrinho desses. Quando se havia passado um ano que eu estava com estas tias-bruxas, decidi sair. Minhas duas avós tiveram, cada uma, 14 filhos. Imaginem vocês como diminuiu a fecundidade da mulher no espaço de duas gerações! [...] Casei-me com 22 anos, em 1956, pois nasci em 1934. No ano passado, 2004, fiz 70 anos. (*apud* MENDES; BECKER, 2011, p. 145).

Aos 18 anos ingressou no “mundo do trabalho” como secretária e dava aulas particulares de português. Em simultâneo, realizou um curso de aperfeiçoamento de professora primária, curso concluído em 1954, e em 1956 prestou vestibular para a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Posteriormente, em 1960, graduou-se no curso de ciências sociais. A partir daí, deu início à sua pesquisa nos estudos sobre a mulher, cujo ponto de partida crítico do progresso político-intelectual, segundo a própria Saffioti, foi a obra de Marx. Sobre essa influência, na introdução da tese de livre docência afirma o seguinte:

A dialética marxista representa, neste trabalho, o núcleo integrador a partir do qual se busca reformular interpretações nascidas de outras orientações metodológicas e, também

as próprias formulações desenvolvidas na linha do socialismo científico (SAFFIOTI, 2013, p. 44).

Assim, as opções teóricas e militantes foram reforçadas pelo seu percurso acadêmico, que contou com o apoio do sociólogo Florestan Fernandes. Este exerceu um papel de destaque, a própria Saffioti lhe reconhece admiração pelo mestre que a acompanhou ao longo do curso de ciências sociais, iniciado por ela no ano de 1956, e afirma que sempre o teve,

[...] como um grande intelectual e um ser humano de primeiríssima qualidade. Havia, contudo, naqueles tempos, uma enorme distância entre professores e estudantes. Até a última vez em que conversei com ele, o tratei de professor e senhor, como faço até hoje com o professor Antônio Cândido, também este meu professor de Sociologia, antes de passar para Teoria da Literatura. (*apud* MENDES; BECKER, 2011, p. 147).

Terminada a faculdade em 1960, começara aos 27 anos a carreira acadêmica e “aos 33 anos, graças à visão política do professor Florestan Fernandes, já era livre-docente, em Sociologia, da Faculdade de Filosofia de Araraquara [FFCLA], da hoje UNESP” (*apud* MENDES; BECKER, 2011, p. 149). Sobre os estudos feministas, Saffioti começara a trilhar esse caminho no início da década de 1960, sempre numa interlocução política com os acontecimentos nacionais e internacionais, veiculando ideias que considerava centrais para a transformação da sociedade,

Nessa época, havia uma norma extremamente injusta, a meu ver, pois, independentemente do momento em que o professor houvesse começado sua carreira acadêmica, tinha que apresentar sua tese de doutorado ou de livre-docência, até dezembro de 1966, para o Conselho Estadual de Educação, ao qual éramos sujeitos. Eu achava muito injusta essa regra, mas pensava que, como mulher e marxista, deveria cumpri-la. Do contrário, não seria recontratada. Os preconceitos contra mulheres eram ainda muito mais numerosos e fortes, então, do que hoje. Ademais, esta mulher era (e é) marxista, e o Brasil, a partir do golpe militar de 01.04.1964, vivia sob um regime ditatorial, em certos períodos, terrivelmente sanguinário. Devido a essa norma, não tive tempo de fazer especialização. Fiz minha inscrição no doutorado, na USP, com o professor Florestan Fernandes. Escrevi e apresentei o trabalho a meu orientador, que o criticou duramente, dizendo-me, ao mesmo tempo, que não patrocinaria meu doutoramento, uma vez que desejava que eu fosse, diretamente, para a livre docência. Fiquei quase louca, porque, se o trabalho merecia críticas tão sérias, não era de boa qualidade. Assim, como poderia eu enfrentar uma banca examinadora de cinco professores, altamente gabaritados? Durante umas duas semanas, eu pensava não ser capaz de realizar nada adequado para obter o título de livre-docente, como queria meu grande mestre. Depois de uns 15 dias em órbita, entrou,

novamente, em minha vida, aquela atitude de tomar tudo como desafio. Decidi mostrar para ele que eu tinha fibra. Aceitei certas críticas, que me pareceram absolutamente pertinentes e reforcei aquilo que ele havia criticado e que não me parecia pertinente. (...) Resolvi, então, fazer em três volumes, acompanhando a divisão interna da tese. Depois que a entreguei, prontinha, para o professor Florestan, e ele a leu, disse-me que eu deveria ter guardado o terceiro tomo para o concurso de cátedra, ainda existente, pois a reforma universitária só ocorreu em 1968. A propósito de minha tese, tivemos apenas um encontro, no qual ele criticou o trabalho. Eu não podia contrariá-lo, porque ele era “o papa” da Sociologia no Brasil, com muita justiça, pois já havia escrito muitos livros de grande valor. Eu tinha apenas duas opções: ou a livre-docência ou a não titulação, já que ele não patrocinaria meu doutorado. Fui para a livre-docência, entrando pagã, sem o padrinho existente no doutorado, ou seja, o orientador. (*apud* MENDES; BECKER, 2011, p. 150).

Desse período, resultam as seguintes obras: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*(1969); *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher – um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*; *Emprego doméstico e capitalismo – tomo 1* (1978); *Emprego doméstico e capitalismo – tomo 2* (1979). Portanto, a produção de Saffioti da segunda metade dos anos 1960 até meados dos anos 1980, debruça-se sobremaneira sobre o trabalho feminino na sociedade capitalista. Após os anos 1970, Saffioti se dedica a entender o processo de flexibilização do capital em suas relações com o patriarcado.

Posteriormente, a autora envereda pelo estudo, mais especificamente sobre as relações de poder que atravessam as classes sociais. Quanto à evolução de seu pensamento, verificamos que há uma mudança de propósitos, o que justificaria uma assimilação menos discricionária, a partir das mais variadas vertentes intelectuais, particularmente no campo da sociologia política pós-estruturalista. Portanto, como forma de adequar a teoria à “nova” realidade, passou a adotar a inclusão de elementos que podemos definir que, de certa forma, se tornaram práticos para as conclusões teóricas.

Tal inclusão promove considerável alargamento teórico sobre possíveis análises e intervenções no real. Consequentemente nesse período, seus trabalhos publicados trazem reflexões sobre a problemática da violência contra as mulheres, questão que ganha centralidade ao longo de toda sua vida, como a reflexão sobre as imbricações entre classe, patriarcado, gênero e raça.

Ressaltamos as seguintes obras que se destacam nesse debate: *Gênero, patriarcado, violência* (2004), *Mulher brasileira é assim* (co-organizadora Monica Muñoz-Vargas) (2007), *O poder do macho* (1994), *Violência de gênero: poder e impotência* (1995), *Ontogênese e Filogênese do Gênero* (2000).

Saffioti testemunha, portanto, o surgimento de uma geração de pesquisadoras/es dispostas/os a tecer trabalhos baseados numa nova mentalidade, focada na condição das mulheres, e alargar a pesquisa ao campo da violência contra a mulher e da sexualidade feminina. Seguindo as principais tendências que adentravam a academia com forte engajamento político, ela passa a ser referência nos debates sobre violência e gênero. Assim ela demarca o início desse processo:

Como acredito que Universidade que se preze tem que oferecer uma pós-graduação que também se preze, eu sabia que, naquela altura, em 1978, poderia oferecer isso em Araraquara. Lutei durante cinco anos para criar a pós-graduação, que coordenei durante dois anos. (...) O mestrado começou a funcionar em 1981. Na segunda turma, uma aluna manifestou interesse por estudar violência contra mulheres, escolhendo-me como orientadora. Essa era uma temática que me intrigava muito. Acontece que, logo em seguida, recebi um convite do governo Francês, por intermédio e indicação de Maurice Godelier, que me telefonou, quando era diretor do Centre National de la Recherche Scientifique [CNRS], me convidando para ser pesquisadora associada, durante o ano de 1984, em Paris. Eu não poderia aceitar o convite por todo esse tempo, tendo-o aceito apenas por três meses. Permaneci ajudando o professor Ignacy Sachs, na Maison des Sciences de L'Homme [MSH]. Fiz o que me interessava: estudei, fiz seminários, pesquisei. Começara a estudar violência contra mulheres, no ano anterior, para orientar a estudante, cujo interesse era esse. Assim, desde 1983, tenho me ocupado com essa temática. Fiz até uma pesquisa bem pesada sobre *abuso incestuoso*. (apud MENDES; BECKER, 2011, p. 152).

Dessa forma, a autora obteve reconhecimento por seu trabalho nos estudos sobre a mulher na França e passou a ser saudada pelas feministas francesas que já tinham algum reconhecimento nesse campo, e com as quais acabou por fazer amizade, como: Helena Hirata, Danièle Kergoat, Hélène Le Doaré. Profundamente influenciada por esse novo percurso, surgiram as seguintes obras: *Mulher brasileira é assim* (co-organizadora Monica Muñoz-Vargas)(1994); *O poder do macho*(2001); *Violência de gênero: poder e impotência* (2004).

No ano de 2005 foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz como gratificação por seus esforços na constituição do projeto *Mil Mulheres*, em parceria com militantes da Suíça, pelo reconhecimento dos esforços pela conquista da igualdade entre mulheres e homens no mundo contemporâneo (BERTONI, 2010).

Em 2010, a mesma revista *Estudos Feministas* lança uma nota em homenagem a Saffioti, em razão de seu falecimento nesse mesmo ano e destacamos a seguinte parte:

Heleieth é nome de destaque nos estudos sobre mulheres no Brasil, tendo produzido tese pioneira sobre o tema, publicada em 1969 pela Editora Quatro Artes, sob o título *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Participou ativamente dos movimentos feministas no país e suas contribuições teóricas são um importante legado para gerações de estudiosas/os de gênero e feminismo²⁴.

Heleieth Saffioti, que nos deixou inúmeros trabalhos sobre patriarcado e feminismo e exerceu influência além fronteiras. Trabalhou em cátedras das Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade de São Paulo (USP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), além dos convites de universidades estrangeiras como do México, EUA e França. Se na década de 1960 o objetivo era chamar a atenção para a condição da mulher, no intuito de contribuir para que as mulheres trabalhadoras passassem a tomar consciência de si como sujeito político, no desenvolvimento de sua obra e de sua vida militante, Saffioti pôde observar que mais mulheres faziam uso da palavra e redefiniam seus lugares naquilo que ela acabou por definir por ordem patriarcal de gênero. Vamos aprofundar esta definição ao longo da tese.

²⁴Rev. Estud. Fem. vol.18 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300002. (Acessado em: 23/03/2017)

Concomitante às suas atividades acadêmicas, a socióloga foi, nos anos 1970, uma pensadora engajada nas causas consideradas de militância classista, voltou-se para uma análise crítica sobre o desvelamento do patriarcado e sobre o *nó* entre classe-sexo-raça, contribuindo para ampliar o leque de temas e de perspectivas sobre a condição das mulheres trabalhadoras, até então negligenciadas pelo feminismo.

Nesse sentido, gostaríamos de frisar que ela não se furtou de enfrentar problemas agudos que pairavam sobre os anos de chumbo, contribuindo para a contestação revolucionária tanto contra a ditadura, quanto contra a lógica social do capital, que, para ela, era incompatível com a emancipação feminina.

A rigor, podemos afirmar que o debate feminista se modificou e aprofundou de formas variadas após a publicação da obra *A mulher na Sociedade de classes* pela mão de uma mulher que não se aceitando o “Outro”, fazia da sua obra um ato de rebeldia contra a condição das mulheres e homens da classe trabalhadora. Sobre a obra supracitada, gostaríamos de acrescentar que a pesquisa que deu origem ao livro *A mulher na sociedade de classes* não teve por pano de fundo o cenário mais agradável para empreitadas desse caráter. Praticamente desde o início de produção de sua tese havia desconfiança em relação à possibilidade de conseguir a aprovação para defendê-la, pois com a ditadura tornou-se difícil a expansão dos estudos calçados no materialismo histórico, inclusive no sentido de se suprimir o que havia de mais inovador e crítico. Tendo sido alvo de suspeita pelo Conselho Estadual, Saffioti descreve a seguinte situação em relação à defesa de sua tese:

[...] boatos referiam-se a modificar sua banca ainda que já estivesse completa. Eles queriam alterar a banca toda mas não fizeram isso porque mexer com os três medalhões não é para qualquer um. Acho que ficaram com receio. Então não mexeram com Antônio Cândido, Florestan, mas em compensação tiraram o Luís, a Gioconda e colocaram no lugar deles o Heraldo Barbuy que era professor da USP, da ala mais reacionária. (SAFFIOTI *apud* MÉNDEZ, 2008, 113)²⁵.

²⁵Quanto à questão da censura, precisamos recuar alguns anos na história do Brasil republicano até ao golpe militar empresarial de 1964. Lembramos que a chegada ao ano de 1964 no Brasil foi o desaguar de um longo processo de “desenvolvimentismo”. No Brasil, a denominação “desenvolvimentismo” refere-se às teorias vindas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, criada em 1948). Como fenômeno econômico e histórico, o “desenvolvimentismo” corresponde aos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, em 1950. A

Embora Saffioti não tenha se exilado, ela sofreu influências substanciais da tradição crítica que continuou a se desenvolver em terras de exílio. Foi nesse contexto que a corrente do feminismo francês, que ganhava espaço político desde os anos 1950 tendo por marco a obra de Simone Beauvoir, chegou ao Brasil e provocou grande influência na obra de Saffioti, e foi, portanto, através dela que o feminismo francês entrou no debate aqui no Brasil. Assim, uma das principais referências do feminismo do século XX foi a publicação de *O Segundo Sexo*, em 1949, por Simone Beauvoir. O livro, que havia, inclusive, influenciado o feminismo estadunidense, chegou ao Brasil um pouco tarde, mas ainda assim serviu de referência para o movimento que se disseminava nos espaços acadêmicos. Saffioti não deixou de lado a elaboração histórica e reverberações culturais sobre a constituição do sujeito feminino que Simone descreveu na tão conhecida frase: “Não se nasce mulher: torna-se mulher: nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade. É o conjunto da civilização que elabora esse produto” (BEAUVOIR, 2015, p.13-14). A constituição do “Outro”, que é o feminino definido pela alteridade masculina, foi resgatado por Saffioti e aparece na sua elaboração teórica sobre a constituição do sujeito feminino. Assim, ela foi responsável por enraizar no debate feminista a questão da desnaturalização das relações homem-mulher, apontando novos caminhos para a compreensão das relações patriarcais. Foi então que Simone Beauvoir passou a compor uma fatia importante de suas pesquisas nos estudos sobre a mulher, por isso que a autora francesa aparece em vários momentos do livro *A mulher na sociedade de classes* da autoria de Saffioti.

ideologia do desenvolvimentismo propunha um desenvolvimento sem abrir mão da soberania nacional. Esse horizonte pelo desenvolvimento estava vinculado a reformas focadas na defesa do desenvolvimento nacional. Essas conciliações deram-se desde o período Vargas, com o avanço da industrialização, que aliás, foi um dos processos incentivados e propagandeados pelo governo getulista, ao de JK, continuado pelo de João Goulart; ainda, a junção tática, em 1950, pelo desenvolvimento capitalista, como parte da estratégia democrática e nacional defendida pelo PCB.

Os anos 1970 são, sem dúvida, marcantes para o movimento feminista e das organizações de caráter classista. Assim afirma Saffioti:

Particpei do colóquio de Simone de Beauvoir, em janeiro de 1999, em Paris, e meu primeiro livro, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, só não foi publicado na França porque há nele críticas à prática psicanalítica. Não de toda a teoria psicanalítica, mas, sobretudo, da prática psicanalítica. Então, saiu em inglês, tendo sido muito resenhado na Europa, em vários países, em alguns dos quais se falam línguas que nem sequer leio. A tese central é a de que o modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente feminina. Algumas feministas, munidas das tabelas tão bem construídas por Bruschini, argumentam contra minha tese. Nunca se perguntam em que atividades trabalham mulheres. Mais de metade das trabalhadoras, no Brasil, estão em atividades pelas quais o MPC [modo de produção capitalista] não tem o menor interesse. Como é público e notório, o MPC procura, sempre, os setores mais rentáveis da economia. As atividades que mais empregam mulheres não se encaixam nesses setores. Embora não se possa afirmar que estes últimos não tenham nenhuma ligação com o capitalismo, pode-se, sim, asseverar que tais atividades, cuja absorção da força de trabalho feminina é expressiva, não foram organizadas em moldes capitalistas, ou seja, segundo os requisitos do MPC. (*apud* MENDES; BECKER, 2011, p. 153)

Neste sentido, os pontos determinantes são os que estão relacionados com o vínculo entre Patriarcado-Capital-Dominação-Exploração, como reveladores da compreensão de Saffioti sobre a condição da mulher na sociedade hodierna. A partir desse trajeto, ela chega à compreensão da metáfora do “nó” como expressão de uma relação intrínseca entre capital e patriarcado. Tipo de compreensão a partir da qual o feminismo materialista vai elaborar um mapa conceitual para denominar esta suposta relação simbiótica. Essa elaboração teórica foi multiplicada por pensadoras e pensadores que, através de outras denominações (tais como: relações consubstanciais ou “coextensivas”, ou de “interseccionalidade”²⁶) que se referem ao mesmo fenômeno sobre a relação entre dominação e exploração, e a decorrente relação entre capitalismo e patriarcalismo ou dominação de gênero/sexo. A partir desta constatação, sobre a qual orbita o pensamento de Saffioti, ou seja, o *nó*, passamos a algumas análises sobre o curso dos acontecimentos decorrentes das metamorfoses intrínsecas ao percurso intelectual de Heleieth Saffioti, principalmente a partir

²⁶Definições adotadas por Mirla Cisne (2014) e Daniele Kergoat (2008, 2010, 2012).

do final dos anos de 1970, e sua busca por conceitos no campo pós-estruturalista que se tornaram referências teóricas fundamentais.

CAPÍTULO II

2. INFLUÊNCIAS FILOSÓFICAS DO PÓS ESTRUTURALISMO NO DEBATE FEMINISTA DE SAFFIOTI

Antes de esmiuçarmos a compreensão de Saffioti sobre classe e patriarcado, e após uma breve apresentação da trajetória dos temas sobre os quais ela se dedicou, vamos fazer uma análise sobre a compreensão da categoria gênero em Saffioti. Optamos, por assim dizer, por começar pelo ápice de seu percurso teórico, ou, mais especificamente, pelo giro teórico em direção ao pós-estruturalismo realizado por Saffioti a partir do final da década de 1970 e reforçado na entrada dos anos 1980. Da mesma forma, compreendemos que não há, em Saffioti, uma ruptura epistemológica ao longo do seu percurso, mas elementos teóricos que ela vai agregando às suas pesquisas. Esta é a razão pela qual optamos por começar a tese resgatando a categoria gênero, resgate que se faz necessário na compreensão daquele que vai ser uma das definições matriciais da obra da autora, *A Ordem Patriarcal de Gênero*.

São fios que tecem a obra de Saffioti, e gênero é um desses fios que não aparece na sua primeira grande obra, *A mulher na sociedade de classes* (1969), mas que rapidamente ela adota, levando-o para o resto da vida intelectual. Claro que essa aproximação ao pós-estruturalismo se dá num contexto sócio-histórico (e, sobre isso, também pretendemos dissertar neste capítulo). Vemos assim, por parte de Saffioti, uma fusão de inquietações teóricas sobre a violência, que se torna central na sua postura tanto intelectual quanto militante. Nesse seu período eclético, Saffioti produz aquela que se tornaria sua obra mais traduzida ao redor do mundo, *O Poder do macho* (1987). Também destacamos: *Rearticulando gênero e classe* (1992); *Uma Questão de Gênero* (1992); *Violência de gênero: poder e impotência* (1995), *O estatuto teórico da violência de gênero* (1999); *Ontogênese e Filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres* (2000); *Contribuições feministas para o estudo de violência de Gênero* (2002); *Gênero, Patriarcado e Violência* (2004). Em todas elas o conceito de gênero é defendido como sendo mais amplo que o conceito de patriarcado, pois permitiria analisar as relações de poder inerentes às relações sociais. Aqui poder, como veremos, é compreendido na lógica de Foucault, um tipo de microfísica do poder que se espalha por todas as capilaridades da estrutura social.

Dito isto, Saffioti adere a um terreno intelectual que se internacionaliza após a euforia de Maio de 68. A partir desse momento, começa, no âmbito das ciências humanas em geral, o

processo de assimilação de outros campos intelectuais, mesclando vertentes filosóficas procedentes de tradições muito divergentes: de um lado, as de inspiração marxista, e, de outro, o pós-estruturalismo de Foucault, Scott e Bourdieu. O pós-estruturalismo que, por ser uma vertente que aparenta ser mais rica e plural do que o marxismo, transforma-se numa lógica cultural e ideológica dominante. De fato, no intercâmbio entre a vida militante e sua obra, Saffioti constitui o percurso intelectual e é por ele modificada, principalmente em sua forma de pensar a prática da luta feminista como resposta aos designados desafios da contemporaneidade, como veremos ao longo da tese.

Assim sendo, de que maneira Saffioti vai analisar a relação entre gênero/sexo-patriarcado-capitalismo? Este capítulo surge no sentido de responder a essa pergunta.

2.1 A IMPORTÂNCIA DAS CATEGORIAS PÓS-ESTRUTURALISTAS DE “PODER”, “VIOLÊNCIA SIMBÓLICA” E “GÊNERO” PARA A FORMULAÇÃO DO CONCEITO: *ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO*

Por pensamento pós-estruturalista visamos, aqui, exclusivamente um conjunto de obras e autores que influenciaram o percurso de Heleieth Saffioti. Nossa análise neste ponto não visa tanto esmiuçar o pensamento pós-estruturalista e suas variantes. Não vamos adentrar em questões axiais às discussões que se debruçam, especificamente sobre o movimento que vai do estruturalismo até ao implodir do pós-estruturalismo em 1968. Para isso teríamos que fazer um percurso pelo anti-humanismo e anti-iluminismo do pensamento após 1968, o que está além dos limites do objeto que nos propomos a pesquisar nesta tese, além de que já contamos com um significativo número de obras nesse âmbito²⁷. Nos propomos apenas a compreender os conceitos que Saffioti vai incorporar do campo categorial das obras de autores e autoras.

²⁷ Ver, por exemplo: *O estruturalismo e a miséria da razão*, de Carlos Nelson Coutinho; *Pensamento 68*, de Luc Ferry e Alain Renaut; *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, de F. Jameson; *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, de D. Harvey; *Cultura Pós-Moderna: introdução às teorias do contemporâneo*, de S. Connor; *As Origens da Pós-Modernidade*, de P. Anderson, entre outros.

Alguns desses temas foram continuados em obras como: *Diferença ou indiferença: gênero, raça-etnia, classe social* (1995); *Violência de gênero: poder e impotência* (1995); *Violência doméstica ou a lógica do galinheiro* (1997); *Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade* (1997); *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*. (1999); *O estatuto teórico da violência de gênero* (1999); *Ontogênese e Filogênese do gênero* (2000); *Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento* (2000-a); *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero* (2001).

Antes de adentrarmos na análise dos conceitos adotados por Saffioti, faremos um breve quadro histórico do que levou ao surgimento dessa forma específica de pensamento e que passa a influenciar o pensamento acadêmico brasileiro, principalmente na entrada da década de 1970.

Qual é então esse novo espírito do tempo a partir do final dos anos 1960, que assume hegemonia cultural e intelectual, primeiro na intelectualidade francesa, mas que rapidamente se expande pelas academias do mundo inteiro?

Com a chegada à década de 1970, verificamos a substituição do pensamento estruturalista pelo pós-estruturalista, como convergência de várias vertentes no que se passou a definir por pós-estruturalismo. Assim “A *intelligentsia* dos anos 1960 tinha por deus não mais o Sartre do pós-guerra, mas uma mistura de Lévi-Strauss, Foucault, Althusser e Lacan” (ARON *apud* NETTO, 2010, p. 252). Do mesmo modo, esta transição para outro referencial teórico não era um acaso, pois no decurso imediato de Maio de 68 as primeiras obras do pós-estruturalismo começaram a aparecer. Nesse sentido, Netto entende que passa a haver uma substituição do *intelectual universal* pelo *intelectual específico* (NETTO, 2010). Este fenômeno, Netto definiu como giro à direita na filosofia, que acabou por cair na defesa da forma burguesa de sociedade em razão dos princípios da “liberdade” contra o que se convencionou chamar de “totalitarismo”, “identificado como a experiência soviética” (NETTO, 2010, p. 254), como sucessivas tentativas de derrubar “as ideias de Marx” (NETTO, 2010, p. 254).

Já sobre os primórdios da pós-modernidade não há um consenso. Alguns autores datam a origem por volta de 1950²⁸, pois é nessa época que aparece a obra *Sociedade pós-industrial* de Daniel Bell. Mas é:

(...) sobretudo, a partir dos anos 70 que o vocábulo pós-moderno começa paulatinamente a emergir associado a uma perspectiva filosófica explicitamente irracionalista e a uma posição política ambivalente que dilui a distinção entre esquerda e direita (RODRIGUES, 2006, p. 20-21).

No mesmo sentido, em 1979 é lançado o livro *A condição Pós-moderna*, de Lyotard, que se torna um documento de síntese do que seria a pós-modernidade. Segundo Netto, é a partir do livro do Lyotard que o pensamento pós-moderno:

Assume o primeiro plano na cultura do Ocidente capitalista, irrompe nos domínios do saber, invade as manifestações estéticas, contagia as práticas políticas e, nas duas décadas seguintes, constituirá um campo teórico diferenciado e desencadeará a produção de uma bibliografia enorme, muito mais apologética que crítica. (2010, p. 256).

Assim, esse espírito do tempo vincula-se a modificações no terreno econômico marcante a partir de 1970 e a base na reestruturação produtiva, somada:

(...) à crise do movimento sindical, a falência do “socialismo real” e o colapso da maioria dos partidos comunistas, assim como a mais completa ato-domesticação dos partidos social-democratas – bem expressa, logo a seguir, na “terceira via” – confluíram para o êxito da ofensiva capitalista (NETTO, 2010, p. 258).

Assistíamos, portanto, à consolidação do grande capital transnacionalizado e modificações necessárias na esfera do trabalho concreto para que o sistema permanecesse e se fortalecesse. Consequentemente, o que vamos encontrar em 1968 é um proletariado não mais fortemente organizado, mas, pelo contrário, uma massa de trabalhadores que sente em suas organizações as consequências da “hipoteca estalinista” (NETTO, 2010, p. 260) e de uma social-democracia reduzida às alianças burguesas. Ainda, à saída para a crise da década de 1970 assistimos a uma reorganização nos processos e formas de trabalho, com impactos culturais e sociais daí decorrentes. Simultaneamente, com o advento de 1968 explodiu o movimento cultural

28Análises de Anderson (1999), Smart (1993) e Connor (1996).

e político que plasmou de uma forma complexa “a emergência do descompasso entre a intensificação da internacionalização do capital, com seus efeitos sociais múltiplos” (FONTES, 2010, p. 176).

Tratou-se, portanto, de um período do capital que, segundo Harvey (1999), terá representado um marco na caminhada para o pós-modernismo, que se consolida nos anos 1980, até porque as bandeiras do Maio de 68 rapidamente foram incorporadas pelo movimento do capital que logrou esgotar e esvaziar o caráter mais radical que nascia dessas manifestações. Na nossa compreensão, e a partir dos estudos críticos sobre o pós-estruturalismo, Maio significou uma “revolta dos sujeitos contra as normas”(FERRY; RENAUT, 1988, p. 89-90), mas no sentido específico: da “afirmação da individualidade contra a pretensão das normas à *universalidade*”(FERRY; RENAUT, 1988, p. 89-90) e a do início dum “processo que tem por horizonte previsível a dissolução do Eu como vontade autônoma, ou seja, a destruição da ideia clássica do sujeito” (FERRY; RENAUT, 1988, p. 89-90). Passamos a ter “um reconhecimento recíproco das liberdades” baseado na vontade autônoma dos sujeitos individuais, separado de quaisquer determinações sociais, e sim numa simples “contemplanção humorística do outro, como um ‘*gadget* cômico” (FERRY; RENAUT, 1988, p. 91). Daí a ideia das identidades sociais múltiplas. Decorrente dessa compreensão, não haveria uma totalidade orgânica a ser combatida, até porque não haveria universalidade ou leis totalizantes. Não são, portanto, de admirar conclusões como as de Foucault ou de Lyotard, que incessantemente comparam o marxismo e o almejar pela totalidade com o que supostamente seria sua inevitável consequência: regimes totalitários²⁹.

²⁹Neste quesito, consideramos válido trazer à tona essa discussão que, alimentada pelas vertentes pós-estruturalistas, em especial Foucault, muito contribuíram para fazer um paralelo entre o que no senso comum se define como extrema-direita e extrema-esquerda. São vários os textos em que Foucault elabora comparações entre nazismo e comunismo. Para o filósofo francês, assim como o nazismo tinha um dos pilares assentados no racismo, também o regime soviético seria racista, já que teria desenvolvido “uma tecnologia de poder que lhe concedeu o direito de matar seus inimigos e detratores. Tais tecnologias no comunismo foram mantidas por um modelo “cientista” e por “uma polícia que (asseguraria) a higiene silenciosa de uma sociedade ordenada” (FOUCAULT, 2005, p. 97). Continua com a afirmação de que o “comunismo racista” subverteu aquilo “que o discurso revolucionário considerava ser o inimigo de classe” (*Ibidem*, p. 97). Para ele, o Estado “racista comunista” transformou o doente, o transviado e o louco em inimigos de classe (*Ibidem*). Portanto, o autor demonstra um profundo desconhecimento sobre o significado da luta de classes e comunismo, o que torna mais estranha a adesão de Saffioti a seu campo categorial.

No contexto assinalado, iniciou-se um percurso de militância política e teórica que partia da premissa que era necessário romper com o que definiram por teorias totalizantes em virtude da pluralidade e do “poder do discurso” (FOUCAULT *apud* HARVEY, 1999, p.50).

As características dessa “nova filosofia” podem ser sintetizadas, de acordo com Netto, por três pilares estruturais do pensamento francês: “1. *o deslocamento de Hegel em favor de Nietzsche (e Heidegger)*; 2. *A dissolução da ideia de verdade* e 3. *Uma historicização categorial que cancela a referência ao universal.* ” (NETTO, 2010, p. 252).

Assim, o pós-modernismo significaria o novo que iria substituir as velhas “metanarrativas”, tornado-as anacrônicas; eis uma das pretensões da pós-modernidade: “a ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações metafísicas e ver a si mesmas, mais modestamente, como apenas outro conjunto de narrativas”. (HARVEY, 1999, p. 20). Ainda, de acordo com o viés pós-moderno, o movimento do real passa a ser capturado pelo imediato, e não em sua totalidade e seu devir, “deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade. ” (NETTO, 2013, p. 95). Concomitantemente a esta forma de análise da realidade passamos a ter uma supervalorização do agir individual, do agir comunicativo e da interpretação literária, ou vocabular, sobre determinados fenômenos. Os jogos de linguagem ganham significativo destaque. Agora, à ciência caberia explicar esses jogos compostos por narrativas independentes, só possíveis de entender na particularidade do imediato. Esta nova forma de ‘olhar’ o mundo espraia-se para vários setores militantes e em diferentes movimentos.

Esse movimento de pensar o mundo acabou, também, por reverberar numa parcela significativa dos movimentos feministas. Espaços de militância que adotaram como protagonistas da organização política não mais os partidos e as organizações clássicas da classe, mas sim os designados “*Novos movimentos sociais*”, referenciados pela pós-modernidade³⁰.

30 De acordo com Zizek, “[...] a limitação desses movimentos é que eles não são políticos no sentido do Singular Universal: eles são movimentos de uma só causa”, que não têm dimensão da universalidade – quer dizer, eles não se relacionam com a totalidade social [...] os liberais de esquerda de hoje[...] Eles invocam o racismo, a ecologia, as demandas dos trabalhadores e assim por diante, para ganhar pontos sobre os conservadores – sem ameaçar o sistema”. (ZIZEK, 2005)

O Brasil não escapa a esta nova onda. É a partir do início dos anos 1980 – e se enraíza nos anos 1990 – que vamos sentir mais intensamente em solo brasileiro os efeitos do feminismo ‘pós’ e do feminismo institucionalizado. Simultaneamente a partir de 1990³¹ os estudos de gênero ganharam grande difusão pelo Brasil. De acordo com Saffioti, esses contornos da conjuntura que emergem no final do século XX demonstrariam evidências em favor da busca pelo auxílio de instrumentais teóricos que tivessem em conta essas modificações no âmbito das relações sociais. Daí a sua adesão entusiasmada à categoria gênero.

Vamos elencar alguns dos autores principais para a discussão sobre gênero/sexo, classe e patriarcado na obra de Saffioti. Seriam: Foucault, *Microfísica do Poder* (1978), *Vigiar e Punir* (1975) e *História da sexualidade* (1978), Scott, *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* (1991) e Bourdieu, *A dominação masculina* (1998), de intelectuais dos campos considerados estruturalista e pós-estruturalista. A partir desses pensadores, ela conclui que a categoria classe só pode ser compreendida se analisada como manifestação composta por sujeitos múltiplos e heterogêneos contra um poder difuso que tem seu epicentro não centralmente na exploração de classes, mas em vários centros e suas capilaridades, que iriam muito além do marco capitalista.

Foucault seria o autor, de acordo com ela, que melhor poderia complementar o marxismo na medida em que se refere às relações de poder, não como uma totalidade cuja raiz tem um centro de poder, mas múltiplas origens que carecem de unidade orgânica.

Segundo Foucault (1987), importa pensar como o poder nos constitui, por isso pensa e descreve várias modalidades de poder como biopolítica, disciplina, etc. Aqui podemos dizer que a negação da totalidade em Foucault não significa, necessariamente, resignação perante as injustiças. Foucault afasta-se da análise marxista, vai pela discussão da subjetividade, no intuito de compreender como essa racionalidade neoliberal atinge a forma de ser dos indivíduos. Em *Vigiar e Punir*, destacamos a questão da disciplina. Ao fazer referência às prisões que surgiram com a

31 A partir de 1990 que se enraíza o fenômeno de “onguização” do feminismo, que conta o apoio de instituições como o Banco mundial e a Fundação Ford (CISNE, 2014). A partir das determinações de financiamento, os estudos de gênero passam a se destacar em detrimento das pesquisas focadas na relação entre mulher e classe (CISNE, 2014).

revolução francesa, ele trabalha com a ideia de poder disciplinar, por isso a identidade seria uma imposição de um poder de cima para baixo. Identidade seria uma representação, uma performance. Por exemplo: como as mulheres são educadas a querer maternar, são ensinadas a “tornar-se um corpo dócil, que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1979, p. 182). Segundo o mesmo, a subjetividade também está no corpo, por isso o poder também se expressa pelo corpo. *Em defesa da sociedade* (1976), refere-se ao Poder como algo que circula, que só funciona em cadeia, algo que não está nas mãos de alguns exclusivamente, mas que age em rede, em que os indivíduos se submetem e exercem, “o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (...) o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1999, p. 35). Sobre essa questão entre estruturas de poderes e as dominações cotidianas, as análises de Foucault³² complementariam, para Saffioti, os supostos buracos deixados pelo marxismo no que se refere à violência patriarcal.

Portanto, para Foucault, o Poder vai sendo construído sub-repticiamente no cotidiano através de microcélulas. Saffioti toma esta ideia dos sub-poderes que se dão fora da institucionalidade e a articula com a condição de desfavorecimento hierárquico ao qual estariam

³²Deixamos aqui um breve percurso sobre as ideias de Foucault, a partir das obras utilizadas por Saffioti. O filósofo Foucault colocou em debate questões no campo da justiça, saber médico, educação etc, com objetivo de problematizar o que parece óbvio. Com as próprias palavras do filósofo, na obra *A história da sexualidade II* (1976), a função da filosofia seria tornar visível o que é visível, o trabalho do pensamento sobre o próprio pensamento, pelo fazer filosófico de um saber que lhe é estranho (FOUCAULT, 1984). Destacamos, ainda, *Vigiar e Punir* (1975), e de seguida, em 1976, o primeiro volume da história da sexualidade. De acordo com ele, nossa constituição se dá através de técnicas de poder, através das quais também nos constituímos. Em *Introdução à vida não-fascista* (1977), Foucault afirma o seguinte: “Enfim, o inimigo maior, o adversário estratégico (embora a oposição do Anti-Édipo a seus outros inimigos constituam mais um engajamento político): o fascismo. E não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini – que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas –, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora.” (FOUCAULT, Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/05/27/introducao-a-vida-nao-fascista-michel-foucault/>. Acesso em: 05/10/2018). Para, por fim, no prefácio do *Anti-Édipo* de Deleuze e Guatarri, Foucault fez o guia para *Uma vida não fascista*, em que se propõe a juntar ética e política: “libere a ação política de toda a forma de paranoia unitária e totalizante (...) é a ligação do desejo com a realidade que possui força revolucionária. Não se apaixone pelo poder (...) uma coisa que é da maior seriedade, a perseguição a todas as forças do fascismo. Desde aquelas colossais que nos rodeiam e nos esmagam até aquelas formas pequenas que fazem a amarga tirania das nossas vidas cotidianas”. (FOUCAULT, Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/05/27/introducao-a-vida-nao-fascista-michel-foucault/>. Acesso em: 05/10/2018)

submetidas as mulheres. Assim, Saffioti se propõe a compreender como poder e gênero se relacionam e de que forma se expressam nas práticas.

Nesse sentido, ela defende o seguinte:

1. Desse fenômeno (sobre a violência de gênero) em suas expressões capilares, Foucault permitiria, assim, compreender a relação dos sujeitos³³ em sua alteridade;

2. Trata-se, portanto, do poder fora das suas constituições macro-centrais, um tipo de poder em rede ao qual os indivíduos se submetem e, ao mesmo tempo, são constituintes desses poderes. Saffioti agrega a essa imagem de poder fluido a relação gênero-raça-etnia-classe, em que o sujeito plural se “metamorfoseia dentro destes limites” (SAFFIOTI, 1997, p. 76) numa forma de amplificar a categoria sexo.

Já em Scott, Saffioti busca, sobretudo, a categoria gênero na obra *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, publicada em 1991.

É especificamente do encaixe de Scott³⁴ que Saffioti vai partir no que se refere à discussão sobre gênero e como se estabelecem as configurações do poder.

33 É necessária alguma cautela quanto ao uso do termo sujeito em Foucault. De acordo com Foucault, os mecanismos de objetivação e subjetivação constituem o indivíduo moderno a partir de lugares sociais diferentes. Então, o conceito sujeito “serve para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece enquanto sua” (PEZ, p. 3. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/TiarajuDPPez.pdf>. Acesso: 06/10/2018) que é a forma de pensar os processos de objetivação e subjetivação que precedem a constituição do sujeito. Essa discussão sobre o sujeito “explicita a identidade do indivíduo moderno: objeto dócil-e-útil e sujeito” (FOUCAULT, 20014, p.88). Não há em Foucault um sujeito universal, “concebendo-o não como autônomo e heterogêneo”. Foucault passa a considerar o sujeito como “um ser que não se governa e não é dono e senhor de suas próprias ideias, um sujeito efeito de vários discursos e que se constitui através das práticas de si” (FOUCAULT, 2004). O que ele define na *Hermenêutica do Sujeito* (1982) como o “cuidado de si” pela análise das “escolhas éticas dos sujeitos que se constituem em jogos de verdade consigo mesmo”. Para Foucault, o sujeito é expressão das relações de saber-poder, em que o indivíduo tem uma margem de liberdade para sua auto-constituição. Ideia vinculada ao Poder como positividade, um fazer que produz nosso desejo. Portanto, sujeito é constituído por relações de poder. De acordo com o próprio Foucault: “[...]El poder no se ejerce sino sobre ‘sujetos libres’ y en la medida en que ellos son ‘libres’. Entendemos por esto sujetos individuales o coletivos que tienen ante ellos un campo de posibilidad donde pueden darse muchas conductas, muchas reacciones y diferentes modos de comportamiento (...)No hay pues un cara a cara Del poder y de la libertad, con una relación de exclusion entre ellos (en todo lugar donde se ejerce el poder, desaparece la libertad); sino un juego mucho más completo. En este juego, la libertad aparece como la condición de existencia del poder” (*apud* CASTRO, 2004, p. 202).

34 O gênero, segundo Scott, compunha uma nova neutralidade, não constituindo “uma ameaça crítica”, o que facilitava sua proliferação no espaço acadêmico. Além disso, as pesquisas sobre a questão da mulher começaram a receber verbas de órgãos internacionais somente para os trabalhos que tivessem gênero como eixo norteador. Então, teóricas do conceito gênero como Scott, Gilligan, entre outras, encontraram no palco acadêmico um lugar de destaque

Para a autora, trata-se de uma categoria histórica que, a partir das análises de Scott e Lauretis (1987), visa uma constelação de categorizações, “como aparelho semiótico; como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos, como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais” (SAFFIOTI, 1992, p. 37), ou seja, refere-se a “uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações entre mulher-mulher” (SAFFIOTI, 2004, p. 37). Neste âmbito, o gênero seria um sistema simbólico que regula as performances ou práticas corporais no domínio do desejo, da sexualidade, da forma como cada um realiza as práticas sexuais, a forma como nos expressamos nos vários espaços de relações sociais.

Em primeira instância e de uma forma breve, podemos dizer que Scott alega que há quatro dimensões que servem de alicerces às relações de gênero: a dimensão simbólica, a institucional, a normativa e a subjetiva. A cada dimensão corresponderia uma especificidade sobre a relação descrita. Assim teríamos as seguintes dimensões: a) a dimensão simbólica expressa os significantes ou/e símbolos que remetem a um sexo feminino ou masculino; b) a dimensão institucional transmite-se através de instâncias culturais e morais, tais como a Escola ou a família; c) a dimensão normativa trata-se de uma imposição de padrões de comportamentos considerados normais e naturalizados desde a infância e, por último, d) a dimensão subjetiva se refere à incorporação de normas naturalizadas pela transferência patriarcal.

Outro autor característico no campo da discussão sobre as relações de dominações masculinas ao qual recorre Saffioti é Bourdieu, principalmente no que toca à descrição de violência simbólica³⁵ desenvolvida pelo sociólogo francês. Sobre essa definição especificamente sociológica

para este conceito que passou a ser fio condutor em muitas áreas de conhecimento no campo das ciências humanas, mais particularmente nas teorias antropológicas. O Brasil não escapa a essa nova onda, pois é a partir dos finais dos anos 1980 e início dos 1990 que vamos sentir mais intensamente em solo brasileiro os efeitos desse feminismo.

35 Conceito elaborado e aprofundado pelo filósofo francês Pierre Bourdieu, particularmente em suas obras: *A dominação masculina* (1998) e *Sur le pouvoir Symbolique* (1977). Obras em que ele descreve esse tipo de violência que se exerce sobre o corpo e a psique mas que não deixa marcas visíveis. Tratar-se-ia, portanto, de uma violência que passa a estar introjetada, naturalizada e que muitas vezes seria incorporada pelo próprio dominado. A partir do que ele define como um *habitus* historicamente e socialmente construído que resultaria numa força simbólica como forma de poder que “se exerce sobre os corpos (...) sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos” (BOURDIEU, 2007, p. 50). Portanto, um *habitus* que levaria os dominados a abraçar a forma de imposição dos ditos dominantes através do exercício do poder simbólico.

em relação à delimitação das masculinidades, focamos aqui numa das principais obras que influenciaram Saffioti nesta fase, *A dominação masculina*, de 1995. Filósofo contemporâneo falecido em 2002, Bourdieu tenta compreender qual a influência simbólica da dominação masculina relacionada às estruturas de pensamento naturalizadas.

Diz o seguinte, nessa discussão,

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos. (BOURDIEU, 2007, p. 49).

Ainda, a forma androcêntrica parte da premissa de que o homem, o masculino, é tomado como medida para todas as coisas. A partir daí, ele procura historicizar o que aparenta ser natural, em particular a dominação masculina. O filósofo propõe compreender de onde vem esta constituição androcêntrica que está na base dos símbolos e signos que sustentariam a dominação masculina simbólica relacionada às estruturas naturalizadas de pensamento. Seria uma forma de violência que não é imediatamente visível, ela está dentro da forma como representamos o mundo. Um tipo de violência que legitimaria a prática. Propõe-se a compreender esta condição da seguinte forma:

A violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (...), uma vez que ele não dispõe para pensa-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação, mostram esta relação como natural. (BOURDIEU *apud* SAFFIOTI, 2001, p.118).

A partir de Bourdieu e da análise inscrita da relação simbólica que garantiria a permanência dos privilégios masculinos, Saffioti vai articular essa pesquisa sobre o poder simbólico com o que denomina por “mística feminina”. Examinando a descrição de Bourdieu sobre a questão da violência simbólica e a discussão sobre a dimensão simbólica, que serviu de base para Saffioti, podemos estabelecer alguns paralelos centrais, já que essa relação de poder está relacionada, de acordo com ambos os autores, a nossas estruturas de pensamento, e não

necessariamente a atos visíveis. Seria, portanto, quase imperceptível. Descrevem aqui um tipo de violência masculina forjada do patriarcado e que estaria naturalizada em nossas formas de pensar e compreendermos o mundo. E mais, assim como Saffioti, também Bourdieu já havia descrito a socialização das meninas como sendo sempre inscritas a partir da imagem da falta, ou seja, como um não-homem e, portanto, sua socialização se daria através desse limite que se expressaria pelos mecanismos culturais de massa, socialização familiar etc, tendo sempre por parâmetro a hierarquia social, profissional, cultural e econômica entre mulheres (como inferiores) e homens (como superiores). Tal como Saffioti, Bourdieu também defendeu que, ao serem naturalizadas, estas estruturas patriarcais seriam reproduzidas pelas próprias mulheres, que garantiriam a manutenção da forma de dominação. Nesse sentido, seria humilhante para uma mulher ocupar um cargo de maior status que seu marido, por exemplo. Bourdieu conclui, a partir daí, que a masculinidade seria um tipo de nobreza, uma casta superior com privilégios.

Dessa forma, para Saffioti a compreensão das relações subjacentes à lógica da dominação masculina, que corresponde, também, por meio da violência simbólica que legitima as práticas, é, muitas vezes, compreendida como algo comum, normal. Praticada por meio das oposições binárias, dicotômica, o que corresponde aos sujeitos do sexo feminino e masculino, de acordo com o próprio Bourdieu, a mulher seria definida como falta, o não-lugar. Essa lógica dicotômica exigiria uma adaptação categorial a todas essas transformações ao nível da micropolítica. Por exemplo, através da socialização das meninas e meninos que corresponderiam a papéis de gênero específicos. Assim, o recurso a “novos” autores corresponde ao momento em que Saffioti passa a centrar seus estudos no fenômeno da violência contra a mulher.

Veremos que é tendo por base essas compreensões sobre Poder em Foucault, violência simbólica em Bourdieu e gênero em Scott, que Saffioti elabora sua própria compreensão da categoria gênero diretamente associada à categoria patriarcado.

Esta interpretação sobre o conceito gênero e sua relação com a hierarquia das dominações através dos poderes estabelecidos é, aqui, transformada num elemento de análise. Portanto, o resgate da categoria gênero justificar-se-ia porque:

[...] constitui uma prova cabal de que o gênero não é tão-somente social, dele participando também o corpo, quer como mão de obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Gostaríamos, porém, de fazer uma ressalva: apesar das aproximações de Saffioti ao campo pós-estruturalista, ela não deixa de levantar algumas indagações sobre os limites da inserção desse arsenal teórico. Por isso mesmo ela não adere completamente à visão pós-estruturalista.

De Scott, Saffioti compreenderá a questão de gênero a partir dos fundamentos constitutivos do que ela considera como ontológico: é, pois, uma categoria inserida na história que, não podendo ser apartada do sexo, conserva o seu fator natural. Nesse sentido, gênero é intrínseco às relações sociais, não podendo delas ser dissociado. Vale ainda ressaltar que, acompanhando esta onda de institucionalização do movimento feminista, quer seja pelas ONGs que retiram os movimentos feministas das ruas e confinam esses movimentos à academia, fazendo-se acompanhar também pelas exigências de financiamento do Banco Mundial, gênero passou a ser o conceito obrigatório pelos grandes órgãos de financiamento internacional, como o Banco Mundial, que “só concede verbas a projetos que apresentem recorte de gênero” (SAFFIOTI, 2009, p. 33).

De acordo com Saffioti, este órgão mundial passou a direcionar seu financiamento a trabalhos com “recortes de gênero” acabando também por influenciar fortemente a manutenção desta análise categorial. Logo, Saffioti tenta se afastar da ênfase exclusiva na categoria gênero.

Há ainda outro aspecto muito curioso sobre a categoria gênero que se espraia nas teorias feministas, particularmente após os anos 1990, e que fora iniciado por Scott, característica sobre a qual Saffioti não pode deixar de levantar alguns questionamentos importantes. Um paradoxo especialmente notável, pois, de acordo com a autora, quando se trata gênero do ponto de vista meramente social, acaba-se por cair no essencialismo social, o que reforça estereótipos vinculados a determinado sexo e mais contribui para reproduzir os próprios pressupostos sobre os quais, historicamente, acentuou-se o biologicismo. A essa visão ela contrapõe uma compreensão do ser humano “como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível” (2004, p. 110). Daí que não incorpore totalmente o legado de Scott, principalmente no que tange às vertentes teóricas adotadas pela feminista, entre elas, a adesão sem críticas ao conceito de poder de Foucault. Segundo a própria:

[...] Scott não faz nenhuma restrição a Foucault, aceitando e adotando seu conceito de poder, qualquer que seja o âmbito em que este ocorre, quaisquer que sejam a profundidade

e o alcance da análise. É sabido que Foucault, embora reúna vários méritos, nunca elaborou um projeto de transformação da sociedade. (SAFFIOTI, 2004, p. 113).

Ao mesmo tempo, apesar das críticas relevantes, Saffioti não descarta o campo semiótico e sua compreensão em torno da constituição da categoria gênero, e ainda, como vimos, incorpora esse campo “como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva” (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Por fim, para Saffioti gênero acaba por ser uma categoria um tanto ambígua e palatável, já que “como o gênero é visto ora como capaz de colorir toda a gama de relações sociais, ora como um mero aspecto destas relações, é difícil dimensionar sua importância” (2004, p. 113). O que, por consequência dificultaria situar o papel do gênero nas hierarquias do poder nas relações entre sexos.

Portanto, encarando a questão desse ângulo não seria possível explicar a complexidade social pelos limites colocados pelas teorias que restringem suas explicações à categoria gênero. De fato, na entrevista cedida à Revista Estudos Feministas ela faz a seguinte reflexão sobre a adoção da categoria gênero:

Como isolar o conceito de gênero? Não se deve isolá-lo de seu contexto econômico, social e político. Aliás, eu utilizo cada vez menos esse conceito, porque gênero é um conceito a-político, a-histórico e bastante palatável. Tão palatável, que o Banco Mundial só financia projetos com recorte de gênero. Se fizermos referência à “ordem patriarcal de gênero”, os projetos, certamente, não serão contemplados com as verbas solicitadas. Mas o patriarcado está aí, presente em todas as relações humanas. (*apud* MENDES e BECKER, 2011, p. 154).

Com efeito, Saffioti se dirige à proposta de pensar sexo e gênero como uma unidade, pois não seria possível, segundo ela, pensar a sexualidade descolada das conformações culturais. Deste ângulo adotado por Saffioti, que é, em parte crítico à categoria gênero aqui debatida, em parte em total concordância com a mesma categoria, a autora resolve esta aparente contradição mantendo tanto a categoria gênero quanto a de patriarcado, e até o próprio conceito de sexo como forma de contribuição para a atividade de pesquisa sobre o que ela considera serem hierarquias que permanecem dentro da esfera da desigualdade social.

Então, há, segundo Saffioti, a necessidade de recurso a essa categoria-patriarcado- como “um caso específico de relações de gênero” e, por isso, dá destaque ao termo: *ordem patriarcal de gênero*. Nesse sentido que ela afirma que

Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte um conceito de ordem política. E poderia ser de outra ordem, se o objetivo das (os) feministas consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade? (SAFFIOTI, 2004, p. 139).

Portanto, há, em parte, para Saffioti, uma hesitação declarada sobre a adesão aos paradigmas de gênero, em particular sobre a adesão total a essa categoria. Seja como for, é preciso acrescentar que, em todo o caso, a referência ao campo conceitual vinculado à categoria gênero vai ser cada vez mais acentuado ao longo de sua obra, vinculando-o à compreensão do contexto social-histórico analisado. Encontramos exemplos até em trabalhos mais tardios³⁶, que fazem uma breve crítica ao feminismo que abandonou o conceito patriarcado. Para Saffioti, o sistema patriarcal permanece como forma de dominação das mulheres. Logo, abrir mão dessa perspectiva significaria “operar segundo a ideologia patriarcal” (2004, p. 48). Nessa mesma linha de compreensão, para Saffioti essas feministas que abandonam a categoria patriarcado em virtude da adesão total ao discurso de gênero acabam ocultando o significado do contrato patriarcal, que é também o contrato sobre o direito sexual feminino e o poder paterno.

Nessa perspectiva, a relação, para Saffioti, além de dominação é, também, de desigualdade. Portanto, nesse sentido, o patriarcado seria capaz de dar respostas para a desigualdade, que corresponde especificamente à discriminação sofrida pelas mulheres ou sujeitos que se identificam com essa denominação. Na compreensão da autora:

[...] o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero. (2000, p.21).

36 O Poder do Macho (2000), Ontogênese e Filogênese do Gênero (2000), Gênero, Poder e Violência (2004) e Gênero e Patriarcado (2005). Retornaremos à reflexão sobre gênero elaborada por Saffioti em suas últimas obras no último capítulo da tese.

Assim, e ao contrário de Scott, Saffioti se afasta da ideia de que a questão cultural estaria desvinculada das relações de exploração. A essa divergência Saffioti afirma que as relações de gênero, para serem compreendidas, têm que ser inseridas no terreno das determinações da dominação/exploração, em seu *Nó* entre classe-gênero-raça e patriarcado, de forma igualmente estrutural. De acordo com os princípios formais que servem de base a Saffioti, seria possível a ressignificação simbólica da categoria gênero, no intuito de lhe dar o significado desejado.

Nesse outro registro, pelo qual a socióloga acabou por solucionar o problema de articulação entre gênero e patriarcado, fica patente a contribuição de Allan Johnson³⁷, que passou a ser uma das mais representativas na obra de Saffioti que apela para a compreensão do patriarcado como expressão de um fenômeno que se baseia no controle e no medo, que constituem um círculo vicioso na manutenção da ordem patriarcal de gênero contra as mulheres (SAFFIOTI, 2013).

Na mesma linha de raciocínio seguimos com a seguinte citação:

A este processo – onde **a afirmação da individualidade tem por consequência a igualação dos diversos fenômenos** – se inscreve como uma etapa central na concretização da democracia verdadeira. Deste ponto de vista, podem-se trabalhar o poder e a impotência, tendo-se em vista os três eixos de distribuição-conquista do poder. Como são pouco numerosos os homens ricos (em geral, também brancos), a maioria esmagadora dos brancos e a quase totalidade dos negros e mestiços situam-se no polo da impotência, quando se toma em consideração o eixo das classes sociais e da raça-etnia. Nestes dois ordenamentos sociais, grassa, portanto, a impotência. **Na ordem do gênero, o homem desfruta de gigantescos privilégios frente à mulher.** E isto ocorre não apenas porque a sociedade legitima amplamente a falocracia, mas também porque o homem sente necessidade de afirmar-se, fazendo-o com exagero nesta relação interpessoal, de preferência em uniões de caráter relativamente estável, para compensar o massacre de que é alvo nos outros tipos de ordenamento das relações sociais. (...) Desta sorte, a violência masculina contra a mulher pode ser pensada como fruto da necessidade do homem de fazer parecer maior o pequeno poder de que goza neste tipo de relação (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 42-43, grifo nosso).

Então, na lógica aqui descrita, essa relação intrínseca entre os diversos vetores que constituem a *ordem patriarcal de gênero* se baseia na exploração intensificada dos caracteres específicos de cada indivíduo que estaria legitimada por uma ordem hierárquica de poderes. Isso indica que Saffioti compreende que o índice de exploração da força de trabalho que é vendida não

37 JOHNSON, Allan. *The gender Knot – unraveling our patriarchal legacy*. Filadélfia, Temple University Press, 1997.

pode ser separada do corpo que a leva ao mercado. Nesse sentido, as formas de exploração estão definidas pelo caráter falocêntrico³⁸, ou, melhor ainda, patriarcal da sociedade. Compreensão que vai acompanhar a obra de Saffioti pelo resto do seu percurso intelectual.

Tal como foi descrito anteriormente, trata-se de uma ideologia cuja configuração essencial se assenta nas características da ideia da composição do poder simbólico que, de acordo com Saffioti, transcende a classe social e, por isso, exerceria efeitos sociais evidentes no *ethos* ou *socius* do que significa ser mulher na sociedade hodierna. Assim, sublinha, contra as teóricas que se limitam a discutir a condição da mulher através do gênero, a importância de se compreender as modificações no patriarcado que, segundo ela, ainda que se modificando permanece, e, portanto, ainda seria “legítimo afirmar-se que se vive sob a lei do pai” (2004, p. 48). Este último nos reconduziria para a relação entre gênero e patriarcado, ou, como passou a definir Saffioti, *Ordem Patriarcal de gênero*.

Não se tratou aqui, evidentemente, de examinar exaustivamente a multiplicidade de interpretações sobre a questão de gênero. Parece-nos que faz mais sentido, face à diversidade das interpretações existentes, buscar levantar alguns questionamentos sobre a incorporação por parte de Saffioti de todo esse arcabouço teórico de forma a estruturarmos o problema da escolha dessa categoria, questão que a nosso ver coloca problemas bastante complexos. Para tanto, no próximo item tratamos sobre a perspectiva do *Nó* defendida por Saffioti, associando-o à categoria gênero, já apresentada.

2.2 ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS PÓS-ESTRUTURALISTAS CONSTITUTIVOS DA RELAÇÃO CLASSE/PATRIARCADO-GÊNERO/SEXO-RAÇA/ETNIA NA OBRA DE HELEIETH SAFFIOTI

³⁸Aqui falo não se resume a um conceito linguístico, mas também em referência ao próprio sexo masculino.

A maior parte de suas obras, e as mais citadas, são, efetivamente, as que trazem a relação patriarcal de gênero como forma explicativa das relações sociais que prevaleceram até hoje. Para o campo do feminismo socialista, a hipótese que o exame cronológico das obras de Saffioti sugere³⁹ se confirma por diversas afirmações que encontramos ao longo de toda a sua obra. Como vimos, ainda que Saffioti, ao longo de sua carreira, adira significativamente à categoria gênero, ela não descarta o patriarcado como categoria explicativa; ao contrário, faz um esforço em resgatá-la mesmo quando *patriarcado* se considerava “fora de moda”.

Sobre os laços entre capital, patriarcado e gênero, questão central em seu arcabouço teórico, ela defende, como vimos pela sua concordância com Bourdieu, que a instância patriarcal não se refere somente à família, mas a todas as instâncias da sociedade. Verificamos que a permanência desses fundamentos acoplados a vertentes pós-estruturalistas se justificam pela busca, por parte da autora, em desenvolver uma pesquisa e um projeto que abarcassem as questões da subjetividade no campo das relações de poder mais focadas na interpretação de quem anuncia o sofrimento do que sobre o que está na causa desse sintoma.

Assim, para ela, patriarcado permanece como revelador da forma como as relações são hierarquizadas entre pessoas socialmente desiguais, enquanto o gênero se estende a relações, também, igualitárias. Eis porque o patriarcado não pode ser descartado, para Saffioti, pois caso o feminismo enverede por essa opção, estaria, no entender da autora, a negar a relação de classe que se estabelece quando determinada classe dominante se utiliza dele para exercer um certo domínio sobre um sexo específico.

Gênero e patriarcado são, portanto, categorias filosóficas e históricas procedentes de orientações divergentes, o que explica porque, na continuidade de sua pesquisa, ela não só não abandona as categorias apropriadas no início de sua carreira como incorpora-as a outras, como o já descrito poder e violência simbólica.

³⁹Falamos aqui da evolução das obras de Saffioti, que a partir da década de 1980 trazem cada vez mais referências aos estudos de gênero.

Dito isto, no nosso entendimento esta compreensão sobre gênero nos parece problemática. Acrescentamos que não há em nossa análise absolutamente nenhum problema na complementaridade de categorias, pois consideramos importante a possibilidade de termos um avanço nos aspectos teóricos que permitem a compreensão da realidade em que vivemos, oferecendo bases fundamentais para a formulação estratégica que nos ajuda a chegar a uma possibilidade prática, realmente emancipadora. No entanto, o problema está, e isto é, a nosso ver, ainda mais importante, em alguns elementos:

a) na validação de tais aspectos teóricos, confrontando-os com a realidade da lógica capitalista e sua incompatibilidade com o próprio capitalismo;

b) na relativização da teoria do Marxismo, afastando-o cada vez mais dos pressupostos de Marx sobre o capital sustentado no trabalho explorado, contendo determinações imanentes à sua estrutura, com o intuito de adequá-la às compreensões do campo feminista;

c) na importância de compreendermos qual o melhor ferramental teórico para que a classe trabalhadora avance em direção à emancipação real dos trabalhadores.

Desta forma, observa-se uma relativização do marxismo e uma adesão ao pensamento identitarista, de origem pós-moderna. Além disso, as análises realizadas ao longo deste capítulo corroboram com a ênfase nas questões identitárias, particulares, com um certo repúdio à ideia de totalidade, eixo central da teoria marxista da história. Nesse sentido, há uma tendência à desqualificação da totalidade, o que acaba corroborando a perspectiva pós-moderna que implica em rejeitar a centralidade conferida à classe e, portanto, à categoria exploração como aquela que sintetiza a multiplicidade das restantes. É necessário acrescentarmos também que a despeito de todas as colorações que os expoentes da corrente descrita venham a adotar, há, para Wood, uma insensibilidade histórica imanente às teorias pós-modernas, chegando à conclusão que o pós-modernismo não é mais o diagnóstico, mas parte da doença em sua disputa abstrata de capilaridades de poderes (WOOD, 1999).

Por outro lado, essa ambiguidade não impediu que a categoria “Poder”, numa leitura foucaultiana, passasse a fazer parte do arcabouço teórico de análise da autora. Isso porque, entre outros motivos, a autora explicita que sua abordagem considera a necessidade de uma apropriação ressignificada das categorias elaboradas por Marx. Uma outra observação se faz necessária: Saffioti inicia com Marx, mas se propõe ir para além de Marx em suas compreensões. Sua obra expressa, para ela, o que seria não apenas a sinalização para uma teoria da transição, mas também para demarcar sua concepção de ir para além do campo conceitual de Marx.

Quais são, portanto, as implicações políticas desse encontro entre campos teóricos tão diametralmente diferentes?

Se essa continuidade-descontinuidade entre categorias oriundas do campo pós-estruturalista e marxista acontece constantemente na obra da autora, entendemos que faz-se necessário um pouco mais de acuidade. Se a questão, para Saffioti, está em complementar o marxismo com o campo categorial pós-estruturalista, como: Relações de Poder (no sentido Foucaultiano), violência simbólica, gênero etc, consideramos essa proposta duvidosa, até porque a própria Saffioti jamais descreve o que entende por “dialética” ou “exploração”, termos que aparecem de forma significativa em toda a sua obra.

Assim sendo, consideramos que se faz necessário questionar essa elaboração em torno da totalidade que se propõe a juntar compreensões teóricas cujas bases constitutivas de análise são diametralmente distintas no que toca à compreensão do real e seu movimento. Em especial, gostaríamos de focar os pontos em que o feminismo classista se entrecruza com formulações antagônicas ao campo do marxismo, e os desdobramentos políticos que daí decorrem. De forma resumida, isso quer dizer que o chão de análise em questão permite-nos sintetizar este momento da pesquisa de Saffioti da seguinte forma:

a) A incorporação em sua obra de vertentes teóricas que, num primeiro momento, se vinculam quase que estritamente à discussão sobre a relação entre classe e sexo-gênero, mas com as modificações operadas na esfera do trabalho concreto após os anos 1980 aparecem outras ligadas a distinto arcabouço teórico. Esse novo campo categorial passa a ganhar centralidade na obra da pesquisadora;

b) Em consequência da primeira condição descrita, na própria Saffioti podemos encontrar uma proposta teórica-política sistemática, essencialmente convergente com a lógica cultural que se tornou dominante no último quartel do século XX, que marcou e marca épocas no debate sobre o feminismo. Temos aqui, portanto, o surgimento das temáticas, como a classe, o sexo-gênero e a raça-etnia, e enveredando por novos caminhos que até então permaneciam à margem, em especial em quebrar o muro existente entre classe e sexo. Por um lado, a manutenção da categoria patriarcado e de classe; por outro lado, a adoção do campo categorial que advém do pós-estruturalismo, como gênero e multivetores que representam igual centralidade como forma de enfrentamento ao capitalismo;

c) Quando retrata o conceito gênero, nunca o utiliza isoladamente, assim seguindo a linha dos expoentes dessa tendência intelectual, após os anos 1990 a autora, preocupada em dar resposta às questões de violência de gênero, vê na produção teórica sobre o poder dos discursos um oceano de categorias que, aparentemente, complementam o que ela considera ser uma falta no marxismo;

d) Destacamos nesse percurso da autora o seguinte embasamento teórico como base para análise desse contexto na relação sexo-gênero: Saffioti vai incorporar o campo categorial das obras de autores como: Scott, Foucault e Bourdieu, de intelectuais dos campos considerados estruturalista e pós-estruturalista;

e) Portanto, a dificuldade à qual se expõem tais tentativas de mesclar vertentes teóricas tão antagônicas não nos parece que torne a busca pela compreensão do real mais enriquecida. Questionamos, inclusive, se não acaba mais por contribuir para reforçar o sistema que se pretende questionar e derrubar. Afinal, Foucault, autor que Saffioti passou a ter como referência na discussão sobre a violência, é um anti-humanista⁴⁰, e da sua conhecida proclamação “morte do

40 Neste campo dos anti-humanistas, alguns intelectuais como Luc Ferry e Alain Renault na obra *La pensée 68: Essai sur l'anti-humanisme contemporain* (1988), fizeram uma elaborada crítica a esses autores denominados os Sixties, e destacam como principais influências do que viria a ser na prática a pós-modernidade: Foucault, Lacan, Derrida, Lyotard e Heidegger. Seriam os autores que se oporiam à ideia de que a humanidade, a partir da universalidade, poderia agir rumo a uma emancipação comum. Ou seja, ao negarem totalmente o humanismo, negam, por consequência, a possibilidade de perspectivas emancipadoras, pois toda a busca teria que ser feita fora do próprio Homem/humanidade, já que este “está morto”. Assim, à ideia de igualdade e universalidade humana defendida, os pós-estruturalistas opõem as particularidades e a “autenticidade” da diferença. Para Ferry & Renault, o anti-humanismo e a declaração de morte do sujeito, que está na base das contemporâneas teorias liberais, também plasmou influências

homem”⁴¹, se opõe a qualquer possibilidade de se pensar a emancipação humana, muito menos a revolução que colocasse um fim ao sistema capitalista.

A partir dos pontos expostos acima, consideramos, portanto, que alguns “nós” precisam ser desatados. Entender-se-á, aqui, por “desatar nós”, tanto a exposição de Saffioti quanto a análise crítica das conclusões alcançadas pelo designado campo feminista-socialista. Falamos aqui da empreitada que é se imaginar a emancipação real como possibilidade, pois, somos seres históricos que, enquanto humanidade, podemos modificar radicalmente o rumo das relações. Ou seja, a permanência da perspectiva humanista que busca respostas dentro da própria humanidade, e não fora dela. Portanto, há que se desvendar o significado profundo da análise feita por Saffioti, dentre elas a centralidade do *nó*, como veremos a seguir que condensa diferentes perspectivas de análise, desde a marxista até a pós-moderna e pós estruturalista, como demonstramos nesse capítulo.

de uma certa inspiração marxista expressa em Bourdieu e Althusser. Em todos eles, o ser "é (...) um 'lugar', o 'aí' onde o Ser, de si mesmo, faz época" (FERRY; RENAUT, 1988, p. 242).

41 Expressão que se encontra no livro *As palavras e as coisas*, da autoria de Foucault.

CAPÍTULO III

3. O PATRIARCADO E A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO: UM PERCURSO SOBRE O *NÓ* DE SAFFIOTI

A partir das constatações apontadas, é necessário **reconstituir como se construiu um consenso, no campo feminista marxista, em torno da pressuposta indissociabilidade entre patriarcado e capital.** Aqui pretendemos acompanhar Saffioti nos seus próprios impasses em consequência da definição do *Nó*, ou seja, dar início ao desafio de apresentarmos e desatarmos esse *Nó*. Posteriormente, nos capítulos que se seguem, procuraremos dissertar sobre a forma trabalho inerente à sociedade do capital e sua relação com a inserção crescente da força de trabalho feminina na esfera produtiva. Partimos desse solo como forma de apreendermos e desvelarmos as imbricadas articulações entre a universalidade do fenômeno – o capital e a questão aqui tratada – o patriarcado. O que restou, afinal, do patriarcado? Quais são as manifestações que permanecem e se justificam?

Sem adentrarmos ainda nas modalidades específicas desta compreensão de cosubstancialidade entre Capital e patriarcado defendida por Saffioti, é preciso sublinhar, que essa relação entre ambos os fenômenos (capital e patriarcado) se apoia sempre na argumentação, segundo a qual, o capitalismo ruiria se tivesse que abdicar da dominação patriarcal. Vamos, então, por partes.

3. 1 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO PATRIARCADO EM HELEIETH SAFFIOTI

Com o objetivo de situar o patriarcado numa perspectiva histórica e em âmbitos específicos, Saffioti contextualiza expressões do patriarcado a partir de estudos de vários autores sobre essa questão. O patriarcado é estudado pela autora por comparação com outras formas de organização da vida, inserindo-o no contexto de distintas manifestações de relações sociais. Ela é

influenciada por uma gama de autores desde Weber⁴², Lerner, Johson, Engels, até mais recentes, Pateman e Kergoat influências expressas em obras, como, *A Mulher na Sociedade de Classes* (1969); *O Poder do Macho* (1987) e *Gênero, Patriarcado, Violência* (2004). A partir das elaborações teóricas desses autores, relaciona o patriarcado à sua utilidade para a manutenção de cada forma de organização social específica.

De acordo com o descrito, do qual parte a feminista materialista, demonstra-se, para a autora, a impossibilidade de justificar a dominação das mulheres por fatores sexuais ou “naturais”. Assim, segundo Saffioti, o patriarcado perpassa toda a sociabilidade e, por isso, seria:

[...] imprescindível reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado. Considera-se muito simplista a alegação de a-historicidade deste conceito. Primeiro porque este constructo mental pode, sim, apreender a historicidade do patriarcado como um fenômeno social que é, além do fato de o conceito ser heurístico. Segundo, porque na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do fato social. Isto equivale a afirmar que por trás desta crítica esconde-se a presunção de que todas as sociedades do passado remoto, do passado próximo e do momento atual comportaram/comportam a subordinação das mulheres aos homens (2004, p. 104).

Nesse sentido de historicizar o fenômeno patriarcado, tanto a propriedade privada quanto a concomitante forma familiar que corresponde à origem do patriarcado não fazem parte da essência da humanidade, mas antes surgiram de formas históricas específicas imbricadas umbilicalmente a, também, formas de produção específicas. Vale acrescentar que, na linha de pesquisa da autora, o patriarcado seria aquele conceito que mais cedo foi responsável pelo pacto de subordinação das mulheres em relação aos homens. Seguir-se-ia o racismo⁴³, em consequência

42 Saffioti frisa que, “o conceito de patriarcado usado quer por feministas radicais quer por marxistas afasta-se da concepção Weberiana” – a qual há que cuidar pela separação que faz entre o político, o econômico e o social no uso do “construto mental” dominação – este relacionado com o princípio de subjetividade: Weber analisa, assim, “as bases da legitimidade recorrendo a fatos sempre redutíveis à subjetividade, inscrevendo-se a auto-justificação como processo pelo qual se erige em lei universal o conceito subjacente à dominação” (SAFFIOTI 2004, p. 99). Porém, Saffioti discorda da visão de Weber sobre a relação entre dominação-exploração: para ela não são ilhas que se separam entre terrenos políticos e econômicos, pois, de acordo com Saffioti, a análise “Weberiana (...) divide uma realidade una. Esta já constitui razão suficiente para se recusar esta maneira de pensar” (SAFFIOTI, 2002, p. 12).

43 Além de gênero ela vai se debruçar mais detidamente sobre a questão do racismo, como mais um dos vetores que contribuem para a formulação de estigmas estruturalmente úteis no processo de valorização de capital; ela

do processo de expansão e escravidão (CALADO,2016). E, por fim, “em muitas destas conquistas, o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher foi estendido aos povos vencidos” (SAFFIOTI, 1987, p. 60). Aqui está, segundo a autora, uma das origens do patriarcado clássico em que: “com frequência, mulheres de povos vencidos eram transformadas em parceiras sexuais de guerreiros vitoriosos ou por estes violentadas” (SAFFIOTI, 1987, p. 65). E, de acordo com os estudos de Lerner, seguidos por Saffioti, a construção do patriarcado “precisou de aproximadamente 2.500 anos: de 3100 a.C. a 600 a.C., quando apenas então teria se consolidado. Sua idade é, pois, segundo as evidências encontradas por esta historiadora, de 2.400 anos” (2004, p. 52).

Compreende-se, em todo o caso, que o feminismo de Saffioti, que entende a dominação das mulheres num patriarcado longínquo⁴⁴, defende que essa dominação é resultado da constituição de um pacto entre homens, denominado de patriarcado, que teria sido ainda responsável pelo enraizamento das relações hierárquicas que se estabeleceram entre homens e mulheres que não estão, necessariamente, representadas pela figura masculina. Antes, para ela, e no mesmo sentido da compreensão de Bourdieu sobre a “violência simbólica”, independe da figura masculina singular, ou seja, o patriarcado “[...] funciona como uma engrenagem quase automática,

chama atenção para o reconhecimento do racismo e do capitalismo e a “simbiose” que se manifesta na articulação do patriarcado-racismo-capitalismo.

⁴⁴O que não significa a inexistência de focos de resistência por parte das mulheres, tais como: SAFO “poetisa grega nascida de Lesbos, no ano 125 a.c, criou o centro para a formação intelectual da mulher.” (ALAMBERT, 1986, p. 5). Posteriormente, na idade média, aquela que, de acordo com Alambert poderia ser considerada a precursora do feminismo: CHRISTINE DE PISAN (séc. XIV e XV), que terá sido a primeira mulher escritora a viver de sua produção. Dedicou sua obra à luta pela igualdade entre homens e mulheres, contrapondo-se aos que calcavam suas análises na existência de um abismo natural entre homens e mulheres. Defendeu, ainda, o direito ao acesso igual à educação (ALAMBERT, 1986). Posteriormente, MARTIN LE FRANC (séc. XV), rebateu os que acreditavam na inferioridade natural das mulheres, afirmou que a resposta não estava na natureza, mas sim na parca educação a que meninas e mulheres tinham acesso. No séc. XVII pela figura de MARIE DE GOURNAY, “filha adotiva de Montaigne, [...] se engajou na luta feminista com seu *Tratado de igualdade dos homens e mulheres*” (ALAMBERT, 1986, p. 7), reanimou a ideia de que a insuficiência intelectual feminina era consequência da fraca educação. Muitas outras mulheres se dedicaram a esta questão, algumas não têm seus nomes registrados na história, já que por muitos séculos ser mulher e intelectual era algo perigoso.

pois pode ser acionado por qualquer um, inclusive por mulheres” (SAFFIOTI, 2000, p. 43). Em suas manifestações cotidianas, o patriarcado prescindiria dessa referência física masculina, seria algo incrustado no imaginário social baseado em pressupostos forjados de tempos longínquos.

Esse é descrito como uma reverberação do preconceito contra as mulheres e legitimado através de um poder patriarcal, pois, “no que tange ao sexismo, o portador de preconceito está investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata” (SAFFIOTI, 2005, p. 58). Nessa convicção sobre o patriarcado, Saffioti, no texto *Ontogênese e Filogênese do gênero* (2009), vai ilustrar através do relato do filme *Lanternas vermelhas*⁴⁵ essa imagem construída de maneira cinematográfica representa o fato do patriarcado prescindir, nalguns casos, da figura masculina para a sua reprodução mantendo, através de ideologias, formas de dissimulação da realidade, contribuindo de maneira desfavorável para os sujeitos subalternizados. Neste caso, a mulher:

[...] nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcado [...] Além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. Quando a quarta esposa, em estado etílico, denuncia a terceira, que estava com seu amante, à segunda, é esta que faz o flagrante e que toma as providências para que se cumpra a tradição: o assassinato da “traidora”. (2000, p. 7).

Este cenário elaborado pelo cineasta Yimou Chen captou, segundo Saffioti, a relação de subalternização da qual as mulheres são, ao mesmo tempo, “Metade vítimas, metade cúmplices” (SARTRE *apud* BEAUVOIR, 2008, p. 8), razão também pela qual não se torna confortável aos homens questionar a ordem patriarcal.

Já na obra *Gênero, Patriarcado e Violência* (2004), Saffioti ressalta a importância de se compreender o patriarcado em suas imbricadas articulações com o contrato sexual, ou seja, a fundamentação das relações patriarcais pode ser encontrada no que chamamos de mundo extra-

⁴⁵Filme disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A0EuSN2QB5Q>>. Uma ressalva importante sobre este filme, ele ilustra costumes e regras sociais antigas referentes a um senhor feudal e não à China em seu período atual de capitalismo extensamente desenvolvido.

lar, ou, nas palavras da autora, “mundo público”. Quer dizer que não há, efetivamente, uma separação entre o público e o privado, estes antes se “mesclam” constantemente. Somos, assim, conduzidos a estabelecer um elo entre uma relação hierárquica que se estabelece em todas as veias do social, que “representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2004, p. 56). Logo, tratando-se de uma sociedade patriarcal, a violência se instituiria por meio de uma concessão feita pelo que ela define como dominado ao que domina. Como se trata de uma construção ideológica que conta com a naturalização do fenômeno e ocultamento do mesmo, o próprio ser dominado, através da dominação, tanto não se compreende nesse papel como não possui o distanciamento necessário para estranhar o construto social-material do qual o dominado é produto.

A essa pesquisa sobre o patriarcado ela agrega as análises feitas por Engels em *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884) acerca da cisão entre a propriedade e os impactos na transformação das formas de organizações sociais tradicionais. Assim, a base da conformação do patriarcado tem seus pilares centrais, segundo Saffioti, em duas questões principais: o homem passou a ser proprietário dos instrumentos de trabalho e, em consequência, ganhou poder de propriedade sobre a mulher fora e dentro do espaço doméstico e em decorrência disso, a herança, outrora matrilinear, passou a ser direito de escolha patrilinear,

Esse direito [matrilinear] teria que ser abolido, e o foi. [...] Tal revolução – uma das mais profundas que a humanidade já conheceu – não teve necessidade de tocar em nenhum dos membros vivos da gens, mas os descendentes de um membro masculino que permaneceriam na gens puderam continuar sendo o que até então haviam sido. Bastou decidir simplesmente que, de futuro, os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino saíam dela, passando à gens de seu pai. Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno [...], isso remonta aos tempos pré-históricos. (ENGELS, 1982, p. 59-60).

No curso dessa análise, Saffioti continua, a partir do exame das ideias de Engels sobre a questão do patriarcado:

O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples

instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (1982, p. 61).

Dessa forma, as formações de grupos designados por família têm seus contornos determinados pela feição que a produção e reprodução material assume em determinado momento histórico. Nesse movimento de segregação podemos resumir a tessitura da família monogâmica, de acordo com Engels e resgatada por Saffioti (1969), da seguinte forma:

- O fim da predominância da atividade coletiva, que passa a ser substituída por um núcleo familiar específico e concomitante raiz da dominação do homem sobre a mulher;

- A descoberta sobre a participação dos homens na reprodução dos filhos deitou por terra a crença de que era um privilégio divino das mulheres.

O controle sobre as mulheres, que daí adveio, foi sustentado com o intuito de cumprir os seguintes objetivos: (ENGELS, 1982).

- Garantir, através da monogamia exclusivamente feminina, o controle sobre a descendência, mantendo a herança dentro do clã familiar. Aplica-se pela primeira vez na história da humanidade uma dupla moral para homens e para mulheres. Deu-se o primeiro passo na captura da sexualidade feminina. As mulheres confinadas ao espaço do lar limitavam seu círculo de relações sociais ao espaço familiar, cujo papel precípua passou a centrar-se no de serem boas esposas e mães dedicadas, enquanto os homens, como provedores, mantinham uma vida muito mais estimulante fora do círculo doméstico, e aos quais eram permitidas relações extraconjugais. Por exemplo, o código de Napoleão (1804), que garantia a infidelidade exclusivamente masculina, uma vez que a feminina era punida com pena de morte;

- Aumentar a prole com o objetivo de integrar mais força de trabalho para uma maior produção de riqueza, e com isso aumentar o excedente;

- Garantir novas reprodutoras, o que, segundo Saffioti, significou a conformação de um sistema que surgia ao mesmo tempo em que colocava as mulheres na condição de “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras.” (SAFFIOTI, 2004, p. 58).

Observamos, portanto, e de acordo com Saffioti, a partir da leitura de Engels, que a origem da família monogâmica, que por sua vez expressa uma das facetas da apropriação privada dos meios de produção, esteve na gênese da dominação das mulheres. Foi dessa nova escala de propriedade dos meios de produção necessários para a sobrevivência que Engels situou o nascimento da monogamia no momento do movimento que vai da sociedade primitiva para a sociedade de classes, em que a “[...] divisão do trabalho não era primitivamente senão a divisão do trabalho no ato sexual” (MARX e ENGELS, 1980, p. 37). Portanto, Saffioti recolhe de Engels a reflexão sobre o papel da família monogâmica e a dominação das mulheres. Seguimos desvendando o pensamento da autora, analisando, a seguir, o patriarcado, o contrato social e a propriedade privada.

3.2 O PATRIARCADO, O “CONTRATO SEXUAL” E A PROPRIEDADE PRIVADA

Constatamos, assim, que na compreensão de Saffioti a família é, no sentido aqui descrito, uma importante chave de análise sobre a forma como passaram a se situar os papéis femininos e masculinos nas esferas extra-lar. Resumindo, esse processo histórico de formação da família monogâmica sinalizou “a gênese de uma nova relação social, de um novo complexo social – que é fundado pela passagem do trabalho de coleta ao trabalho alienado (explorado)” (LESSA, 2012, p. 28).

Apoiada nessa compreensão sobre a família, e seguindo as pesquisas de Pateman sobre o Patriarcado, Saffioti em *O Contrato Sexual* (1988), assim se posiciona com relação a Pateman:

Efetivamente, a análise de Pateman revela a dimensão mais profunda, essencial do patriarcado, atribuindo-lhe um significado que a maioria de suas (seus) utilizadoras(es), e sobretudo suas/seus opositoras(es), ignoram. Além disto, esta autora ressignifica outras questões, presumivelmente apenas circundantes. Imputa-se, via de regra, uma responsabilidade quase exclusiva à socialização sofrida pelas mulheres na sua submissão aos machos. Pateman dispõe de outro argumento. Diferentemente de muitas explicações, a consciência que as mulheres têm de si mesmas não deriva da socialização que receberam, mas de sua inserção como mulheres e esposas na estrutura social (SAFFIOTI, 2000, p. 31).

Essas explicações históricas refletem, ainda que com algumas ressalvas, uma realidade específica da sociedade patriarcal, a liberdade do homem e a sujeição da mulher, que deriva, por sua vez, do contrato original, que:

[...] não pode ser compreendido sem a metade perdida da história que revela como o **direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal.** Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993, p. 60-61, grifo nosso)

Assim, o contrato pelo casamento que corresponde à família monogâmica é “o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil” (PATEMAN, 1993, p. 21). De acordo com Pateman, e indo ao encontro de sua formulação acima exposta, o contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres, se refletiria, por consequência, na extensão do controle estatal sobre os aspectos da produção e reprodução. Também neste caso particular, o tema do patriarcado que atravessa toda a obra de Saffioti é, para ela, expressão da forma como a tradição está presente em diversos contextos e relações sociais. Na sequência, Saffioti considera que o patriarcado é, em todo o caso, responsável pelos muros ideológicos que se erguem historicamente contra as mulheres: por um lado, criando a base material responsável pela exclusão das mulheres dos espaços de cidadania; ao mesmo tempo, reativando constantemente todo o pensamento preconceituoso que justificaria a manutenção das hierarquias

para restaurar, de forma dissimulada, o domínio patriarcal em condições estruturais distintas (CALADO, 2016).

No sentido acima descrito, Saffioti compreende que uma vez que às próprias mulheres estava impossibilitado o acesso ao conhecimento produzido socialmente, elas acabavam excluídas de qualquer espaço de decisões sobre a vida e, por consequência, do espaço público. Era-lhes, por isso, vedada a possibilidade de denunciar as condições a que estavam sujeitas. Por conseguinte, às representações patriarcais corresponde, segundo Saffioti, um desfecho histórico infeliz, pois às mulheres é, em consequência, tolhido o direito de participação na formulação das leis e regras; por isso, as mulheres são, para Saffioti, expulsas das decisões referentes à *Res* pública. Obedecendo a essa lógica, o patriarcado trata-se resolutamente de um fenômeno que pode ser compreendido como sendo “relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (SAFFIOTI, 2004, p. 119), questão que teria contado com “a primazia masculina”. É, por conseguinte, um conceito de ordem política” (*ibidem*, p. 139).

É nesse sentido que Saffioti afirma que os filósofos, ao longo da história, tentavam explicar, com base em fatores biológicos, que as mulheres seriam seres naturalmente inferiores. Para exemplificar esta constatação cientificamente insustentável ela remete à Idade Média, quando representantes da ideologia dominante, na ânsia de manterem as configurações tradicionais, ganharam voz pela mão de Santo Tomás de Aquino, para o qual a mulher “é um ser acidental e falho” que “Sobre si mesma ela não tem autoridade alguma”, e vai além: “por natureza a mulher é inferior ao homem em força e dignidade, e por natureza lhe está sujeita, pois no homem o que domina, pela sua própria natureza, é a facilidade de discernir, inteligência” (*apud* ALAMBERT, 1986, p.34).

Enfatizamos duas situações em curso a que nos remete a autora estudada: às mulheres era-lhes vedado o acesso aos espaços extra lar de um lado, espaço central intransponível de acesso ao conhecimento elaborado e acumulado pela humanidade, e de outro, consideravam-nas socialmente incapazes de voos intelectuais. Nessa trajetória, e, de acordo com a autora, ainda que as mulheres tenham exercido um papel central para colocar um ponto final na sociedade feudal,

não encontraram na história da revolução burguesa o reconhecimento que lhes era devido, principalmente as mulheres da classe trabalhadora.

Nesse espírito, Saffioti elabora uma análise crítica⁴⁶ sobre a relação entre as ciências e a manutenção da *mística feminina*, mais especificamente da psicanálise à antropologia. Ao buscar explicações no arcabouço teórico que se debruça sobre a instituição do patriarcado, conclui que há algumas armadilhas nas elaborações da psicanálise freudiana que permeiam as definições de masculinidade e feminilidade. De acordo com Saffioti, o binômio freudiano “passivo-feminino; ativo-masculino” (2013, p. 442) corrobora para a manutenção do status social específico, a partir da categoria sexo, na manutenção da mística feminina através da ideia de que a mulher seria a falta⁴⁷.

46 *A mulher na sociedade de classes* (1969).

47 Nesta questão sobre Freud e a feminilidade gostaríamos de fazer algumas breves e resumidas ressalvas. Particularmente em relação ao posicionamento de Freud. Saffioti, ao dedicar um capítulo do livro “*A mulher na sociedade de classes*” criticando a psicanálise freudiana sobre o lugar onde o psicanalista citado situa a mulher, parece transferir para os meados do séc. XIX a sua realidade e a condição das mulheres na segunda metade do século XX. Afinal, Freud foi dos poucos homens de sua época que se predispôs a entender a condição feminina. De uma forma limitada à condição cultural, porém, muito à frente do que havia sido escrito até então sobre o lugar da feminilidade e como caracterizá-la psicologicamente, já que ele propõe pensar a constituição do feminino e o contexto em que se exerce determinada condição feminina. Ou seja, há pela parte dele uma preocupação em contextualizar a situação histórica e material que colocava determinados limites às mulheres. Para Freud, não era tão claro que a relação entre o que é feminino ou masculino estaria diretamente ligada ao sexo biológico, ou que se basearia em diferenças tácitas. No texto *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925), ele escreve o seguinte: “todos os indivíduos humanos, em razão da sua constituição bissexual (...) reúnem em si características masculinas e femininas, de maneira que a pura masculinidade e a pura feminilidade são construções teóricas de conteúdo incerto” (p. 271). Posteriormente, na continuidade do debate, no ano de 1933, na conferência XXXIII intitulada *A Feminilidade*, Freud faz a seguinte observação: “Se agora vocês disserem que esses fatos continham justamente a prova de que tanto os homens quanto as mulheres são bissexuais no sentido psicológico, daí então eu concluo que vocês decidiram por si próprios fazer coincidir “ativo” com “masculino” e “passivo” com “feminino”. Mas eu os desaconselho”. Acrescenta, tendo em conta o contexto que ele situa historicamente, mas não o naturalizando, o seguinte na mesma conferência: “Poderíamos pensar em caracterizar psicologicamente a feminilidade através da preferência por metas passivas. (...) isso não é a mesma coisa que passividade (...) devemos, contudo, atentar para que a influência das normas sociais não seja subestimada, normas que, de forma semelhante, forcem a mulher para situações passivas”. (FREUD, 2018, p.317). Portanto, Freud está longe de ignorar as circunstâncias sociais nas quais se gesta a feminilidade. Talvez um dos casos mais conhecido seja o caso da paciente Ana O., em que ele define sua histeria como consequência de uma vida limitada para alguém com um “vigoroso intelecto”. Esgotadas as possibilidades de escolhas para as mulheres de seu tempo, ele as considerava condenadas “à pobreza das escolhas de destino permitidas às moças”. Freud não era um feminista, tampouco ignorou a condição social e histórica que era imposta às mulheres de seu tempo. Aliás, a hostilidade a que elas estavam sujeitas foi objeto de análise do psicanalista e, ao demonstrar que não se tratava de questões naturais, inseriu na psicanálise o que mais tarde Simone Beauvoir

Outro aspecto destacado pela autora sobre a historicidade do patriarcado refere-se à relação indissociável entre o Estado, inclusive do Estado burguês, e o fenômeno descrito, na relação extra lar através do contrato sexual. A teoria do contrato, com efeito, lança luz à análise da dominação masculina. Afirma Pateman:

As mulheres têm que entrar no contrato de casamento, mas o contrato sexual exige que elas sejam incorporadas à sociedade civil em bases diferentes das dos homens. Estes criam a sociedade civil patriarcal e a nova ordem social fica estruturada em duas esferas. A esfera privada é separada da vida civil pública e, ao mesmo tempo, faz e não faz parte da sociedade civil – e as mulheres são e não são parte da ordem civil. As mulheres não são incorporadas como ‘indivíduos’, mas como mulheres, o que, na história do contrato original, significa subordinados naturais – os escravos são uma propriedade. O contrato original é cumprido, e os homens têm o direito patriarcal reconhecido, somente se a submissão das mulheres na sociedade civil estiver assegurada. (1993, p. 266-267).

Condições históricas desse tipo, argumenta Pateman em *O Contrato Sexual* (1988), ocorrem em razão do acesso diferente à base material entre homens e mulheres. Portanto, na relação umbilical entre propriedade privada e patriarcado estaria, para Saffioti e Pateman, em curso uma redefinição daquilo que viria a ser o papel da mulher na sociedade de classes. Segundo a autora, o patriarcado é, pois, um fenômeno que serve aos interesses das classes dominantes e se reproduz, por exemplo, através do sexismo. Em consequência dessa conclusão, a forma desigual de acesso à propriedade por parte de mulheres em relação aos homens tinha no patriarcado sua principal justificativa. Pois, o controle sobre a produção e reprodução, delegada pelo acesso exclusivo, por parte dos homens, à propriedade permitiu-lhes ascender socialmente o que “revela como direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. Nesse sentido a liberdade civil tem sexo, ela não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (PATEMAN, 1993, p. 170).

Saffioti, na trilha de Pateman, define esse fenômeno – o patriarcado-como:

[...] um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as

elogiaria como a compreensão histórica de que a mulher não nasce mulher, herdeira da feminilidade, mas constrói-se como tal.

mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres. (SAFFIOTI, 2005, p. 41).

Essa ideia de que as mulheres, através do contrato de casamento e, conseqüentemente, do contrato sexual seriam inseridas na esfera civil como mulheres e não como “indivíduos”, impõe-se efetivamente na elaboração teórica de Saffioti. Pois se resume à convicção de que, ao contrário do homem quando vendedor da força de trabalho, a questão do sexo entraria em segundo plano, já no ingresso das mulheres na esfera produtiva do capital; o sexo feminino seria a característica distintiva, ou, por outras palavras, as características úteis da força de trabalho feminina ganhariam protagonismo com efeitos deletérios para as mulheres trabalhadoras.

Ainda, a descrição sobre o lugar da família na vida das mulheres, com sua insistência sobre o papel desempenhado pelas formas sociais e legados históricos como o patriarcado, contribui, inevitavelmente, segundo a autora, para a constituição de um imaginário que perpassa os modos de produção distintos e que plasma os ideais de gênero que servem de fundamento para a formulação de uma teoria sobre a feminilidade. Assim, no pensamento político contemporâneo, a subordinação civil ganharia destaque por meio da interdependência entre liberdade civil e direito patriarcal. A autora enuncia que:

O patriarcado contratual moderno tanto nega quanto pressupõe a liberdade das mulheres, e não funciona sem esse pressuposto. A recuperação da história do contrato sexual permite o acesso a essa percepção extremamente importante. (...) O debate político tem que abandonar as histórias das origens e dos contratos originais (...) Voltar-se para um ato primitivo é obscurecer a distinção entre a liberdade e a sujeição. Há outras formas de acordo livres pelas quais as mulheres e os homens podem instituir relações políticas (...) A fim de que o domínio dos homens seja substituído pela autonomia mútua das mulheres e dos homens, a liberdade individual tem de ser limitada pela estrutura das relações sociais, às quais a liberdade é inerente. (SAFFIOTI, 2013, p. 339-340).

A destruição da subjetividade feminina a que se refere Saffioti corresponde à afirmação de Beauvoir no que tange à questão dos sexos, que se prenuncia outra importante influência na obra de Saffioti:

[...] na mulher há, no início, um conflito entre a sua existência autônoma e o “ser outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se, assim, um círculo vicioso, pois quanto menos exercer a liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito (BEAUVOIR, 2008, p. 27).

Dessa forma, e seguindo o raciocínio de Saffioti, constitui-se, a partir do patriarcado, um mapa simbólico recheado de adjetivos diferenciados para caracterizar mulheres e homens, a partir dos quais ela passa a denominar a condição da mulher. Sobre esse ponto, Beauvoir analisou que enquanto homens e mulheres estivessem sujeitos a estímulos antagônicos, por conseguinte permaneceriam os abismos entre seus mundos, cuja expressão se plasmava em papéis sociais específicos para cada sexo.

Resumindo: a definição de patriarcado que a autora descreve teria sido transmitida principalmente através de mitos que acabaram por ser incorporados pelas sociedades ocidentais. Segundo analisa a própria autora na obra *Gênero e patriarcado: as necessidades da violência* (2005), podemos elaborar a seguinte síntese de Saffioti sobre o Patriarcado:

-Os homens se mantiveram como os proprietários privados dos meios de produção, disputando entre si a hegemonia, o que fez com que as mulheres precisassem passar pela relação com homens a fim de almejarem o acesso aos recursos necessários para a sobrevivência;

- A instituição da hierarquia e dominação, por parte dos homens, se deu através da prática que já haviam realizado em relação às mulheres, e que esteve também na escravatura, cujo início se verifica no processo de apropriação das mulheres de grupos rivais;

- Não se trata de uma relação privada, mas que está na base de toda a sociedade civil, configurando assim um tipo hierárquico que contaminaria toda a sociedade;

- Em consequência do ponto anterior, a dominação sexual das mulheres foi “institucionalizada nos primeiros códigos legais e tornada obrigatória pelo inteiro poder do

Estado”. (LERNER *apud* SAFFIOTI, 2005, p.50). Dessa forma a colaboração das mulheres com o sistema teria sido garantida de várias formas: força, dependência econômica em relação ao chefe de família masculino, “privilégios de classe outorgados a mulheres conformadas e dependentes pertencentes às classes altas, e a divisão artificialmente criada das mulheres em mulheres respeitáveis e não-respeitáveis” (LERNER *apud* SAFFIOTI, 2005, p. 50). Em consequência, dessa forma os homens passam a ter acesso sexual, através do designado “pacto sexual”, às mulheres em que o ingresso não se dá de forma igual para ambos os sexos. Durante muito tempo esse acesso era feito sem restrições, haja vista das leis que até ao séc. XX julgavam o adultério feminino de forma muito mais rigorosa do que o masculino, além da ausência sistemática da penalização do estupro no interior do casamento;

- Corporifica-se, pois considera que se sustenta na materialidade de um contrato que permanece; portanto, tem uma base material;

- Representa “uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2005, p. 62-63);

- Os Estados arcaicos já tinham uma constituição patriarcal e, em consequência, permaneceu a manutenção da família patriarcal;

- A queda das deusas femininas e a imposição de um Deus masculino “ocorreu na maioria das sociedades do Próximo Oriente em consequência do estabelecimento de uma monarquia forte e imperialista” (LERNER *apud* SAFFIOTI, 2005, p. 50). Conseqüentemente, às mulheres lhes foi retirado o poder sobre o controle da reprodução, que passou a ser mediado pelo deus masculino através de um ritual de “casamento simbólico ou real do deus masculino ou Deus Rei com a Deusa ou suas sacerdotisas. Finalmente, a sexualidade (erotismo) e a procriação são separadas com a emergência de deusas para cada uma destas funções, e a Mãe-Deusa é transformada em esposa/consorte do Deus chefe masculino” (LERNER *apud* SAFFIOTI, 2005, p.50). Situação que se fez acompanhar pelo surgimento do monoteísmo hebreu e a correlata relação entre pecado e sexualidade feminina. A partir daí, “seu único acesso a Deus e à comunidade sagrada reside em sua função de mães”. A consequência principal dessa desvalorização simbólica das mulheres foi uma “das metáforas fundantes da civilização ocidental. A outra metáfora fundante é fornecida pela

filosofia aristotélica, que assume como um dado que as mulheres são seres humanos incompletos e defeituosos” (LERNER *apud* SAFFIOTI, 2005, p. 51).

Então, para ela, são essas manifestações simbólicas e históricas que estarão na base dos também sistemas simbólicos ocidentais, onde se localiza a relação entre patriarcado e capitalismo, cuja dominação das mulheres aparece como algo “natural”.

Após observarmos, seguindo as pegadas de Saffioti, a historicidade que está na base da manutenção do patriarcado, cabe agora trazer alguns elementos que ofereçam pistas para a análise do solo histórico-social em suas interconexões com o desenvolvimento capitalista, no qual se acentua a aproximação das mulheres em relação à produção. Processo que foi, também, responsável por impactos cruciais tanto no que passou a ser o centro da vida das mulheres trabalhadoras, como, por conseguinte, no processo de formação política daquilo que viria a se materializar no viés que serve de fundamento teórico para a desmistificação da condição da mulher na sociedade de classes – o feminismo marxista, ou feminismo socialista. É nesse sentido que a autora vai desenvolver a imagem do *Nó* entre patriarcado, capital, gênero e etnia para descrever o caráter da sociedade capitalista.

Como podemos verificar ao longo de toda a sua obra, Saffioti desenvolve a ideia de inserção histórica da forma patriarcado passando pelo fator sexo até chegar à sociedade capitalista, revelando, por fim, que os imperativos da família monogâmica, intermediada pela divisão sexual do trabalho, funcionaram como uma âncora de sustentação do patriarcado, ao qual se consubstanciaram as transformações substantivas nas relações de trabalho que tiveram como pressuposto axial a necessidade de garantir a hereditariedade da propriedade privada dos meios de produção.

A partir do descrito, Saffioti conclui que o patriarcado estabelece, nos primórdios da sociedade capitalista, relações inseparáveis com as classes sociais, contribuindo para a manutenção da boa saúde do sistema. Assim, o patriarcado teria contaminado toda a constituição da nova sociedade não mais feudal e, inclusive, os segmentos ideológicos da sociedade capitalista. Por

consequente, foi levando ao extremo a possibilidade de justificar as discriminações na sociedade capitalista a partir da suposta herança patriarcal.

Esse carácter do capital, para Saffioti, vai ser esmiuçado nos capítulos *A evolução da condição da mulher no Brasil*, e no capítulo que amplia o estudo da condição da mulher para o cenário internacional, *Mulher e capitalismo*. Ambos são parte da obra *A mulher na sociedade de classes* (1969). Neste capítulo, deparamo-nos com o âmago explicativo da relação do *Nó* entre classe-sexo-patriarcado agregado à ideia de dominação-exploração/exploração-dominação.

Aqui, a autora começa por discorrer sobre a realidade do Brasil, que ela considera ser um país de características de uma economia dependente. Assim, tomada pela necessidade de compreender o fenômeno da dominação/exploração no Brasil, compartilha e passa a utilizar-se do princípio desenvolvido por alguns intelectuais da atualmente chamada teoria marxista da dependência (DOS SANTOS, 2015)⁴⁸. Condição de dependência tal que, segundo ela, reverbera numa relação específica da força de trabalho, dedicando especial atenção à evolução da força de trabalho feminina e à posição social da mulher ao longo das épocas na sociedade brasileira. Mais especificamente sobre a evolução da condição da mulher no Brasil, resgata Max Weber, particularmente sobre o patriarcado, e também faz uso da categoria weberiana de casta para remeter ao capitalismo e transpor de uma para outra a condição da mulher no Brasil.

A partir desse momento, as escolhas de Saffioti se pautam por essa temática, a partir da qual ela se consolidou como referência no Brasil e em nível internacional. Neste capítulo, a autora procura fazer uma pesquisa que se aproxime, no contexto das relações sociais mais amplas, às múltiplas determinações e expressões da sociabilidade do capital para a emancipação feminina.

⁴⁸Para mais informações sobre o assunto, propomos a própria obra de Teotônio dos Santos, seguida por Saffioti. Teotônio dos Santos é considerado um dos grandes economistas da esquerda ancorado na teoria marxista. Segundo seu testemunho em entrevista a Néstor Kohan, em 2015, as três obras matriciais da teoria marxista da dependência seriam: *Dialética da dependência*, de Rui Mauro Marini; *O capitalismo dependente latino-americano*, de Vânia Bambirra e *Imperialismo e dependência*, dele próprio e a obra de André Gunder Frank.

O ponto de partida de Saffioti sobre a sociedade patriarcal brasileira se inicia pelos horrores da sociedade escravocrata e a condição tanto da mulher escravizada como da mulher branca vendida para um casamento que garantisse a manutenção da propriedade privada. No caso do Brasil, ela ressalta algumas particularidades resultantes da miscigenação que acabavam por acarretar uma certa desestabilização na constituição da divisão hierárquica por etnias, pois, tal como Darcy Ribeiro (1995)⁴⁹, houve, no Brasil, uma forma de sobrevivência que se teria dado pelo extermínio das etnias específicas em prol de algo novo que não daria, necessariamente, para chamar de sociedade multiétnica, mas uma miscigenação que resultara na sociedade brasileira; pois esta relação entre patriarcado e questão nacional reverbera, para a autora, num tipo de desestabilização do status societário, nas relações de produção e organização social da época em que “a própria organização familiar do branco pressupunha a não organização de uma família escrava⁵⁰” (SAFFIOTI, 2013, p. 241), em que essa tendência estava ausente, o que encorajava a existência de:

[...] uma classe de mulheres com as quais os jovens brancos pudessem praticar as artes do amor antes do casamento. Assim a escravidão satisfazia não apenas às exigências do sistema produtivo, mas, ainda, àquelas impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual à mulher cabia, precipuamente, o papel de mãe da prole legítima. (SAFFIOTI, 2013, p. 241)

De fato, a mulher, mesmo a mulher branca, procurava num marido uma forma de escapar do rigoroso espaço patriarcal no qual havia sido criada, essas mulheres para as quais não existia o

49 *O Povo Brasileiro* (1995).

50 Sobre a família escravizada, vale lembrar que, mais recentemente, novos estudos demonstram, assim como nos EUA, também pelo Brasil foram constituídas várias famílias de escravizados. Segundo Manolo Florentino demonstra no livro *A paz das senzalas*, através de estudos de registro paroquiais, que cativos constituíam famílias. Sobre o legado da escravidão e a condição da mulher na família escrava nos EUA, ver o livro de Angela Davis: *Mulheres, Raça e Classe*. De acordo com Angela Davis em sua pesquisa sobre a família formada por escravos, a mulher sofria, além das mazelas da escravidão, os recorrentes estupros, ou seja, além do açoite eram submetidas a constantes humilhações, entre elas o estupro que era praticamente institucionalizado que servia como “arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros” (DAVIS, 2016, p. 36). Sobre este tema, recomendamos, ainda a obra de Jacob Gorender “O escravismo Colonial” (1978).

direito à identidade civil, eram praticamente crianças que se casavam prematuramente e passavam do domínio do pai para o domínio do marido, pois a mulher só conseguia algum tipo de consideração e reconhecimento através do exercício do papel de mãe, o que demonstra uma imensa impossibilidade de opções. Assim, a mulher carente de subjetividade e mantida numa condição de inferioridade “na família patriarcal em relação ao homem, o elemento feminino arcava, não raro, com a carga resultante do desregramento sexual do homem [...] o casamento representava praticamente a única carreira aberta a esta”. (SAFFIOTI, 2013, p. 242-243). A autora resume a situação da seguinte forma:

Um dos efeitos mais marcantes da desagregação da ordem escravocrata-senhorial e a consequente perda de funções por parte da família patriarcal foi promover o deslocamento daquela população branca e mestiça que vivia à sombra da casa grande e a aquisição, por parte dela, de certa autonomia social e, sobretudo, doméstica. (2013, p. 254).

Na órbita do assinalado, para a autora, apesar do pesado passado patriarcal, a situação começou a se modificar com o desenvolvimento das forças produtivas e pela consequente urbanização do país. Já no séc. XIX, as contradições internas ao processo de urbanização trouxeram uma nova dinâmica interna para as mulheres da camada senhorial que, no séc. XIX,

[...] sofria algumas modificações à proporção que se intensificava o processo de urbanização. Embora nenhuma alteração profunda se tivesse produzido em sua posição social, já não vivia reclusa na casa grande (...) A família patriarcal perdia sua dimensão rígida, permitindo à mulher desenvolver certo desembaraço de atitudes (SAFFIOTI, 2013, p.251).

Todavia, a nova organização da família patriarcal mantinha-a afastada do acesso à instrução, questão que vai levar alguns anos até que seja contemplada. Mas as consequências do avanço das forças produtivas no Brasil e a consolidação do modo de produção capitalista como forma preponderante provocaram uma irremediável desorganização da família patriarcal tradicional, como a própria Saffioti reconhece. O ímpeto para o desenvolvimento, após os anos de 1930 do século XX, e o desenrolar do desenvolvimento industrial no Brasil foram particularmente impulsionadores de reações de movimentos de mulheres que reivindicavam falar por si próprias. Assim,

Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões não porque a mulher tivesse passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado profundamente os seus papéis no mundo econômico. O trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior. O namoro ganha, assim, feições totalmente novas. Não mais os pais acertam entre si o casamento dos filhos imaturos; são os próprios interessados que tomam a iniciativa[...] Minado o sistema de segregação sexual e o de reclusão da mulher no lar, decrescem as diferenças de participação cultural dos elementos femininos e masculinos. Deste maior ajustamento da estrutura da família às novas condições de vida urbano-industrial adviriam profundas alterações na educação feminina. Se, por um lado, o ideal de educação doméstica se conservava, por outro, a necessidade da educação escolarizada para a mulher fazia sentir-se de maneira crescente (SAFFIOTI, 2013, p. 257).

No caso do Brasil, Saffioti ainda acrescenta os fatores que ela considera serem verdadeiros entraves para que hajam avanços culturais mais significativos, capazes de acompanhar o desenvolvimento urbano, na relação com a religiosidade forte na qual prevalece o culto à mulher santa e virgem, o que ela define como complexo do macho, “que ainda integra o ideal de personalidade masculina no Brasil” (SAFFIOTI, 2013, p. 258). Na mesma lógica, ela considera que o baixo nível “de educação feminina é, assim, defendido em nome da necessidade moral e social de preservação da família, como se esta fosse incapaz de persistir através das mudanças que a evolução social lhe impõe frequentemente.” (SAFFIOTI, 2013, p.291). Porém, ainda que Saffioti descarte a ideia de que o capitalismo poderia subsistir sem o patriarcado, ela reconhece que a lógica competitiva, de exploração capitalista foi responsável por algumas modificações nas expressões do que passou a ser o espaço feminino além do lar. Neste caso, a interpretação da expansão capitalista e suas consequências vai ser alvo de reflexão de vários autores; aqui damos destaque, além de Saffioti, a Marx. Assim, para entendermos a relação das transformações capitalistas é necessário irmos a Karl Marx. Particularmente partimos, aqui, do capítulo intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*, em que o autor descreve como os primórdios da expansão capitalista e a consequente expropriação massificada dos trabalhadores rurais materializou-se numa imensa massa de vendedores de força de trabalho no espaço urbano, o que resultaria na constituição do proletariado nascente. Falamos da base material que se tornou, portanto, uma relação de exploração dos operários pelos capitalistas, em que pela “[...] primeira vez, a alienação era vista enquanto processo da vida econômica” (MARX, 1987, p. 47). Assim, a avidez acumulativa desde o surgimento caminha lado a lado com formas extremamente violentas de expropriações, “[...] tornando normalizada a existência de massas crescentes da população do

planeta necessitadas da venda da força de sua capacidade de trabalho [...]”. (FONTES, 2010, p. 64). Neste sentido, no horizonte da expansão capitalista se alinhariam novos mecanismos de organização da vida social em que a sociedade do séc. XIX se tornaria palco de mudanças cruciais nas várias esferas da sociabilidade. Essas transformações, entre as quais destacamos o significativo desenvolvimento da maquinaria – questão que desenvolveremos nos capítulos que se seguem –, tiveram consequências diretas na constituição da classe trabalhadora, além de servirem como instrumentos dinâmicos para que as organizações conquistadas até então pelos trabalhadores começassem a assimilar pautas referentes à situação específica das trabalhadoras, por conseguinte, “uma nova visão da libertação das mulheres começou a se esboçar” (GOLDMAN, 2014, p. 42).

No cerne dessas mudanças econômico-político-culturais, podemos, com certeza, considerar que ao desenvolvimento das forças produtivas correspondeu um aumento exponencial das mulheres com formação básica e superior, não só nos espaços acadêmicos, mas também nos sindicatos e partidos políticos. Essa nova postura teórica e seu reflexo na prática foi responsável por iluminar o terreno para, também, novas lutas focadas, agora, sobre a questão do ser mulher no modo de produção capitalista, não mais como seres sem agência histórica, mas sim como sujeitos de uma história específica.

Este ponto é, pois, reflexo dos processos de contestação e, principalmente, das novas necessidades do mercado capitalista. As mulheres, como operárias, passaram a acessar espaços culturais que outrora lhes eram negados. Com isso expandiu-se o universo social das mulheres para espaços que eram, anteriormente, exclusivamente masculinos. Agregou-se a esse cenário a limitação da natalidade, o recurso crescente aos contraceptivos e o processo legal de separação conjugal. Questões relevantes que demonstravam que a posição social da mulher começava a sofrer uma redefinição constante, principalmente nas regiões urbanas de todo o país. Falamos de um conjunto de mediações que, aliadas a outras, ajudaram as trabalhadoras a avançar em seus objetivos políticos precípuos. No capítulo *Mulher e Capitalismo*, já introduzido no começo do capítulo 3 da tese, Saffioti resgata o sentido histórico e político do patriarcado, vinculando-o ao desenvolvimento das relações de produção. Nessa parte do livro, remete para a mulher na sociedade de classes, partindo do campo categorial marxista; ela tem a preocupação de historicizar a condição da mulher, particularmente a partir do século XVIII, sobre o aparecimento do modo de

produção capitalista e os impactos para a mulher da época, principalmente na condição da mulher trabalhadora. Assim, coube às mulheres do final do séc. XIX e início do séc. XX o rompimento com a alienação dos direitos políticos na reivindicação pelo direito à cidadania. Ainda que o voto lhes fosse proibido, a organização partidária de mulheres não o era.

A par das conquistas assinaladas, no Brasil as sufragistas, que apareceram no cenário já no séc. XIX, ganharam espaço e corpo, enquanto movimento, em 1910. Nessa década, o feminismo ganha uma dimensão nacional. Independentemente das características específicas que definiam esses movimentos, foram espaços que permitiam às mulheres se reconhecerem como parte de um campo mais amplo, como sujeitos do espaço público.

Temos agora um feminismo de dimensão nacional, “a primeira vertente, considerada a mais forte, tendo como liderança Bertha Lutz” (CISNE, 2014, p.132-133). Esta primeira vertente era composta sobremaneira por mulheres cultas da elite, e colocava como marco primordial o alcance dos direitos políticos iguais para homens e mulheres, “buscava direitos políticos para as mulheres sem confrontar o patriarcado e o capitalismo como sistemas de exploração e opressão das mulheres”. (CISNE, 2014, p. 133). A segunda corrente ficou conhecida como:

[...] o feminismo difuso composto por mulheres cultas [...] muitas delas jornalistas e escritoras. Essas mulheres reivindicavam não apenas direitos políticos. Defendiam o direito à educação e questionavam a dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres ausentes do mundo público. Além disso, tocaram em assuntos polêmicos para a época, como sexualidade e divórcio (CISNE, 2014, p. 133).

Essa segunda vertente vinculava o feminismo às teses postuladas pelo partido comunista e por movimentos anarquistas. “Composto por mulheres intelectuais e trabalhadoras, militantes de esquerda que defendiam a libertação da mulher de forma radical. [...] tendo como questão central, [...] a exploração do trabalho” (CISNE, 2014, p. 134). Elas consideravam que a conquista do direito ao voto pelas mulheres era, por característica, uma bandeira policlassista; ainda que uma luta extremamente necessária, se limitava a reformas possíveis na medida em que não questionava as causas da exploração, mas apenas algumas de suas expressões. Nesse sentido, ainda que se tratando de uma conquista necessária, não deixava de reafirmar,

[...] o capitalismo, ao exigir a entrada nele, com todos os direitos, de uma parte fundamental da mão-de-obra, a mulher, que já cumpria o papel decisivo na produção. Assim, era uma luta autônoma das mulheres contra a desigualdade de gênero, mas que evidenciava seus vínculos estruturais com o modo de produção capitalista, com as relações sociais daí advindas (TOLEDO, 2005, p. 20).

Ainda que as propostas relacionadas à situação da mulher trabalhadora não tenham sido gestadas pelas feministas liberais, que se preocupavam somente com sua autonomia feminina dentro da classe à qual pertenciam, não obstante tiveram um importante papel na luta pelo sufrágio universal, pelo direito das mulheres, em geral. Nesse processo, entrando no século XX e em razão da crescente participação das mulheres no espaço produtivo, contou-se com uma grande adesão das trabalhadoras em greves e comícios. Tais instâncias compõem o ser concreto da classe por meio da manutenção de um determinado setor feminino. Assim,

Em 1906, entram em greve 600 tecelões (na maioria, tecelãs) da Fábrica São Bento, em Jundiaí, exigindo melhoria de salários (...) na luta pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, levada a efeito em maio de 1907 de acordo com resolução tomada no Congresso Operário do ano anterior, colaboram as categorias ocupacionais exclusivamente ou predominantemente femininas, como costureiras e tecelãs (...) A parcialidade da vitória das categorias predominantemente femininas ocorreu na cidade de São Paulo quanto nas cidades do interior do estado. (...) Numerosas mulheres foram presas em decorrência do movimento grevista que eclodiu nas indústrias têxteis paulistas, em 1917, com início na fábrica de tecidos Crespi. As categorias ocupacionais predominantemente femininas participaram, pois, intensamente, através de suas associações de classe, das lutas por maiores salários, melhor tratamento no trabalho, redução de jornada de trabalho (SAFFIOTI, 2013, p. 349-350).

É essa nova conjuntura que estabelece a necessidade de uma política radical e de uma teoria da transição rumo a uma nova forma histórica, em que a questão da mulher trabalhadora passe a ser contemplada pelas diversas organizações classistas. Então, produzem-se as condições para que o sindicalismo abrace essa questão referente à classe. O sindicalismo socialista foi precursor, nessa questão, pela mão de Ernestina Lésina em São Paulo, em 1910, pela Revista *Anima e Vita* (SAFFIOTI, 2013).

Nesse ínterim, as mulheres levaram para as organizações sindicais e partidárias suas bandeiras específicas. Em pauta comum estava a igualdade salarial, a proteção para o trabalho

feminino e o direito ao voto – este último que era considerado ponto de partida para a conquista dos restantes. Porém, em razão do parco reconhecimento, por parte dos homens trabalhadores, da necessidade de direitos iguais, as reivindicações não chegaram a ser pleiteadas pelo sindicato. Contudo, nesse momento, o fluxo da história das organizações feministas no Brasil, alimentado pela conjuntura mundial, não tinha mais como retroceder nessa questão específica. Em resultado, as manifestações femininas começaram a ganhar corpo pelo país afora, principalmente nos centros urbanos. Tal busca pela emancipação feminina estava calcada principalmente em vertentes teóricas concebidas fora do Brasil por meio da importação das ideias. Acrescentemos ainda que as ondas de manifestações feministas no Brasil têm por marco a viagem da Dra. Bertha Lutz a Londres, às vésperas da primeira guerra mundial. Nesse momento, várias organizações feministas radicais se agitavam pelo mundo, destacando-se o feminismo inglês, que se demarcava pela radicalização da luta. Ainda assim, essa anulação acabou por provocar impacto em nível nacional, já que mulheres de outros Estados haviam avançado com a mesma reivindicação. Perante os obstáculos impostos à conquista pelo voto feminino, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) não recuou, e retribuiu com o manifesto feminista. Nesse manifesto inscrevia-se uma forma de declaração dos direitos das mulheres, como haviam feito Olimpia de Gouges e Mary Wollstencraft⁵¹.

Nesse sentido, em 1931, foi reconhecido às mulheres o direito ao voto⁵² em todo o país, retificado pelo código eleitoral 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Diante da pressão exercida pelos movimentos que se alastravam por todo o país ao longo dos anos 1920, conquistou-se o direito ao voto, o qual foi alcançado muito antes de alguns países que demonstravam um

⁵¹Então, às alterações provocadas pelo período histórico inaugurado com os ideais da Revolução Burguesa e as transformações de que a família foi alvo corresponderam as constantes manifestações compostas por mulheres que desobedeciam à moral vigente reivindicando a igualdade no espaço público, como as conhecidas por incendiárias, no fim do século XVIII, em que elas “desempenhavam o papel de ‘bota-fogo’”. (GODINEAU, ANO, p. 23). De mulheres como Olympe de Gouges, que em 1791 reivindicou o Direito das mulheres e da cidadã (*Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*), seguindo-se por Mary Wollstonecraft com uma nova reivindicação do direito das mulheres, em 1792, na qual afirmava que as qualidades independem do sexo.

⁵²Para mais informações sobre todo o processo histórico de conquista do voto no Brasil, ver capítulo: Calado, Joana. Uma análise histórica das relações entre movimentos feministas e a luta pelo sufrágio feminino no Brasil (1910-1934), *In: Revoluções, Contrarrevoluções e agitações políticas (1900-1950)*.

desenvolvimento capitalista mais consolidado, como era o caso da França, local onde a conquista desse direito aconteceu mais de uma década depois do Brasil.

Esse reconhecimento à incorporação de pautas referentes à igualdade entre mulheres e homens se reveste de um significado muito especial, inclusive abriu portas para galgar novos avanços. Para isso, a representação no poder legislativo foi condição central para que a luta sobre a proteção ao trabalho feminino, igualdade salarial e proteção à maternidade voltasse a conquistar uma dinâmica mais intensa nacionalmente. Movimentos que levaram muitas organizações feministas a amadurecer seus marcos organizativos em direção à classe. A partir da ação consciente das feministas brasileiras, que contaram com a solidariedade de vários setores, alcançaram o tão almejado direito à cidadania de inserção igual como vendedores da força de trabalho. Após essa vitória, outras pautas que se configuravam concretamente emergiram no cenário nacional.

Portanto, a proletária foi empurrada pelo capitalismo para o mesmo espaço de produção que seus colegas do sexo masculino. Assim, as mulheres passaram a ter como cenário privilegiado de suas vidas o espaço do labor; em consequência, o espaço doméstico fora remetido para segundo plano. A partir daí, criaram-se as condições reais para que as mulheres da classe trabalhadora passassem a ser sujeitos agregados e de papel significativo no cenário da luta de classes ao longo dos últimos séculos.

Assim, o capitalismo, como reconhece Saffioti, potencializou condições para a auto-organização política das mulheres. Entretanto, de acordo com a mesma autora, essa inserção teria mantido as formas tradicionais de confinamento da mulher ao espaço doméstico articulada à própria natureza da forma de trabalho que se subsume à sociedade sustentada na propriedade privada. Por consequência, para Saffioti, acabou-se por produzir uma forma de inserção das mulheres no mundo do trabalho muito penosa para as mesmas.

Portanto, as exigências de uma industrialização crescente impunham uma certa “revolução cultural”, modificando significativamente valores que eram típicos de uma sociedade rural. Essa modificação, inclusive, fazia-se necessária para um desenvolvimento mais completo do capitalismo.

Essa situação, sobre a condição da mulher trabalhadora, está muito bem ilustrada pelas análises de Engels na obra *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra* (1845). Ele elaborou aquele que foi o primeiro trabalho marxista a se debruçar sobre a questão da mulher trabalhadora. No livro citado, o autor descreveu de forma minuciosa os contornos da inserção da força de trabalho feminina quando do avanço da maquinaria e seus impactos sobre a estrutura familiar, em particular na estrutura familiar monogâmica-patriarcal. De acordo com Engels:

[...]Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo- embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. Mas isso foi feito de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte da indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas [...] A família individual moderna baseia-se na escravidão moderna, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (1982, p. 80).

A contradição estava no fato de que, ao mesmo tempo que de forma hipócrita moral dominante defendia a existência de uma família forte, porém, pela própria lógica de exploração intensa a que todos estavam sujeitos, tornava-se impossível a manutenção de um grupo familiar minimamente de acordo com o defendido. Desta forma, Engels percebeu a impossibilidade entre a estrutura capitalista e a manutenção da estrutura familiar defendida⁵³.

Engels observava que:

As mulheres retornam à fábrica e, frequentemente, no terceiro ou quarto dia após o parto, abandonam o recém-nascido; nas horas de liberdade, devem correr às pressas para casa, a fim de amamentar a criança e, acessoriamente, comerem algo elas próprias. Imagine-se o que deve ser a amamentação nessas condições! (1982, p. 140).

Essa descrição que nos traz Engels sobre as condições da classe trabalhadora no período destacado traz a denuncia da situação de penúria a que as trabalhadoras estavam submetidas ao ingressarem na esfera do trabalho produtivo num momento em que ainda se esboçavam os primeiros traços do que viriam a ser os direitos trabalhistas. Não podiam sequer contar com

⁵³Sobre essa relação entre forma de produção e, conseqüente degradação das relações sociais-familiares queria destacar o recente filme realista de Ken Loach *Sorry We Missed You* (2019).

infraestruturas de apoio à infância por parte do Estado, tais como creches, escolas, etc, viam-se obrigadas a largar seus filhos recém nascidos em casa, ou a levá-los para os locais de trabalho, onde as condições eram de grande insalubridade. Decorrente dessas condições a mortalidade infantil e materna não cessava de aumentar, até porque,

Sem tempo para amamentar os filhos, uma vez que muitas operárias eram chamadas ao trabalho dez a quinze dias depois do parto, as mães faziam o que podiam para manter seus filhos quietos enquanto trabalhavam. A ordem era, de fato, mantê-los dopados. Tornou-se prática comum entre as operárias de Manchester (Inglaterra) alimentar os bebês três vezes ao dia e, para mantê-los quietos o resto do tempo, dar-lhes uma mistura, a “mistura de Godfrey”, composta de láudano – um tranquilizante à base de ópio, de largo uso entre as mulheres – e melado. Os reflexos dessa situação podiam ser vistos nos índices de mortalidade infantil e nos sofrimentos infundidos às mães pobres, solteiras ou casadas. (TOLEDO, 2005, p. 38)

Nesse terreno, a relação de exploração intensificada e incompatibilidade com as demandas domésticas resultou na inevitável deterioração da família nuclear tradicional sem que uma nova forma de estrutura familiar viesse substituí-la, e a família redefine-se.

No entanto, a essa nova época do capitalismo corresponderia uma nova forma de organização familiar, que de acordo com Marx:

[...] por mais espantosa e repugnante que nos pareça a dissolução da antiga família dentro do sistema capitalista, não é menos certo que a grande indústria, ao atribuir à mulher, ao jovem e à criança de ambos os sexos um papel decisivo nos processos socialmente organizados da produção, arrancando-os com isto à órbita doméstica, cria as novas bases econômicas para uma nova forma superior de família e de relações entre os sexos (MARX, 1985, p. 23).

Como se vê nas passagens de Marx e Engels, a família patriarcal tal como existia em suas origens vem sofrendo modificações significativas ao longo do movimento do capital, pelas próprias exigências da evolução econômica. Portanto, as modificações nas bases materiais, responsáveis por arrancar mulheres e crianças da “órbita doméstica”, provocaram, nas formas de produção, um giro importantíssimo para a classe trabalhadora, e para a mulher trabalhadora, em particular. Inclusive, o novo fenômeno da expansão do trabalho feminino acarretou um aumento

significativo do desemprego masculino, o que aumentava a hostilidade contra as mulheres⁵⁴ (SAFFIOTI, 2013). Resumindo, o avanço da sociedade capitalista consistirá em reformulações significativas nas formas como as mulheres passam a se colocar no espaço público e, por consequência, também no espaço privado.

Como defende Saffioti, o patriarcado não traz consequências ideológicas negativas somente para as mulheres, mas também para os homens, uma vez que ambos veem sua conduta pré-determinada por um conjunto de normas preestabelecidas (CALADO, 2016). Assim, faz sentido pensar que a libertação das mulheres é também a libertação dos homens de sua reificação. É nesse quadro que, segundo ela,

[...] os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura ocupacional, facilitando a realização dos interesses daqueles que na estrutura de classes ocupam uma posição oposta à sua (SAFFIOTI, 1969, p. 78).

Em outras palavras, os homens não podem ser irresponsabilizados pelo lugar que as mulheres passaram a ocupar. Sendo assim, neste contexto ganha nova dimensão a asserção de Simone de Beauvoir de que:

O problema da mulher sempre foi um problema dos homens. Como agentes de mistificação da mulher, o homem, tanto burguês quanto proletário e, sobretudo, o pertencente aos estratos sociais médios, presta colossal auxílio à classe dominante e mistifica-se a si próprio. A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. (SAFFIOTI, 2013, p. 74).

⁵⁴No segundo capítulo da obra: *A mulher na sociedade de classes* (1969), no item *Trabalho feminino*, Saffioti, discorre sobre o processo crescente de inserção das mulheres no mercado de trabalho em detrimento dos homens. Estes últimos tinham salários mais altos que os femininos, o que rapidamente os tornou menos interessantes para os proprietários privados dos meios de produção. Assim, de acordo com os dados de Saffioti, em 1866 a força de trabalho feminina já representava 30% do efetivo industrial total, com tendência à constante elevação “à medida que o processo de industrialização avança” (SAFFIOTI, 2013, p. 78). Situação que a mesma autora afirma que tende a estagnar a partir da segunda metade da década de 1950.

No entanto, como já havíamos descrito, o tema patriarcado e sua relação com o capitalismo, perpassa uma das obras principais de Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*. Nesse livro, como vimos, Saffioti vai ao encontro dessa descrição de Engels sobre a família, pois reconhece que “o capitalismo seria, assim, um passo importante para a instauração de um novo tipo de família” (SAFFIOTI, 2013, p. 115), mas acrescenta que, apesar das modificações, mesmo em seus aspectos deprimentes, o patriarcado permaneceria inabalável.

Nessa pesquisa, quando se refere ao patriarcado, a socióloga traz uma nova reflexão sobre as reverberações da lógica patriarcal na sociedade hodierna, que ela define como responsável pela constituição da já descrita “mística feminina”. Por fim, coube compreender a situação de desigualdade sobre a inserção da força de trabalho feminina que prevalece pela mediação do patriarcado, através do que ela considera ser a permanência da mística feminina na sociedade capitalista, em que “o sexo, opera, via de regra, como fator de discriminação que tende a alijá-las da estrutura ocupacional ou admiti-las em posições que não comprometem a estrutura de poder já ocupada pelos homens”. (SAFFIOTI, 2013, p. 424).

Subjacente à descrição do patriarcado, sua crítica teve, entre outras questões, o propósito de revelar a alienação que flui da propriedade privada e a concomitante subordinação do trabalho ao capital, assim como demonstrar a gênese de uma relação social que não age de forma mecânica sobre o ser humano, mas pressupõe uma relação social cujos atores envolvidos sofrem intensas mudanças em suas “maneiras de ser”, ou seja, em seu *socius* (SAFFIOTI, 2009); suas personalidades passam a plasmar as modificações do que correspondem aos papéis estabelecidos. Portanto, a questão principal a que se propõe Saffioti é demonstrar as relações de simbiose entre capitalismo e patriarcado, e de que maneira o capitalismo lança mão de forma estrutural do próprio patriarcado na relação entre o econômico e o político.

Esforçamo-nos, pois, no sentido de demonstrar o fundo sócio-histórico comum, para Saffioti, em torno das características base do que justificaria considerar a nossa sociedade como sociedade patriarcal. Como vimos, essa explicação teórica advém de vertentes filosóficas de

origens divergentes, como as de inspiração pós-estruturalista, de um lado, como as de inspiração marxista, de outro lado.

3.3 O NÓ, A *ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO* E SUA RELAÇÃO COM A LÓGICA DO CAPITAL

O Patriarcado e a ordem patriarcal de gênero, com relação aos objetos estudados por Saffioti, abrigam os antagonismos e as contradições das hierarquias formadas no mundo do trabalho, determinando-as. Para a autora, a questão da exploração do trabalho tem, na subordinação da mulher trabalhadora, a engrenagem da reprodução das relações desiguais forjadas em sociedades pré-capitalistas. Logo, se por um lado a inserção da força de trabalho feminino exerceu um papel crucial no salto da acumulação primitiva para o capital industrial, por outro lado essa inserção não foi acompanhada de mecanismos suficientes que libertassem a mulher daquilo que se convencionou denominar de tarefas femininas. Tratar-se-ia, pois, de um fenômeno cuja centralidade se mediria ao mesmo tempo pela sua relação com o todo, sendo parte estrutural deste, e por isso resultaria na particularidade específica da condição da mulher trabalhadora. Assim, o tipo de compreensão sobre o capitalismo hodierno é aqui esmiuçado.

É a partir do desenvolvimento da maquinaria que Saffioti escolhe examinar as componentes modernas da inserção da força de trabalho feminina. Ela considera que os avanços da maquinaria teriam sido positivos para a saída das mulheres do espaço doméstico. Porém, os mecanismos sociais atuantes sobre a constituição do sujeito feminino e suas vicissitudes seriam responsáveis por manter a força de trabalho feminina em condição periférica. Ou seja, segundo Saffioti, após a reestruturação produtiva teria se aprofundado ainda mais a desigualdade na contratação da força de trabalho feminina, que teria permanecido majoritariamente nas tarefas consideradas menos valorizadas.

Acresce na última parte da obra *A mulher na sociedade de classes* que considera de suma importância entender de que forma o fator patriarcado descrito se plasma não só em relação à desigualdade salarial, mas também com relação à própria permanência da divisão sexual das tarefas, que se manifesta em desigualdades entre mulheres e homens da mesma classe. Este tipo de análise requer que retornemos aos exemplos e conclusões descritas no livro: *A mulher na sociedade de classes*, em particular na primeira parte da obra. A organização do livro divide-se por um roteiro que vai da descrição dos conceitos referenciados, nas palavras de Saffioti, no materialismo histórico corporificado nas relações que atravessam o modo de produção capitalista, dando principal destaque para o fenômeno do patriarcado. Nessa primeira parte está posta a descrição com a intenção, entre outras questões, de estabelecer um elo, ou um *Nó* entre capitalismo e patriarcalismo.

Entretanto, a partir desse direcionamento histórico, Saffioti justifica o porquê de sua opção tanto pela categoria patriarcado como campo categorial de análise das dominações que recaem sobre as mulheres, como pelo embasamento teórico no campo feminista classista, dando especial ênfase para a dinâmica da luta de classes. Salientar o papel das dominações que recaem sobre as mulheres trabalhadoras, para ela, não significa obnubilar a base de produção material basilar à dominação, apenas defende que o fenômeno da produção atravessa de maneira subjacente toda a trajetória delineada, e que é preciso detectar a “presença das diferenças-semelhanças” (SAFFIOTI, 1992, p. 192) da dominação patriarcal no espaço da exploração da força de trabalho. Acentuando, ainda, a interconexão das contradições entre as formas produtivas e todo o sociometabolismo do capital.

Nesse espírito, parte para a definição de Capital-Patriarcado. Lembrando que para Saffioti dominação e exploração são igualmente estruturais e, por isso, seria “praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo” (*ibidem*, 1987, p. 61). Temos aqui, portanto, a descrição da não possibilidade em se pensar o patriarcado desvinculado do capitalismo e vice-versa:

[...] pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada

essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (1987, p. 50).

Portanto, a questão central para Saffioti é explicar e demonstrar como e em que sentido fenômenos anteriores ao capital foram apropriados e aprofundados por ele no intuito de almejar aprofundar a exploração. Por isso, sua crítica de que não haveria nenhuma vantagem em se considerar qualquer uma das esferas como mais dominante que as demais. Compreensão que pode ser explicada da seguinte forma:

Há uma razão muito forte para que não se proceda pelo raciocínio da priorização, do privilegiamento de um sistema de dominação-exploração. E que, na realidade concreta, observa-se, de fato uma **simbiose entre eles**. Esta fusão ocorreu em tal profundidade, que é praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo. Se o patriarcado fosse regido por leis específicas, independentes das leis capitalistas, o homem continuaria a ser o único provedor das necessidades da família, não havendo mulher trabalhando remuneradamente. (1987, p. 60, grifo nosso).

Portanto, o patriarcado tem, para Saffioti, a suposição de demonstrar que a história do contrato sexual permeia toda a estrutura capitalista. Nesse sentido, não há, para ela, uma contraposição entre patriarcado e capitalismo; antes, pelo contrário, haveria uma simbiose entre ambos. Essa é a base da compreensão segundo a qual as relações de produção e de dominação encontram expressão simultânea em todas as esferas da sociabilidade, ou seja, não podemos falar na existência de uma categoria determinante perante a outra. A hipótese de Saffioti é a de que há antes uma interação mútua entre os fenômenos apontados. Por isso, as formulações sociais estabeleceriam uma simultaneidade com os efeitos determinativos do modo de produção vigente.

Neste âmbito, Saffioti afirma que durante décadas o patriarcado tem contribuído abertamente para capturar tanto a existência material quanto subjetiva das mulheres, o que teceu de forma acutilante à formação do caráter dos sujeitos, estipulando o que seriam padrões de feminilidade considerados normais e, com isso, a falta de perspectivas sociais para as mulheres. Na captura do sujeito feminino pelo patriarcado, dificultou-se a possibilidade da mulher em se compreender como sujeito histórico e completo; suas características, aprisionadas pela “mística

feminina”. Essa mística, qualquer que seja o “grau de sua elaboração, serve, consciente ou inconscientemente, aos interesses da ordem imperante nas sociedades de classes”. (SAFFIOTI, 2013, p. 94).

Trata-se, portanto, de um fenômeno em que a família funciona como um empreendimento na manutenção do desenvolvimento das características do que é “verdadeiramente” uma mulher ou “verdadeiramente” um homem, e o conjunto de funções respectivas a cada um. Mas, de acordo com Saffioti, a manutenção dessa interação, que é também a manutenção das relações capitalistas-patriarcais, é ainda perpetuada através não só da esfera de produção, mas também pelas já citadas normas e valores culturais que, por seu lado, são de total interesse para as classes dominantes, pois permitem, segundo ela, a manutenção do poder do “macho, branco e rico (heterossexual). ”

Assim,

[...] as relações entre sexos e, conseqüentemente, a posição da mulher na família e na sociedade em geral, constituem parte de um sistema de dominação mais amplo. (...) procurar-se-á encontrar explicações para a vigência, ainda hoje, dos mitos e preconceitos através dos quais a sociedade atual tenta justificar a exclusão da mulher de determinadas tarefas e mantê-la, assim, no exercício quase exclusivo de seus papéis tradicionais e das ocupações reconhecidamente femininas. (SAFFIOTI, 2013, p. 230)

É nessa interlocução que a autora busca demonstrar as articulações entre a explicação da situação da mulher na sociedade capitalista e a análise “das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção” (2013, p. 507), analisando o que ela definiu como os “mecanismos através dos quais operam as sociedades de economia de mercado, visando à regulação das atividades das duas categorias de sexo, de modo a atenuar os conflitos gerados pela ordem social competitiva”(2013, p. 507). Nesse processo de obtenção de mais-valia como extensão da relação umbilical entre capital e patriarcado, o que interessa à pensadora ao longo de todo o seu processo intelectual e militante é não cair naquilo que ela define como dualismo, ou seja,

Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta

razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação. (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

De sua análise das relações sociais de classe e sexo, a autora conclui que o patriarcado circula de forma dissimulada pelas relações que se estabelecem no capitalismo. Isso porque ele encontra respaldo na ideologia permeada pelas relações de reificação do sujeito. Eis o que define como mais uma razão apresentada pela qual é legítimo para o capitalismo se valer de justificativas produzidas em “sociedades tradicionais” com o único objetivo de manter seu padrão de acumulação incessante. Pois,

A constituição histórica da formação econômica-capitalista representa a absorção de crescentes números de mulheres no sistema dominante de produção de bens e serviços apenas até certo ponto [...] a passagem da sociedade pré-capitalista para o regime capitalista de produção implica um aproveitamento parcial da mão de obra feminina efetivamente empregada no sistema produtivo anterior. Assim, encarando-se a sociedade como totalidade, o advento do capitalismo representa uma diminuição das funções diretamente produtivas até então desempenhadas pelas mulheres. (SAFFIOTI, 2013, p. 331).

Esta constatação a leva a começar a delinear aquilo que considera ser necessário acrescentar aos limites da explicação que se atém à centralidade e determinação da classe em todos os níveis da sociedade, pois, além da classe, o vetor sexo, patriarcado e, posteriormente, gênero, exigem uma compreensão referente à simultaneidade dos vetores responsáveis pela manutenção da ordem vigente, resumindo os princípios constitutivos e estruturais ao edifício do capital.

Assim, o capitalismo possibilitou que se iniciasse um processo de denúncia, por parte das mulheres, contra os sistemas de exploração e da forma como o corpo feminino havia sido apropriado culturalmente, ou seja, as modificações culturais que possibilitaram transformações no lócus de vida das mulheres. Porém, ainda que a família tenha deixado,

[...] de comportar-se como o centro da economia, como unidade produtiva, ficam, por assim dizer, divididas as funções domésticas e as funções diretamente econômicas entre os sexos, divisão esta geradora da independência econômica individual em grande escala para o homem e em muito pequena escala para a mulher. (SAFFIOTI, 2013, p. 332).

Resumindo, para a autora as relações legadas à mulher na vida privada (reprodução e cuidados domésticos) estabelecem um vínculo direto com as tarefas extra-lar, ou seja, tanto o tipo de profissões quanto as condições relativas às profissões mantêm a marca do sexo de quem as exerce, permanecendo no lugar desse “outro” pela oposição de que se constitui a virilidade masculina. Assim,

Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; e no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem. (SAFFIOTI, 2013, p. 58)

Ainda,

A perpetuar-se esta tendência, o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção. Em suas realizações históricas, o sistema capitalista tem se revelado bastante maleável, permitindo e mesmo estimulando mudanças institucionais às quais se opunham à tradição e o estilo de vida, por exemplo, na família. (...) Cabe, pois, indagar se à mulher, enquanto membro da categoria de sexo sempre dependente e submissa, o sistema em questão chegaria a oferecer plenas possibilidades de integração social. (2013, p. 61).

A essa indagação, a autora vai, ao longo de seu percurso de pesquisa e a partir daí, extrair a compreensão que descreve sua própria postura em relação às disposições marxistas sobre classe e o feminismo. Pensa, portanto, a problemática da mulher enquadrada na questão de classe. Acrescenta que não se pode abandonar a ideia de que as mulheres estão constantemente em situação jurídica de desigualdade, e permanece a defesa de que na relação de exploração as mulheres não chegariam nem ao status de “trabalhadoras livres”, isto é, as mulheres não conseguiriam nem usufruir do estatuto contratual de juridicamente “livres”. Nesse sentido que ela afirma:

Na situação da mulher não se expressa, pois, apenas a contradição que diz respeito a uma igualdade de status jurídico em contraposição com a desigualdade gerada pela divisão da sociedade em classes sociais, mas, ainda, pela contradição inerente ao privilegiamento de fato e de direito dos representantes do sexo masculino numa sociedade que se havia instituído em nome da igualdade (pelo menos jurídica) de seus membros (SAFFIOTI, 2013, p. 108).

Portanto, para Saffioti,

[...] as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 1969, p. 36, grifo nosso).

Logo, e tendo em conta que o problema da mulher não pode ser compreendido como algo especificamente feminino, ela afirma que no quadro desta sociabilidade, “esses três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais” (SAFFIOTI, 1987, p. 67). Uma condição fundamental para que as mulheres lograssem se libertar das amarras da dominação masculina era a total compreensão e solidariedade dos homens contra o fenômeno que é o patriarcado.

Essa questão, para a autora, reflete a forma como a força de trabalho feminina se insere na esfera da produção, pois segundo ela,

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção (...) Não só o empregador justifica os baixos salários em termos de sexo feminino (...) Desse ângulo, a competição entre homens e mulheres é bastante diversa da competição dos homens entre si (2013, p. 95-96, grifo nosso).

A consequência dessa compreensão é que o capitalista lançaria mão constantemente de características correspondentes à mística feminina, por isso ela descarta a ideia de que o sistema vigente teria se desprendido completamente de questões tradicionais; antes, pelo contrário, **a lógica do capital teria aprofundado as vicissitudes decorrentes do patriarcado e da ordem patriarcal de gênero.**

A partir do cenário descrito, Saffioti desenvolveu a teoria que consiste na compreensão da constante relação entre a esfera econômica e a que não se confunde com ela, mas que ambas

mantêm uma relação de dependência, ou seja, na sua visão de capital como sistema de relações sociais isso significa que a dependência dos diversos níveis da realidade social do capital é constante e simultânea o tempo inteiro. Nesse sentido,

[...] o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. (2013, p. 66, grifo nosso)

Na lógica até aqui descrita, classe, sexo e gênero, capitalismo e patriarcalismo, dominação e exploração têm de ser compreendidos como fenômenos que mantêm uma relação de consubstanciação e complementaridade. Somente tendo em conta este movimento simbiótico podemos, segundo ela, entender os instrumentos que se movimentam na sociedade de classes “visando à regulação das atividades das duas categorias de sexo de modo a atenuar conflitos gerados pela ordem social competitiva” (2013, p. 506).

Partindo da análise das relações de classe e sexo – os limites estruturais do capital no período de reestruturação produtiva –, Saffioti chega à conclusão de que a força de trabalho feminina representa, pois, dadas as condições de sua maior espoliação no sistema produtivo dominante,

[...] grande vinculação com as formas não dominantes e já superadas de produção de bens e serviços, as forças do passado histórico das sociedades que, redefinidas e reexploradas, operam como fatores sociais construtivos da nova estrutura econômica. (SAFFIOTI, 2013, p. 333).

A essa ideia ela agrega a questão da qualificação como um elemento a mais na condição de venda da força de trabalho; após observar que a qualificação da maioria das mulheres que estão na esfera produtiva industrial é menor que a dos homens, afirma que, neste ponto, assenta-se mais um pilar que contribui para a desvalorização da força de trabalho desse setor. Em textos posteriores à obra *A mulher na sociedade de classes*, principalmente nos textos escritos a partir da década de

1990, Saffioti, ao verificar que há um aumento crescente da inserção da força de trabalho feminina, afirma que ainda assim isso não teria se refletido numa transformação nas condições de trabalho para as mulheres, ou seja, para elas restaria, ainda, a situação de mais exploradas.

Nesse sentido que as fragilidades atribuídas às mulheres acabam, para Saffioti, por justificar uma intensificação da exploração sobre a força de trabalho feminina. Intensificação que recairia tanto numa ampliação da jornada de trabalho quanto num assalariamento menor ao dos homens. Resumindo, para a autora aqui destacada a mulher compõe o grupo de vendedores da força de trabalho que é alvo de um maior grau de vulnerabilidade no momento de exploração. Com base nesta forma de entender a exploração da força de trabalho feminina, Saffioti ressalta que:

[...] examinando o grau de exploração de que é alvo o trabalho feminino enquanto atividade exercida por um contingente humano subvalorizado sob vários aspectos; e, sobretudo, as implicações, quer no nível da personalidade feminina, quer no nível da organização e da estrutura da sociedade, do não trabalho remunerado da mulher, isto é, de sua marginalização do sistema produtivo. (2013, p. 68).

Então, o problema de fato se centra em compreender como a categoria sexo-gênero e patriarcado é utilizada positivamente pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, de acordo com Saffioti, as características referentes à etnia ou ao sexo-gênero seriam tão importantes quanto o lugar de classe para a extração de mais-valia. Penso que aqui alcançamos uma questão central que vem marcando o feminismo marxista até aos dias de hoje. Portanto, Saffioti visa:

[...] desvendar as verdadeiras raízes deste alijamento justificado ou em termos de uma tradição conforme a qual à mulher cabem os papéis domésticos, ou de maneira mais ampla, todos aqueles que podem ser desempenhados no lar, ou por teorias cujo conteúdo explicita pretensas deficiências do organismo e da personalidade femininos. (2003, p.39)

No seguimento, em *A mulher na sociedade de classes*, Saffioti demonstra como o fato de que os homens já faziam parte de forma extensiva da máquina produtiva vinha consolidando lutas históricas em defesa de seus direitos, ao passo que as mulheres estavam mais vulneráveis na consolidação de conquistas. Sendo que a exploração das mulheres pelo capital se deu posteriormente à dos homens, fator que terá contribuído para que elas demorassem em consolidar

mecanismos de luta, além de se confrontarem com as já referidas resistências por parte dos próprios trabalhadores do sexo masculino. Tal hegemonia e seus rebatimentos na extração da mais valia, como explica Saffioti, é intensificada quando da exploração da mais-valia feminina, tanto pela justificativa discriminatória em relação ao sexo feminino como pela relação da mulher, que tem o centro de sua vida no espaço doméstico e, portanto, seu salário seria um mero complemento do salário masculino.

Tendo analisado o papel do trabalho feminino na sociedade, a autora conclui que ainda que este seja bastante vantajoso para a produção de mais valia, tanto por recair sobre as mulheres uma superexploração da força de trabalho – pois “(...) o emprego das mulheres sempre permitiu a apropriação de maior quantum de mais valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos”. (SAFFIOTI, 2013, p. 343) –, como pela pequena capacidade de reivindicação das mulheres. Ainda assim, os capitalistas não optariam preferencialmente pelo trabalho feminino devido à “reação societária à substituição da mão de obra masculina pela feminina”. (SAFFIOTI, 2013, p. 332). Na sequência, ela afirma que essa relação vai se acirrar ainda mais, caso sejam mulheres trabalhadoras de países chamados de economia dependente, onde ela coloca o Brasil.

Então, seriam vários os vetores que concorrem para que se considere a força de trabalho feminina mais precarizada. O grau de controle do capital sobre os vários fatores sociais impõe uma condição de discriminação a determinados setores da força de trabalho, onde o vetor patriarcado dispensa de uma força coercitiva direta, ainda assim o controle capitalista não poderia prescindir de diversas formas de discriminação e apropriação de setores subalternizados. Então, na lógica da autora, não seria de admirar a insistência das classes dominantes na manutenção de algumas estruturas arcaicas. Assim, para ela, como conclusão desse percurso argumentativo, as exigências da acumulação privada se expressariam de forma distinta entre homens e mulheres. Em face desta análise, e de acordo com a autora, a ideologia dominante ratifica o sexo feminino como expressão de algumas fragilidades e vinculações biológicas, o que acaba por tomar, neste modo de produção, novas configurações determinadas pela forma de produção social da vida.

A interpretação aqui descrita tem por consequência a compreensão de que o contrato inerente ao patriarcado, como já mencionamos, serviria de pilar à sociedade civil e, por isso,

alcançaria o terreno da venda da força de trabalho. Esta abordagem vai mais longe na medida em que, **à revelia da lei do valor, as mulheres na moral vigente – patriarcal – não se apresentam como trabalhadoras, “mas tão-somente ou, pelo menos, fundamentalmente, como mulheres”**. (SAFFIOTI, 2000, p. 29-30, grifo nosso).

Com relação à necessidade de integração da mulher na exploração, encontramos nas análises de Saffioti uma compreensão que converge no sentido de relacionar desenvolvimento capitalista a uma suposta relação direta com a intensificação da dominação de gênero. Assim, é retomada a explicação de que não haveria possibilidade de se estabelecer qualquer hierarquia entre dominação-exploração, pois “não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do Nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo”. (SAFFIOTI, 2000, p. 30). Na relação entre gênero e patriarcado, a autora acrescenta o que há de explicativo e permanente nas interpretações, inclusive a sua explicação, que possibilitaria continuidade à categoria patriarcado como conceito atual e explicativo, pois esse conceito permaneceria como o elemento essencial da dominação das mulheres, e que seria responsável por continuar a hierarquia existente há milênios entre homens e mulheres.

Assim definida e limitada a questão da *ordem patriarcal gênero* quanto ao seu estatuto, o sexo seria “socialmente utilizado como referência para a construção da identidade de gênero.” (SAFFIOTI, 1995, p. 160). Assim, compreendemos que a descrição sobre o *Nó* que sustentaria o capitalismo exige que se volte à já apresentada categoria gênero, isto porque se trata de uma imagem que atravessa toda a produção intelectual de Saffioti, dos primórdios até aos anos mais recentes.

A convicção da autora baseia-se sobretudo na compreensão do sujeito gendrado, ou seja, Saffioti confere à categoria gênero cada vez mais importância como agente da construção do sujeito, somado ao sexo, que se daria através da construção de gênero. Assim,

(...)A tripla constituição do sujeito-gênero, raça-etnia e classe – afasta a ideia de sua unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não fragmentado. (...) estes três antagonismos constituem um nó. (1995, p. 160).

Como vimos, cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de acordo: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é presumida. Esta linha de pensamento foi um culminar de uma longa trajetória de militância e pesquisa intelectual por parte de Saffioti – que se expressa no tripé composto pelo gênero, patriarcado, a raça/etnicidade e a classe que para ela constituem eixos estruturantes da sociedade. Essas contradições, para a socióloga, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se podem detectar na imagem do *Nó* (SAFFIOTI, 1997b). Ela repõe essa ideia da contradição através da imagem do *Nó*, que contém uma condensação, uma exacerbação, uma potenciação de contradições. Como tal, merece tratamento específico, mesmo porque é no *Nó* que atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas. Além disso, esta concepção é, para Saffioti, extremamente importante para se entender o sujeito múltiplo (LAURETIS, 1987) e a motilidade entre suas facetas.

Efetivamente, para ela, o sujeito, constituído em gênero, classe e raça/etnia não apresenta homogeneidade. Nesse sentido, as relações dinâmicas da ordem social com as formas de dominações precisariam ser estudadas sistematicamente, de forma a acompanhar as constantes mudanças. Portanto,

Dependendo das condições históricas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira. Em outras circunstâncias será uma outra faceta a tornar-se dominante. Esta mobilidade do sujeito múltiplo acompanha a instabilidade dos processos sociais, sempre efervescentes (SAFFIOTI, 1999, p. 85).

A fórmula a que chega Saffioti é a de que são três os pilares fundamentais e entre os quais **não pode ser estabelecida qualquer relação de prioridade “a de gênero, a de raça-etnia e a de classe”** (2000^a, p.73). Dessa relação ela conclui que é necessário dissolver a convicção de que há leis determinantes, ou seja, na tríade tudo se equivale e, por exemplo, não há, para ela, na luta de classes prioridades que se devam impor nesta relação. Desta dissolução de leis determinantes, dissertaremos sobre este *Nó*, que é uma das teses centrais da autora.

Com relação ao acima descrito, dirigindo-se à crítica contra a sociedade patriarcal-capitalista, precisamos contextualizá-la no solo de suas contradições históricas para, posteriormente, fazermos uma análise sobre a compreensão de classe por Saffioti. A hipótese central de Saffioti de que há uma exploração especificamente racial e sexual **e que a mais-valia tem sexo elucidada uma parte da questão do que seria a aparência do fenômeno exploração**. Porém, entendemos que esta abordagem sociológica contrasta com a prática corrente de exploração e extração de mais-valia. Tal como descrevemos no começo, o movimento em direção ao resgate da categoria gênero se justifica pela relação entre gênero e classe social, onde reside, para Saffioti, uma diferenciação necessária, e sobre a qual ela vai se debruçar a partir de Thompson, ao qual ela confere a seguinte crítica sobre essa interação:

[...] o autor não revela a participação feminina no próprio processo de construção desta classe. Em outros termos, trata-se de mostrar como o gênero, historicamente milênios anterior às classes sociais, se reconstrói, isto é, absorvido pela classe trabalhadora inglesa, no caso de Thompson, se reconstrói/constrói juntamente com uma nova maneira de articular relações de poder: as classes sociais. (2004b, p. 26)

A isto, a autora acrescenta que o que dá substância à classe é de uma lógica diferente do da gênese do gênero. Segundo essa concepção afirma o seguinte:

Evidentemente, estas duas categorias têm histórias distintas, datando o gênero do início da humanidade, há cerca de 250-300 mil anos, e sendo as classes sociais propriamente ditas um fenômeno inextrincavelmente ligado ao capitalismo e, mais propriamente, à constituição da determinação industrial deste modo de produção, ou seja, à Revolução Industrial. Se, como sistema econômico, ele teve início no século XVI, só se torna um verdadeiro modo de produção com a constituição de sua dimensão industrial, no século XVIII. Quando se consideram os embriões de classe, pode-se retroceder às sociedades escravocratas antigas. (SAFFIOTI, 2004b, p.114-115).

Esta é a razão pela qual a conclusão dos últimos trabalhos apela para a definição **de classes sociais como um “fenômeno gendrado”** (SAFFIOTI, 2004), descrição que se dá em resultado da relação do *Nó*, ou seja, a autora entende que há uma relação intrínseca entre os dois fenômenos, considera que alguns pontos são necessários a levar em consideração; que, segundo ela, são regidos pelo princípio da contraditoriedade expressa pelo *Nó* com suas especificidades que

conforma, para Saffioti, uma totalidade. Porém, afirma que não seria a soma de racismo + gênero + classe social, “mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (2004b, p. 115). Assim, a estrutura social exigiria o reconhecimento de todos esses vetores como eixos igualmente estruturais da sociedade. Em resultado disso, “estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história” (SAFFIOTI, 1997, p. 70).

Seja como for, para Saffioti, o *Nó* não pode ser desatado enquanto prevalecer a sociedade do capital. Em tal sociedade, o caminho pela efetivação real da democracia terá necessariamente que passar pela imagem do *Nó*. Parece-lhe a única forma capaz de corporificar cada uma das contradições descritas, como forma, inclusive, de “se entender o sujeito múltiplo e a motilidade entre suas facetas” (SAFFIOTI, 2004, p. 70).

Chegamos então ao *Nó* como encadeamento de singularidades e diversidades a partir das quais vai traçar uma lógica de dominações. O fio condutor aqui proposto procede das condições descritas, que podem ser resumidas através da seguinte fórmula “formada pelas três subestruturas: gênero, classe social, raça/etnia, já que é presidida por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado.” (SAFFIOTI, 2004b, p. 125). **O modelo apresentado, o da relação de co-substancialidade entre os vetores mostra ser um dos maiores componentes,** diríamos a TESE principal que atravessa a pesquisa de Heleieth Saffioti. Deve-se acrescentar que a relevância que se deve conferir a cada particularidade do *Nó* varia, de acordo com a socióloga, com o momento histórico no qual se gesta essa relação:

(...) a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída”. (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Logo, e de acordo com a interpretação da autora, o aprofundamento da dominação e da exploração das mulheres caminha lado a lado com a exploração capitalista. Interpretação que percebe no desenvolvimento capitalista um aprofundamento da discriminação pelos caracteres de sexo, ou raciais.

Dito isto, podemos sintetizar as características essenciais dessa elaboração de Saffioti da seguinte forma:

- A compreensão segundo a qual o capitalismo não abdica dos fenômenos tradicionais, quer seja porque lhe é útil ou por questões morais da própria sociedade. Esse entendimento prende-se, a nosso ver, **a uma relação superficial que vincula a propriedade privada ao sexo masculino e à etnia branca**, permanecendo um movimento de continuidade no capital, o que para Saffioti não poderia ser ignorado pelos movimentos feministas hodiernos. Portanto, a categoria patriarcado permaneceria tão atual quanto dure o sistema capitalista;

- O Capital prolongaria o patriarcado através da ordem patriarcal de gênero, ressuscitando constantemente os ideais de dominação das mulheres, transferindo-os para a esfera da exploração. Essa análise de Saffioti leva-a à conclusão de que dominação patriarcal e exploração capitalista são fenômenos sociais inseparáveis, “por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação.” (2004, p. 130), daí a metáfora do *Nó*. Agregase a tudo isso o que Saffioti, a partir de Pateman, denomina de “a consciência dominada das mulheres”;

- Em relação aos valores sociais, públicos, políticos, aparecem, para ela, marcados por um reflexo do patriarcado. Mesmo hoje com o ingresso intenso de mulheres como vendedoras da FT, haveria, para a autora, a permanência da mulher como um grupo de vendedores da força de trabalho que são alvo de um maior grau de vulnerabilidade no momento de exploração, uma força de trabalho que sofreria superexploração;

- A garantia da dominação masculina seria um legado do patriarcado e a relação de privilegiamento civil que daí adviria. Quando Saffioti se refere à classe como algo que não existe em abstrato, o fio principal que perpassa toda a sua compreensão sobre a constituição de classe é a ênfase nas estruturas capilares de poder que atravessam as classes. Nunca é demais realçar, para ela, que o gênero é também estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe social e a raça/etnia. (SAFFIOTI, 1997).

A partir dessas descrições procuramos, portanto, demonstrar a forma como o fator patriarcado defendido por Saffioti na relação expressa pela figura do *NÓ* e a inerente dominação que recai sobre as mulheres trabalhadoras se articula à lógica de expansão do capital em seu movimento de acumulação crescente, apontando possíveis tendências. Como podemos verificar, para Saffioti a totalidade é uma constante interação entre as pluralidades/particularidades em busca de uma verdade sobre a condição da mulher na sociedade do capital.

Dito isto, sejam quais forem os caminhos, esta interpretação precisa estar sempre presente. Essa referência à subordinação pressupõe um patriarcado como conceito que descreve especificamente a subordinação das mulheres, indicando o direito político legado aos homens pelo simples fato de serem homens (SAFFIOTI, 2004). No contexto apresentado por Saffioti, as mulheres seriam oprimidas, dominadas e exploradas em razão duma forma de organização patriarcal que, sendo anterior ao capitalismo, permaneceria posteriormente. Ou seja, trata-se de um pacto masculino de opressão das mulheres, “assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres” (SAFFIOTI, 2000, p. 10).

Portanto, e na mesma lógica posta pela autora, o poder subversivo feminino seria muito maior que o masculino; logo, se faria necessário, de acordo com Saffioti, a organização conjunta entre mulheres e homens, mas principalmente das mulheres como classe revolucionária.

A questão central que se coloca é de saber de que forma o patriarcado é ainda uma questão que se põe como forma de compreender a sociabilidade atual e qual o sentido de pensar, a partir daí, a relação constante da dinâmica do *Nó*. Então, até que ponto essa convicção compartilhada pelo campo feminista marxista continua a fazer sentido?

3.4 O IMPACTO DAS MODIFICAÇÕES ECONÔMICAS NA ESTRUTURA DO PATRIARCADO A PARTIR DE UMA ANÁLISE DAS SUBJETIVIDADES FEMININAS

Neste item, e para fecharmos a reflexão da descrição sobre o patriarcado, gostaríamos de fazer uma análise sobre esse indivíduo mulher e a feminilidade que começa a se constituir com o desenvolvimento das forças produtivas, as necessidades novas de extração de mais-valia e as configurações do proletariado nascente. Com isto, pretendemos confrontar essa suposta permanência do patriarcado que, para Saffioti, mater-se-ia sem abalos radicais nas relações de exploração vigentes. Ou seja, pretendemos demonstrar, mediante a produção ideológica de determinada época, como se apresentam os processos históricos particulares em suas modificações, decorrentes de rupturas estruturais em nível de organização da produção, e os impactos que começam a denunciar os abismos entre os desígnios do patriarcado e as necessidades da forma de organização capitalista, em que todas “as relações fixas, enrijecidas, com seu travo de antiguidade e veneráveis preconceitos e opiniões foram banidas (...) Tudo o que é sólido se desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado” (MARX; ENGELS, 1997, p.).

Neste sentido, com a revolução de 1789, na França, as mulheres caminharam ombro a ombro com os homens contra o poder monárquico pelo surgimento de uma nova sociedade em que a discriminação de sexo não tivesse vez. Como lutadoras iguais, consideraram que seria de seu direito legítimo reivindicar direitos iguais. Para tanto, pressionaram o governo de transição no intuito de se conquistar medidas que dessem respaldo aos seus anseios e às suas reivindicações⁵⁵. Não por acaso, as modificações na forma de produção e reprodução da vida começam a se refletir a nível da ideologia, da produção política e artística. Foi, por exemplo, com a implementação da República que se consagrou o princípio da laicidade do ensino, “libertando, assim, formalmente, a instrução oficial das amarras da Igreja Católica; mas, por outro lado, ratificava a descentralização da legislação sobre o ensino”. (SAFFIOTI, 2013, p. 303)⁵⁶.

⁵⁵No calor da revolução e, por mérito das reivindicações das mulheres, alguns dos clamores foram atendidos pelo governo imediato, porém, os recuos não tardaram a afirmar-se, pois “as leis francesas sobre o casamento, mais flexíveis pouco depois da Revolução, ficaram rígidas no início do séc. 19. O divórcio havia sido introduzido em 1792, mas o Império limitou-o em 1803 e, sob pressão da Igreja Católica, o governo da Restauração o aboliu em 1816.” (AMARANTE, 2010, p. 112).

⁵⁶À transição para a República corresponde uma transformação na representação de mulheres em relação à quantidade de homens nas escolas de ensino superior. De acordo com os dados expostos por Saffioti, nos anos de 1929-1930 ela observa o seguinte: apesar de um maior acesso de mulheres a cursos superiores, elas frequentam cursos que são considerados como espaços de menor prestígio social. Porém, há que se ressaltar que é a partir de 1930 que

Ainda de acordo com Saffioti,

As aspirações de ascensão social, grandemente responsáveis pela maior atenção merecida hoje pela educação feminina e pelo engajamento da mulher nas ocupações fora do lar, não superam, contudo, a necessidade que a sociedade de classes apresenta para manter seu próprio equilíbrio de hierarquizar as ocupações masculinas e femininas, em defesa da posição de chefe que o homem ocupa na família e na sociedade. Assim, se a qualificação profissional da mulher interfere na posição ocupacional desta, a estratificação por sexo intervém, não raro de modo negativo, quer na qualificação da força de trabalho feminina, quer no posicionamento da mulher na estrutura ocupacional. (2013, p. 328)

É nesse cenário, no palco de reivindicações políticas, que começam a emergir os movimentos femininos, que dentro do contexto da época exigiam o que acreditavam ser a necessidade de uma luta em torno de um desenvolvimento nacional que pautasse e possibilitasse o avanço de reformas estruturais de caráter social. Eram, portanto, movimentos que, ainda que não fossem feministas por definição, constituídos por mulheres que se organizavam por questões mais gerais. Para Céli Pinto, “esses movimentos não podem ser considerados feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos, na medida em que as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade” (2003, p.44). Isso contou com o proletariado nascente, que se conformou às condições de cotejamento do movimento feminino. Por conseguinte, na medida em que é edificada sobre as expressões da realidade de uma determinada época histórica, a literatura do final do século XVIII e início do século XIX faz uma belíssima demonstração do que se verificava naquele momento quando, finalmente, as circunstâncias do velho mundo começavam a ruir. Falamos aqui do ruir do feudalismo patriarcal e as consequentes modificações estruturais em nível da moral e dos costumes sociais. Principalmente em decorrência do ainda incipiente desenvolvimento industrial, que já se metamorfoseava em gigantescas ilhas de produção com as quais nasciam as grandes cidades com

as mulheres começam a ter presença nos cursos de nível superior em número significativo. Ao mesmo tempo, dada a expansão da urbanização do país, os movimentos feministas, também começaram a pipocar em todo o território nacional. Como no resto do mundo, foi por aqui necessário o desenvolvimento das forças produtivas, que se materializou no espraiamento da indústria por intermédio da “hemorragia da população rural” (FONTES, 2010, p. 217).

dinâmicas sociais diferentes das anteriores. Como o caso do protagonista Fausto, da autoria de Goethe (1829), que se insurge contra esse velho mundo.

Nesse imaginário descrito pela literatura e sua significação histórica contra a condição que, no passado, singularizava o lugar da feminilidade marcada pela obsessão em ser o Outro através do casamento, emerge uma nova mulher por trás das aparências: são as mulheres sobre as quais terá se debruçado Freud no intuito de compreender as metamorfoses psíquicas como sintoma de uma nova feminilidade que surgia.

Assim, a partir da literatura como expressão ideológica de seu tempo, principalmente, já em meados do século XVIII passa a ser possível identificar as emaranhadas interações entre modificações no desenvolvimento das forças produtivas, as transformações da família e o impasse do lugar da mulher que tenciona para passar a ser narradora de sua vida. Ao mesmo tempo, essas mulheres começavam a compreender que algo estava equivocado em seus destinos, já que a industrialização as empurrava para a esfera extra-lar. Deste paradoxo das normas ao advento dum novo processo de produção e reprodução da vida corresponde um momento de crise que precede uma cisão no padrão de feminilidade prevalecente até a segunda metade do século XIX. É nesse sentido que resgatamos a literatura da época, pois corporifica bem a transição consequente da tristeza e da insatisfação a que o meio doméstico limitava as mulheres após a revolução burguesa, agora que a mulher poderia tornar-se outra, e não mais o Outro, mas, ao mesmo tempo, o conflito ainda permanecia pela dependência material em relação ao homem. Assim, pois, no horizonte de compreender a arte (neste caso, a literatura) como um esforço que homens e mulheres fazem em transmitir suas próprias ideias/representações, que, por sua vez, está condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas de uma dada sociedade. Desta forma, podemos reatar, através da literatura, vínculos com a realidade da época nos primórdios do século XIX.

Vamos, agora, resgatar escritores que ilustram através de suas obras literárias as contradições históricas de sua época, que é a época que as origina, pois “criações artísticas verdadeiras não podem separar-se nunca – esteticamente – daquele chão de sua gênese” (LUKÁCS, 1966, p. 25). Ou seja, são obras que resultam de uma combinação entre um meio de

tomada de consciência do mundo exterior e sua expressão estética que, por sua vez, qualifica-se como o espelho da realidade a partir da vivência e observação do artista (LUKÁCS, 2010).

Vejamos, por exemplo, obras como: *Madame Bovary* de Flaubert, romance publicado em 1865; *A casa de bonecas*⁵⁷ de Ibsen, publicado em 1879; *Anna Karenina* de Liev Tolstói, publicado em 1873, *Carmen*⁵⁸ de Mérimée, publicada em 1845 e reinterpretada através da obra de Bizet em 1875, ou até a *Capitu*⁵⁹ do romance *Dom Casmurro* de Machado de Assis, em 1899.

⁵⁷Livro da autoria de Ibsen, lançado pela primeira vez em 1879, peça que, aliás, foi apresentada inicialmente em Londres e causou grande impacto para as mulheres na época, inclusive Eleanor Marx, mais conhecida por Tussy, a filha mais nova de Karl Marx. Após ter visto e se comovido com a peça, foi uma das pessoas responsáveis pela propagação da obra. “Estávamos irrequietas e impetuosas e quase selvagens em nossas conversas. O que aquilo significava? Era vida ou morte para as mulheres? Era alegria ou tristeza para os homens?” (TUSSY *apud* GABRIEL, 2013, p. 694). Muitas foram as mulheres que se identificaram com o destino de Nora, a personagem principal da obra, que, ao desvendar sua infantilização e submissão a uma feminilidade alienante, ela rompe com isso fugindo do próprio casamento que a aprisionava através das conveniências. Quando questionada por seu marido sobre a demonstração do mal-estar, Nora responde o seguinte: “Quero dizer que das mãos de papai passei para as suas. Você arranjou tudo ao seu gosto, gosto que eu partilhava, ou fingia partilhar, não sei ao certo; talvez ambas as coisas, ora uma, ora outra. Olhando para trás, agora, parece-me que vivi aqui como vive a gente pobre, que mal consegue ganhar o seu sustento. Vivi das gracinhas que fazia para você, Trovald; mas era o que lhe convinha. Você e papai cometeram um grande crime contra mim. Se eu de nada sirvo a culpa é de vocês” (IBSEN, 1990, p. 94-95). Nora é expressão de um tempo em que as mulheres, equiparadas a crianças, não se contentam mais em limitar sua vida à passagem de pai para o marido. O que não é diferente da *madame Bovary*; também Emma passa da tutela do pai para a do marido. Inclusive, a observação de Tussy sobre a obra de Flaubert aponta as dificuldades da mulher em se colocar nessas relações que emergiam, por exemplo: “a vida dela é ociosa, inútil, e essa mulher forte sente que deve haver algum lugar para ela no mundo; deve haver algo que ela possa fazer” (TUSSY *apud* GABRIEL, 2013, p. 695). A própria Eleanor Marx, que havia representado Nora, fez, também, a tradução de *Madame Bovary* de Flaubert; a descrição de Emma é, de certa forma, a descrição dela e de tantas mulheres que passaram a ser alfabetizadas, e que a tal da independência ainda não era efetivamente concretizável, mas já se vislumbravam as possibilidades reais de efetivá-la.

⁵⁸*Carmen* é uma figura feminina que se opunha vivamente a uma sociedade ainda marcadamente patriarcal, assim como as figuras femininas avançadas para sua época. Também o desfecho de *Carmen* foi trágico. Podemos dizer que ela assume uma postura viril enquanto zeladora de sua liberdade e, exatamente por se tornar uma semelhante a eles, isso a torna insuportável. Insuportável porque ela não se colocava como arquétipo da passividade feminina, da qual depende a sustentação da masculinidade.

⁵⁹*Capitu* foge do modelo de feminilidade de mulher e, justamente por isso, acaba por ter, também, um destino trágico: vai ser expulsa de casa simplesmente por não se submeter ao papel de esposa resignada, não se contentando, portanto, com a reclusão do círculo familiar. A narrativa de Machado trabalha com os valores sociais e culturais presentes na sociedade brasileira no final do século XIX, isto é, a condição feminina está, ainda, amarrada às condicionantes sociais, ao estabelecido, porém, no discurso privado e no pensamento expresso, as personagens questionam os papéis que lhes são destinados na sociedade brasileira. *Capitu* é a mulher em transição que supera a definição de esposa-mãe-santa, portanto transcende o estereótipo de mulher. Ainda que de forma limitada, luta por emancipar-se das imposições que a reduzem ao espaço doméstico.

Em todas as obras mencionadas, as transformações na subjetividade feminina são capturadas no processo elaboração artística sem que se coloque em causa sua objetividade como reflexo das transformações em curso, concentrando-se nas relações materiais observáveis referentes à condição individual das protagonistas, que refletem, ao mesmo tempo, a condição universal das mulheres no início do século XIX – época na qual elas foram escritas e ambientadas. Ao mesmo tempo, preservam a subjetividade de quem as produziu – os escritores – e que, como veremos, nos darão pistas para compreender o lugar contraditório que as mulheres começavam a ocupar na sociedade burguesa.

Compreende-se melhor, já a partir dessas obras da literatura do século XIX que souberam exprimir certas condições sociais de seu tempo, de que forma a mulher do século XIX e sua relação com o espaço urbano industrializado parece substituir a mulher desprovida de individualidade. Dito isto, e tendo em conta que o tema que perpassa todas as obras apontadas são os impasses vividos por mulheres que partilhavam as vicissitudes dos legados de uma feminilidade que não tinha mais chão material para se concretizar, ou até para ser desejado pelas mulheres do século XIX, vê-se que essa feminilidade tornara-se algo não mais desejável.

Chegamos à época das mulheres desajustadas, para as quais foi reservado um destino trágico na literatura, não necessariamente como punição sádica por parte de seus criadores, mas como expressão de uma realidade contraditória que, ao mesmo tempo em que se abriam brechas para uma nova mulher, foi-lhes negado esse salto fora do lugar feminino. Permaneciam, assim, num emaranhado simbólico que “fizeram da histórica a figura mais representativa da relação entre mulher e a feminilidade, do fim do século XIX”. (KEHL, 2017, p. 208). Não por acaso, o questionamento contra a família burguesa passa a ser constantemente evocado no século XIX, pois “a família burguesa em particular é alvo das críticas de intelectuais e de artistas (...) da impaciência das mulheres ansiosas por ter uma vida própria”. (PERROT, 1995 p .263 e p. 286). Isso demonstra como se modificam os comportamentos femininos que clamavam pelo acesso às promessas da revolução burguesa no sentido de se colocarem como sujeitos de individualidades, com a premissa

de se deixarem constituir pelo destino imposto pelo outro. Essa nova experiência parece-nos que terá irremediavelmente abalado o lar tradicional a partir do momento em que a própria constituição da feminilidade que prevalecia até então começou a perder sentido enquanto uma feminilidade que “sustentasse a virilidade do homem burguês” (KEHL, 2017, p. 38). Entretanto, ao examinarmos a relação entre a Revolução Francesa e as mudanças na vida privada, verificamos como ficam borradas as fronteiras entre o espaço privado e o espaço público. De acordo com Lynn Hunt,

Durante a Revolução (...) A coisa pública, o espírito público invadiram os domínios habitualmente privados da vida. Não resta dúvida que o desenvolvimento do espaço público e a politização da vida cotidiana foram definitivamente responsáveis pela redefinição mais clara do espaço privado no séc. XIX. O domínio da vida pública, principalmente entre 1789 e 1794, ampliou-se de maneira constante, preparando o movimento romântico do fechamento do indivíduo sobre si mesmo e da dedicação à família, num espaço doméstico determinado com maior precisão. No entanto, antes de chegar a esse termo, a vida privada iria sofrer a mais violenta agressão já vista na história ocidental. (*Apud* PERROT, 1995, p. 21)

Hunt demonstra como transformações cruciais nas raias da formação social capitalista reverberaram em novas experiências de classe. Inclusive as mulheres que foram protagonistas das mais radicais insurreições populares nessa época (fim século XVIII) eram conhecidas como as que “botavam fogo”. Essa figura da agitadora e incendiária fomentou os novos ideais da emancipação feminina motivada por um deslocamento da centralidade de suas vidas. Portanto, rebeliões femininas que em muito deslocavam a mulher do ideal de feminilidade que permanecia dominante até então muitas vezes se davam contra os interesses de acumulação capitalista.

Essa discussão pertence ao seu solo histórico mais abrangente, que tornou a mulher mais autônoma sobre sua vida tanto no campo da materialidade quanto nas escolhas sexuais. Ora, não terão essas modificações reverberado na esfera cultural e nas insígnias sobre a constituição da feminilidade⁶⁰?

⁶⁰ De acordo com o dicionário de língua portuguesa, feminilidade significa um tipo de caráter, modo de ser, pensar ou viver próprio da mulher. Em que os atributos físicos dominantes traçam o destino. No mesmo sentido, mas de uma forma mais aprofundada, a referência às insígnias de feminilidade, a partir da reflexão de Saffioti sobre o que culturalmente e historicamente estrutura vem constituindo o que significa ser feminino. Que, na esteira de Beauvoir trata-se dum outro, uma falta, constituída pelo ser masculino (como se fosse o não masculino). O tipo ideal de feminilidade seria a mulher que chora, mulher frágil, a casta, a virgem etc, em oposição à figura de homem, o galã, provedor etc. Feminilidade, portanto, corresponde à tentativa de construir o ser mulher enquanto subordinado, ou

Notemos, entretanto, que o problema não está, hoje, intrinsecamente ausente da composição do que podemos definir por feminilidade. Porém, não é mais essa condição a marca central que define a condição da mulher no espaço da produção, e é exatamente por isso que quando começam a surgir as Noras, as Emmas e as Anas da literatura acima citada, algo visivelmente já estava em processo de modificação, e a base material constitutiva da feminilidade como expressão do patriarcado, ou seja, a mulher maternal, passiva, com menos inclinação à sublimação cultural, infantilizada, que teria que ser propriedade de algum homem para acessar aos bens necessários a sua sobrevivência deixa de existir, ou, pelo menos, essas deixam de ser características vinculadas ao sexo feminino na medida em que as mulheres não se contentam mais com os limites dessa situação. Elas, agora, também podem ser ou proprietárias privadas dos meios de produção, ou proprietárias de sua força de trabalho. Por conseguinte, essa mulher que se “contenta” com o cuidado do lar já não serve mais como espelho das insígnias identificatórias contra as quais as mulheres do séc. XIX se rebelaram, e, arriscamos afirmar, com as quais as mulheres do século XX ou XXI não têm mais nenhum tipo de possibilidade identificatória; são insígnias que nos parecem profundamente tradicionais. Está, portanto, emergindo “a mulher-parasita, mulher com consciência de classe, a mulher-recusa-do-falo” (KEHL, 1996, p. 95), que não é mais a mulher histérica da clínica freudiana, e cuja definição Saffioti tanto critica na obra *A mulher na sociedade de classes*. Consequentemente, deixa de ser um outro que se constitui a partir do desejo masculino para se tornar uma igual ao homem.

melhor, como diz Saffioti (1992), como dominada-explorada que teria a marca da naturalização, do inquestionável, já que naturalizado. Para a manutenção dessas insígnias contribuem, de acordo com Saffioti, todos os espaços de aprendizado, também os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se sobretudo na determinação biológica. Desta forma, a diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade. Essa relação entre a feminilidade e a histeria, em Freud, foi bem trabalhada por Maria Rita Kehl em sua obra *Deslocamentos do feminino* (1998); aí ela vai demonstrar como a falta de perspectivas no campo das sublimações cedidas às mulheres até ao séc. XIX, a “ausência de demanda social para essa capacidade e a contribuição desses dois fatos conjugados para o agravamento das condições de produção de neurose ou outras formas de sofrimento psíquico. O que fazer desse *resto pulsional*, excedente não utilizado de energia mental que poderia, em outras condições, encontrar satisfação em alguma atividade criativa?” (KEHL, 2017, p. 182).

No século XIX, claro, esse conflito expresso através da arte é a manifestação de um momento que já não é a velha forma, mas ainda não havia condições para o exercício da nova. Permanecem, nesse momento, como formas ambíguas. Assim redefinido (mas limitado), o nascimento de uma nova maneira de ser mulher, o tornar-se outra, fora dos desígnios do patriarcado que estava em curso, se batia em duas frentes ao mesmo tempo: eram educadas para serem mães e esposas, por outro lado, reivindicavam o acesso ao mundo público. Ou seja: “a esfera do mundo masculino” extra-lar conclamava a presença delas desde o trabalho produtivo à área da política, das artes, das ciências etc., e é necessário que se diga que já não eram realidades tão distantes e para as quais as mulheres muito poderiam oferecer no desenrolar do processo histórico. Já a construção da masculinidade estabelecida pelo direito patriarcal fica bastante abalada com tudo isso, pois ela só faz sentido pela permanente manutenção da feminilidade, por exemplo, quando Trovald fala o seguinte para Nora:

Ah! Minha querida, sinto como se só assim eu pudesse mantê-la suficientemente resguardada. Sabe, Nora, às vezes eu gostaria de vê-la ameaçada de um perigo, para poder expor a vida, dar o meu sangue, arriscar tudo, tudo para protegê-la. (IBSEN, 1990, p. 87)

Declaração que demonstra como a construção da masculinidade passa, portanto, pela produção de uma outra identidade, a feminilidade e seus atributos, ou seja, o que é a virilidade se não também uma criação das mulheres, à qual os homens procuram corresponder? Por seu lado, a feminilidade como projeção do desejo dos homens nada mais é que uma performance que as mulheres de certa forma encarnam, mas tanto a virilidade quando a feminilidade são hoje características procuradas e performatizadas, tanto por homens quanto por mulheres, na formulação da personalidade de cada um. Não será isso expressão de um abismo que tende a se suprimir? (KEHL, 1996) Será que mulheres e homens não se tornaram mais parecidos do que diferentes em razão de uma materialidade que passaram a compartilhar?

Os efeitos determinativos da condição inegociável de se conseguir vender a força de trabalho transforma o outro igual numa constante fonte de mal-estar⁶¹, ou num inimigo permanente

61 Termo retirado do *mal estar* da civilização, de Freud (1930), e retomado por Maria Rita Kehl sobre o narcisismo das pequenas diferenças em que a “aproximação entre as aparências, as ações, os atributos masculinos e femininos são para o homem mais do que angustiantes. É de terror e de fascínio que se trata, quando um homem se vê diante da pretensão feminina de ser também homem, se deixar de ser mulher. Bruxas, feiticeiras, possuídas do

que disputa pela sobrevivência. Nesse espelho, o homem “já não consegue reconhecer esta mulher tão parecida consigo mesmo, na qual odiaria ter que se reconhecer” (KEHL, 1996, p. 28).

Segue Maria Rita Kehl:

No caso das pequenas diferenças entre homens e mulheres, parecem ser os homens os mais afetados pela recente interpenetração de territórios – e não só porque isso implica possíveis perdas de poder (...) e sim porque coloca a própria identidade masculina em questão. Sabemos que a mulher sente a conquista dos atributos “masculinos” como um direito seu, reapropriação de algo que de fato lhe pertence e há muito lhe foi tomado (1996, p. 26).

Ao passo que o homem passou a sentir esse processo de descolamento das insígnias femininas por parte das mulheres como perdas⁶². Poderíamos trazer o seguimento dessas tendências ao longo dos séculos XX e XXI, onde efetivamente se verifica um deslocamento das heroínas infantis, que vão do cinema infantil ao cinema em geral, até as mais variadas facetas artísticas cujo enfoque na mulher “emancipada”, mulher que toma as rédeas de sua independência em relação ao homem, tem sido tema mais frequente nos enredos da indústria cultural. No chão da materialidade do capital e sobre o acesso à propriedade privada há cada vez mais mulheres em cargos de chefia ou proprietárias privadas dos meios de produção. Sobre isso iremos aprofundar ao longo da tese.

Ora, o patriarcado como fenômeno forjado na sociedade feudal, sofreu, no nosso entender, forte impacto, deixando de ser um fenômeno que caracterize a nossa forma de

demônio, assim se designavam na antiguidade essas aberrações do mundo feminino que levava mascarada a feminilidade até um limite intolerável” (KEHL, 1996, p. 27)

⁶² Devemos nos lembrar que a questão a ser apresentada, ainda que os comportamentos que se expressam através de determinados fenômenos, como a violência contra a mulher ou a inscrição da feminilidade e masculinidade, é a ponta aparente de um problema mais profundo que não se poderá compreender corretamente caso não se leve em conta todo um conjunto de fatores da ordem estrutural do sistema e suas expressões sintomáticas e, que, portanto, ainda que seja em parte um fenômeno de homem opressor e mulher oprimida, a explicação de tal situação não se resume e este esquema binário, pois as estruturas inconscientes que regem uma determinada maneira irracional – violência, por exemplo –, foram, elas próprias, produzidas por processos históricos socioeconômicos (REICH, 1988). Ou seja, as expressões do machismo explicam parte dos efeitos referentes aos fenômenos de discriminação, mas não quanto às causas, como a constante disputa pela venda da força de trabalho que se expressa sobre determinada forma de consciência inserida numa materialidade específica de um ser humano que se alienou de sua produção e, conseqüentemente é psiquicamente usurpado e convive com uma situação constante de desamparo em consequência da permanente precariedade.

sociabilidade, ou seja, ele morreu como fenômeno estrutural. Neste sentido, pretendemos que se compreenda o desenvolvimento da família e suas profundas metamorfoses desde a ruptura com a sociedade feudal, que provocou, “[...] por seu lado a desintegração da família camponesa patriarcal, e, de outro, um processo de urbanização historicamente sem precedentes”⁶³(ARRUZZA, 2015, p. 45). Com isso, a família proletária se reformulou, deixando de ser expressão da “[...] unidade de produção com um papel produtivo específico, geralmente organizado nas relações patriarcais específicas que prevaleciam na sociedade agrária prévia”. (ARRUZZA, 2015, p. 45). Ao mesmo tempo, as características do desenvolvimento capitalista e seus corolários, com relação à transmutação do lócus de vida da mulher trabalhadora, impactou em outras esferas, pois o processo de deslocamento da produção do lar para a esfera extra-lar exigiu o fim da “família individual enquanto unidade econômica da sociedade” (ENGELS, 1982, p. 85), e com isso cria-se a base material para se iniciar um processo de ruptura do pilar matricial do patriarcado, isto é, criam-se brechas na família patriarcal e mais ainda na forma de propriedade patriarcal.

Se num primeiro momento, ainda antes do advento do capitalismo, a propriedade privada mantinha uma relação indissociável com o poder do pater, do homem da família, cujo significado de família nesse momento representava o *famulus* que, segundo Engels (1982) significa “escravo doméstico”, “pertencentes ao mesmo homem” (1982, p.61) – ou seja, a família, no sentido aqui descrito, é o núcleo de organização de um conjunto de indivíduos que obedecem aos mandos do chefe (de família), isto é “o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem” (1982, p.

63 Vejamos os seguintes dados descrito por Fontes (2010): “Em 1950, a população urbana do mundo representava menos de 30% do total, chegando em 2007, a 50% da população mundial”. De acordo com o Centro Regional de Informação das Nações Unidas, atualmente 50% da população mundial vive em áreas urbanas e estima-se que em 2050 cresça para 66% da população mundial: “A população urbana a nível mundial tem crescido rapidamente passando de 746 milhões em 1950 para 3,9 mil milhões em 2014. A Ásia, apesar baixo nível de urbanização, aloja 53 por cento da população urbanizada a nível mundial, seguida da Europa com 14 por cento e a América Latina e nas Caraíbas com 13 por cento”. Disponível em: (<http://www.unric.org/pt/actualidade>. Acessado em: 22/07/2019)

61)⁶⁴—, já, hoje, dificilmente podemos afirmar que a transmissão da propriedade se realiza através do senhor ou por ordem divina (deus), no sentido masculino, como era feita em épocas feudais ou de sociedades escravocratas. Logo, na medida em que a sociedade capitalista avança e se modifica, o mesmo sucede com a família, isto é, ela se transforma enquanto reflexo e produto da forma de produção social vigente e “refletirá o estado de cultura desse sistema” (ENGELS, 1982, p. 91).

Então, “no movimento vivo da sociedade há uma multiplicidade muito grande de formas de família, seja como resultante do devir histórico, seja da dinâmica própria das relações sociais numa determinada sociedade” (IASI, <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/mauro-iasi/2015>). Hodiernamente, e após muitas lutas por parte dos movimentos feministas, o marido não dispõe mais incondicionalmente do corpo da esposa como no séc. XIX, época em que as mulheres estavam legalmente sob a posse de seus maridos após o casamento. Desde meados do séc. XX até nossos dias, ainda que com limites, têm sido reconhecidos novos direitos sobre a condição da mulher na família, como o direito ao divórcio ou a criminalização da violência psíquica-física-sexual fora e dentro do matrimônio. Será que essas novas relações estabelecidas não terão tido efeito de enfraquecimento dos princípios do patriarcado?

Outro fator determinante, e sobre o qual já fizemos algumas análises, refere-se àquilo que constituía a centralidade do **patriarcado, a relação entre propriedade privada e o sexo masculino**. Assim, com o capitalismo, e, principalmente após a revolução burguesa a própria relação entre propriedade e proprietário se desvinculou das características úteis de quem passou a ser o dono, pela mesma razão que temos vindo a assistir a um aumento crescente de mulheres como herdeiras de grandes multinacionais ou capitalistas em ascensão. Podemos dizer que a burguesia “onde passou a a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas” (MARX & ENGELS, 2008, p.12).

64 A denominação *famulus* fora utilizada pela primeira vez pelos romanos para definir a nova forma de organização social da qual faziam parte: a mulher, os filhos e os escravos. Todos se submetiam ao mando do homem que detinha o poder de vida e morte sobre todos os membros do organismo social que lhe correspondia.

Basta entrar na base de dados da revista Forbes transcrita para a Exame Brasil (<https://exame.abril.com.br/negocios/quem-sao-as-20-mulheres-mais-ricas-do-mundo/>) para se ter acesso à quantidade crescente de mulheres bilionárias que estão herdando ou construindo impérios multinacionais bilionários, desde empresárias de grandes marcas como Wal-Mart ou Heineken, especuladoras, CEOs etc. No Brasil, a mesma tendência se verifica, e também compõem o ranking de bilionárias da Forbes as donas do Bradesco, do Itaú, como Ana Lúcia Vilella; Luiza Helena Trajano, fundadora da Magazine Luiza; Zica Assis, fundadora do instituto Beleza Natural – com mais de 1700 operários etc. Ou as que compõem os quadros de liderança de instâncias internacionais, como o FMI. A nova diretora do Fundo Monetário Internacional é a economista Kristalina Georgieva, que fora diretora principal do Banco Mundial. Anteriormente, o cargo de diretora-gerente do FMI fora, também ocupado por outra mulher, Christine Lagarde.

Essa burguesia em ascensão não faz questão de vincular a propriedade privada às características particulares de quem é proprietário, ou seja, trata-se de um desenvolvimento capitalista desinibido de considerações moralistas, apenas movido por uma avidez acumulativa. Ou seja, a relação entre propriedade e sexo masculino como único herdeiro e que garante a herança patriarcal perdeu a razão de existir. Logo, nessa relação entre opressão, dominação feminina e expansão do capital, verificamos uma tendência oposta à defendida pela própria Saffioti. Ao contrário das afirmações da autora em seus estudos e pesquisas que buscam compreender a relação entre as esferas lar e extra-lar, na relação capital-patriarcado consideramos que não há, ao longo do desenvolvimento capitalista, uma coincidência ou dependência entre ambas.

Após o descrito sobre a evolução da condição da mulher e as modificações culturais que daí emergiram, fica a pergunta: quais foram essas modificações que possibilitaram a ruptura com essas insígnias da feminilidade patriarcal, e de que forma permitem dar respostas diferentes em relação a Saffioti na relação entre patriarcado e exploração feminina? Diferentes, na medida em que entendemos, ao contrário da autora. essa condição de explorada e oprimida não necessariamente se aprofundou com o avanço do capitalismo. Procuramos, agora, nos debruçar sobre as condições da mulher num contexto mais amplo. Pretendemos, com isso, recolher material necessário para explorar as consequências das nuances da exploração capitalista, aquilo que está em seu cerne e como reverbera nas formas sociais de reprodução e produção da vida. Assim, o

tema do *Nó* e seus variados sinônimos é uma questão que permanece como um lugar-comum do feminismo marxista. Por mais crítico que seja esse feminismo, entendemos que seu conteúdo é, pelo menos, limitado no que toca ao marxismo que reivindica, e mais ainda em relação à perspectiva marxista que pretendemos explorar. Entendemos que o feminismo marxista de Saffioti e das autoras mais recentes (como demonstraremos no desenvolvimento da tese) ao mesmo tempo que reconhece a necessidade do marxismo. Ou seja, se revelam simpatia pelo marxismo, rejeitam, simultaneamente, o que lhe é central – como as leis que determinam o sistema capitalista. Então, o feminismo marxista, com relação ao conjunto da obra de Saffioti e de autoras que continuaram o seu trabalho no que se refere às questões apontadas acima, parece, de certa forma, se distanciar das formulações de Marx no que se refere às leis objetivas do capital que são responsáveis pela direção da história.

A partir das ponderações feitas, confrontamo-nos com alguns questionamentos que incidem com a discussão que vem sendo elaborada ao longo da tese:

Até que ponto os elementos teóricos elaborados pelo campo marxista são insuficientes para explicar a dominação de que são alvo as mulheres, ou será que, pelo contrário, as explicações que colocam a centralidade nas dominações como sexo/gênero/patriarcado é que são insuficientes para explicar a complexidade inerente à da relação entre capital e trabalho, que estão na base das dominações específicas? De que forma, então, podemos compreender a relação entre propriedade privada capitalista e a exploração articulada ao sexo do proprietário da força de trabalho?

São questões que exigem uma discussão mais aprofundada sobre o assunto, já que a compreensão do capitalismo em suas interconexões dinâmicas não é meramente uma descrição de método, mas trata-se, sim, de uma necessidade de análise baseada em possibilidades organizativas para a classe trabalhadora como possível protagonista da superação da realidade social do capital, que é um sistema totalizante e universal. Podemos arriscar dizer que cada vez é mais universal em suas expressões econômica e, conseqüentemente, culturais. Quanto a isso, entendemos que uma ação capaz de unificar os explorados exige, necessariamente, o conhecimento que nos foi legado pelo marxismo, o conhecimento que parte de pressupostos “totalizantes”.

Nos próximos capítulos, vamos adentrar especificamente na análise sobre a exploração da força de trabalho, contrapondo as conclusões do amplo campo do feminismo socialista aos estudos de Marx sobre o funcionamento dos mecanismos de extração de mais-valia.

CAPÍTULO IV

4. FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO? AS TRANSFORMAÇÕES NAS CARACTERÍSTICAS ÚTEIS DO TRABALHO E SUAS TENDÊNCIAS

Ao afirmar a potencialidade revolucionária da organização das mulheres, Saffioti, no nosso entender, não problematiza devidamente o ingresso das mulheres no espaço de exploração capitalista, nem as mudanças nos valores da sociedade, nem suas extensões relacionais, particularmente o processo de desintegração da família patriarcal e do próprio patriarcado. Tendencialmente, mais do que para uma análise da realidade e seu movimento real, têm surgido projetos cada vez mais amarrados a definições orçamentárias em torno de pesquisas⁶⁵ vinculadas à questão de gênero. Esses pontos de intersecção podem ser encontrados nos diversos tipos de feminismos, tanto do abertamente pós-modernista quanto através do feminismo socialista. Como ponto em comum podemos arriscar afirmar que ambas as vertentes do feminismo se recusam a partir duma formulação com relação a uma teoria que pressuponha a existência de leis do Capital que constituem determinações.

Procuramos, portanto, demonstrar a forma como o fator patriarcado, defendido por Saffioti na relação do *Nó* e o que seria a inerente dominação que recai sobre as mulheres trabalhadoras, não se verifica na lógica de expansão do capital em seu movimento de acumulação crescente, apontando possíveis tendências. De uma forma geral, o feminismo socialista através das autoras desse campo, inclusive Heleieth Saffioti, a partir dos anos 1970, e, principalmente, após os anos 1990 (no Brasil), abraçaram consensualmente a ideia de que vivíamos uma era de “feminização do trabalho”, como forma de definição das novas configurações dos processos de

65 Não por acaso, têm surgido vários estudos no Brasil e no mundo cujo foco se centra na categoria gênero e feminismo. Chama também atenção a quantidade de livros financiados por organizações, como a ONU, UNICEF etc, com enfoque na questão de gênero que ocupam as estantes das livrarias, além do imenso oceano de artigos, teses e dissertações com foco na igualdade entre sexos.

trabalho no âmbito da exploração da força de trabalho. Essa conceituação adveio do solo contraditório de conservação-modernização do capital que acirrou a intensificação da exploração dos trabalhadores no escopo da extração de uma maior parte de mais-valia pela inserção crescente de força de trabalho feminina.

4.1 AS CRISES DO CAPITAL E AS MODIFICAÇÕES NO TRABALHO CONCRETO

Foram muitas as pesquisas que passaram a se focar sobre a inserção da força de trabalho feminina no período de reestruturação produtiva – definido pelas autoras e autores dessas pesquisas como processo de *feminização do trabalho* –, que teria sido iniciado em resposta às crises que resultaram em metamorfoses necessárias no padrão de acumulação estruturado a partir dos anos 1970 do séc. XX, como já sumariamente apontamos no capítulo 2 da tese. Anos que, aliás, assinalaram as significativas mudanças consequentes da 2ª Guerra Mundial e sinalizaram o início das transformações impostas pelo modo de produção.

As crises do capital são um fenômeno comum que permite que o capital saia de momentos críticos em que o mesmo não consegue mais se reproduzir da mesma forma e se debate com a necessidade de retomar maiores taxas de lucro que permitam manter o processo de acumulação e expansão. Como saídas para a crise é comum verificarmos tanto destruição de parte do capital quanto da própria força de trabalho, quer pelo aumento do exército industrial de reserva, ou pela intensificação da exploração, de forma a reiniciar um novo ciclo de crescimento. Os fenômenos das crises são, portanto, intrínsecas a este modo de produção indomável. A crise de 1970 foi apenas mais uma, antecedida e seguida de muitas outras. A característica que a leva a ser a eleita como singular para o movimento feminista deve-se ao fato, de acordo com este movimento, por ter significado um momento de virada na forma de exploração, que passou a ser designada por *feminização do trabalho*.

É verdade que a cada nova crise corresponde uma conjuntura diferente, o que não significa que as causas sejam outras. Na crise de 1970, além do brutal avanço por parte dos

capitalistas pela avidez da retomada das taxas de lucro contra os direitos sociais (no caso da Europa, as políticas de austeridade implementadas pelos governos sociais-democratas nessa época permanecem até hoje). Além desses cortes e dos recuos na luta de classe, foram criadas novas formas de organização do trabalho que priorizaram a inserção da força de trabalho feminina. Esta mutação ocorreria em decorrência da expansão capitalista, mudanças no trabalho concreto e o constante desenvolvimento das forças produtivas. Com ela intensificaram-se os mecanismos de exploração e de modificações do trabalho concreto, como forma do capital alcançar taxas de mais valia crescentes. O controle da vida social por intermédio do capital ganha mais força com a redução relativa de força de trabalho, o que contribui, através do medo de perder o emprego, para que os trabalhadores se submetam aos desígnios do capital, de tal forma que “o capital tende a prescindir de um controle mais sistemático e hostil sobre os trabalhadores no âmbito dos processos de trabalho, [...] tendo em vista o autocontrole exercido pelos próprios trabalhadores” (TUMOLO, 2003, p. 174).

Como vimos, nessa década, a expansão econômica pautada pela internacionalização do capital e suas empresas consolidou-se como resposta a um período crítico de crise. Por conseguinte, esse momento foi acompanhado por profundas modificações na configuração do trabalho concreto. Uma das características centrais desse processo deveu-se ao fato de o capital ter se voltado para o trabalho feminino, pois essa crise resultou numa forma de organizar a produção no escopo de dar resposta à crise vivenciada, que:

[...] se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias. (NETTO, 1996, p. 90).

Tais imbricações entre os abalos provocados pelas crises, as concomitantes transformações nos processos de produção e a nova configuração da força de trabalho não são casuais, elas imprimem todo um conjunto de mediações que se propõe a conservar a lógica do capital. Ainda de acordo com Martins, esse *modus operandi* permite a reprodução do funcionamento da economia capitalista, impondo “ao movimento da economia seu caráter cíclico,

isto é, momentos de crescimento da acumulação, auge, crise, recessão, e assim por diante⁶⁶” (MARTINS, 2014). Com essa crise o capitalismo procurou se eximir das concessões sociais que fizera em alternativa ao avanço socialista durante o período que ficou conhecido por Welfare State⁶⁷. Com o enfraquecimento do bloco soviético e o simultâneo recuo dos partidos comunistas ficou mais fácil para o Capital avançar com o desmonte dos direitos sociais conquistados. O Estado fortaleceu seu apoio vital para salvar o capital, os capitalistas mantiveram e aprofundaram sua comunhão com o Estado⁶⁸, garantiram o investimento de vultuosas quantias de recursos públicos nos interesses privados, além de assessorarem com a repressão a favor da acumulação privada do capital, no intuito de desafogar os proprietários privados dos meios de produção daquilo que é sua responsabilidade, o ônus da crise.

66MARTINS, J. Disponível em: <http://www.criticadaeconomia.com.br/resumo/232>. Acessado em: 22/10/2017.

67 Para Edmundo Dias, o Welfare State como proposta de desmonte do avanço das lutas socialistas que fervilhavam na Europa cumpriu, também, um importante papel de neutralização das pressões populares (1996). Essa resposta do capital “acabou por fortalecer as lutas corporativas em detrimento da socialização da política, criando assim um pacto despolitizante. Com isso incorporou à sua lógica, objetiva e subjetivamente, o conjunto das classes subalternas.” (DIAS, 1996, p. 32).

68 A nível global, o Estado zela pela recomposição da taxa geral de lucro numa pressão constante por diminuir os investimentos no capital variável e aumentar a taxa de mais-valia. Quando a crise fica visível o Estado entra comprando/salvando as empresas à custa do endividamento público. Transferindo quantidades muito generosas de recursos para cofres privados. Além disso, o Estado exerce, ainda, um importante papel na administração dos conflitos entre Capital e trabalhadores que em períodos de crise tendem a se acirrar. Falamos da ação do Estado em sua função precípua de garantir os instrumentos para que o capital logre sair da crise na retomada de sua expansão através da compressão dos salários, do retrocesso de direitos, diminuição significativa dos chamados programas sociais e privatização dos espaços de amparo à manutenção das condições de vida e sobrevivência dos trabalhadores, tais como: a saúde, educação, previdências etc. De acordo com Iasi, esse Estado mínimo significa Estado máximo para o capital, ou seja: “O Estado burguês é o principal protagonista das medidas necessárias, seja para colocar em prática as contra tendências à queda da taxa de lucro, seja para gerir a crise cíclica e periódica inevitável. Esse Estado que corresponde à lógica de produção vigente passa a exercer um papel crucial no avanço da intensificação da exploração dos trabalhadores, quer seja: Na retirada de direitos, tais como o arrocho salarial; No, aumento da superpopulação relativa (expropriar muito mais do que será utilizado pelo capital em sua esfera produtiva); Na redução dos custos do capital constante (subsídios, novas matérias primas, infraestrutura, etc.); Ampliação de mercados, seja para escoar a superprodução de mercadorias, encontrar novas fontes de matérias primas ou máquinas etc., seja na fase atual do capitalismo, exportar capitais; Autonomização da esfera bancária, buscando compensar com juros pagos por títulos da dívida pública ou outras formas, a queda na taxa de lucro” (IASI, 2015).

Portanto, em um sistema que se internacionalizou e se universalizou, e que é, também, uma forma que historicamente se metamorfoseia, principalmente no que concerne às suas manifestações aparentes, as formas de produção vigentes pré-crise tiveram que ser reestruturadas. Um dos setores que passa pelo processo de reestruturação é a forma de organização do trabalho. Dessa maneira, as modificações no trabalho concreto, essa reestruturação foi organizada no intuito de aumentar o bolo de mais-valia extraído da exploração crescente pelo também crescente aumento da produtividade.

De que maneira, então, podemos analisar a relação entre as metamorfoses do mundo de trabalho e a condição da mulher trabalhadora?

Alegamos que, de acordo com Saffioti, a crise que explode nos anos 1970 aplainou o espaço do trabalho produtivo para o ingresso de força de trabalho feminina de forma massificada nos espaços produtivos, que, para ela, teria sido extremamente vantajoso para os capitalistas, porém os fatores culturais continuariam a frear o maior aproveitamento da força de trabalho feminina, que:

Não fosse a reação societária à substituição da mão de obra masculina pela feminina, e os empresários poderiam utilizar, em larga escala e com nítidas vantagens, força de trabalho da mulher quer no período de constituição de uma economia capitalista, quer em sua fase de desenvolvimento. A pequena capacidade reivindicatória da mulher faz com que se comporte mais ou menos passivamente nas relações de trabalho, impedindo-a de assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho. (SAFFIOTI, 2013, p. 332)

Neste sentido, aquilo que Saffioti definiu por mística feminina desempenha nesse período e, de acordo com a mesma autora, um importante papel, justificando a canalização da força de trabalho feminina para o desempenho de tarefas mal remuneradas, “não conferidoras de prestígio e nas quais mais facilmente **se burla**⁶⁹ **a legislação trabalhista**” (SAFFIOTI, 2013, p. 93, grifo

⁶⁹Burlar, neste sentido, é um conceito que provavelmente Saffioti retirou da *Dialética da dependência* de Ruy Mauro Marini e sua burla da lei do valor, em que: “O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la” (MARINI, 1973, p. 9). De uma forma breve podemos dizer que a superexploração é associada a essa ideia da burla da lei do valor, e que também é um

nosso). Essas alterações interligadas entre desenvolvimento das forças produtivas e condição feminina são cruciais na compreensão teórica de Saffioti sobre a anatomia da classe trabalhadora. Como vimos, para ela não se pode tratar o desenvolvimento das forças produtivas e a consolidação do modo capitalista de produção como um sistema que abdica de fatores pré-capitalistas, mas antes é um sistema que lança mão constantemente de fatores naturais de forma a justificar a “marginalização de enormes contingentes humanos quer do sistema de produção, quer da estrutura de poder da sociedade” (SAFFIOTI, 2013, p. 329).

Como havíamos descrito na primeira seção da tese, intelectualmente as análises de Saffioti foram tomadas e reelaboradas por outras autoras do campo feminista classista, particularmente após os anos 1990. Sociologicamente, os anos 1990 no Brasil caracterizam-se por ser um momento em que assistimos a renovações epistemológicas que almejavam dar respostas àquilo que seriam modificações estruturais no campo do trabalho.

As autoras buscaram ainda respostas para o que pareciam ser modificações inovadoras na esfera do trabalho produtivo. A maior parte delas tomou a relação da reciprocidade sob a forma das mais variadas conceituações, como: consubstanciação, reciprocidade, o *Nó*, consubstancialidade, intersecções etc., e, acima de tudo, reconheceram quase sempre um parentesco de inspiração com o movimento intelectual legado por Saffioti, como é o caso da feminista e pesquisadora Mirla Cisne⁷⁰.

Grande parte das obras de destaque nessa vertente do que poderíamos definir como uma geração após os anos 1990 da vertente ligada ao feminismo classista tornou-se, efetivamente, um marco até aos dias atuais na constituição do feminismo partidário de esquerda.

conceito adotado por Saffioti quando se refere à força de trabalho feminina; é a forma específica de compreender a produção e apoderamento de mais-valia, cuja centralidade não está na relação entre o trabalho necessário e excedente, como em Marx, mas antes no que Marini definiu por burla da lei do valor, expressa na compra e venda da força de trabalho, já que o salário não corresponderia ao custo necessário para a reposição da força de trabalho.

⁷⁰Principalmente em sua obra mais recente: *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. (2014)

Tais como as seguintes obras e respectivas autoras: BRUSCHINI, C. *Gênero e trabalho no Brasil* (1998); CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. (2014); HIRATA, H. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. (1994); KERGOAT, D. *Da divisão do trabalho entre os sexos*. (1987); NOGUEIRA, C. *A feminização no mundo do trabalho*. (2004); SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. (1991); TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. (2005).

Em comum, todas as pesquisadoras feministas citadas insistem na simultaneidade da relação patriarcado e exploração e, portanto, na identificação entre a categoria sexo e/ou gênero com o tipo de extração de mais-valia. Portanto, tal como Saffioti, fazem um esforço no sentido de demonstrar a impossibilidade de se pensar a classe sem fatores para elas igualmente estruturais: classe-gênero/sexo-raça/etnia. Como Saffioti, compreendem que são fatores que se retroalimentam e que com o fenômeno denominado de feminização teriam passado a fazer mais sentido para explicar o capitalismo contemporâneo. Vejamos como as autoras do designado campo feminista marxista ou feminista socialista avaliam esta questão.

4.2 “FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO”

Vale a pena reiterar que as obras publicadas sobre o tema são necessariamente influenciadas pelo curso dos acontecimentos, com a extensa participação das mulheres no espaço do labor, principalmente a partir da década de 1970. Como havíamos descrito, é exatamente nesse período que se verifica um aumento significativo do número de forças de trabalho femininas disponíveis no mercado, num momento em que passa a haver um menor investimento no capital variável, em que “tais mudanças levaram ao crescimento da precarização e da informalidade do trabalho” (MAZZEI, 2004, p. 38), o que acirrou ainda mais a competição entre os trabalhadores por uma oportunidade de conseguirem vender suas forças de trabalho.

Essa modificação na característica do trabalho útil/concreto definida pelas autoras por feminização do trabalho deveu-se, de acordo com Saffioti (2013) e Souza-Lobo (2011), para além da ascensão dos movimentos feministas e do desenvolvimento das forças produtivas, com outros fatores de importância relevante. Essas transformações apelaram majoritariamente para a força de trabalho feminina em detrimento da força de trabalho masculina.

Como podemos verificar, no Brasil, em relação ao emprego masculino, observamos uma paralisação e/ou estagnação (HIRATA, 1999). Já no que se refere aos empregos femininos, o movimento se dá no sentido inverso. Bruschini afirma que em 1990 “o número de trabalhadoras brasileiras atingiu a cifra de mais de 22,9 milhões, [...] representando um crescimento relativo da ordem de 59,7% na década de 1980” (BRUSCHINI *apud* NEVES, 2000, p. 173).

O porquê da opção pelo trabalho feminino em detrimento do masculino a partir dos anos 1970 é analisado por algumas autoras e autores que se debruçaram ao longo do desenvolvimento capitalista sobre essa questão. Vejamos como as autoras do designado campo feminista marxista ou feminista socialista avaliam esta questão. Destacamos entre eles: a) a significativa diminuição da taxa de fecundidade, que passou de 3,7 filhos em 1992 para 2,1 filhos por mulher em 2005 (FIBGE, 2006, p. 50), facilitando a saída da mulher para o espaço do lar; b) a maior qualificação da força de trabalho feminina, e “o acesso às universidades viabilizou o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho” (BRUSCHINI, 2000, p.16). Ao mesmo tempo, verificou-se uma diminuição das trabalhadoras com níveis baixos de formação escolar reduzindo-se significativamente o grau de analfabetismo em mulheres nas últimas décadas.

Aqui vem à tona um conjunto de pesquisas, que tentaremos explorar com algum cuidado, sobre a evolução da condição feminina na sociedade capitalista. Começamos, portanto, com a questão da qualificação escolar das mulheres. A partir daí, mostramos facilmente, através de dados, essa evolução sempre crescente a favor da qualificação da população feminina. Vejamos os seguintes dados:

- Nível de Formação de acordo com o sexo

A par da extensa inserção das mulheres no mercado de trabalho após os anos 1970, verificamos o início de uma nova tendência crescente de aumento de escolarização das mulheres a cada ano, em níveis sempre maiores.

Em 1970 para 2000, seguindo a tendência mundial, verificamos as seguintes percentagens da população total com nível universitário, de acordo com o sexo, no Brasil:

Tabela I - Formação escolar - Pnad-C indicadores mulheres, 2017

	MULHERES	HOMENS
1970	25,6%	74,4%
1980	45,5%	54,5%
1990	48,9%	51,1%
2000	52,8%	47,2%

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980, 1990 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

Sobre a escolaridade feminina e masculina a partir dos anos 2000, a tendência permanece:

[...] Em 2005, entre os trabalhadores, 32% delas, mas 25% deles tinham mais de 11 anos de estudo. Em 2009, a exemplo do índice de mulheres com escolaridade de nível de doutorado que teve aumento de 27,8% para 44,6% das trabalhadoras (CARNEIRO, 2014, p. 98).

Ao mesmo tempo, verificou-se uma diminuição das trabalhadoras com níveis baixos de formação escolar, reduzindo-se significativamente o grau de analfabetismo entre as mulheres nas últimas décadas. Esse aumento de mulheres nos espaços universitários tem sido acompanhado por um aumento da parcela feminina em áreas que eram tradicionalmente redutos masculinos, “como

a área de engenharia, produção e construção, na qual aumentou de 26% para 30% a presença das estudantes na década considerada” (BRUSCHINI, 2007, acessado em 22/04/2015)

Tabela II- Formação escolar- Pnad-C - Indicadores mulheres, 2017

	MULHERES	HOMENS
FUNDAMENTAL	7,8%	9,4%
MÉDIO	34,4%	31,3%
SUPERIOR	24,3%	14,6%

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE, Diretoria de Pesquisa, DPE⁷¹

No dia Internacional da Mulher, as estatísticas⁷² relativas ao quarto trimestre de 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C) demonstram os seguintes dados sobre as diferenças de gênero: “Das 40,2 milhões de trabalhadoras, 24,3% haviam completado o ensino superior, enquanto entre os homens ocupados a proporção era de 14,6%”.

Não há, portanto, dúvida quanto ao aumento da escolarização feminina ao longo das últimas décadas, com destaque para o nível superior, cuja proporção de mulheres trabalhadoras que terminaram o ensino superior em 2017 é significativamente superior à quantidade de homens

⁷¹Tabela 1: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/mulheres-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho>.

⁷²Disponível em: [://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2017-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade](http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2017-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade).

trabalhadores que concluíram o mesmo nível de formação. Assim, analisando-se, pela Tabela I, a evolução da formação escolar da população válida, por sexo, observa-se que nos últimos anos houve um aumento mais acentuado de formação escolar na parcela feminina, alterando a relação existente na proporção de homens e mulheres no nível mais baixo de formação escolar.

Essa tendência de aumento da parcela feminina no quesito aqui estudado é fortemente verificável, principalmente após os anos 1970 e 1990 no Brasil. Pode ser interpretada como resultante do acréscimo de maior número de força de trabalho do sexo feminino à população de trabalhadores⁷³ e da diminuição da taxa de fertilidade por mulheres e casamentos mais tardios. Como podemos verificar no seguimento da tese, a taxa de ocupação feminina cresce em todos os grupos etários, enquanto as taxas de ocupação masculina mostram a tendência inversa, mantendo-se mais ou menos no mesmo nível. Assim, a tendência apontada pelo capital vai no sentido oposto ao sentenciado por Saffioti em suas análises sobre capitalismo e patriarcalismo. Eis aí alguns dados que nos dão uma perspectiva – que devemos convir como indispensáveis se pretendemos compreender o movimento que vem acompanhando o desenvolvimento das necessidades do capital – que nos permite avançar com a crítica até aqui esboçada, e que pretendemos desenvolver nos capítulos seguintes.

Dando seguimento às análises sobre a, assim chamada, feminização do trabalho, com essas modificações na estrutura produtiva, ainda que as mulheres tenham começado a ocupar novos espaços erguendo bandeiras outrora restritas aos movimentos políticos compostos por homens, suas reivindicações, para as autoras, permaneceram muito aquém do desejado. Esta relação contraditória entre direitos formais e reais ajuda a produzir aquilo que Saffioti define como a “renovação de processos mistificatórios” (2013, p. 393). Mistificações que, para ela, dificultam desvelar as reais condições em que as mulheres se encontram com relação a seus parceiros trabalhadores e, por consequência, tornam mais difícil a formulação da consciência crítica em setores que por muito tempo viram negado este direito. Ainda assim, Saffioti admite que esta mesma condição que impõe uma negação de individualidade completa para as mulheres tem em

⁷³Iremos aprofundar esta relação no próximo item.

si a potencialidade da fundamentação “à qual se atribui um caráter substantivamente racional, das técnicas tradicionais de controle do “despertar” da consciência feminina”. (2013, p. 395).

Na órbita do assinalado, para Toledo (2005), os setores dominantes, valendo-se dos efeitos deletérios provocados pelo patriarcado através da captura da reprodução tanto material quanto subjetiva das mulheres, impediram que as novas trabalhadoras disfrutassem de uma tradição de lutas trabalhistas⁷⁴, pois “o caráter submisso que há milênios as sociedades vinham moldando nas mulheres facilitava enormemente a elevação do montante de seu trabalho excedente” (SAFFIOTI, 2013, p. 72), “como tem sido caso na Ásia, Europa e América Latina” (2013, p. 143).

De acordo com Hirata (2012), ao mesmo tempo em que se avançou na organização de espaços de luta feminista no mundo inteiro em torno do eixo dos direitos trabalhistas, algumas dessas reivindicações, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, foram formatadas aos interesses da lógica privada. Verificamos então:

[...] uma dupla transformação paradoxal do trabalho, porque ela parece ir em sentido oposto: de um lado, a implicação do sujeito no processo de trabalho e, de outro, a precarização do emprego, com o desenvolvimento de formas flexíveis do trabalho e o crescimento do desemprego. Este último movimento é grande e globalizado, e parece dizer respeito às mulheres, em primeiro lugar, enquanto a implicação requerida pelos novos modelos de organização do trabalho parece dizer respeito tendencialmente aos assalariados do sexo masculino das grandes empresas industriais dos países do Norte. (HIRATA; LE DOARÉ, 1999, p. 10).

Essa inserção massificada das mulheres no espaço produtivo fez-se acompanhar, como vimos anteriormente, por uma ascensão significativa dos movimentos feministas que pressionaram partidos e sindicatos para a incorporação de suas pautas no campo dos direitos reais, sob o lema “salário igual para trabalho igual”. Movimentos de mulheres em que encontrava-se, várias bandeiras, entre as reivindicações destacamos: a luta pelo direito ao emprego em condições de

⁷⁴O que não significa afirmar que as mulheres estiveram fora da esfera do trabalho nas sociedades pré-capitalistas, ainda que elas sempre tenham contribuído para a subsistência do grupo familiar, pois “Enquanto a família e existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2013, p. 62). Mas foi somente com o advento do capitalismo que se deu a cisão entre a esfera da produção e da reprodução. A partir desse solo histórico, passaram a ser reconhecidas como trabalhadoras e assalariadas.

igualdade no espaço de luta por direitos trabalhistas, nos sindicatos e partidos, que apesar da clandestinidade mantinham sua atuação política de forma expressiva, permitindo-lhes ocupar mais os espaços públicos, e conseqüentemente, “alteraram mais a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo” (BRUSCHINI, 2000, p. 16). O apelo desses movimentos inseria-se pela sua participação na luta de classes através das organizações políticas, sindicais e movimentos sociais. Já sabemos que esse avanço das lutas feministas vê-se francamente limitado, pois é exatamente nesse período que o capital precisava novamente transformar os processos de trabalho e atacar os direitos trabalhistas de forma a oxigenar os mecanismos de acumulação, o que passou a exigir uma intensificação sobre a exploração da força de trabalho e o avanço da privatização sobre serviços públicos, processo que se amplia a partir dos anos 1990. Ainda, para as autoras citadas, o corpo de quem trabalha, ou seja, os pressupostos “naturais” referentes ao ser homem ou mulher são utilizados como forma de intensificação da exploração, e, conseqüentemente, numa pior condição para a mulher trabalhadora. Permanece aqui a defesa, para as autoras do campo feminista marxista, de que as conformações tradicionais de sexo forjadas nas sociedades pré-capitalistas estão na base das relações sociais desiguais, que, por sua vez, servem de justificativa para a manutenção das relações capitalistas.

No mesmo sentido intelectual e militante, as pesquisadoras e feministas, como Saffioti e Souza-Lobo, concluem que as condições impostas pela reestruturação produtiva mais uma vez contribuíram para uma marginalização da força de trabalho feminina, já que as mulheres, por intermédio do patriarcado, estão mais vulneráveis às vicissitudes da lógica de acumulação privada com a consolidação da reestruturação produtiva no Brasil. Assim, essa entrada das mulheres no espaço da produção, para Kergoat, Hirata, Souza-Lobo e Saffioti permanece determinada pelos princípios do patriarcado.

Logo, no que se refere à relação entre exploração sobre a força de trabalho feminina, Hirata (2002) conclui que as relações que se estabelecem na esfera do trabalho resulta das relações hierárquicas existentes entre mulheres e homens. Nesse sentido, a divisão assentaria nas práticas sexuadas que, por sua vez, se plasmaram na inserção desigual das mulheres no trabalho assalariado, o que justificaria por quê os homens se incorporam mais facilmente a trabalhos considerados superiores, ou seja,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre sexos. Essa forma é modelada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Simultaneamente e na mesma lógica de raciocínio, para Mazzei, a coexistência do capitalismo com o patriarcalismo produz mecanismos mistificadores das relações de produção:

[...] o conjunto dos elementos existentes nas especificidades de gênero são utilizados pela sociedade capitalista para controlar a hierarquização do modo de produção e reprodução do capital. A desigualdade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva, portanto, é central para as relações de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura da família patriarcal (MAZZEI, 2014, p. 25)

São importantes aspectos, para Mazzei e Bruschini, a serem ressaltados que pressionam a força de trabalho feminina em grau superior à masculina, como “a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que dependendo de uma complexa combinação de características” (BRUSCHINI, 2000, p. 17). Resumindo, para as autoras é consensual a compreensão de que o capital teria lançado mão da condição assimétrica e desigual imposta às mulheres para intensificar a exploração do trabalho sobre elas. Ou seja, teria permitido a inserção crescente da força de trabalho feminina fazendo uso da divisão sexual do trabalho. Segundo Hirata,

As consequências dessa evolução da atividade feminina são múltiplas, mas pode-se dizer que uma das mais importantes consiste no fato de que este modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível pode constituir um modelo de trabalho que prefigura um regime por vir de assalariamento masculino e feminino. Dito de outra maneira, as trabalhadoras podem ser vistas como cobaias para o desmantelamento das normas de emprego predominantes até então. Um cenário possível neste contexto seria a extensão ou a generalização deste modelo a toda a população ativa, inclusive a masculina (2002, p. 144).

Mais uma vez, está presente a ideia de que “precarização tem sexo” (MAZZEI, 2004, p. 87) e que, portanto classe e patriarcado / classe e sexo são categorias que devem ser analisadas em seus inter-relacionados aspectos, não conferindo determinação central a uma ou outra. No contexto assinalado, para as autoras, trata-se de não se limitar à discussão da dominação-exploração ao conceito de classe derivado da relação com os meios de produção, inserido nas relações sociais de produção, mas de resgatar o conceito da divisão social/sexual que está plasmado no conceito dominação-exploração. Esta argumentação sobre a configuração concreta do *socius do ser mulher*⁷⁵ encontra, principalmente em Saffioti, seus fundamentos acerca da inserção da mulher na sociedade capitalista.

Esta hipótese se confirmaria, para Saffioti, pela forma singular como esses preconceitos estabelecidos seriam utilizados pelo capital em seu proveito, pois “no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas reduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina” (SAFFIOTI, 2013, p. 65). Na lógica descrita, a inserção extensiva e quantitativa de mulheres nas fileiras da produção abre brechas para a disputa igual no mercado de trabalho; ao mesmo tempo, de acordo com Mazzei, o ingresso das mulheres na esfera da produção capitalista foi realizada mantendo os fatores históricos de subalternização das mulheres, como forma de dar uma base justificativa que funcionasse de forma positiva para a manutenção da sociabilidade vigente. Ainda de acordo com a mesma autora, de que esse processo de inserção das mulheres “traduz-se majoritariamente nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis” (MAZZEI, 2004, p. 39). Nos espaços de labor onde se dividem os setores de trabalho de acordo com o sexo de quem exerce o trabalho, ainda se recorre, de acordo com Neves “ao discurso da competência feminina para legitimar a representação de gênero, que atribui às mulheres a primazia na realização de tarefas repetitivas e monótonas”. (2013, p. 416).

Essa discriminação serviria como forma de justificar os menores salários pelo fato de muitas mulheres optarem por esse tipo de regime de trabalho parcial. Nessa esteira, em relação à divisão sexual do trabalho e, de acordo com Mazzei (2013), há uma relação intrínseca entre a

⁷⁵ Conceito elaborado por Saffioti para explicar a situação de dominação-exploração da qual padece a mulher na sociedade capitalista e que acaba por conformar uma forma de se ser.

inserção mais precária da força de trabalho feminina no mercado de trabalho e aquilo que se definiu como sendo a divisão sexual do trabalho, ou seja, “a crítica deve compreender também toda a opressão presente na hierarquização patriarcal instituída no espaço da reprodução” (p. 77), lembrando que, para as autoras citadas, essa interação entre capital e patriarcado tenderia a favorecer estratégias de renovação do capital. Nesse sentido, Mazzei (2014) afirma que:

A divisão social e sexual do trabalho já se encontra presente nos séculos que antecedem à Era Cristã. Tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham o seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, cujos campos incluíam a alimentação e a higiene de homens e crianças [...] [mas] as relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, dada pela subordinação. Em verdade, apesar de a luta feminina visar à redução da desigualdade existente na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, no transcorrer dos anos a lógica hegemônica para manter a estrutura da família patriarcal, reservando às mulheres as responsabilidades domésticas contribui para a persistência da desigualdade na divisão sexual do trabalho ainda no início do século 21. (MAZZEI, 2014, p. 23).

Logo, as relações sociais no modo de produção capitalista seriam, desta forma, atravessadas pela desigualdade expressa na divisão sexual do trabalho. No mesmo sentido, para Antunes, as tarefas mais precarizadas, que exigem menos qualificação, “mais elementares, e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo são destinadas às mulheres trabalhadoras. (2000, p. n.109).

As autoras e o autor compreendem, portanto, que a separação por sexo na exploração baseia-se no “princípio hierárquico e no princípio da separação que cria abismos entre o que deve ser trabalho de homem e o que deve corresponder ao trabalho da mulher” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Assim, os contornos de inserção de mulheres e homens no mundo do trabalho expressam, de acordo com Saffioti (2013), as representações sobre o *ser feminino* e *ser masculino* socialmente construídos e que estão na base da divisão sexual do trabalho, que “estabelece os lugares” (2013, p.65) específicos de acordo com o sexo. Então, para a autora, a história através dos mitos sustentada na inferiorização das mulheres possibilitou,

[...] à sociedade capitalista **em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia** [...] simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de

trabalho e de salários mais baixos que os masculinos [...]. (SAFFIOTI, 2013, p. 67, grifo nosso).

No mesmo sentido, do caminho aqui traçado, para Souza-Lobo, o patriarcado está na base da divisão sexual do trabalho que “produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação” (2011, p. 174). A mística feminina seria, assim, utilizada pelo capital em determinados momentos. O exemplo que nos é fornecido pelo estudo elaborado por Lourdes Beneria em empresas sobre as designadas “qualidades” femininas:

Fatores relacionados à produtividade, como os que ressaltam a maior destreza da mulher, sobretudo na produção de objetos diminutos [...] ou que requerem cuidado e paciência. A disciplina também é ressaltada; Fatores que destacam a flexibilidade no trabalho da mão de obra feminina, sobretudo das mulheres jovens, no sentido de aceitar contratos de trabalho por curto prazo ou não renováveis e trabalho por tempo parcial e instável. Isto permite não só evitar problemas de demissão e de saúde – especialmente nos casos de problemas relacionados (*apud* TOLEDO, 2005, P.64).

Ainda, de acordo com Saffioti, as relações sociais de sexo e classe são consubstanciais e coextensivas; a autora ressalta a relação de consubstancialidade das categorias de dominação-exploração/exploração-dominação, onde os caracteres de sexo, “operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade”. (2013, p. 60).

Para todas as autoras já anteriormente citadas, a precarização tem sexo e, portanto, a dinâmica do capitalismo permanece a combinação entre as necessidades produtivas do capital e elementos forjados de sociedades pré-capitalistas como o patriarcado, isso resulta em contradições que tornam impossível a diferenciação entre classe, patriarcado e sexo, que são, para Saffioti, categorias que devem ser analisadas em seus inter-relacionados aspectos, não conferindo determinação a uma ou outra.

A teoria de Saffioti sobre a suposta feminização do trabalho é a base que justifica por que afinal, ainda que o espaço produtivo tivesse passado a ser marcadamente feminino, a exploração da força de trabalho feminina teria singularidades se comparada com a exploração da força de

trabalho masculina, ou seja, o porquê do ingresso das mulheres na esfera do trabalho produtivo supostamente não foi realizado no mesmo sentido da inserção da força de trabalho masculina.

Saffioti sugere que,

A constituição da sociedade de classes não representou, portanto, para os elementos do sexo feminino, meramente um refinamento das técnicas de dominação de uma classe por outra. O alargamento das liberdades atingiu escassamente a mulher, independentemente da classe social a que pertencesse. **Em última instância, sua pertinência à categoria sexo feminino impôs-lhe viver sua condição de classe de modo diverso do homem.** (2013, p. 161, grifo nosso).

É nesse sentido que Saffioti vai propor que a análise da mais-valia deve ter em conta as características específicas/úteis de quem a produz. Simultaneamente, na mesma lógica, o capitalismo precisa da mulher que corresponda ao limitado mundo feminino, mas, ao mesmo tempo, lhe exige que participe da esfera de produção. Desta constatação ela conclui que:

[...] a mulher representa, de modo geral, o “anticapitalismo”, quer pela sua maior pertinência às esferas econômicas presas a modos de produção não dominantes, quer por sua socialização em desacordo com a consecução dos alvos culturais postos pelas sociedades de classes, quer ainda por sua remota vinculação com a civilização individualista das sociedades competitivas. (2013, p. 334)

Saffioti entende, assim, a exploração na ordem social capitalista como conjunto de mecanismos tradicionais de dominação e exploração de mulheres e homens, mas que cria pressões hierárquicas em favor do sexo masculino. Nesse sentido, a relação que está na base do já citado *Nó*, ou seja, o patriarcado e a dominação-exploração imanente a ele não consegue encontrar solução nesta forma de sociabilidade, até porque, de acordo com Saffioti, o capitalismo “tirou, portanto, proveito das discriminações que pesavam contra a mulher e assim continua procedendo”. (SAFFIOTI, 2004, p. 129). Há uma convergência entre as autoras de onde, aliás, Saffioti recolhe seu arcabouço teórico para que se compreenda que na realização desta lógica o patriarcado teria constituído um marco, cuja compreensão faz-se necessária até hoje em razão de sua permanência: as autoras defendem que se há uma aparente descontinuidade, permanece uma continuidade mais profunda e extensa, inclusive, que em períodos pré-capitalistas, obra de uma necessidade intrínseca na manutenção da propriedade privada.

O fio condutor aqui proposto pela autora procede a partir da seguinte consideração:

Trata-se de compreender e analisar um movimento histórico que resultou nesta questão do sistema feudal com o sistema capitalista, ou seja, **uma simbiose entre o os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente**. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, pode-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo. Há quem use expressões como capitalismo patriarcal, patriarcado capitalista, capitalismo racial, racismo capitalista. (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

Assim, as autoras reafirmam o “tripé”, o “Nó”, a “consustancialidade” ou a “interseccionalidade” de determinações como forma fundamental de enfrentar o capitalismo frente ao que elas consideram ser as modificações desencadeadas atualmente pela forma de produção pós-crise. Vejamos a seguinte síntese sobre os consensos centrais entre suas conclusões:

- Para as autoras, em especial Saffioti, o capital lançou mão da discriminação preexistente das mulheres para intensificar a exploração sobre elas. Para ela, permitiu incentivar a inserção crescente da força de trabalho feminina desde que permanecessem os efeitos deletérios das reproduções sociais para cada sexo em nível do uso da divisão sexual do trabalho;

- No mesmo sentido que Saffioti, as demais autoras do campo definido do feminismo chegaram a conclusões muito próximas sobre o que se convencionou chamar de “feminização do trabalho”, para as quais as consequências desse perfil de inserção são várias e manifestam-se, sobretudo, na forma de trabalho precário e muito mais vulnerável sujeito às flutuações das crises capitalistas do que o trabalho masculino, estabelecendo regimes de trabalho, exploração e assalariamento distintos para homens e mulheres. Ou seja, **para elas a mais-valia tem sexo**; consequentemente, é desejável para o sucesso do sistema capitalista a manutenção das hierarquias sexuais referentes ao processo de trabalho como forma de intensificação da extração da mais-valia. Para Saffioti, a mais-valia tem sexo no mesmo sentido do mote: A classe trabalhadora tem dois sexos, como frisou Souza Lobo. Então, o controle sobre a força de trabalho feminino se daria de forma diferente à masculina, já que o controle sobre a mulher trabalhadora é exercido dentro e fora da produção, e sempre de forma mais explorada;

- Para as autoras citadas, para que se compreenda a classe que emerge nos anos 1970 se faria necessária a compreensão da “feminização da classe” em sua força de trabalho. Esse fenômeno passa a ser compreendido por elas como fenômeno explicativo central na análise da condição da classe trabalhadora. Ou seja, não seria possível entender a exploração sem ter em conta a “co-extensividade” e as “relações sociais fundamentais: de classe e de sexo” (KERGOAT, 2009, p. 5). Como havíamos descrito, para esse campo de análise do real não há uma subsunção; antes ordem patriarcal de gênero e exploração seriam coexistentes: não poderia, portanto, um fenômeno existir sem o outro;

- Em consequência, avaliam que a descrição de trabalho contida na obra de Marx, *O Capital*, seria limitada, pois não é capaz de trazer o campo multifacetado que o trabalho teria assumido após o período dos anos 1970. Nesse sentido, conferir a centralidade à categoria classe seria uma forma de diminuir a universalidade que conteria esse leque multifacetado que se encontraria em interação entre os fatores singulares em igualdade no que toca à questão de prioridades.

Por isso mesmo, uma grande diferença de método separa a compreensão fundamentalmente marxista da luta e consciência de classe no pensar a organização política para a superação do capital da interpretação do feminismo marxista. Assim, não é de estranhar que num de seus escritos mais tardios Saffioti afirme que: “seria interessante que marxistas ortodoxos no sentido negativo atribuíssem ao gênero, como fez Engels, e à raça-etnia o mesmo estatuto teórico da classe social”. (2000a, p. 75). Não há dúvida de que essa preocupação se relaciona com o compromisso, por parte da autora, de inspirações revolucionárias, mas esse fato não solapa as fragilidades do seu texto no que toca à compreensão das características estruturais, do trabalho produtivo de capital e da exploração na sociedade hodierna. Assim, elas compreendem que a sociedade capitalista assume as especificidades femininas como naturais, remetem a uma ideia aparente de que as qualificações das trabalhadoras viriam “do berço” e não por mérito adquirido. Nessa lógica, a mercadoria força de trabalho acoplada ao sexo feminino seria desprovida de trabalho embutido em sua formação, como a força de trabalho masculina, cujo tempo de trabalho

embutido em sua formação seria muito superior. Seria nesse sentido que o capital se teria aproveitado do fator sexo para “interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Para as pesquisadoras e feministas citadas, essas são as características que estão na base dos novos contornos que passam a pintar a classe trabalhadora e vão ter impactos significativos na divisão sexual do trabalho, pois são particularidades que atuaram positivamente no sentido de quebrar as formas tradicionais de empregos femininos e masculinos, mas negativamente na conformação da emancipação feminina.

Grosso modo, o exercício do trabalho feminino na sociedade capitalista está determinado, para as autoras do campo feminista marxista, pelo fenômeno patriarcado além do sexo de quem trabalha como formas determinantes nesta decisão que atrela as características da força de trabalho a caracteres úteis/concretos. Portanto, as autoras, permanecendo na análise do trabalho a partir do trabalho em geral ou trabalho concreto, como veremos, é insuficiente para a compreensão do trabalho no âmbito da exploração capitalista e, portanto, não é possível alcançar a compreensão de mais valia sem que se abstraíam as características úteis das forças de trabalho. Vale ressaltar que as questões levantadas e as considerações descritas ao longo de toda a tese permitiram apontar algumas possibilidades explicativas sobre a realidade vigente com relação à configuração sexo/patriarcado, e qual seu papel como fenômeno assessor ao capital em seu movimento de expansão.

Agora debruçamo-nos sobre os seguintes pontos referentes às condições de inserção das mulheres trabalhadoras no processo de reestruturação: jornada de trabalho, formalidade/informalidade e questão salarial. Neste sentido, resgatamos e reproduzimos alguns dados que demonstram como tem evoluído tanto a relação salarial entre homens e mulheres, quanto dados referentes à relação emprego/desemprego entre ambos os sexos no mesmo período. A busca por esses dados fez-se necessária na medida em que serviu de base para delinear algumas hipóteses com relação ao papel social que exercem as dominações dentro da estrutura social-econômica vigente.

CAPÍTULO V

5. A CLASSE TRABALHADORA TEM DOIS SEXOS?

Após descrita a compreensão das relações de trabalho para o campo do feminismo marxista, e em particular para Saffioti, interessa-nos agora recuperar a trajetória empreendida por Marx em sua obra *O Capital: para uma crítica da economia política*, onde propõe uma explicação materialista sobre o trabalho determinado e submetido pelas necessidades de acumulação de lucro sempre crescente. Pretendemos fazer um estudo do trabalho em suas metamorfoses e leis, determinantes ao universo do capital, e o conseqüente estrangulamento das individualidades em razão da transformação de todas as esferas da existência humana em mercadorias. Procuramos, assim, pesquisar sobre a lógica que serve de lastro à exploração que prevalece na sociedade das mercadorias.

5.1 DO “VALOR DE USO”, AO “VALOR”

Partindo da revisão da obra de Saffioti, identificamos que no conteúdo das suas interpretações na relação de complementaridade que insiste permanentemente na inter-relação dos fenômenos patriarcado/classe-sexo/gênero-raça-etnia, a autora conclui que aqueles vieses marxistas que se propõem a analisar o real através de determinações acabariam por cair numa visão dogmática do marxismo. A partir dessa conclusão, Saffioti, com vistas a manter a centralidade na relação do *Nó*, expõe da seguinte forma:

Marxismo dogmático caracteriza-se por um profundo reducionismo. Tachando de diversionista a luta pela democratização das relações de gênero, **não apenas privilegia a luta de classes em detrimento de outras (contra o sexismo e contra o racismo)**, como também só reconhece esta luta como legítima. **O reducionismo desta postura reside exatamente em tentar reduzir todos os fenômenos a lutas de classes.** Os adeptos desta posição entendem que todos os problemas se resolverão automaticamente com a destruição da divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, com a implantação do socialismo. Patriarcado e racismo são, pois, tomados como questões secundárias, menores. Os marxistas dogmáticos, exatamente em razão de seu dogmatismo, não enxergam as especificidades do patriarcado e do racismo, mesmo quando fundidos com

o capitalismo, porque reduzem os três sistemas de dominação-exploração a um único: o das classes sociais (SAFFIOTI, 1987, p. 114, grifo nosso).

A esse “marxismo dogmático” ela contrapõe e propõe o feminismo socialista, que seria uma “corrente de pensamento muito mais complexa que as anteriores, tratando de lidar, simultaneamente, com todas as contradições baseadas na sociedade regida pelo patriarcado-racismo-capitalismo”. (SAFFIOTI, 1987, p. 115) No intuito de acatar “impiedosamente essa fusão”, ela designa importância igual para os três elementos, sem remeter importância específica a nenhum. Para ela, dominação e exploração são igualmente estruturais e, por isso, seria “praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo” (SAFFIOTI, 1987, p. 117).

Este ponto de análise é crucial na medida em que nos permite questionar a compreensão de Saffioti sobre a realidade do processo de venda da Força de Trabalho, de forma a analisarmos o movimento histórico que se apresenta através da interpretação das autoras citadas no capítulo anterior sobre a reestruturação produtiva e a assim designada feminização da força de trabalho. A centralidade é, então, a de avaliar até que ponto a convicção apresentada por Saffioti corresponde à realidade sobre a relação entre exploração da força de trabalho feminina, dominação feminina e condição da classe trabalhadora em geral. Vejamos a continuidade do raciocínio da autora sobre o tal *Nó* pela simbiose entre dominação e exploração. Portanto, o que seria esse *Nó* a partir do qual Saffioti pensa a estratégia da luta de classes, e para o qual o feminismo socialista seria o único movimento apto para “desatá-lo”? Reafirma o *Nó* da seguinte maneira:

- Na realidade concreta, haveria uma simbiose observável entre dominação e exploração. O que podemos questionar é se neste caso não se corre o risco de se permanecer na empiria nos limites da aparência das relações de exploração, ou seja, no trabalho concreto;

- Essa relação umbilical teria se aprofundado nas veias do capitalismo;

- Ainda que as mulheres passassem a trabalhar fora do espaço doméstico, graças ao capitalismo, o resgate e manutenção da mística feminina permanece na medida em que atua positivamente a favor do capital.

- Assim, para Saffioti, a democracia substantivada depende da derrubada desse *Nó* e, portanto, a estratégia a que se propõe a luta de classes tem que necessariamente caminhar tendo em conta essa simbiose nas relações de poder. Desse modo, “na simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, revela-se a estratégia mais adequada para a construção de uma democracia plena” (1987, p. 94).

Saffioti quer com isto afirmar que a mulher é potencialmente mais revolucionária que os colegas do sexo masculino? Se sim, então provavelmente a autora compreende que a disciplina imposta pela forma de produção vigente e determinada para os expropriados dos meios de produção traz em sua influência material consequências distintas para homens e mulheres? Não está a autora se limitando apenas a uma perspectiva das consequências da exploração e, conseqüentemente, obscurecendo aquilo que são as leis determinantes do capital? A discussão precedente acena positivamente para essa compreensão da autora citada. Porém, afirmar isso não encerra a nossa discussão.

Parece-nos, pois, relevante, sem negar a importância das particularidades aqui citadas, interrogar, particularmente, a forma como o método de compreensão sobre o trabalho em suas tendências é elaborado pela autora. Para isso, compreendemos que se torna necessário um fio condutor demarcado que, uma vez adotado, permita orientar-nos nestas complexidades interpretativas e descobrir a coisa da lógica⁷⁶, ou seja, a lógica do capital que nos deixou Marx. Concordamos com Saffioti na sua análise sobre a classe como uma formação histórica, econômica e social, cuja dinâmica capitalista se reflete em modificações na própria classe. Porém, discordamos quando a autora e o restante campo do feminismo socialista nega a existência de questões estruturais, sobre as quais temos refletido ao longo da tese e que entendemos que precisam de ponderações mais atentas. Por consequência, compreendemos que a caracterização teórica sobre a realidade que avalia que a classe não é um vetor determinante, mas apenas mais

⁷⁶Retirado da crítica à filosofia de Hegel, de Karl Marx: “O momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica. A lógica não serve à demonstração do Estado, mas o Estado serve à demonstração da lógica” (MARX, 2014, p. 45)

um dos eixos em interação permanente que se converte, no nosso entender, numa interação estéril e, dificilmente, poderíamos dizer que se trata de uma relação já que não existe relação entre coisas iguais.

A nosso ver, a ideia do *Nó*, ou consubstancialidade, tripé etc., imagens que se impõem efetivamente como lugar-comum do campo do feminismo socialista, por mais radical que seja no seu conteúdo, fica muito aquém dos elementos teóricos já elaborados pelo marxismo que carregam a discussão da centralidade na classe proletária a partir da teoria do valor. Nesta concepção problema da exploração da força de trabalho é minimizado quando colocado no mesmo patamar das demais dominações, não se efetuando qualquer distinção de sua correspondência com a realidade e a teoria elaborada sobre o objeto. Logo, os vislumbres sociológicos e críticos contidos na primeira etapa da obra de Saffioti foram, assim, sendo diluídos ao longo de seu percurso intelectual, que acaba por, em vão, tentar elucidar o universal através das características individuais sem ter em conta as leis determinantes que são intrínsecas e inseparáveis ao modo de produção capitalista. Como o próprio Kaufman descreve sobre as bases materialistas do método do Marx, restrito à compreensão da sociedade do capital, que é a nossa:

Para Marx, apenas uma coisa é importante: descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ele se ocupa. (...) Para ele, importa sobretudo a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma a outra, de uma ordem de inter-relação a outra. Tão logo tenha descoberto essa lei, ele investiga em detalhes os efeitos por meio dos quais ela se manifesta na vida social [...]. Desse modo, o esforço de Marx se volta para um único objetivo: demonstrar, mediante escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens das relações sociais e, na medida do possível, constatar de modo irrepreensível os fatos que lhe servem de pontos de partida e de apoio. [...] Marx concebe o movimento social como um processo histórico-natural, regido por leis que não só são independentes da vontade, consciência e intenção dos homens, mas que, pelo contrário, determinam sua vontade, consciência e intenções [...] Ou seja, o que lhe pode servir de ponto de partida não é a ideia, mas unicamente o fenômeno externo. [...] **Dir-se-á, porém, que as leis gerais da vida econômica são as mesmas, sejam elas aplicadas no presente ou no passado. Isso é precisamente o que Marx nega. Para ele, tais leis abstratas não existem [...]. De acordo com sua opinião, ao contrário, cada período histórico possui suas próprias leis [...].** Tão logo a vida tenha esgotado um determinado período de desenvolvimento, passando de um estágio a outro, ela começa a ser regida por outras leis. Os antigos economistas equivocaram-se sobre a natureza das leis econômicas ao compará-las às leis da física e da química [...]. Uma análise mais profunda dos fenômenos demonstra que os organismos sociais se distinguem entre si tão radicalmente quanto os organismos vegetais se distinguem dos organismos animais [...] Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todas as épocas e em todos os lugares. Ao contrário, ele assegura que cada etapa de desenvolvimento tem sua própria lei da população [...]. Com o desenvolvimento diverso da força produtiva, alteram-se as condições e as leis que as regem. Ao propor a si mesmo

a meta de investigar e elucidar, a partir desse ponto de vista, a ordem econômica do capitalismo, Marx apenas formula, de modo rigorosamente científico, a meta que se deve propor toda investigação exata da vida econômica [...] (*apud* MARX, p.89-90, 2017, grifo nosso).

Assim, é a partir da obra de Marx, em particular *O Capital*, que escolhemos analisar as componentes que estão na base da sociabilidade, que é a nossa forma de organização e produção, a forma de produção capitalista. Assim, o fundador do comunismo científico, em sua constante preocupação de demonstrar o trabalho de uma forma historicizada, captura a tendência estrutural de determinada dinâmica histórica. Neste sentido, “para fazer a crítica, Marx historiciza seu objeto de investigação compreendendo-o não como qualquer riqueza de qualquer sociedade, mas sim aquela em que domina o modo de produção capitalista” (TUMOLO, 2005, p. 141). De fato, é partindo dessa base real devidamente historicizada que Marx vai elaborar suas categorias do movimento entre o “concreto idealizado” para o “concreto pensado”. Portanto, para que a teoria seja capaz de superar o momento do concreto idealizado é necessário que vá além da esfera do aparente, pois “se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (KOSIK, 1986, p. 13); é necessário ir além do trabalho concreto e da esfera da circulação, precisamos mergulhar no ponto nevrálgico do capital: em suas relações de produção especificamente capitalistas.

N’*O Capital*, livro I, Marx adota como ponto de partida explicativo do capitalismo a riqueza (valores de uso), cuja função é a de satisfazer as necessidades humanas, do estômago ao espírito, para, posteriormente, vinculá-la ao estudo da mercadoria e do mais-valor como capital (valor que se valoriza). O propósito que anima este percurso começa pela descrição sobre a mercadoria, que num primeiro momento, é considerada pelo autor como sendo uma célula constituída pelo valor de uso e valor de troca. Na relação mercantil só podem ser valores de troca se forem negados como valores de uso, por sua vez, isso só é possível pela abstração de determinadas características específicas que fazem de uma mercadoria específica ser valor de uso.

A partir do descrito e considerando a obra *O Capital*, importa primeiro sublinhar a relação que Marx traça sobre o trabalho que emerge da propriedade privada burguesa, que não é

mais somente engendrador de riquezas humanas necessárias à satisfação das necessidades humanas variadas, mas de uma forma trabalho que acoplou a si a forma valor e, conseqüentemente, o mais valor. Ora, nessas circunstâncias há que se resgatar o momento específico do processo social de produção e reprodução que corresponde ao modo capitalista de forma a compreendermos a forma trabalho que lhe corresponde. Por isso que, após uma análise do processo de trabalho simples⁷⁷, Marx considera que esta explicação de trabalho concreto, embora necessária, não basta para se apreender o processo de labor que subjaz ao capitalismo e o conseqüente processo de produção de capital. Vejamos a seguinte citação no Cap. XVI do Livro I, onde Marx aponta as insuficiências explicativas da definição genérica do trabalho:

O processo de trabalho foi considerado primeiramente em abstracto, independentemente de suas formas históricas, como processo entre Homem e natureza. [...] então aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo. [...] **essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do**

77 Para Marx, o trabalho na sua forma social genérica, enquanto trabalho concreto, é “Um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...]. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade [...]. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador. Portanto, quanto menos ele o aproveita como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” (1983, p. 149- 150).

processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista. (MARX, 1985, p. 332, grifo nosso).

Desta forma, Marx realiza um movimento que vai do trabalho concreto ao trabalho abstrato, trabalho que valoriza o valor, ou seja, trabalho produtivo de capital. Assim, chegamos, através de Marx, ao trabalho abstrato, forma trabalho em que se abstrai as características específicas do trabalho concreto ou útil embutido na mercadoria. É através dessa abstração que chegamos à característica em comum entre as mercadorias, o fato de serem resultado de trabalho em comum e, portanto, podem ser intercambiáveis através de trabalhos equivalente. E assim chegamos ao valor como tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir uma mercadoria. Ou seja, corresponde a uma relação de trabalho indiferenciado, abstrato em relação a outra mercadoria. Portanto, o valor de uso que é, para Marx o conteúdo material da riqueza não se confunde nem com valor nem com capital. O valor de uso remete ao **trabalho em geral**, que independe de qualquer forma social de produção, é portanto, a **forma de trabalho que se diferencia do trabalho abstrato (que corresponde ao valor) e do trabalho produtivo de capital (que corresponde à valorização do valor).**

Através de tal percurso chegamos ao ponto, em que agora a mercadoria é valor de uso, valor de troca e valor. Ora, é exatamente este descortinar do conceito mercadoria que está em constante movimento ao longo do volume 1 do livro I, em que Marx vai desvelando novos elementos com o intuito de clarificar a constituição da célula mercadoria na sociedade capitalista, que, por sua vez, é composta por uma relação entre estes elementos, ou seja,

A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e “valor”. Ela apresenta-se como esse duplo, que ela é tão logo seu valor possua uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. (MARX, 1985, p. 62-63).

Nestes termos, podemos compreender a totalidade complexa que envolve a análise rigorosa elaborada por Marx sobre o movimento da mercadoria em sua forma, sempre relacional, entre valor de uso e valor (MARX, 1987, p. 62). Assim, o complexo processo de produção das mercadorias estabelece com o trabalho uma relação que lhe corresponde,

O processo de produção quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; **quando unidade do processo de trabalho e de processo de produzir mais valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias.** (MARX, 1985, p. 222, grifo nosso).

Por conseguinte, o valor, que ao contrário do valor de uso e valor de troca não é visível na imediatez, torna-se a chave mestra que permite desvendar o mistério que se esconde por trás do preço das mercadorias. Portanto, a compreensão da estrutura do trabalho que corresponde ao capital e sua intrínseca produção de valor precisa ter em conta que as mercadorias “apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social”. (MARX, 1985, p. 53-54). Então, é sobre uma base material específica que se vão postular os pilares da sociedade burguesa hodierna, um sistema que avançou se expandindo pelos quatro cantos do globo o fez de forma desigual e combinada, alternando suas hegemonias em diferentes períodos históricos, até chegarmos ao que podemos definir como transnacionalização das empresas capitalistas responsáveis pela generalização das formas determinadas de produção e de reprodução do ser social à escala planetária. Por sua vez, representou uma inédita página na história das relações sociais, das formas de organização social e coletiva, das quais nasce também uma “nova forma de trabalho.”

Em relação à categoria trabalho propomos, ainda, pontuar de forma introdutória a tessitura que compõe e produz o valor: a mercadoria força de trabalho. Neste ponto torna-se necessário fazer uma análise do papel da força de trabalho e suas configurações na relação com o desenvolvimento da maquinaria, afinal a força de trabalho, é a única mercadoria que tem a particularidade de ser capaz de produzir um mais-valor além de seu custo de produção e reprodução. Pois, como vimos, se a mercadoria como unidade de valor de uso e valor de trocar é o ponto de partida para Marx, porém ele não se limita à análise dela, para entender a sociedade capitalista vai além, observa que o conceito mercadoria assume novas tonalidades através de uma nova dinâmica que vai da sociedade mercantil até chegar à relação especificamente capitalista que é a valorização do valor que pressupõe a produção do valor (trabalho abstrato), que por sua vez pressupõe a produção de mercadorias. Porém, a produção mercantil não pressupõe a produção de mais-valia.

A mesma lógica da mercadoria como valor de troca e valor de uso vale para a mercadoria força de trabalho, pois para que seja possível abstrair as características de valor de uso na troca é necessário que se faça, também, **a abstração das características úteis do trabalho concreto da mercadoria força de trabalho. O trabalhador ao alienar o valor de uso de sua força de trabalho para o capitalista produz, em condições específicas, a mais valia.** Marx demonstra assim que a equiparação dos trabalhos se dá pela mesma substância gelatinosa que é o trabalho abstrato, ou seja, o valor e, enquanto tal, são trabalhos equiparáveis, ainda que suas características úteis sejam profundamente distintas.

Portanto, essa relação de troca não é apreensível pelo que emerge na aparência, o trabalho concreto (por exemplo: o trabalho feminino, masculino etc) está dado imediatamente, no âmbito do aparente e neste patamar sempre temos mercadorias diferentes que não se equivalem. **Somente pela abstração dessas características individuais que conseguimos compreender que há um elo em comum entre as diversas mercadorias, ou seja, o trabalho indiferenciado, abstrato como substância do valor.** Esta forma de trabalho é a forma preponderante na relação especificamente capitalista e é a base central para a manutenção do capital- a produção da mais-valia.

Assim Marx definiu o proletariado na sua relação com a venda da força e a produção de mais-valia:

[...] o trabalho que se considera superior, mais complexo, é dispêndio de força de trabalho formada com custos mais altos, que requer mais tempo de trabalho para ser produzida, tendo, por isso, valor mais elevado que a força de trabalho simples [...] Qualquer que seja a diferença fundamental entre o trabalho do flandeiro e do ourives, a parte do trabalho deste artífice com a qual apenas cobre o valor da própria força de trabalho não se distingue qualitativamente da parte adicional com que produz mais valia. **A mais valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção de fios, quanto no processo de produção de artigos de ourivesaria.** (MARX, 1987, p. 222, grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, há determinações no labor produtivo que são incontornáveis numa sociedade determinada pelo processo de produção de capital, como a nossa, e nessa condição produtiva. Logo:

[...] do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. **Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas**

qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de despendar força humana de trabalho. Contudo, para poder ser despendido dessa ou daquela forma, precisa a força humana de trabalho estar mais ou menos desenvolvida. **Mas o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano, sobretudo.** (MARX, 1985, p. 51, grifos nossos).

Assim, a compreensão desta substância abstrata do trabalho é central para entender a forma trabalho determinante na ordem do capital, em que:

Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. **O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital.** Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar. (MARX, 1984, p. 105-106, grifo nosso).

Postas essas características, convém agora refletir sobre seus efeitos potenciais, pois o que permanece e não depende das variações de quem trabalha no capitalismo que se universalizou é a produção capitalista, que tem no “valor sua substância e cuja forma de produção [...] **não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia**” (MARX, 1984, p. 105, grifo nosso). Desta forma, compreensão de Marx sobre o quesito trabalho o leva a definir a forma particular de trabalho no capital como uma forma de trabalho, cujos diferentes trabalhos humanos se tornam equivalentes entre si através de um equivalente geral que funciona como símbolo do valor - dinheiro. Portanto, dinheiro dá corpo, nas relações de troca (esfera da circulação), à matéria que constitui o valor. Considerando esses aspectos, ainda que a mercadoria possa assumir uma forma material, ela “não tem absolutamente nenhuma conexão com a natureza física da mercadoria e com as relações materiais que surgem a partir disso” (MARX, 1985, p. 53).

Desta maneira, o capital avançou e se estendeu para outros espaços da atividade econômica, e na medida em que o trabalho passa a ser produtor de valor, não se distinguem mais as especificidades objetivas e subjetivas de cada trabalho. Portanto, em relação ao caráter do trabalhador apresentado prevalece a regra específica da sociedade capitalista, ou seja, diferentemente de formas de produção anteriores, a exploração na sociedade hodierna tem como pressuposto a igualdade formal de vendedores livres da força de trabalho. A relação entre o proprietário dos meios de produção (o capitalista) e o vendedor da força de trabalho (o trabalhador) se dá através de um contrato em que o trabalhador assalariado é “livre”. Livre de dois modos:

[...] o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender. (MARX, 1989, p. 189).

Nesse sentido, a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas avançou ao ponto de que a força física deixou de ter importância crucial na produção, os capitalistas desvencilharam-se de questões morais e recorreram de forma significativa tanto à força de trabalho de mulheres, quanto de crianças. No capítulo XIII da obra *O Capital*, Marx elabora sua compreensão sobre a relação entre o desenvolvimento da maquinaria e a inserção crescente de trabalho feminino das crianças nos meandros da esfera produtiva, no intuito de demonstrar de forma rigorosa as possibilidades colocadas pela alteração na qualidade dos meios de trabalho, possibilidades que se plasmam numa extensão da produção da mais valia.

Assim,

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de subsistir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente **num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital**. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folgado infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico[...] (MARX, 1985, p. 23, grifo nosso).

Como havíamos descrito essa/e trabalhadora/or agora livre é responsável, através da alienação do valor de uso do seu trabalho para o capitalista, pela produção das mercadorias através do consumo dos meios de produção, que por sua vez pertencem aos capitalistas, e que vende, tendencialmente, as mercadorias pelo seu valor. Com isso o mercado torna-se o espaço cuja centralidade econômica e social obriga todas as particularidades da vida a se submeterem às necessidades impostas pela competição intercapitalista e suas determinações. Pois de acordo com o exposto, a produção de mercadorias só é possível tendo por intermédio a exploração do trabalho vivo, que agregado ao trabalho morto (máquinas e instrumentos de trabalho) compõem os meios de produção que pertencem ao capitalista, e produzem como “fermento vivo” (TUMOLO, 2005) para a acumulação privada de capital. Ou seja, perpetua-se a propriedade privada dos meios de produção, as relações de exploração da força de trabalho, a subsunção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa e, portanto, a subsunção do trabalho ao capital, o trabalho como unidade contraditória –entre trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo de capital – indissolúvel. (TUMOLO, 2016).

Assim, afirmar que a forma trabalho e a mais-valia teriam ambos sofrido modificações radicais em sua constituição substantiva após a inserção em massa de mulheres no mercado de trabalho produtivo, como defende o feminismo marxista, é algo que não se verifica, já que o trabalho produtivo de capital não se modifica consoante à reestruturação dos processos de trabalho. Ou seja, em sua condição de trabalho abstrato, o trabalho produtivo de capital como substância do valor permanece:

[...] a mesma coisa, qualquer que seja a configuração capitalista, nos séculos XVIII, XIX, XX ou XXI, uma vez que ele [...] é trabalho concernente à relação de exploração especificamente capitalista, baseada no assalariamento, independentemente dos tipos diferentes de trabalho concreto, ou seja, não importa se é trabalho que produz soja numa empresa capitalista de agronegócio, que fabrica autopeças numa indústria metalúrgica ou que produz a mercadoria ensino numa empresa capitalista de educação. (TUMOLO, 2018, p. 64)

Logo, o capitalista não dá relevância a priori às características ou às identidades dos que explora; como veremos, esta situação vai acarretar modificações profundas em relação à mulher das classes subalternas. Por isso mesmo, não é de surpreender que ao nascimento da indústria

moderna “derrubaram-se todas as barreiras erguidas pelos costumes e pela natureza, pela idade e pelo sexo, pelo dia e pela noite. O capital celebrou suas orgias”. (MARX, 2017, p. 350). Logo, o primeiro ganho para o capital foi a inserção de força de trabalho infantil e feminina, cuja finalidade foi a redução do valor da força de trabalho de todos os trabalhadores (vamos aprofundar este quesito no decorrer do capítulo), o que resultaria numa tendencial aproximação nos valores das forças de trabalho feminina e masculina:

[...] uma vez que o valor desta mercadoria corresponde, (...) ao quantum de trabalho socialmente necessário para produzir a vida da família do trabalhador. Se apenas um membro da família, o homem, p. ex., vende sua força de trabalho, o valor da massa de meios de subsistência recai sobre apenas uma unidade de mercadoria a ser vendida. Se a maquinaria criou as condições para que as forças de trabalho da mulher e das crianças se tornassem valores de uso para a exploração do capital, elas são obrigadas a vendê-las, de tal forma que o valor total da força de trabalho se divide por várias unidades, reduzindo assim o valor unitário. (TUMOLO, 2018, p. 47)

Porém, diferentemente de outras mercadorias, a mercadoria força de trabalho tem a necessidade de se renovar constantemente, e sua reprodução contém os meios de subsistência necessários para o trabalhador e sua família. Assim sendo, e de acordo com Tumolo, o valor da força de trabalho, assim como o de toda a mercadoria,

[...] corresponde a um determinado quantum de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir a massa de meios de subsistência necessária para a produção e reprodução normais da vida do trabalhador e de sua família em sua totalidade – alimentação, moradia, transporte, vestuário, saúde, educação, lazer etc. Note-se que o valor da força de trabalho não corresponde somente aos meios de subsistência necessários para que o trabalhador realize um determinado trabalho durante o tempo de trabalho que ele vendeu ao capitalista – sua jornada de trabalho –, mas àqueles necessários ao trabalhador e sua família para a produção normal e digna da vida em sua integralidade durante as vinte e quatro horas do dia, 365 dias no ano etc. Isto inclui, portanto, uma soma de meios de subsistência para além daqueles necessários ao tempo de trabalho vendido. (TUMOLO, 2018, p. 18)

Desta forma, os mecanismos que marcam o percurso que vai da compra e venda da mercadoria força de trabalho têm como principal elo mediador desta conexão o valor da força de trabalho, que “enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado”(MARX, 1985, p. 141). Já para sua sobrevivência, para que possa voltar a vender a força de trabalho, como vimos, faz-se necessária uma certa quantidade

de meio de subsistência que possa garantir a sobrevivência do trabalhador. Reforçando com as palavras de Marx, ao valor da força de trabalho corresponde “o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. [...] Por meio da ativação, o trabalho é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser repostos” (MARX, 1985, p. 141).

5.2 O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E A COMPETIÇÃO INTERCAPITALISTA NOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL

Agora que citamos a composição do valor, podemos, com Marx, voltar à forma mercadoria e a relação com o trabalho. Na esteira do apresentado, o trabalho, com estas características, é composto por uma unidade contraditória de subsunção do trabalho ao capital, o que significa que “na mesma medida em que o trabalho, na forma capitalista, afirma o ser social, produzindo sua emancipação, o nega ao produzir sua degradação” (TUMOLO, 2005, p. 14).

Logo, e admitindo que se nossas necessidades estão determinadas pelas imposições da propriedade privada, nesse sentido, quem tem o domínio dos meios de produção tem controle sobre a vida humana – do estômago e do espírito. São, portanto, relações complementares e intrínsecas à lógica de exploração capitalista. Quanto à questão mais geral na relação alienação-trabalho, todo o lócus da vida passa a ser submetido à lógica de produção das mercadorias e da produção e reprodução do valor, e a vida é esvaziada numa mercantilização crescente.

Acrescentando a esse trabalho produtivo a necessidade constante de diminuir os valores das mercadorias em decorrência da concorrência intercapitalista, se estabelece assim uma necessidade constante de diminuir o valor das mercadorias, o que só é possível se alterarem os dois elementos que compõem o processo de trabalho: Meios de Produção e Força de Trabalho. Sendo necessária uma alteração em ambos.

Em suma, para se expandirem e consolidarem no mercado capitalista, e em razão da constante competição intercapitalista, as empresas necessitam aumentar a produtividade constantemente, para isso, recorrem simultaneamente à intensificação à exploração sobre o trabalhador, sem que para isso seja necessário aumentar a jornada de trabalho. O que implica numa constante revolução nas:

[...] condições de produção de seu trabalho, o modo de produção e conseqüentemente o próprio processo de trabalho. Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir com a mesma quantidade de trabalho quantidade maior de valor de uso (MARX, 1987, p. 362).

Em sua necessidade intrínseca de aumento da produtividade, o capital necessita de investir nas forças produtivas, o que o corre através das modificações na organização do trabalho e no trabalho concreto, principalmente na qualidade de seus componentes das forças produtivas, ou seja, nos meios de produção e na força de trabalho.

Em consequência, verificamos um aumento da produtividade que resulta numa diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para uma quantidade maior de valores de uso, que culmina numa diminuição do valor específico de cada mercadoria.

Já no capítulo XIV, afastando-se da ideia da separação entre mais-valia absoluta e relativa⁷⁸, Marx refere que antes há uma relação intrínseca entre ambas e, portanto,

[...] só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário

⁷⁸ Para Marx o processo de produção depende da combinação entre mais valia absoluta e a mais valia relativa. A mais valia absoluta refere-se ao aumento da jornada de trabalho além do próprio valor necessário para a produção e reprodução da força de trabalho, ou seja, independe do desenvolvimento das forças produtivas e das modificações nos processos de trabalho a até das mudanças no trabalho concreto. Já a mais valia relativa depende totalmente do desenvolvimento das forças produtivas, modificações no trabalho concreto que resultam na diminuição do valor da força de trabalho.

não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho (MARX, 1983a, p. 107)

Aqui, consideramos que é importante voltar ao ponto sobre o valor da força de trabalho e a venda da força de trabalho. Para Tumolo, e seguindo a trilha de Marx, é fundamental para a compreensão do valor da força de trabalho a relação com a venda da força de trabalho por vários membros da família, permitida a partir da inserção do desenvolvimento das forças produtivas. Especialmente no contexto em que são vários os membros da família vendendo sua força de trabalho,

[...] seu valor absoluto tende a aumentar, pois agora esta família precisará consumir uma quantidade maior de meios de subsistência – p. ex., transporte para ir ao local de trabalho, que antes era desnecessário para a mulher e os filhos –, mas essa massa maior de valor agora é dividida pelos membros trabalhadores da família, cujo efeito é a diminuição do valor da força de trabalho. Isso implica que o valor da força de trabalho não corresponde mais ao valor dos meios de subsistência necessários para o conjunto da família. (TUMOLO, 2018, p. 47)

Nessa relação, a força de trabalho tende a ver o seu valor decrescendo e, conseqüentemente, o próprio preço da força de trabalho, o que significa uma maior degradação dos que dela dependem para comprar mercadorias que permitam satisfazer as necessidades de sobrevivência física e de humanização do sujeito.

Portanto,

No momento da relação de troca, o preço não coincide, necessariamente, com o valor da mercadoria. O preço oscila para cima ou para baixo em relação ao valor, mas, em média, corresponde ao valor. Se o preço de uma mercadoria cai abaixo do valor e aí permanece constantemente, isso não seria uma manifestação de que o valor da mercadoria diminuiu? Não seria o caso do preço e do valor da força de trabalho? (TUMOLO, 2018, p. 49)

Assim sendo, e agregando a essa situação a condição estrutural do EIR, logo, e de acordo com o mesmo autor:

[...] a redução do preço, denominação monetária do valor, é a expressão da diminuição gradativa do valor, na medida em que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho cria uma massa permanente, e não provisória, de desempregados. A depreciação no valor individual da força de trabalho, que se manifesta na redução do preço, varia de acordo com as taxas de desemprego, numa relação diretamente proporcional, quer dizer, quanto maiores forem as taxas de desemprego, maior será a corrosão do valor da força de trabalho e vice-versa. (TUMOLO, 2018, p. 51-52)

Desta maneira, estendeu-se a forma capitalista de extração do valor para setores outrora marginalizados da esfera da produção. Com isso, a força de trabalho feminina passou a representar uma fatia significativa dos trabalhadores produtores de valor, que passou a permitir o aumento de extração de mais valia e, da taxa de mais-valia⁷⁹, contribuindo para a diminuição do valor da força de trabalho e, por consequência, uma tendência a colocar o preço da força de trabalho de todos os trabalhadores para baixo. Ou seja, as trabalhadoras passaram a ingressar no mercado de trabalho na forma que é tendência no sistema, ou seja, como proletárias e, portanto, como trabalho abstrato. Entenda-se proletárias “apenas o assalariado que produz e valoriza “capital” e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização” (MARX, 2017, p.690).

Contudo, ressaltamos, e de acordo com Marx, as mercadorias, inclusive a mercadoria força de trabalho, tendem a ser trocadas pelo seu valor. Cujo valor individual também corresponde a uma quantidade de trabalho necessário para a força de trabalho se produzir e reproduzir. Nesse sentido e referendando os argumentos de Marx aprofunda Tumolo:

Supondo, por exemplo, que uma economia tenha necessidade de mil forças de trabalho e o quantum de trabalho socialmente necessário para produzi-las seja de mil horas, então o valor individual da força de trabalho, que é uma fração total, será de uma hora. **Se os vendedores dessa mercadoria produzem uma quantidade de força de trabalho maior do que o estômago do mercado é capaz de consumir, fenômeno que se manifesta no desemprego, isso significa que foi despendida parte excessiva do tempo de trabalho social total em forma de força de trabalho, uma vez que o quantum socialmente necessário de trabalho será o mesmo.** Ou seja, supondo agora que foram produzidas mil e cem forças de trabalho (10% a mais), mas o mercado tem necessidade de mil, cujo valor social é de mil horas, então o valor total das mil e cem forças de trabalho não se

⁷⁹ Sobre a taxa de mais valia e o grau de exploração da força de trabalho, ver: capítulo VII, livro *O Capital*.

altera, ou seja, continuará sendo mil horas e, por isso, o valor individual será de 54 minutos, 10% a menos. Portanto, a produção de uma quantidade de forças de trabalho além daquilo que o mercado tem necessidade provoca uma corrosão no valor individual dela. **O resultado disso é que, para uma parte da classe trabalhadora, mesmo que todos os membros da família cujos membros “vendáveis” consigam, de fato, vendê-las, a soma dos valores individuais não corresponde ao valor total dos meios de subsistência, que continua o mesmo, de tal forma que essa família não terá condições de comprar todos os itens daqueles meios, cujo efeito é a intensificação da pauperização desses setores da classe trabalhadora. Contudo, é necessário insistir que isso ocorre porque a força de trabalho foi trocada pelo seu valor, e não abaixo dele, cujo resultado será a exploração capitalista, e não a superexploração.** (TUMOLO, 2018, p.51, grifo nosso)

Neste sentido, o resultado intrínseco à lógica do capital é o desemprego, ou seja, produção de força de trabalho acima da capacidade que o mercado consegue absorver, que pode resultar, também, na diminuição do preço da força de trabalho. Numa relação diretamente proporcional quanto mais altas forem as taxas de desemprego, maior tende a ser a corrosão do valor da força de trabalho. (TUMOLO, 2018) Correlativamente, o valor das mercadorias responsáveis pela manutenção da vida do trabalhador tende a diminuir com o desenvolvimento maior das forças produtivas. Como podemos verificar, a força de trabalho tem que se converter em mercadoria para que seja possível a produção de capital. Desta forma, o valor da força de trabalho, como, aliás, o de toda a mercadoria coincide com a quantidade necessária para a produção e reprodução do valor diário da força de trabalho. Assim, o trabalhador ao alienar o valor de uso da sua força de trabalho para o capitalista, ele vende pelo seu valor. Logo, o trabalhador, ao colocar sua força de trabalho em movimento, vai receber, tendencialmente, o valor de seu trabalho, além disso, e uma vez que o valor de uso da força de trabalho pertence ao capitalista, também a ele vai, necessariamente, pertencer a mais-valia, ou seja, o trabalho excedente.

Nestes termos, o valor da força de trabalho sofre transformações tanto pela pressão exercida sobre a força de trabalho, quanto pelo desenvolvimento das forças produtivas. Por seu lado, o desenvolvimento das forças produtivas está determinado por questões diversas, das quais destacamos: a) determinadas inovações tecnológicas; b) novas formas de organização e alterações nos processos de trabalho, no âmbito do trabalho concreto (Meios de Produção e Força de trabalho) e na c) qualificação da força de trabalho, ou seja, quantidade de trabalho embutida na formação de cada força de trabalho específica.

Evidencia-se o fator crucial nos impactos do desenvolvimento das forças produtivas em que “a produtividade da maquinaria é inversamente proporcional à grandeza da parcela de valor por ela transferida para o produto” (MARX, 1984, p. 29). Assim, estabelece-se uma relação em que se elimina trabalho abstrato, restringindo a fonte produtiva de capital; por conseguinte, há um decréscimo da taxa de mais-valia em relação ao montante de capital, uma vez que a valorização do valor ocorre em taxas cada vez menores. Por isso, e de acordo com Marx, o pico de crescimento econômico é também o momento em que se aciona a tendência à queda da taxa de lucro. E é justamente no período em que o capital apresenta seus mais altos índices de produtividade, consumo por parte dos trabalhadores em razão de ganhos salariais, em que o emprego está em alta é também o momento que explode a crise. Logo, a crise “não se segue a uma queda do consumo, porém, muito ao contrário, à sua elevação mais acentuada nas condições específicas do capitalismo” (GORENDER, 1985, p. LX). Realiza-se um esforço para que se complete a reestruturação do mercado mundial e assim se possa manter ou refazer as condições para a expansão das relações capitalistas, onde a “irracionalidade da racionalidade capitalista se revela” (MARTINS, 1999, p. 101). Pois há “o crescimento e não a redução dos investimentos às vésperas do *crash*, como há (...) aumento e não redução dos salários na mesma fase (...) que procede ao desencadeamento da crise” (MANDEL, 1990, p. 211).

De acordo com Mandel:

Tal fato levou a uma acumulação ampliada de capitais, utilizada para tornar possível pôr em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica (semi-automação, energia nuclear). Aumentando consideravelmente a produção de mais-valia relativa [...] essa revolução permitiu o prolongamento da expansão em condições “ideais” para o capital. (1990, p. 27)

Também, neste ponto, o capital vai entrar numa importante contradição, uma vez que só é possível aumentar a produtividade diminuindo a quantidade de força de trabalho, ou seja, diminuindo a única fonte produtora de valor, que, por seu lado, conduz à degradação da condição humana: “uma dupla forma de destruição da força de trabalho. De um lado, a força de trabalho supérflua, que foi produzida pelos trabalhadores como valor de troca, mas que, não sendo valor de uso para o capital, é totalmente aniquilada.” (TUMOLO, 2005, p. 253). Do mesmo modo, o

aumento da produtividade altera a relação da quantidade de mercadoria produzida e no quantum de trabalho necessário para produzi-la, e sua relação com a taxa de lucro:

Muitos fatores que intensificam o trabalho implicam aumento do capital constante em relação ao variável, por conseguinte queda da taxa de lucro [...] nisto consiste todo o mistério da tendência à baixa, da taxa de lucro – que os meios de produzir mais-valia, ou empregar a menor quantidade possível de trabalho em relação ao capital adiantado. Assim, as mesmas causas que permitem elevar-se o grau de exploração do trabalho, impedem que se explore o mesmo capital global a mesma quantidade anterior de trabalho. Há aí tendências opostas que simultaneamente atuam no sentido de elevar a taxa de mais-valia e de baixar a massa de mais valia e por conseguinte a taxa de lucro [...] (MARX, 1983, p. 267).

Resumindo, de acordo com Tumolo, em razão da própria lógica contraditória do capital, a mais-valia relativa:

[...] pressupõe a crescente utilização proporcionalmente maior do capital constante (trabalho morto), em relação ao capital varável (trabalho vivo), quer dizer, em aumento da composição orgânica do capital o que implica, de um lado, a tendencial redução da taxa de lucro e de acumulação de capital e, de outro, uma redução do número relativo de trabalhadores explorados. (2018, p.22-23)

Essa destruição se revela tanto pela retirada de direitos como pela ascensão de um extenso Exército Industrial de Reserva (EIR), cujas vicissitudes estão numa quantidade maior de contingentes populacionais disponíveis que obrigam à imensa mobilidade de trabalhadores por todo o planeta. Por muitas vezes essas vagas de desemprego resultam em grandes expressões xenofóbicas entre os próprios trabalhadores. Aliás, este aumento do EIR tem servido de mecanismo coadjuvante para a realização histórica do capital. Contribui no sentido em que promove um acirramento da competição entre os trabalhadores, principalmente em períodos que o capitalismo precisa avançar sobre os direitos conquistados a duras penas pelas organizações de luta trabalhistas. Assim, aumentando a composição orgânica do capital, resulta num montante de capital que não consegue se reproduzir como tal. Falamos aqui do processo de valorização de uma relação de produção capitalista cuja finalidade fundamental é a extração de mais-valia. Nesse sentido, toda a reflexão sobre o trabalho produtivo parte da compreensão que no trabalho produtivo de capital a “unidade ocorre entre a diversidade dos processos de trabalho e de trabalhos concretos,

ou seja, trabalhadores que exercem os mais variados trabalhos com características marcadamente diferenciadoras” (TUMOLO, 2018, p.93).

Assim, o caráter das crises cíclicas do capital é um fenômeno altamente dinâmico, cujas consequências são geralmente devastadoras para o conjunto da classe trabalhadora. Resumindo, entre as saídas para a crise destacamos o já designado período de reestruturação produtiva, a intensificação da exploração sobre os trabalhadores e concomitante modificação na organização do trabalho concreto e a degradação do sujeito trabalhador em razão das necessidades expansivas do capital. Ora, a busca incessante pela mais valia relativa resulta num paradoxo insolúvel para o capital, o qual vai estar nas origens da explosão da crise. O capital é obrigado a rebaixar constantemente o valor, diminuindo, por isso, a única fonte de produção de mais-valia: o trabalho vivo. Cada capitalista singular, pressionado pela concorrência intercapitalista, precisa, para extrair cada vez mais mais-valia, ampliar a qualidade dos fatores de desenvolvimento das forças produtivas para resultar num aumento de produtividade pela maior produção de valores de uso, com uma quantidade menor de valor, que, por sua vez, acarreta uma diminuição do valor individual das mercadorias.

É necessário sublinhar, portanto, que esse impulso vital do capital constitui a magnitude da mais-valia extraída dos trabalhadores independentemente de suas características úteis, cujo trabalho morto, “que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais o suga mais forte se torna.” (MARX, 1985, p. 263), sobretudo pela quantidade de trabalho excedente, ou seja, “do tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais valia”. (MARX, 1985, p. 259). Assim, essas reestruturações nos processos de trabalho e na modificação do trabalho concreto são apenas maneiras que o capital encontra como forma de intensificar e aumentar a exploração da classe trabalhadora. Efetivamente, com o início da reestruturação produtiva e o aumento concomitante da qualificação da força de trabalho feminina, as tendências recentes para a inserção da força de trabalho ganharam novos contornos aparentes, até porque a maioria de força de trabalho com qualificação mais alta corresponde às mulheres; outro fator refere-se não só ao fato da necessidade do mercado capitalista em absorver mais forças de trabalho, mas também, agregado à lógica da necessidade intrínseca do capital de diminuição do valor, terá assim sido, num primeiro momento, crucial para o capitalismo. Este foi

um mecanismo de rebaixamento do valor da força de trabalho, já que o capital agora passou a explorar homens e mulher, que, por sua vez, pressionou o preço de todas as forças de trabalho para baixo, assim como permitiu aumentar o exército industrial de reserva ao aumentar a quantidade de força de trabalho disponível.

Em linhas gerais, é possível afirmar que a produção de mais-valia tem por condição intransponível o constante desenvolvimento das forças produtivas que inauguram uma era de subordinação “formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital” (MARX, 1984, p. 106). Marx completa assim a incursão que vai do “trabalho concreto como produtor de valores de uso, o trabalho abstrato como substância de valor e finalmente trabalho produtivo de capital” (TUMOLO, 2005).⁸⁰

Assim, passamos a ter uma relação de produção em que o objetivo precípua do consumo do valor de uso da força de trabalho é unicamente a produção das mercadorias e da conseguinte mais-valia, especificamente da mais-valia que se sobrepõe na sociedade capitalista – a mais-valia relativa. Na perspectiva do capital o movimento passa a ser infinito. Ou seja, é uma “sede vampiresca do capital” é uma sede incessante e insaciável que se realiza através do “sangue vivificante do trabalho” (MARX, 1985, p. 290-291). E esta é precisamente a função da produção da mais-valia, que permite ao capitalista comprar pelo valor, vender pelo valor, e ainda assim obter mais do que investiu.

A explicação da lógica acima apontada pode ser exemplificada pelas tendências colocadas pela própria inserção crescente da força de trabalho feminino, na medida em que o capital precisou produzir transformações no trabalho concreto no intuito de garantir a mais valia relativa.

⁸⁰Disponível em: Educ. Soc. vol.26 no.90 Campinas Jan./Apr. 2005.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000100011

Na nossa investigação sobre a condição da mulher na sociedade capitalista, e em particular a condição da mulher trabalhadora, não se pode ignorar as tendências apontadas pela própria lógica de produção do capital. Sabemos que dados por si só não expressam a complexidade de todos os fatores, ou seja, tomados pela aparência da objetividade, impedem que se compreenda os alcances e limites do objeto que se busca compreender. Ao mesmo tempo, os dados de estatísticas a partir de pesquisas empíricas, por vezes podem ser formas eficazes de investigação da realidade desde que sejam contextualizados em seu movimento ao longo das tendências históricas e a partir dum método eleito. No nosso caso, o materialismo histórico.

Propomos, portanto, tal como fez Saffioti em suas obras, considerar alguns dados que apontam possíveis tendências, e que de alguma forma nos instigam a perquirir sobre alguns pressupostos explicativos assumidos pelo campo feminista marxista nas análises sobre a mulher trabalhadora em relação à proletarianização crescente das mulheres pós anos 1970, o que representou uma virada no lócus de vida das mulheres e que em médio prazo pode acarretar em metamorfoses significativas no que Saffioti definiu por mística feminina ou feminilidade.

Vamos agora debruçar-nos sobre alguns pontos que nos permitem apontar possibilidades explicativas sobre a questão da exploração/dominação, estruturalidade/conjunturalidade desses fenômenos e, por decorrência, pincelar possíveis tendências e análises da realidade. Iremos destrinchar as seguintes questões referentes às condições de inserção das mulheres trabalhadoras:

- a) População economicamente ativa;
- b) Formalidade/informalidade;
- c) Questão salarial;
- d) Peso da renda na contribuição familiar;
- e) Setores de trabalho por sexo;
- f) Quantidade de horas trabalhadas de acordo com o sexo.

Seguem-se os dados coletados e as respectivas análises:

A) População economicamente ativa

De acordo com o relatório lançado pelo **Departamento Econômico das Nações Unidas** *As Mulheres no Mundo 2010*, verificou-se que após os anos 1970 houve uma tendência para um salto significativo e acelerado de aumento de força de trabalho feminina, maior nos países sul-americanos, incluindo-se o Brasil. Ainda, considerando os dados do *Geneva, Internacional Labour Office 2015* no **Year Book of Labour Statistics, a GAP Jobs** (população trabalhadora por sexo), concluímos que nas regiões do mundo, para homens e mulheres, a distribuição de empregos se dá da seguinte forma:

Tabela III- *Internacional Labour Office, 2015* no **Year Book of Labour Statistics, a GAP Jobs**

	Mulheres	Homens
América Latina	47%	67%
América do Norte	55%	65%
Europa do Leste	46%	57%
Resto da Europa	46%	59%
Centro Ásia	55%	63%
África Subsahariana	59%	70%

Fonte: Elaboração própria a partir do *Year Book of Labour*, 2015.

Como podemos verificar através da tabela, há países onde a diferença é praticamente inexistente, como nos países nórdicos da Europa, ou em países africanos, tais como: Moçambique

e República do Congo. Na China, Islândia, Canadá, a diferença também é praticamente imperceptível. Na Europa, por exemplo, observamos uma significativa queda de empregos para ambos os sexos, mas mais acentuada para os homens. De acordo com o mesmo relatório, na Europa Ocidental, por exemplo, de 1990 para 2010 a percentagem de mulheres empregadas caiu de 58% para 54% (-4%), já para os homens foi de 73% para 66% (-7%). Para todos os casos, a queda está relacionada à crise de 2008, período a partir do qual tanto mulheres quanto homens têm vindo a sofrer dramaticamente com o decréscimo do nível de emprego, principalmente do emprego formal.

Verificamos aqui o reflexo da expansão econômica, pautada pela internacionalização do capital e suas empresas – consolidando-se no final dos anos 1960, início da década de 1970 – e as consequentes modificações na configuração do trabalho concreto. Uma das características centrais desse processo, como vimos anteriormente, deveu-se ao fato do capital se ter voltado para o trabalho feminino. Segue-se o exemplo dos seguintes dados descritos no relatório sobre o Brasil em relação à população economicamente ativa:

Tabela IV: População economicamente ativa, de acordo com o sexo.

	Mulheres	Homens
1950	13,5%	80,8%
1970	29%	80%
1990	38%	81%
2002	55%	76%
2010	59%	65%
2012	64,5%	70%
2017	71,5%	68,5%

Fonte:Elaboração própria, a partir das Estatísticas de Gênero - *Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2018*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>

Verificamos que no ano de 1950 somente 13,5% da população feminina brasileira era considerada economicamente ativa. Nos anos seguintes é bem visível o crescimento dessa população na esfera do trabalho, crescendo a cada ano, e de forma constante, mesmo após a crise de 2008, que teve efeitos deletérios mais marcantes para os trabalhadores do sexo masculino. Assim, é significativa a tendência que para os homens se deu no movimento inverso do que se verifica na participação masculina na PEA, que de 80,8% caiu para 65%. Já a feminina representou um salto de 13,5% para 59%.

A taxa de atividade das mulheres tem demonstrado uma tendência crescente. Entre 2000 a 2010 houve grandes modificações, ou seja, de 1999 a 2012 passou de 38% para 64,5%. Já a taxa de atividade dos homens demonstrou um recuo significativo, de 81% para 70%⁸¹, voltando a crescer em 2017, enquanto a taxa masculina permanece com tendência decrescente.

Passemos, então, a uma breve síntese sobre os pontos levantados neste tópico sobre a população economicamente ativa de acordo com o sexo:

- a. Após os anos 1970 verificou-se um salto significativo e crescente de aumento da força de trabalho feminina no mercado de trabalho;
- b. Em 2008, em razão da crise cíclica do capital, houve uma queda significativa de empregos para ambos os sexos, mas com mais impactos para a população do sexo masculino.

Verificamos uma tendência crescente da população economicamente ativa feminina em todo o mundo, com início, principalmente, como podemos verificar nas tabelas II e III, a partir dos anos 1990, em que há um acréscimo substantivo do número de trabalhadoras no mercado de trabalho.

B) Sobre o mercado formal e nível de desemprego

⁸¹A publicação e os dados completos das **Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010** estão disponíveis no endereço www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/

Em 2011, de acordo com dados do IBGE – *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011*, segundo os grupos de atividades profissionais para homens e mulheres com carteira assinada, temos os seguintes números:

Tabela V- Percentagem de pessoas, de acordo com o sexo, que obtiveram carteira assinada entre o período de 2003 até 2011

	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
	2003	2003	2011	2011
Indústria	49,7%	66,7%	45,3%	54,8%
Construção	33%	40%	66%	38,5%
Comércio	42,2%	38,2%	54,9%	49,8%
Administração Pública	X	X	41,2%	28,3%

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE, *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011*.

Ressalta-se que nos serviços domésticos, agrupamento onde as mulheres representavam 95,1% do contingente, apenas 36,6% delas tinham carteira assinada.

De acordo com o censo apresentado pelo IBGE (2011), das mulheres ocupadas no mercado de trabalho no Brasil em 2011, 22,6% estavam no setor público, enquanto entre os homens esse percentual era de 10,5%. Analisando a distribuição da população ocupada exclusivamente no setor público, ele era composto por 55,3% de mulheres e 44,7% de homens. Setor em que, aliás, não se verificam diferenças salariais entre mulheres e homens.

Já em 2015, e de acordo com os dados expressos pelo IBGE⁸², o total de percentagem de informalidade no ano de 2012 oscilou em torno de 45% para as mulheres e 44,2% para os homens. Ainda com relação ao mercado formal, “Em 2007, as mulheres representavam 40,8% do mercado formal de trabalho; em 2016, passaram a ocupar 44% das vagas”. De acordo com o então ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira:

Essa diferença tende a ser reduzida. Não faz sentido que mulheres capacitadas e em idade produtiva sejam preteridas no mercado de trabalho pelo único fato de serem mulheres. O Brasil tem reduzido essa injustiça. Esse é um caminho sem volta⁸³.

O resultado da pesquisa feita em 2017 em relação ao número de pessoas com carteira assinada também traz revelações sobre a inserção crescente da força de trabalho feminina, “em relação à carteira de trabalho, as estatísticas são mais favoráveis às mulheres do que aos homens: quase 80% das empregadas do setor privado possuíam carteira de trabalho assinada, enquanto entre os homens o percentual era de 72%” (SARAIVA; BELLO e RENAUX; 2018)⁸⁴.

Em 2010, a disponibilização de empregos femininos no Brasil era de 18,3 milhões de postos de trabalho; já em 2011 essa oferta alcançou 19,4 milhões, um crescimento de 5,93%. O estoque de empregos masculino cresceu no período 4,49%, passando de 25,7 milhões de postos em 2010 para 26,9 milhões em 2011.

De acordo com os dois últimos relatórios da OIT 2018-2019, “Perspectivas sociais e do emprego no mundo”⁸⁵, calcula-se que o número de desempregados continuará a aumentar em mais

82 <https://censo2015.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>.

83 Disponível em: <<http://brasil.gov.br/co/economia-e-emprego/2017/03/mulheres-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho.html>> Fonte: Portal Brasil com informações do Ministério do Trabalho: <https://empregabrasil.mte.gov.br/>; do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/> e OIT: <https://www.ilo.org/global/lang-en/index.htm>.

84 Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>> Acessado em: 07/04/2017)

85 Disponíveis em: <<https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2019/lang-es/index.htm>>. Acessado em: 13/05/2018

de um milhão até 2020⁸⁶. A mesma pesquisa conclui que mesmo em regiões que não registraram um aumento do desemprego tende-se a verificar um crescimento do emprego cada vez mais precário. Portanto, aumenta a quantidade de trabalhadores que, apesar de estarem vendendo sua força de trabalho, não conseguem consumir o mínimo necessário para garantir uma vida digna, ou

86Sobre as recentes reformas trabalhistas ao redor do mundo, o artigo intitulado: *BIS | FMI | G10 | ordenam reforma da previdência nos países*” descreve o cenário em que essas organizações de bancos centrais do mundo são responsáveis pela estabilidade monetária e, simultaneamente, implementaram reforma da previdência, em pelo menos, 34 países ao redor do mundo. Portanto, estas imposições não têm em conta o cenário nacional, são aplicadas a nível internacional. Artigo disponível em: (https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-bis-fmi-g10-ordenam-reforma-da-previdencia-nos-paises/?fbclid=IwAR3DG0OdFLsmiu7hY_q3QtxMVCLegWlymwmMcdFKmObiNcdpD7trvTx77RU). Ainda, um estudo da OIT elaborado por Dragos Adascalitei e Clemente Pignatti Morano pesquisou sobre 642 modificações feitas nas condições trabalhistas de 110 países no período de 2008 a 2014 e constatou “que, na maioria, o nível de regulamentação existente foi reduzido” diminuindo-se a proteção no trabalho, “o que atingiu toda a população e produziu mudança de longo prazo na regulamentação do mercado de trabalho.”(<http://brasildebate.com.br/as-reformas-trabalhistas-no-mundo-e-as-exigencias-do-capital-financeiro/>) Em relação às medidas de desregulamentação, “74% são relativas à jornada de trabalho; 65%, a contratos de trabalho temporário; 62%, a demissões coletivas; 59%, a contratos permanentes; 46%, a negociações coletivas; e 28%, a outras formas de emprego.” (<http://brasildebate.com.br/as-reformas-trabalhistas-no-mundo-e-as-exigencias-do-capital-financeiro/>) Na Espanha e Portugal, por exemplo, onde ocorreram mais de “50 alterações na legislação trabalhista desde 1980, a última reforma, implantada em 2012 (e em Portugal em 2018) (...) No conjunto, as medidas reduziram o custo das demissões, permitiram flexibilizar jornada e salário e limitaram o poder das negociações gerais ou setoriais” (<http://brasildebate.com.br/as-reformas-trabalhistas-no-mundo-e-as-exigencias-do-capital-financeiro/>). Ainda o conjunto de mecanismos “acelerou a criação de ocupações precárias e provocou queda dos rendimentos do trabalho, uma vez que favoreceram a contratação por jornada reduzida ou em tempo parcial e estimularam a rotatividade da mão de obra, ou seja, o que facilita a contratação de trabalhadores com salários menores que os dos demitidos”. A precarização passou a atingir uma fatia significativa da população total de trabalhadores, sendo maior ainda entre os jovens trabalhadores, no caso de Portugal. (Disponível em: <<http://www.cgtp.pt/precariedade/10524-caracterizacao-da-precariedade-do-emprego-em-portugal>>). No “México, como resultado da reforma laboral de 2012, quase 60% dos trabalhadores estão na informalidade” (LÚCIO, 2017. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/as-reformas-trabalhistas-no-mundo-e-as-exigencias-do-capital-financeiro/>). Também na Alemanha “o enfrentamento da crise de 2008 veio acompanhado de medidas que ampliaram as modalidades de emprego temporário. Na Itália, a “Lei do Emprego” somou-se a reformas anteriores para facilitar demissões e promover contratações temporárias. Cabe destacar que todos os estados-membros da União Europeia convivem com o aumento do emprego temporário entre os jovens, fenômeno favorecido pelas regras e instituições reformadas com esse objetivo” (LÚCIO, 2017. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/as-reformas-trabalhistas-no-mundo-e-as-exigencias-do-capital-financeiro/>) Soma-se a França, que “encaminha a reforma trabalhista com flexibilização para que: as empresas negociem salários e jornada de trabalho diretamente com os trabalhadores, sem participação do sindicato; haja limite para a indenização por demissão sem justa causa; sejam reduzidas as possibilidades de processos trabalhistas; sejam apoiados programas de demissões voluntárias sem assistência sindical.” (LÚCIO, 2017, Disponível em: <http://brasildebate.com.br/as-reformas-trabalhistas-no-mundo-e-as-exigencias-do-capital-financeiro/>). Este movimento mundial, que também se estende para os EUA, chega ao Brasil principalmente com a Reforma Trabalhista configurada na Lei 13.467 de 2017. Tal como no resto do mundo, também no Brasil a reforma propõe aumentar a idade de aposentadoria, principalmente para as mulheres, de forma a resultar numa equivalência com a idade de aposentadoria masculina. No caso dos países da União Europeia, “quase todos os países (...) já votaram leis com mudanças gradativas, aumentando as idades mínimas de aposentadoria das mulheres para equipará-las à dos homens” (CAMARANO, 2017. Disponível em: (http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7823/1/bmt_62_diferen%C3%A7as.pdf))

seja, não conseguem pagar um teto para viver, não lhes é possível acessar uma alimentação adequada etc. Enfim, suas condições de trabalho não lhes permitem alcançar o básico para a sobrevivência. Situação que corresponde aos trabalhadores dos quatro continentes. Cenário que se torna mais obscuro se tivermos em conta que a produtividade aumentou cerca sete vezes após a grande guerra mundial.

No ano de 2019, chegamos ao número absurdo de 700 milhões de pessoas que vivem em “situação de pobreza extrema ou moderada apesar de estarem empregadas. O mais recente relatório da OIT-2019, informa que dois bilhões de pessoas – mais de 61% da população ativa – ganham a vida na economia informal”, deixando claro que a transição ao trabalho informal, portanto precário, é uma condição normalizada para o trabalhador na atualidade. Significa que são bilhões de trabalhadores que não contam com qualquer direito trabalhista. E a grande maioria carece de proteção social, de direitos no trabalho e de condições minimamente dignas para sua reprodução, mesmo em países onde o bolo de extração de mais-valia é dos maiores do planeta, como é o caso dos EUA⁸⁷. Ainda, vale lembrar que no mundo, diz a OIT, o trabalho precário “atinge mais homens (63%) do que mulheres (58%). Dos dois bilhões de trabalhadores que ocupam um emprego informal no mundo, pouco mais de 740 milhões são mulheres.

Assim, verificamos que:

- a) Através dos dados, entre 2002 até 2015 houve um aumento significativo de mulheres com carteira assinada;
- b) Em relação ao grau de informalidade, observamos uma perda de postos de trabalho formais mais acentuada entre os homens;
- c) No que se refere ao desemprego, de acordo com as estatísticas apresentadas para o ano de 2017 houve menos impacto a nível de desemprego para as mulheres do que para os homens

⁸⁷Sobre a precarização das condições de vida dos trabalhadores estadunidenses e aumento do índice de pobreza na população Norte Americana: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42076223?fbclid=IwAR2_eTry9023JvKYObfcO0xk8RKZIQYU6UR8YcoFgldmvSZaB3-k9VrKEpQ>.

de 2012 até 2017, aponta o IBGE, com base em informações do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho. Como demonstram os dados, no período descrito o total de homens empregados sofreu redução de 6,4%, contra 3,5% entre as mulheres.

C) Quesito salarial

Sobre o quesito salário, ainda permanece uma diferença visível entre homens e mulheres no mundo inteiro, com exceção de alguns países⁸⁸. No entanto, se analisarmos a evolução dos salários femininos e masculinos nas últimas décadas, verificamos que em termos percentuais há uma aproximação significativa entre os salários de ambos os sexos. Sobre a relação entre salário e jornada igual pelo mesmo trabalho não encontramos em nossa pesquisa nenhum dado que demonstre que as mulheres recebam menos que os homens quando trabalham em setores com níveis de produtividade iguais, em jornadas de trabalho iguais, com qualificação igual. Não é por acaso que se verifica uma aproximação salarial entre homens e mulheres ao longo dos anos, inclusive em países como a Dinamarca, onde, de acordo com o estudo apresentado nas *Diferenças Globais entre Gêneros - 2014* divulgado pelo **Fórum Econômico Mundial**, o salário feminino, em média, chega a ser superior ao masculino. Uma interessante curiosidade, já que o capitalismo não sofreu qualquer abalo nesse país. A nosso ver, essa modificação na esfera da formação da força de trabalho e no trabalho concreto, com mais mulheres exercendo trabalhos que exigem alta qualificação, a curto e a médio prazo, tem vindo a acarretar também significativas metamorfoses no espaço dos valores culturais, pelo menos em relação ao que significam tarefas femininas e masculinas.

Vejam um pouco mais de perto a situação no Brasil.

Por cá, a tendência também é verificável. Tendo por base os dados apresentados pelo IPEA, a variação de rendimento médio real para mulheres e homens, com base na PME do IBGE,

⁸⁸ Há, inclusive, cada vez mais países aderindo à lei que pune a empresa que pagar um salário menor a mulheres que trabalhem a mesma jornada, com a mesma qualificação e com o mesmo índice de produtividade.

aplicado nas regiões brasileiras, de acordo com o censo realizado pelo IBGE, mostra que o rendimento médio real mensal de todas as fontes, das mulheres de dez anos ou mais de idade, no Brasil, correspondia a 65% da renda dos homens em 2000. No período de 2003 e 2015, também aponta-se uma redução nas desigualdades salariais, sendo que o maior aumento ocorreu entre as mulheres negras (77%), e o menor, entre os homens brancos (43%). Ainda de acordo com a mesma pesquisa, entre 2003 e 2011 o rendimento do trabalho das mulheres aumentou 25%, enquanto que o dos homens apresentou aumento de 22%. Em 2003 as mulheres ganhavam cerca de 70,8% do salário masculino; em 2009, 71%; em 2011 alcança os 73%; em 2013 a diferença diminuiu para 74%. (<http://www.ibge.gov.br>).⁸⁹ Em 2015, em média, elas passam a ganhar cerca de 75,4%³ em 2019 cerca de 80% do salário masculino.

Entre as explicações apresentadas encontra-se o avanço no nível de escolaridade feminina, que “[...] está diretamente associada à elevação da renda: para ambos os sexos, à medida que a escolaridade avança, o rendimento médio aumenta.” (ANDRADE, 2016, p. 59). Interessante verificar que os “High skilled Jobs”, em 2015⁹⁰, apresentam maiores taxas para a população feminina; somente na América do Norte perdem para os elementos do sexo masculino.

Vejam os percentagens de mulheres e homens para empregos de alta qualificação: na África: 28,8% de mulheres para 18% de homens; na A. Latina e Caribe: 27,7% mulheres para 21% homens; Europa do leste: 49,1% mulheres para 29,1% de homens; Europa Ocidental: 43,7% mulheres para 29,1% homens; e no Brasil: 25,9% mulheres para 18,1% de homens.

Em síntese, através da interpretação dos dados podemos afirmar que mais uma vez as tendências apontam no seguinte sentido:

a) Segundo a média geral, se permanece uma diferença salarial entre mulheres e homens, ela tem vindo a diminuir visivelmente, e não podemos esquecer que a relação é tirada a partir da média; portanto, se ainda os cargos de gerência pertencem majoritariamente a homens,

⁸⁹Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em Janeiro de 2018.

⁹⁰Disponível no relatório anual de estatísticas sobre o mundo do trabalho - Geneva, *Internacional Labour Office*, 2015 no *Year book of labour statistics*, a GAP Jobs (população trabalhadora por sexo) das regiões do mundo para homens e mulheres.

será necessário algum tempo para equalizar a distribuição de cargos hierarquicamente melhora assalariados.⁹¹

b) Numa linha cronológica que vai de 2000 até 2015, verificamos a constante aproximação entre salários. Se em 2000 as mulheres recebiam apenas 65% do salário masculino, já em 2003 passaram a receber 70,8%, em 2015 conquistaram os 75,4% do salário masculino já em 2019 receberam 80%.

c) Não foram encontradas diferenças salariais para o mesmo trabalho, com a mesma qualificação e igual jornada de trabalho;

d) Podemos colocar como hipótese que o aumento salarial feminino mais significativo do que o masculino pode se dever, em parte, ao fato de que há cada vez mais mulheres com qualificações superiores, o que num curto espaço de tempo tem correspondido à crescente inserção

91 Num artigo recente intitulado *Como a igualdade de género fez da Suécia um país mais rico*, publicado pelo jornal público português www.publico.pt. A Suécia é um país exemplar na conquista por direitos para as mulheres, que em cada ano têm vindo a acumular ganhos reais. O mais interessante que apenas, a partir dos anos 1990 é que as suecas começaram a ver seus direitos a crescer ao ponto de, atualmente sua condição de trabalhadoras quase se equipara à dos homens. Os últimos passos referem-se ao direito de licença maternidade e paternidade dividida de forma igualitária, caso o casal assim o deseje, ainda a inserção de uma disciplina obrigatória sobre igualdade de género desde a primária e a proibição de publicidades que focam em estereótipos de género como as vinculadas à propaganda de brinquedos infantis, ainda alcançaram cotas para cargos de direção em empresa (40% precisam ser obrigatoriamente femininos). A jornalista entrevistou uma das integrantes do atual governo sueco sobre a importância dessas pautas, ao que a ministra respondeu da seguinte forma: “Desde logo, o objectivo do crescimento económico. A possibilidade de usar toda a competência e capacidade da mão de obra existente — e havendo mais mulheres a sair das universidades com graus académicos, mais do que homens, temos de fazer uso desse investimento que se está a fazer nelas. Isto é bom para os indivíduos, mas também para toda a sociedade.” (Acessado 04/01/2016). Uma resposta pragmática capaz de ilustrar, de certa forma, o espírito do capital. Nesse sentido, e na medida em que não se coloca entraves ao avanço do capital, parece não existir qualquer resistência intrínseca baseada em valores morais contra a integração igual das mulheres ao mercado de trabalho. Também sobre os cargos de direção vale lembrar que existe e já entrou em vigor propostas de benefícios a empresas que tenham cotas de paridade de género em cargos de chefia. Dentro das empresas, há já algumas empresas brasileiras que aderiram, até porque o país se comprometeu com os designados Objetivos do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU). O conjunto de oito diretrizes conhecidas como “8 Jeitos de Mudar o Mundo”, dentro delas encontramos as políticas de alcance pela igualdade entre os géneros na educação, na política e no mercado de trabalho. Ainda sobre as cotas de paridade em 2003, “a Noruega foi o primeiro país a aprovar uma lei que determinou que pelo menos 40% dos membros do conselho de administração de qualquer companhia devem ser mulheres. Na esteira França, Espanha, Holanda, Bélgica e Itália também aderiram ao sistema de cotas, exigindo inclusive a paridade salarial, no caso das organizações francesas. No Brasil, o PLS 112/2010, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM), também pôs em discussão a implantação de um sistema semelhante ao da Noruega para empresas estatais e de economia mista”. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/governanca,cotas-para-mulheres-em-cargos-de-gestao-dividem-opinioes,1589058>. Proposta que foi encaminhada em 2013 à Comissão de Assuntos Sociais.

de força de trabalho feminina em postos mais qualificados e melhor remunerados; simultaneamente verificamos perdas salariais significativas de forma geral, o que também contribui para uma aproximação de salários no sentido descendente.

D) Peso da renda na contribuição familiar

Sobre a relação entre o peso da renda de cada sexo para a manutenção da família, também verificamos modificações a favor das mulheres: estas têm tido um maior peso na contribuição para a renda familiar ao longo dos anos, sempre num sentido crescente. Assim:

Os lares brasileiros estão sendo chefiados por mulheres. Em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência. Vinte anos depois, esse número chegou a 40%. Cabe ressaltar que as famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina: em 34% delas, havia a presença de um cônjuge. (TAIAR, 2017).

Contribuição das mulheres no rendimento familiar, no Brasil, foi de 40,9% em média, enquanto para os homens a média da contribuição foi 59,1%, em 2010. Para as mulheres residentes em áreas rurais, a contribuição monetária no rendimento familiar total foi ligeiramente maior (42,4%) em comparação àquelas residentes em áreas urbanas (40,7%).⁹²

Uma análise feita para a BBC Brasil pelo pesquisador e professor Marcelo Neri, tendo por base dados da Amostra de Domicílios (Pnad, 2017), demonstra que as cônjuges obtiveram aumentos expressivos de renda, horas trabalhadas e participação no mercado de trabalho (NERI, 2017), maiores que as rendas de seus maridos.

Acrescentamos ainda que os dados da Pnad mostram que entre o segundo trimestre de 2015 e o segundo trimestre 2018 a renda das mulheres do casal cresceu 17,9%, enquanto que a dos

⁹²Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, reúne dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, até o nível municipal, e é acessível no endereço <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>>.

principais responsáveis pelo domicílio caiu 10,3%. O crescimento da renda do grupo das mulheres cônjuges também ultrapassou o dos jovens, os que mais sofreram com o desemprego.

E) Setores de trabalho por sexo

Sobre essa questão, gostaríamos de fazer uma breve descrição em relação aos setores onde prevalece uma maior quantidade de força de trabalho feminina em relação à masculina, que são:

Administração pública e serviços, enquanto homens são maioria na indústria de transformação; agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; construção civil, serviços industriais de utilidade pública; e extrativa mineral. No comércio, a participação de homens e mulheres é bem equilibrada, sendo que 20,1% dos homens e 19,9% das mulheres estão no setor.⁹³

Nas **Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**, realizadas e organizadas pelo IBGE em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), todas as informações constam do **Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG)**, que reúne dados dos Censos Demográficos 2000 e 2011. Acessível no endereço **<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>**, podemos verificar o seguinte cenário da população ocupada, por tipo de atividade em relação ao gênero.

⁹³<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>.

Tabela VI - População ocupada, por tipo de atividade e gênero – Brasil, 2011

	Mulheres	Homens
Administração Pública	65%	35%
Indústria	37%	64%
Comércio	42%	54%
Serviços prestados em empresas	42%	55%
Serviços domésticos	94%	5,2%
Outros serviços	42%	58%

Fonte: Elaboração própria, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE – 2011⁹⁴

Visivelmente, as mulheres se destacam em maior número como trabalhadoras no setor do serviço público, onde a distribuição de direitos trabalhistas é estabelecida de forma igualitária, pois não se verificam diferenças salariais. No outro lado da balança, verificamos uma grande quantidade de trabalhadoras no setor do trabalho doméstico, ainda assim e, de acordo com o IPEA, 2016 “analisando os dados das PNADs entre 2004 e 2014, o IPEA verificou que a proporção de mulheres no emprego doméstico vem caindo lentamente ao longo dos últimos anos ilustra essa tendência” (*apud* ANDRADE, 2016, p.15). Segundo o IBGE de 2004 para 2014 caiu de 17,5% para 14% a proporção de trabalhadoras domésticas entre as mulheres⁹⁵.

94 Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Série estudos e pesquisas, nº 33. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>>.

95 Síntese dos indicadores sociais 2014. Tabelas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2014/default.shtm>.

Com o início da reestruturação produtiva e o aumento concomitante da qualificação da força de trabalho, as tendências recentes para a inserção da força de trabalho feminina ganharam novos contornos. Para Bruschini,

[...] ao mesmo tempo, a escolaridade elevada tem impacto considerável sobre o trabalho feminino, pois as taxas de atividade das mais instruídas são muito mais elevadas do que as taxas gerais de atividade, em todos os anos analisados. Em 2005, enquanto mais da metade (53%) das brasileiras eram ativas, entre aquelas com 15 anos ou mais de escolaridade, a taxa de atividade atingia 83%. (2007, p.550)

Importa lembrar que o processo de feminização, animado após os anos 1970, sincronizado com a maior formação das mulheres, possibilitou extrapolar os espaços laborais que eram tradicionalmente considerados femininos. Elas passaram a ocupar em números significativos cursos superiores, inclusive, ingressando em graduações para além dos considerados tradicionalmente femininos, e, por consequência, a ocupar postos de trabalho para além dos “guetos” femininos, o que, certamente, abre brechas no que se conformou como qualidades exclusivamente femininas. A partir desse cenário, tem se verificado, num sentido sempre crescente, um aumento significativo de mulheres que passaram a frequentar as universidades e, conseqüentemente, a serem quadros de destaque nos espaços acadêmicos.

De acordo com Bruschini, verifica-se a tendência entre as mulheres com maior índice de escolaridade que não se contentam em permanecer nas tradicionais áreas ditas femininas, como serviço social, magistério, adentrando para espaços considerados outrora mais masculinos, como: arquitetura, engenharias etc. Vejamos:

[...]a consolidação da presença feminina entre esses profissionais, ao longo da década de 90. Na categoria dos engenheiros, por exemplo, a participação das mulheres, que era de 12% em 1993, atinge 14% em 2004. Entre os arquitetos, a fatia feminina é bem mais substantiva. Na mesma data, mais da metade da categoria (54%) é composta de mulheres, dado que consolida a tendência de feminização da profissão, uma vez que as mulheres já ocupavam cerca de 52% dos empregos dessa área em 1993. Também entre os médicos a progressão se confirmou: 41,3% da categoria é composta de mulheres em 2004, ante 36% em 1993. Em todos os grupos da área jurídica – advogados, procuradores, juízes, promotores e consultores jurídicos – não foi menos significativo o incremento de mulheres. Esse é um mundo do trabalho segmentado segundo os profissionais se enquadrem em dois tipos de carreira: os chamados “profissionais do direito”, que engloba todos os funcionários vinculados ao poder público, aos quais é vetado o exercício da advocacia e os demais advogados e consultores jurídicos que exercem a advocacia como

profissionais liberais ou assalariados de sindicatos, empresas públicas ou privadas. Em todas essas carreiras verificou-se o mesmo movimento de progresso, assim considerado o incremento percentual da participação de mulheres. Em todas elas, o sexo feminino passa a representar, em 2004, mais de 40% da categoria profissional. O caso da magistratura também é exemplar, pois as juízas, que ocupavam 22,5% dos postos em 1993, chegaram a mais de 34% na última data examinada. (BRUSCHINI, 2007, p. 551).

Daí esta análise nos fornece algum material importante no que toca à compreensão das razões que podem estar na base do persistente menor assalariamento feminino, ao mesmo tempo que vão ao encontro de demonstrar as bases que estão na tendência de uma aproximação salarial, isto porque:

a) Ainda que se reproduza socialmente uma certa divisão sexual na escolha profissional, também verificamos uma tendência inversa;

b) Começa-se a quebrar alguns paradigmas sobre o que supostamente corresponde a empregos femininos e masculinos; podemos nos questionar sobre o próprio caráter da divisão sexual do trabalho, pois tudo indica que ela própria tem vindo a se alterar e não nos parece que os períodos de crise têm vindo a reafirmar uma inflexibilidade ou impossibilidade de ruptura com a identidade sexo e atividade que lhe corresponde. De acordo com os dados da *Gênero número*, no Brasil há cada vez mais mulheres ocupando profissões ditas masculinas, principalmente nas áreas de engenharias, situação que já não é novidade em alguns países, principalmente da Europa;

c) Ainda que a divisão sexual por setores venha sofrendo uma diminuição significativa com o avanço da qualificação da força de trabalho feminina, essa maior qualificação, por sua vez, é responsável pelo aumento do valor embutido na formação força de trabalho e em decorrência, pela disputa de postos de trabalho mais qualificados;

d) Atualmente, as mulheres de grande parte dos países, incluindo-se o Brasil, não só são mais escolarizadas que os homens como tem crescido o percentual de mulheres trabalhadoras com carteira assinada. Aumentou ainda, a partir de 1980, em decorrência de um crescimento da formação, profissional e escolar feminina, a ocupação destas no mercado formal em profissões que exigem nível superior, especificamente no Brasil.

f) Quantidade de horas trabalhadas de acordo com o sexo

Verificamos, de acordo com os dados FIBGE, PNAD, 1995 (*Apud* BRUSCHINI, 2000, p. 46), sobre os ocupados e as ocupadas por horas semanais no Brasil em 1995, na jornada de trabalho que vai de 40 a 44 horas de trabalho na semana, que estão referidas 7.760.331 milhões de mulheres ao passo que, para a mesma quantidade de horas, temos 14.882.407 milhões de homens.

Apesar da redução significativa de postos de trabalho formal para os homens, as jornadas de trabalho feminina permaneceram inferiores às masculinas. Vejamos os dados apresentados no IBGE 2012 sobre o número médio de horas semanais trabalhadas por sexo: em 2003, a diferença entre homens e mulheres foi de 5,3 horas semanais. Já em 2011, o número médio de horas semanais trabalhadas pelas mulheres em foi de 39,2 horas, contra 43,4 horas dos homens, ou seja, uma diferença de 4,2 horas entre homens e mulheres.

Em 2016, a jornada de trabalho média de um homem correspondia a 42 horas semanais, ao passo que a das mulheres ficava nas 35 horas semanais⁹⁶. Dados mais recentes, de 2017, demonstram uma leve diminuição na diferença de horas trabalhadas entre homens e mulheres, porém permanece uma distância entre jornadas de trabalho.

⁹⁶Jornada média semanal, por gênero – Brasil – 2012. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE – 2012.

Tabela VII - Horas habitualmente trabalhadas, 2017

	MULHERES	HOMENS
Até 14h	6,4%	2,5%
15 a 39h	28,2%	16,7%
40 a 44h	49%	54,7%
45 a 48h	7,9%	11,6%
49 ou ma	8,5%	14,5%

Fonte: Elaboração própria, a partir do IBGE, Diretoria de Pesquisa, DPE⁹⁷

Segundo os dados da PNAD, em 2012, entre as pouco mais de 20% das mulheres com filhos de 0 a 3 anos que tinham acesso à creche para todas as suas crianças, verifica-se alta taxa de ocupação,

[...] próxima a 73% - próxima às taxas gerais de ocupação masculina. Por outro lado, nos quase 78% das mulheres que não tinham qualquer acesso à creche, mais de 57% permaneciam sem ocupação no mercado de trabalho. (ANDRADE, 2016, p. 30)

Na sequência, de acordo com o mesmo referencial de pesquisa, observamos os seguintes dados para a relação de formação entre sexos e número de horas trabalhadas:

Creches para filhos de até três anos impactam nível de ocupação das mães. Em 2010 o nível de ocupação (razão entre a população ocupada e a população em idade ativa) das mulheres com filhos até três anos de idade que frequentavam creche (65,4%) é superior ao daquelas cujos filhos não frequentavam (41,2%), ou daquelas que têm apenas algum filho frequentando creche (40,3%). O nível de ocupação para mulheres que viviam em áreas urbanas e possuíam todos os filhos de até três anos frequentando creche (66,9%) foi 19,6 pontos percentuais maior do que o observado para as áreas rurais (47,3%).⁹⁸

⁹⁷Gráfico 1: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/mulheres-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho>. Acessado:16/04/2017.

⁹⁸Estadísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, reúne dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, até o nível municipal, e é acessível no endereço <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>.

A redução da diferença ocorreu, principalmente, pela variação do número de horas trabalhadas pela população masculina. Esse comportamento foi verificado em quase todos os agrupamentos de atividade. De acordo com Bruschini, no agrupamento da Administração Pública foi verificada a menor diferença, 2,4 horas. Nos agrupamentos do Comércio, as mulheres trabalhavam (41,2 horas) e de outros serviços (40,6 horas). Em 2011, “somente os agrupamentos de Intermediação Financeira (39,4 horas), Administração Pública (36,5 horas) e Serviços Domésticos (37,4 horas)” não apresentaram médias superiores a 40,0 horas.

Tais dados demonstram que:

a) Consoante aumenta a jornada de trabalho, observamos uma maior amplitude na diferença de quantidade de trabalhadores em relação ao sexo. Em sentido inverso, à medida que as jornadas diminuem, aumenta a quantidade de mulheres empregadas;

b) A existência de estruturas públicas para a formação das crianças, como creches, é crucial para que as mulheres consigam se libertar do espaço doméstico;

c) Mais uma vez, as jornadas de trabalhos menores, em média, correspondem a um menor assalariamento, também, em média. Em relação à permanência de uma sensível desigualdade salarial, em parte não podemos desconsiderar outro vetor que precisamos compreender mais atentamente, que se refere à relação salarial e à menor jornada de trabalho que, em média, as mulheres realizam, se comparada com a jornada de trabalho masculina. Assim, a maternidade age como um dos fatores que mais pesam na carreira, pois quando a mulher se torna mãe tende a reduzir sua jornada de trabalho. Assim, e relacionando com o tópico sobre o assalariamento e a média salarial, muitas vezes as mulheres que reúnem aptidões para assumir cargos mais qualificados acabam abdicando em prol de jornadas mais reduzidas no escopo de combinar o cuidado da família com as tarefas profissionais. A forma desigual como ainda se dividem as tarefas do cuidar dos filhos e do espaço doméstico reflete-se nas escolhas e possibilidades profissionais femininas, o que não significa que despende esse tempo nas esteiras do trabalho produtivo e alienado seja algo mais gratificante.

d) Por corolário, o capitalista, se não persegue a trabalhadora que pretende engravidar ou a que pede licença para cuidar de filhos doentes, geralmente reduz seu salário. Situação que nos parece insolúvel nos marcos do capital. Isto porque, numa sociedade que não tem em conta a realização humana, não importa para os proprietários privados que seja fulcral ao desenvolvimento da criança o tempo de maternidade e amamentação para seu desenvolvimento, ainda que a lei seja clara sobre esse direito. Pois o que determina a conquista real é o movimento do capital, e não a lei. Portanto, o capitalista, seguindo religiosamente a lei do valor, coloca a mulher em período de gestação e de necessário cuidado de recém-nascido em situação de desvantagem, pois trata-se de um momento em que não está sendo produtiva para o capital. Ainda assim, e em razão do maior desemprego masculino, tem se verificado um aumento do número de cônjuges masculinos que têm assumido as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos⁹⁹;

e) A tendência a aproximar as condições de trabalho entre mulheres e homens tem se verificado no mundo inteiro e, conseqüentemente, as legislações sobre o trabalho, e em particular os direitos, têm sofrido metamorfoses. No que se refere à idade da aposentadoria, ela tem vindo a ser igualada em praticamente todos os países cujas condições de trabalho são praticamente iguais. Por exemplo, dos 35 países da OCDE, apenas quatro deles possuem diferença de idade para a aposentadoria, com tendência a desaparecer nos restantes países.

f) Colocamos apenas como hipótese, a partir das pesquisas apresentadas, que dificilmente podemos sustentar de forma conclusiva que o capital é intrinsecamente contra a

⁹⁹Hoje não é mais tão certo que o trabalho doméstico permanece exclusivamente feminino. Pesquisas apontam para mudanças sobre essa realidade, principalmente na medida em que as mulheres passaram a ingressar em maior quantidade no mercado de trabalho. Fuwa (2004) lembra que, de fato, houve progressos na área, “a participação feminina nas tarefas domésticas vem caindo substancialmente. Assim, por exemplo, entre os anos 60 e 90, o número de horas despendidas nesse tipo de tarefas teria caído pela metade para as mulheres e dobrado para os homens norteamericanos” (Bianchi *et al.*, 2000). Demo (1992) vai ao encontro da mesma conclusão ao se debruçar sobre essa realidade no Brasil, observa que, “a existência de mudanças ao verificar que a participação masculina tem se tornado mais efetiva, principalmente entre os pais com menos de 30 anos de idade ou com filhos em idade pré-escolar”. Alguns países, inclusive, já incorporaram igual tempo de licença como os filhos para ambos os sexos. De qualquer forma, reivindicar a divisão igualitária das tarefas domésticas no espaço privado do lar não nos parece um grande avanço para a humanidade, não seria, antes a reivindicação da socialização das tarefas domésticas e, conseqüente libertação do trabalho doméstico, que nos permitiriam viver relações mais igualitárias e saudáveis? Tampouco nos parece grande avanço para a emancipação feminina substituir o trabalho doméstico pelo trabalho explorado, fonte de esvaziamento físico e psíquico e de um crescente número de doenças entre os trabalhadores e trabalhadoras.

igualdade salarial para tarefas igualmente produtivas. Assim, entendemos que não é possível elaborar um estudo sobre a questão salarial apartando-o das tendências descritas, que são consequência direta das metamorfoses no trabalho concreto e no quesito rendimentos entre os sexos. Tendências que, inclusive, apontam cronologicamente para uma tendência à aproximação nas condições de trabalho.

Não obstante, consideramos que essa proletarização crescente das mulheres após os anos de 1970 representou uma virada no *locus* de vida das mulheres que, em médio prazo, podem acarretar mudanças significativas tanto no *socius* de ser mulher como na ruptura com alguns de seus processos mistificatórios fomentados pela lógica do capital.

Parece-nos que, longe do capital se contrapor, por questões morais, ao ingresso massificado das mulheres no espaço produtivo, não só incentivou essa feminização como se apropriou das bandeiras feministas, esvaziando-as de seu caráter mais combativo e manipulando-as positivamente a favor da acumulação privada. Em nível global verificamos a mesma tendência.

A discussão aqui estabelecida remonta, em sua vertente sobre o materialismo histórico, ao processo de exploração em sua relação com a sociedade que, segundo Saffioti, permaneceria como sociedade patriarcal. Contudo, parece-nos difícil negar que as análises que servem de base de sustentação para a elaboração teórica que nomeia o feminismo marxista permanecem, de fato, em contradição com os princípios elaborados pela economia política marxista. A começar pelo próprio fato, tendo em conta o descrito, o trabalho útil ou concreto, que permanece como ponto de partida e de chegada do feminismo socialista, não tem, portanto, capacidade explicativa para descrever uma forma historicamente determinada de trabalho, incluindo aqui a forma de produção capitalista.

Logo, não se trata de ignorar que o capitalismo lance mão de dominações e preconceitos culturalmente estabelecidos em prol de seus interesses privados. Mas não é tão claro nem simples afirmar que igualdade entre os sujeitos vendedores da força de trabalho seja antagônica ao capital, ou, por outras palavras, não é tão evidente que diferenças específicas como a diferença de sexo na exploração da força de trabalho seja estrutural à sociedade capitalista. São fenômenos que exigem

uma análise cautelosa no intuito de desmistificar seu real papel na engrenagem do desenvolvimento da acumulação privada e extração de mais-valia.

Pois bem, ao problematizarmos o ideário do feminismo socialista, destacamos mais alguns pontos que podem ser úteis para possíveis análises sobre a relação entre capitalismo e feminismo:

a) Como vimos, “A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e, por conseguinte, todas as relações sociais”. (MARX; ENGELS, 2008, p. 13). De acordo com Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, para que as leis do capital se mantenham, torna-se fulcral fazer modificações em suas formas de trabalho concreto, como por exemplo na forma dos processos de trabalho, na configuração dos diversos padrões de acumulação, mantendo-se, no entanto, inalterada a forma de valorização do valor – o trabalho abstrato, substância do valor. Para se manter ele mesmo (o capital), *tudo deve mudar para que tudo fique como está*¹⁰⁰.

b) Este momento de reestruturação dos processos de trabalho tem por característica o convívio dos velhos processos de trabalho com as novas formas de organização de estruturação da acumulação privada, que emergem no intuito de intensificar a produtividade. Nos anos de 1970, portanto, adota-se um grande investimento no desenvolvimento tecnológico das forças produtivas e menos na qualidade de vida dos trabalhadores. As mudanças nos processos de trabalho não são novidade, antes vêm acompanhando o capital ao longo de sua história;

c) A nova configuração que o capitalismo assume após a crise anos 1970 não anula as formas de exploração específicas da sociedade capitalista, as características conformadas anteriormente, antes as incorpora, e suas leis permanecem inalteradas, pois as modificações são no âmbito do trabalho concreto, portanto ficar nesse âmbito para analisar o trabalho na sociedade do capital é profundamente insuficiente. Pois o processo de metamorfoses que têm por escopo um

100 Retiramos essa expressão do escritor Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957) na obra adaptada para filme *Il gattopardo (O Leopardo)* sobre a decadência da aristocracia siciliana durante o Risorgimento e a adaptação da aristocracia à nova forma de produção que surgia, onde a mudança aceita seria somente aquela sugerida pelo príncipe de Falconeri: “*Tudo deve mudar para que tudo fique como está.*”

conjunto variegado de propostas de saída para a crise e a retomada de novos patamares de acumulação passa tanto pela reformulação dos processos de trabalho quanto pelo aprofundamento dos aparelhos privados de hegemonia condizentes com os interesses das classes dominantes. Velhas formas já existentes no modelo fordista-keynesiano convivem com o novo modelo de acumulação;

d) Como força motriz de expansão da mais-valia, o desenvolvimento constante das forças produtivas passa a ser vital para o capital, porém essa dependência vai afetar a substância do capital – o valor e a conseqüente valorização do valor. Por isso, o desfecho é um confronto entre capital constante e capital variável. Como vimos, a importância da busca por constantes inovações técnicas pela mais-valia relativa é responsável também pela diminuição do valor das mercadorias, “igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho” (MARX, 1985, p. 7).

e) Inutiliza-se um contingente significativo da força de trabalho e se reformula o exército industrial de reserva. Com o agigantar do exército industrial de reserva e a diminuição do valor das mercadorias fica menos difícil pressionar o preço da força de trabalho ao máximo para baixo, intensificando-se a precarização das condições de trabalho. Gesta-se, com isso, uma nova forma de inserção da força de trabalho, que se define por expansão dos processos de subcontratação, arrochos salariais, crescimento do desemprego, retirada de direitos sociais, precarização das condições de trabalho e, em simultâneo, assiste-se a um processo de espraiamento da proletarização dos trabalhadores, que se caracteriza por uma força de trabalho mais feminina e mais qualificada, mas com condições de trabalho precárias para ambos os sexos;

f) Ao contrário do que apontara Saffioti, o capital não demonstra, como verificamos, nenhum constrangimento em incentivar a inclusão da força de trabalho feminina no espaço de produção, pelo contrário, como vimos anteriormente, permitiu com o desenvolvimento dos meios de trabalho estender a forma capitalista de extração do valor para setores outrora marginalizados da esfera da produção. Com isso, a força de trabalho feminina passou a representar uma fatia significativa dos trabalhadores produtivos de capital, pois ao se esforçar na diminuição do valor de todas as mercadorias, o capital diminuiu também o valor da própria mercadoria força de trabalho, o que tendencialmente joga o preço da força de trabalho para baixo. Até porque o valor das

mercadorias responsáveis pela manutenção da vida do trabalhador tende a diminuir com o desenvolvimento maior das forças produtivas. Logo, não é de estranhar os financiamentos oriundos de instância como do Banco Mundial e rapidamente abraçados por movimentos feministas para a igualdade de gênero;

g) Passa a haver financiamentos como a proposta do Banco Mundial para políticas de incentivo à venda da força de trabalho entre mulheres e homens no âmbito dos direitos iguais, leia-se direitos de condição de exploração iguais. Vejamos, portanto, as análises do BM sobre os prejuízos para o capital internacional caso se deixem as mulheres marginalizadas da esfera da produção. Um estudo do BM calcula em 130 bilhões de euros as perdas de capital humano pelo fato as mulheres não estarem plenamente incorporadas ao mercado de trabalho assalariado em muitos países¹⁰¹;

h) Como podemos observar e paradoxalmente, nos dias atuais, o desenvolvimento das forças produtivas traz em seu bojo uma característica emancipadora já que permite produzir maior quantidade de riqueza com menor quantidade de trabalho. Contudo, sendo o capital não uma forma de acumulo de riqueza, mas sim de valor, o desenvolvimento tecnológico que agregado ao

¹⁰¹Excerto do estudo completo em: *Unrealized Potential: the high cost of gender inequality in earnings* Quentin Wodon and Benedicte de la Briere, May, 2018. Uma resposta pragmática capaz de ilustrar, de certa forma, o espírito do capital. Nesse sentido, e na medida em que não se coloca entaves ao avanço do capital, parece não haver qualquer resistência intrínseca baseada em valores morais contra a integração igual das mulheres ao mercado de trabalho. Não é, portanto, de estranhar que cada vez mais empresas venham abraçando as designadas políticas para a diversidade e igualdade de gênero. Portanto, “companhias têm buscado igualar o número de candidatos e candidatas a conselhos de administração, explica o especialista em seleção de executivos Fernando Carneiro, da consultoria Spencer Stuart: "Ao menos o conjunto de possíveis futuros membros precisa ser composto por homens e mulheres em igual proporção. Mas a decisão final é da empresa." (O Estado de S. Paulo, 11 de novembro de 2014). Cada vez mais países, por incentivo, principalmente, de instâncias como o Banco Mundial, que age através do Estado e de fundações privadas, vêm incentivando uma política de Cotas. Em 2003, a Noruega foi o primeiro país a aprovar uma lei que determinou que pelo menos 40% dos membros do conselho de administração de qualquer companhia devem ser mulheres. Na esteira, França, Portugal, Espanha, Holanda, Bélgica e Itália também aderiram ao sistema de cotas, exigindo inclusive a paridade salarial. No caso das organizações francesas, para evitar a participação feminina apenas a fim de cumprir a regra. No Brasil, o PLS 112/2010, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM), também pôs em discussão a implantação de um sistema semelhante ao da Noruega para empresas estatais e de economia mista. A proposta foi encaminhada em 2013 à Comissão de Assuntos Sociais do Senado, sendo aprovada em 2015. Dona da rede de hotéis Blue Tree, Chieko integra um grupo de 120 empresárias lideradas por Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza. O grupo “Mulheres do Brasil” é ativo na luta por maior participação feminina na alta cúpula das companhias: “Acredito que o equilíbrio na forma de atuar dos homens e das mulheres vai ajudar muito no mundo dos negócios.”

conhecimento científico “revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário do desenvolvimento econômico da sociedade, e, do outro, meio civilizado e refinado de exploração”. (MARX, 1989, p.418). Conseqüentemente, concomitante ao desenvolvimento das forças produtivas assistimos a um avanço da degradação do trabalhador, independentemente do sexo ou da etnia, com aproximação nas condições de trabalho para pior e, como resultado necessário, temos o correspondente aumento da intensificação da exploração da força de trabalho que nos momentos do constante movimento de crises cíclicas (MARTINS, 1999), tem significado um franco retrocesso de direitos trabalhistas. Logo, nas contradições de sua expansão o desenvolvimento das forças produtivas, sob a égide do capital, rapidamente se transformou em mais um óbice para a emancipação dos trabalhadores em geral, pois “enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas [...]” (LÉNIN, 1986, p.622);

i) Acrescentemos que, de um lado, a classe dominante é constituída por indivíduos com características variadas, cuja identidade é demarcada pelo fato de serem os proprietários em constante guerra com a outra classe, os despossuídos de propriedade privada dos meios de produção, que contam apenas com a sua própria força de trabalho para sobreviverem. Como trabalhadores livres (característica também do capitalismo) interessam para a acumulação privada não pelas suas características específicas, mas pela sua capacidade produtiva, ou seja, pela diluição de suas características específicas à produção de valor, o trabalho indiferenciado. O questionamento em relação à premissa de que a discriminação da força de trabalho feminina permaneceria estrutural se inscreve então, para nós, nestas metamorfoses radicais na constituição da forma de produção que vai da sociedade mercantil para a sociedade capitalista, onde a força de trabalho passou a ser, também ela, uma mercadoria.

Como, então, reivindicar o reconhecimento das individualidades num mundo cujo desenvolvimento capitalista se tornou universal e, conseqüentemente, estamos cada vez mais indiferenciados e expropriados fisicamente e psiquicamente em razão da própria extração de mais-valia e da forma trabalho que lhe é inerente? Como seria possível respeitar quem quer que fosse, diminuir a violência num mundo em que a barbárie é crescente e somos cada vez mais colocados uns contra os outros pelas escassas vagas de emprego? Será que o reconhecimento da

individualidade não seria algo mais extenso, ou seja, a restrição ao reconhecimento dos direitos é feita somente para alguns setores com especificidades de sexo e raça, ou a todos os despossuídos dos meios de produção? Até que ponto faz sentido reivindicar o reconhecimento de singularidades sem que se derrube a propriedade privada e todas formas de exploração a ela imanente? Como alcançar a equidade e a ampliação dos direitos numa sociedade totalmente submetida aos ditames do mercado e atravessada pela desigualdade entre os que possuem os meios de produção e os que deles estão despossuídos?

Principalmente na relação de exploração atual, em que a humanidade está cada vez mais homogeneizada à escala global no que concerne às dimensões da exploração, não quer isso dizer que nunca fez tanto sentido se pensar uma estratégia revolucionária tendo por centralidade a classe?

Após todas as ponderações colocadas, consideramos que temos condições para avançar sobre o consistente e complexo campo categorial marxiano para analisar o movimento social-econômico-histórico e a sua relação com o desenvolvimento da luta de classes.

Na próxima seção, fazemos um esforço no sentido de identificar o fundo comum em torno da ideia de uma transformação realmente emancipadora, que, a nosso ver, tem sua atuação numa busca que não se esgota pelo reconhecimento na institucionalidade ou igualdade na venda da força de trabalho.

CAPÍTULO VI

6. FEMINISMO E MARXISMO: DUAS PERSPECTIVAS ANTAGÔNICAS

Neste capítulo, retomamos algumas questões que se referem principalmente ao método adotado por Saffioti e suas incompatibilidades com o materialismo histórico por ela reivindicado. A considerar a teoria do feminismo marxista, em particular a de Saffioti, de complementação necessária ao marxismo, não nos parece ser esta uma exigência que se justifique, posto que não leva em consideração todos os mecanismos do marxismo na análise da realidade em suas determinações. Aqui, ele permanece com potencial explicativo que não nos parece insuficiente para a compreensão das questões referentes aos vetores determinativos que são imanentes ao capitalismo enquanto ele existir. Ao contrário, compreendemos que as análises sobre o “mundo do trabalho” que se limitam ao trabalho concreto é que são insuficientes para que se compreenda a complexidade da exploração capitalista. Temos aí alguns dos princípios das interpretações sobre o método. Vejamos esse desenvolvimento pela obra da própria autora, tendo em conta tudo o que foi descrito e analisado até agora.

6.1 OS INFLUXOS DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO DEBATE DO “EMPODERAMENTO”

Dissemos que Saffioti vai se afastando da vertente marxista e talvez o ponto mais significativo que melhor expressa bem o abandono dessa vertente (ainda que ela não o admita) se encontra nas últimas obras publicadas. Entendemos que a melhor síntese desta afirmação possa ser encontrada nas publicações da autora intituladas: *Gênero e Patriarcado*, de 2001; *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*, 2001; *Quantos sexos? Quantos*

gêneros? Unissexo/Unigênero e Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres ambos publicados em 2009.

Em particular, a crítica elaborada pela autora ao marxismo acabou, a nosso ver, por culminar num relativismo que ela negava e se propunha a superar. Assim, tanto o feminismo socialista quanto os “novos movimentos sociais” acusam o marxismo de que não teria tido a sensibilidade necessária para as questões referentes às dominações que seriam atravessadas por veias de poder que interferem no cotidiano. Por isso, o marxismo vem sendo constantemente interrogado, em razão de suas supostas limitações, sobre a questão feminina ou racial.

Desta forma, como as particularidades, para a autora, não caminham paralelamente, mas de forma entrelaçada, haveria “uma contradição eivada de contrariedade” (SAFFIOTI, 2009, p. 9). Exatamente para ela, como vimos anteriormente, o *nó* é composto de contraditoriedades. Trata-se de um princípio de ordenamento que permite, na diversidade dos pontos, encontrar a lógica comum do entrelaçamento em que: “O nó goza de extrema relevância, porque é, sobretudo ele, regido por uma lógica contraditória plena de contraditoriedade. Sua natureza não pode ser mais simples do que a contraditoriedade contraditória” (SAFFIOTI, 2009, p. 10). Seguindo este caminho, Saffioti compreende que a inserção em espaços estratégicos dentro da institucionalidade pelo “empoderamento” pode ser eficaz em razão das “contradições do próprio sistema.

Na mesma trilha de pensamento, e tendo em conta estas últimas obras aqui citadas, o tema empoderamento¹⁰² começou a ser mais constante nas elaborações feitas pela autora. Saffioti, assim como outras feministas de sua época, afirmam, nesse sentido, a relevância da luta das mulheres na busca por espaços dentro do sistema vigente e de representatividade, o que denomina de empoderamento, por ela considerado como um esforço necessário na medida em que permite

¹⁰²Empoderamento vem de *empower*. Ou seja, de acordo com a língua inglesa, *power* é um substantivo que significa poder para fazer algo, entre outras definições. Por seu lado, *empower*, “de acordo com o *Merriam-Webster Dictionary* (...) foi usado pela primeira vez em 1651(...) No Brasil, “empoderamento é um neologismo” (BERTH, 2019, p. 28). Em outro dicionário, *Cambridge Dictionary*, a mesma palavra teria sido retomada e ressignificada pelo sociólogo Julian Rappaport em 1977, com o seguinte conteúdo: “o processo de ganhar liberdade e poder para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você”.

“atribuir poderes às mulheres, elevando, por exemplo, sua autoestima. Também se empoderam mulheres por meio de ações afirmativas estatais”. (SAFFIOTI, 2004, p.93). No mesmo sentido, ainda que Saffioti entenda que não é suficiente ampliar o campo de representatividade das mulheres, compreende que seria necessário reivindicar para que os governos ditos progressistas dessem respostas para as questões que surgiram por parte dos movimentos feministas, sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Reivindicação que abriu caminho para que feministas, como Heleieth Saffioti exigissem uma posição dos governos petistas, quer através de políticas públicas, quer através da construção de ministérios voltados para a questão de representatividade de mulheres em espaços tradicionalmente masculinos (2004). A autora aqui citada nos apresenta o debate essencial para compreensão dessa questão ao abordar em seus estudos o “empoderamento das mulheres”, que segundo ela passa também por uma luta coletiva, pois a liberdade de todas depende, segundo ela, do fim das opressões.

Trata-se de discernir a influência dessa forma de conceituar as estratégias para formas de empreendedorismo totalmente de acordo com órgãos de exploração internacional, como o Banco Mundial ou o FMI¹⁰³, que, de acordo com a própria ex-presidenta Dilma Rousseff afirma que: “[...] um pouco mais da metade, 58,4% dos 8 milhões de pessoas que usaram, se formaram no PRONATEC, são mulheres. A importância também das mulheres nas bolsas do PROUNI: são 52%. E nos contratos do FIES são 58%” (ROUSSEFF, 2015b, sem paginação).¹⁰⁴ Sobre essa

103Kristalina Georgieva, dirigente do Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu discurso de posse, após se declarar favorável às cotas, colocou a pauta de igualdade de gênero e empoderamento feminino como um dos eixos centrais de sua gestão. Trouxe dados “que indicam que empresas são mais lucrativas com mulheres no comando.” Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nova-chefe-do-fmi-defende-trabalho-implacavel-contra-desigualdade-de-genero,70003051156>>. Vai ao encontro do estudo disponível em: <<https://valor.globo.com/carreira/noticia/2019/10/16/mulheres-cfos-geram-us-18-tri-a-mais-de-lucro-do-que-homens-no-cargo.ghtml>> sobre: “Mulheres CFOs geram US\$ 1,8 tri a mais de lucro do que homens no cargo”, apresentado pelo jornal Valor, que coloca as mulheres empreendedoras como um investimento necessário para a expansão do capital.

104 Nosso objetivo não é discutir os projetos do governo petista, mas vale a ressalva sobre a fala da presidenta Dilma em relação à ênfase para uma educação imediatamente voltada para a inserção no espaço da exploração da força de trabalho, que coincide em ser também espaços educacionais cuja maioria de frequentadoras é feminina, onde a formação está totalmente adequada aos interesses do avanço capitalista. O PRONATEC, por exemplo, teve como consequência uma extensão imensa de verba pública para interesses privados, em particular para o sistema S. Passou, após a aprovação do projeto em 2011, a haver um aumento significativo das “vagas gratuitas” compradas com dinheiro público para o privado. O PRONATEC está ainda vinculado ao pensamento liberal de Amartya Sen, que consiste em apostar na ideia do empreendedorismo com liberdade; para isso, o indivíduo precisa

questão, ainda no primeiro governo de Lula se deu o crescimento significativo com relação às pautas específicas de empoderamento pela relação de investimento por parte do Banco Mundial:

Conforme o INESC, em 2004 as verbas do Banco no Orçamento da União totalizaram R\$ 576 milhões e, em 2005, o Projeto de Lei do Orçamento registra um salto para R\$ 5,97 bilhões: um crescimento de 1000%! Assim, distintamente das expectativas, a presença do Banco é mais ampla do que com Cardoso (...) focalização do/no ensino fundamental, conversão das escolas em lócus das políticas assistenciais (Bolsa Família, por exemplo), adestramento da força de trabalho (...) (LEHER, 2005, p.48).

Assim, o último ciclo petista de 2002-2016 foi aquele que teve como marco diferencial a proposta de avanço em relação ao que definimos por políticas identitárias vinculadas ao que se passou a denominar como empoderamento: das mulheres, dos LGBTs, da população afrodescendente etc. Para sermos mais rigorosos, o processo teve início, principalmente a partir de 1979, por incentivo da fundação Ford¹⁰⁵, no caso específico do Brasil. Foi nesse sentido que Saffioti se tornou uma convicta defensora das políticas públicas para as mulheres¹⁰⁶ e participou

ampliar seu capital humano aumentando sua formação, ou seja, acessar a uma maior quantidade de conhecimento. Esse seria um passo para acabar com a pobreza, sem que para isso fosse necessário tocar nos fundamentos da desigualdade, ou seja, nos pilares que sustentam o capitalismo e que “[...] a ampliação de benefícios sociais só pode ser garantida mediante a capacitação ou ‘empoderamento’ das pessoas, principalmente as mais afetadas pela miséria” (MAURIEL, 2010, p. 176), incluindo o maior acesso à escolarização e qualificação.

105A partir de 1979, a fundação Ford passa a “apoiar associações voluntárias e instituições voltadas para atividades sociais como, por exemplo, a Associação Brasileira para a Reforma Agrária — ABRA, a Comissão Pró-Índio, o SOS-Mulher, bem como associações e instituições voltadas para o desenvolvimento cultural. Entre as últimas se beneficiaram, principalmente, as associações e centros culturais voltados para o desenvolvimento da cultura afro-brasileira”. No geral a fundação Ford acompanhou cronologicamente o avanço da pesquisa acadêmica dentro das ciências humanas, tornando-se uma das principais financiadoras. A mudança de estratégia da Ford coincide, como já mencionamos, com a entrada e participação crescente do CNPq e da Capes no financiamento das Ciências Sociais. Continuou nos governos petistas em conjunto com o empresariado nacional. No caso da educação superior com O Movimento Todos Pela Educação (2015) que passou a determinar os quadros “para ocupar cargos estratégicos no MEC” (SILVA, 2019, p.394).

106Assim como a fundação da **Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM)**, fundada em 2003, que é um órgão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos(MMFDH), cuja função consiste em estabelecer políticas públicas para as mulheres no Brasil. A descrição sobre o objetivo central é a defender a igualdade entre mulheres e homens pelo combate a todas as formas de preconceito e discriminação herdadas duma sociedade patriarcal e excludente. Em 2 de outubro de 2015, a Secretaria foi incorporada ao então recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), unindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. (Essa fusão de ministérios resultou da reforma com redução de 39 para 31 ministério, durante o governo Dilma, em 2015). Em maio de 2016, o presidente interino do governo de Temer extinguiu o MMIRDH e atribuiu suas funções ao Ministério da Justiça, que passou a se chamar oficialmente Ministério da Justiça e Cidadania. (Ministério. Zero Hora,

ativamente da elaboração de projetos voltados para esse fim. Como expressão desses projetos, temos o estudo realizado em 2005, ano em que foi executado um documento com o título: *Empoderamento das mulheres – Avaliação das Disparidades Globais de Gênero* (FEM, 2005)¹⁰⁷. Neste documento podemos encontrar os principais embasamentos referentes no que passou a definir como empoderamento feminino vinculado a propostas políticas e os eixos centrais orbitam em torno de quatro questões: participação econômica, empoderamento político, acesso à saúde e educação. Podemos sistematizá-los da seguinte forma:

a) Empoderamento pela participação econômica: Faz referência à inclusão das mulheres como vendedoras da força de trabalho, de forma a permitir o aumento da participação feminina na renda familiar, superando as discrepâncias ainda existentes entre mulheres e homens;

13 de maio de 2016). De 2016 a 2017, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres foi comandada pela ex-deputada Fátima Pelaes, do PMDB Mulher. Em 2018, Andreza Colatto, também do MDB Mulher (SC), foi indicada à secretária Nacional de Políticas para Mulheres. A ex-deputada Tia Eron assume a pasta no começo de 2019.

107 Ainda no governo FHC, mais precisamente em 1997, havia sido criada a primeira lei de cotas no Brasil (Lei nº 9.504/97) que se propunha a criar espaços de representatividade iguais para mulheres e negros. Questão aprofundada nos seguintes governos. Nesse contexto, vale destacar os projetos alavancados nos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) e (2015-2016), no país. O então presidente Lula criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (BRASIL, 2003). Porém, competência desta secretaria foi definida somente em 2010, por meio da Lei nº 12.314, art. 22, que altera a lei anterior, transformando a SPM em ministério. (BRASIL, 2010). Em 2004, transformado em Ano da Mulher, o Governo Federal, sob a coordenação da SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), convoca a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, precedida de conferências estaduais e municipais. Foi através da fundação da SPM que começaram a alcançar mais dimensão e, conseqüentemente, as políticas de gênero começaram a ganhar espaço. Em 2012, foi criada a Coordenação Geral da Diversidade, que retoma a promoção de políticas públicas para as mulheres e suas diversidades. Todas as secretarias se pautaram nas determinações da Organização das Nações Unidas (ONU), que no ano de 2002 promulgou a Declaração do Milênio. Entre as metas estabelecidas está a erradicação da extrema pobreza e da fome, a promoção da igualdade entre os sexos, a autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental por meio do denominado empoderamento das mulheres (PNUD, 2012). Em 2010, a Assembleia Geral da ONU criou, por unanimidade de votos, a ONU Mulheres, órgão encarregado de acelerar os processos para alcançar a igualdade de gênero e fortalecer a autonomia das mulheres. (ONU, 2013). A última edição do programa voltado para as políticas públicas das mulheres (2013- 2015) foi elaborado pelo Programa Nacional Mulheres Mil no Brasil, visto como fundamental no enfrentamento da desigualdade de gênero no País, principalmente no combate à desigualdade no mercado de trabalho e “garantia à autonomia econômica das mulheres por meio da oferta de cursos de capacitação e a ampliação da oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social”. Cabe destacar que “a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), em vigência desde 22 de setembro de 2006, instaurou, no cenário político e jurídico nacional, mecanismos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres.”(Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593_ARQUIVO_artigomundodasmulheres.pdf)

b) Empoderamento pela representatividade na esfera política: Através de políticas públicas voltadas para as mulheres ou pelas cotas, que permitem uma maior participação das mulheres nas esferas de decisão política;

c) Empoderamento pelo acesso à formação escolar: Diz respeito à constituição de um caminho que torne o empoderamento “realmente” possível. Associam educação de qualidade a sucesso no mundo do trabalho;

d) Empoderamento pelo acesso à saúde pública: Vincula-se às questões de segurança e direitos reprodutivos, com relação à dignidade individual, como o direito à interrupção voluntária da gravidez, por exemplo.

São estes pontos sobre os quais se embasam a definição de empoderamento, na qual Saffioti passou a desenvolver seu marco teórico e suas reivindicações militantes, ou seja, nos marcos do capital, que seriam concretizáveis através de políticas sociais. Assim sendo, o designado *empoderamento* em muito tem influenciado e vem sendo também ele construído pelas pautas referentes ao feminismo e às lutas específicas das identidades, opressões etc.

Por essa razão, ao tomar a obra de Saffioti em seu conjunto chegamos ao processo de aproximação com as pautas dos novos movimentos sociais. Sobre essa questão do empoderamento consideramos necessário detalhar um pouco mais no próximo item.

6.2 FETICHE DO EMPODERAMENTO

Gostaríamos agora de ir ao encontro do que Carvalho (2013), em sua análise sobre os projetos de empoderamento petistas, descreveu como “fetiche do empoderamento”, que configura como uma formação da hegemonia, através do empoderamento, para superar a exclusão social. A partir desta denominação faremos algumas observações sobre a relação entre esse “fetiche do empoderamento” e a retomada da temática luta de classes, fazendo a separação entre esta luta e a valorização dos espaços de disputa simbólica.

Com relação ao descrito, vamos aprofundar um pouco mais sobre a designação e, em concordância com Ivy de Carvalho, pretendemos articular o termo empoderamento à noção de fetiche, que ela descreve por “fetiche de empoderamento”. Nesse sentido, o ciclo expansivo dos

governos do PT, tão elogiados (inclusive por Saffioti) pelo avanço em relação às pautas feministas, vale a pena lembrar que, tal como já vinha sendo feito em décadas anteriores essa incorporação de pautas específicas através de cotas, de legislação favorável à inserção da diversidade dos espaços de exploração do trabalhador, em concursos públicos etc., integram “o pacote de “estratégias ideológicas” do Banco Mundial e do FMI para enquadrar o Brasil nos novos modelos de extração da mais-valia, através da criação de “novos consensos”, administração de conflitos e pactos sociais”(CARVALHO, 2006, p. 56) e, como veremos mais adiante, em nada abalaram a hierarquia de classes já que se eximiram de tocar na distribuição da propriedade privada deixando a “dívida social” não a cargo dos verdadeiros responsáveis, ou seja, a classe dominante, mas a cargo dos próprios trabalhadores.

O fio condutor proposto por Saffioti sobre o empoderamento procede, como vimos de forma breve no capítulo 2, da sua aproximação de autores como Michel Foucault e a compreensão de que o poder seria algo que flui nas mais diversas formas de relações que atravessam toda a estrutura social através do que ele denominou de: *microfísica do poder*, o poder como algo individual e coletivo, relações que se expressariam num sujeito político cuja autoafirmação passa pela sua localização na esfera da política. Esse “assumir poder” seria, nesta lógica, uma forma de enfrentar o tornar-se “um corpo dócil, que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado”. (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Neste registro, a teoria do empoderamento permanece vinculada ao que se passou a definir por grupos subalternos, minoritários, excluídos. Desta forma:

O empoderamento, assim como o lugar de fala, coloca-se em uma posição estratégica de descortinador da bipolaridade social, que ao mesmo tempo anseia pela igualdade em um sintoma confuso de crise ética, mas não se mostra disposto a olhar para seus acúmulos e questioná-los no sentido de promover um recuo em nome de uma transformação social completa e possível. (BERTH, 2019, p. 65)

Considerando ainda a prática de políticas para o empoderamento, esta abordagem se estenderia para a esfera econômica através das políticas públicas voltadas à integração de pessoas e grupos considerados à margem. No mesmo sentido, empoderamento seria uma espécie de democratização de recursos econômicos e políticos, “entre os quais a participação como cidadão e cidadã na discussão pública é a principal ferramenta” (BERTH, 2019, p. 83).

Esse processo de “empoderamento” ou de “dar poder” tem por base uma proposta de transformação baseada em princípios vinculados a uma estratégia de manutenção da sociedade burguesa. Trata-se duma compreensão que remete a uma falsa ideia de que seria possível tomar o poder individualmente, “ser dona de seu trabalho”, “seu tempo” ou “ser capaz de tomar um poder que não lhe pertence”. Por conseguinte, “reatualiza-se com novas facetas o discurso individualista-liberal de que todos os sujeitos são dotados de aptidões e habilidades vocacionais que devem ser desenvolvidas ou estimuladas” (CARVALHO, 2006, p. 205). Os laços assim constituídos contribuem para a manutenção da alienação do sujeito trabalhador/a em relação à sua condição efetiva no seio da classe a que pertence. Resulta num tipo de desenraizamento de classe pela ilusão de que através do empoderamento passa a ser possível à trabalhadora assumir as rédeas de seu trabalho, ser sua própria patroa, ao mesmo tempo, que se mantêm práticas de desigualdade, já que os efetivos responsáveis pela desigualdade de acesso ao poder real permanecem intocados.

Ainda, o conceito ideológico do “empoderamento” alia-se a outros conceitos “prenhes da ideologia dominante: “cidadania ativa”, “capital social”, participação cidadã, colaboracionismo, empreendedorismo, “economia solidária”, “terceiro setor”, entre outros. (CARVALHO, 2006, p. 206).

Daí, esta análise do empoderamento nos leva a algumas observações necessárias para extrair o que nos parece o desfecho desta constituição ideológica que resulta do “fetichismo do empoderamento”. Concordamos com Carvalho:

[...] com a aparência “progressista” de “ampliação de poder”, ele acaba sendo incorporado por organizações dos trabalhadores como dispositivo político de aumento da consciência de classe, mas em seus fundamentos a dilui em uma identidade cidadã e mistifica o papel político-econômico que tem enquanto projeto a serviço do capital. (...) Há ainda uma contribuição do Projeto do Empoderamento no processo de apassivamento da classe trabalhadora e suas organizações, haja vista que o trabalhador toma para si tarefas que cabem a instituições orgânicas que reivindicam demandas da classe. (CARVALHO, 2013, p. 207)

O fio condutor aqui proposto sobre a relação entre empoderamento e feminismo procede do fato de considerarmos que há o aprofundamento de uma ilusão que dificulta a identificação do indivíduo trabalhador com uma classe à qual pertence. Uma segunda observação se vincula às relações intrínsecas entre os projetos de empoderamento e as metas do Banco Mundial em associação com os Estados nacionais em que:

(...) o capital toma o “empoderamento” como instrumento de gestão de pessoal visando aumentar a extração de mais-valia do trabalhador (responsabilizando-o mais por suas ações na empresa); os sujeitos são chamados a sair sozinhos da situação social que se encontram, havendo deste modo a apologia ao empreendedorismo e ao autoemprego como alternativas (CARVALHO, 2013, p. 206).

Por fim, ainda de acordo com Carvalho, a razão fundamental deste fetiche, em específico, reside em que:

[...] o poder do Estado, sujeito das políticas e programas sociais, aparece como autodeterminado e, ao mesmo tempo, neutro para seus cidadãos. Dessa forma, oculta-se no reino da aparência seu caráter de força política alienada e instrumento de dominação classista. (2013, p.207)

Assim, a explicitação desta lógica de “empoderamento” é responsável pelas seguintes consequências:

– O fortalecimento do discurso que anula a existência de classes em virtude do discurso de “colaboradores”, “empreendedores”, de que supostamente através do mérito e qualificação se poderia conquistar um lugar de poder no capitalismo, o que claramente tem por objetivo jogar obnubilar as relações de exploração. Relações estas que não só permanecem como se intensificam pela concentração da propriedade privada. Situação que favorece a manutenção da mistificação colocada por uma exploração capitalista que “longe de ser mais transparente que outras formas, é mais opaca que qualquer outra”, (WOOD, 2013, p. 228). Desta forma, os “novos” discursos promovem a hegemonia ideológica do capitalismo “ao mascarar sua tendência intrínseca a criar subclasses” (WOOD, 2013, p. 229). Essa interpretação vai ao encontro da ideia de que as categorias de classes sociais e luta de classes já não dão mais conta de explicar o real, visto que em suas concepções o que existem são grupos identitários, lutas particulares e um cenário transclassista;

– O termo empoderamento advém de desejos de cooptação pelas reformas do movimento aparente do próprio capitalismo e sua classe dominante; ainda, há uma relação clara de sua propagação com as necessidades “de velamento do real, visto que sua materialidade e funcionalidade político-econômica são obscurecidas, de modo que se responsabilizam os pobres pela situação social” (CARVALHO, 2013, p. 207);

– Como todos os conceitos de interesse da classe burguesa, também o termo “empoderamento” se apresenta como se fosse de interesse universal, já que emerge com slogans

como “cidadania”, “igualdade de oportunidades”, porém “em sua essência, configura-se como um projeto alinhado aos interesses do capital, explícitos nas orientações do Banco Mundial” (CARVALHO, 2013, p. 207);

– Como leva à ilusão de que as causas da pobreza são outras que não as da própria lógica do capital, resultam em saídas inócuas, pois são essencialmente particularistas, totalmente ineficazes em relação à transformação do próprio sistema. Além desse convencimento-apassivamento gera, ainda, a “responsabilização e culpabilização” do trabalhador através do discurso de um suposto acesso a uma certa autonomia (CARVALHO, 2013, p. 208).

Se aparenta ser uma estratégia progressista para derrubar opressões entrecruzadas é, na verdade, um projeto extremamente nebuloso, eficaz na desresponsabilização do Estado e do Capital, no aprofundamento da pobreza e desigualdades, que por se apresentar como progressista é constantemente utilizado pelos diferentes polos do espectro político.

As formas apresentadas que justificam porque definir como “fetiche de empoderamento” se legitimam também porque não passam de fórmulas que pretendem estagnar, entre outros objetivos, a possibilidade de frear conflitos que pela vertente dos sujeitos coletivos podem ter impactos amplos nas estruturas, além de permitirem a manutenção da ordem social e, ainda, agregarem novas vendedoras de força de trabalho que disputem, de forma igualitária, a venda por postos de trabalho cada vez mais precarizada.

No caso estudado pelo feminismo marxista, falamos do indivíduo mulher trabalhadora e o papel que esta cumpre na engrenagem da exploração. O que significa, afinal, compreender o sistema capitalista como algo intrinsecamente contraditório? O que significa compreender o sistema como algo que contém em seu ventre aquilo que pode aniquilá-lo? Estas questões nos levam a pensar no significado de totalidade, que tem sido constantemente deturpado e renegado em prol das análises sociais através da micropolítica.

É preciso, com efeito, analisar quais as implicações políticas do feminismo para a luta de classes. Se o pensamento feminista socialista parece radicalizar o socialismo clássico, podemos dizer que essa própria tentativa de radicalização, de ir além do marxismo, que está também na origem, no que nele passou a ser específico, isto é: a convicção de que não há leis gerais, de que não há determinações na constituição da sociedade capitalista. Neste sentido, não há também aqui

um movimento na direção da fragmentação que pulveriza a unidade e possibilite compreender o sistema capitalista como uma totalidade? Não estaríamos, assim, mais perto do campo pós-moderno do que na organização efetivamente revolucionária, anticapitalista?

É neste sentido que procuramos elaborar uma crítica radical das organizações políticas.

Escutemos Thompson:

Os intelectuais da esquerda, se é que não estão realmente aceitando o capitalismo como o melhor dos mundos possíveis, pouca esperança têm de qualquer outra coisa além de um pouco mais de espaço entre os interstícios do capitalismo e esperam, na melhor das hipóteses, apenas as resistências mais locais e particulares. E há outro efeito curioso de tudo isso: o capitalismo vem se tornando universal, aceito de forma tão completa como algo natural que está se tornando invencível. (...) Se o capitalismo de fato triunfou, poder-se-ia pensar que agora, mais do que nunca, precisamos de uma crítica a esse sistema. Por que será este o momento exato para se adotar formas de pensar que parecem negar a própria possibilidade não apenas de ultrapassar o capitalismo, mas mesmo de compreendê-lo criticamente? (THOMPSON, 1994, p. 21)

No mesmo sentido, se Marx foi, ao longo de sua vida, abandonando o idealismo e substituindo-o pelo materialismo através da aproximação com a economia política, Saffioti, ao longo de seu percurso intelectual, fez o caminho inverso. Como vimos, análises baseadas na economia política de Marx foram sendo substituídas pelos autores da designada vertente estruturalista e pós-estruturalista. Ora, a forma de resolver, por parte da autora, seria a de “acrescentar” ou “complementar” o marxismo, mais especificamente a teoria de Marx, com a teoria do feminismo; de combinar os aspectos objetivos e subjetivos, articulando-os através de conceitos agregados ao marxismo. Indo ao encontro com o que se coloca como a esquerda que realiza a moda, em anos recentes, de identificar organizações de esquerda marxista como se se tratasse de organizações machistas, racistas etc., por que não fariam a mediação com as particularidades?! Com isso, movimentos se desgastam entre discussões identitárias, sobre múltiplas opressões sem a devida definição do que efetivamente se trata. No máximo, reivindicam um lugar ao sol no capital.

Portanto, o que nos interessa não é opor ao campo categorial de Saffioti as referências de Marx, mas antes interrogar sobre as condições de produção, dos trabalhadores reais, “daquilo que são na realidade, isto é, tal como trabalham e produzem materialmente” (MARX, 1980, p.24-26).

O que está, portanto, além desta névoa que nos envolve?

Assim, sobre a definição de fetiche e, de uma forma breve e também insuficiente, é em Marx, mais uma vez, que encontramos as análises que correspondem à nossa reflexão aqui feita. Pois consideramos que é um conceito com corpo teórico abrangente que nos permite, concordando com Carvalho, desmistificar o termo *empoderamento*. Como vimos nas teses do Fórum, trata-se de uma proposta elaborada que nos dá uma dimensão do princípio do pluralismo referente ao:

[...] aumento de poder dos indivíduos para saírem da situação social precária na qual se encontram – descolando-os das bases materiais e das relações sociais que permeiam subjetiva e objetivamente suas vidas – também vela e mistifica as determinações que o envolvem, bem como as relações de poder entre capital/trabalho no capitalismo contemporâneo e o processo no qual se universaliza a coisificação dos sujeitos. (CARVALHO, 2013, p. 124)

Quando Marx vai discutir o fetiche do capital, o faz em sua relação intrínseca com as práticas reais do capital. Trata-se, portanto, de um conceito chave que aparece no primeiro capítulo do livro I do *Capital*. Em linhas gerais, podemos dizer que fetiche se refere ao poder que as mercadorias adquiriram no mundo capitalista, na medida em que elas passaram a determinar a vida humana, e não o contrário. É no “como” (relações de produção) e em que condições (modo de produção) que se realiza o trabalho que pode ser compreendido o fetiche, a ideologia e a alienação. Como dissemos, as alienações não são uma questão da consciência, mas sua raiz é mais profunda, nas próprias relações de produção e, portanto, na propriedade privada dos meios de produção. Talvez devamos buscar aí as explicações para as várias formas de violências e discriminações e, por isso mesmo, não é pela modificação no plano do discurso e/ou das leis referentes ao empoderamento que caminharemos no sentido de uma sociedade mais democrática e diversificada. Assim, essa busca por desvendar o mistério que está na base do fetiche corresponde ao conjunto das relações sociais em que os próprios objetos fabricados pelos seres humanos se alienam de seus produtores, que, por seu lado, reduzem-se à mercadoria força de trabalho e se afastam do objeto produzido. Ou seja, as mercadorias que passam a se relacionar entre si, das quais emerge o valor. Falamos aqui do fetichismo que confere às relações entre pessoas a aparência de relações entre coisas. Esta interpretação, que tem, em Marx, analogia com o reino nebuloso da religião, surge, ainda que de forma embrionária, nas já conhecidas *Teses sobre Feuerbach*. Nessas teses, Marx, em sua crítica a Feuerbach, afirma o seguinte: “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais” (2007, p. 32). Para Marx e Engels, portanto, toda a estrutura do fetiche e reificação do ser humano está vinculada à forma de

produção e reprodução do capital. Então, o fetiche vem da própria base material, emerge do modo de produção da vida material e, conseqüentemente, determina o processo de vida social, política e intelectual (MARX; ENGELS, 2007), que, por sua vez, vincula-se com a ideologia, cuja origem é a mesma. Devemos acrescentar, neste aspecto, que Marx não está interessado em entender a manipulação, mas, antes, em compreender qual o segredo da mercadoria e a forma como a estrutura econômica da sociedade, que é, de acordo com ele, “a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. (MARX e ENGELS, 2007). Assim, é o ser social que determina a consciência, e não o contrário, e essa alienação expressa-se das mais variadas formas, como, por exemplo, através das formas políticas que ideologicamente aparecem como autônomas, mas que se trata de uma consciência social que está umbilicalmente ligada à sua época histórica.

Por seu lado, e como já verificamos, as mercadorias nada mais são do que intermediárias. É a partir das quais se realizam as relações entre os seres humanos. Então, há um elemento comum incontornável que impede a relação direta entre os seres humanos. E, em relação a isso, não há escapatória possível na sociabilidade atual, a determinação está dada – é o próprio valor embutido na mercadoria e na conseqüente valorização do valor na exploração capitalista. Essa questão analisada por Marx repõe um fundamento do sistema capitalista, ou seja: para nos realizarmos minimamente precisamos ao mesmo tempo comprar e vender, e como as mercadorias, “não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias” (MARX, 2017, p. 159).

Verificamos também que é crucial para a realização da produção e reprodução do capital a conversão da força de trabalho em mercadoria. À medida que se verifica o crescimento das relações de propriedade capitalista, as características úteis tanto dos proprietários privados quanto dos vendedores da força de trabalho passam a ser indiferentes para a lógica de acumulação privada que tudo subsume aos ditames da mesma. Entretanto, a mais-valia tem origem por meio da troca da mercadoria força de trabalho, responsável pela produção de valor em seu incremento com o desenvolvimento das forças produtivas.

O essencial de seu conteúdo, como vimos no capítulo anterior, é o que determina o valor de troca; não é o valor de uso, mas sim a substância que constitui cada mercadoria, ou seja, o trabalho abstrato, socialmente necessário, medido em tempo. A partir daí, e pela trilha de Marx,

chegamos ao conceito de valor e seu equivalente geral. Quando falamos de capitalismo, tendo em conta as leis universais do mesmo, temos que descrever as classes, e dentro desse setor as relações que se estabelecem no vínculo da exploração com a produção de valor, e o trabalho produtivo de capital que não mais se delimita ao trabalho concreto, cuja determinação, pela valorização do valor, lhe confere um lugar nessa engrenagem que o capital organiza de acordo com seus interesses e fins, “como meios de vida, e a vida, à qual servem de meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização” (MARX, 2012, p. 108).

Sob esta perspectiva, uma das questões fundamentais permanece relacionada a como à forma trabalho acopla a si a produção de valor – o trabalho produtivo de capital. Correlativamente, esta submissão real do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho com seu concomitante e contínuo desenvolvimento das forças produtivas sinaliza uma mudança importante, que reverbera profundamente na esfera cultural, em nível universal.

Como já descrevemos, não há nada na sociedade do capital que esteja fora da sua lógica; antes, tudo está integrado, incluindo efetivamente todas as relações sociais, que estão submetidas a ele e suas necessidades expansivas de extensão e acumulação de mais-valor. Portanto, esta necessidade da busca constante e crescente de valorização do valor, “onde o sujeito trabalhador não importa para o capitalismo, importa-lhe somente, sua capacidade de explorar.” (MARX, 1985, p. 344), é responsável por que a própria força de trabalho, a energia psíquica e física do sujeito, transforme-se em mercadoria submetida à lógica de acumulação de valor. É esta reificação do sujeito para o qual as características úteis são indiferentes em que o sujeito, aqui, é acima de tudo o valor que prolonga a negação da sua individualidade enquanto vendedor da força de trabalho, portanto, no processo de alienação do valor de uso de sua força de trabalho para o capitalista. Aliás, no item III *A forma valor ou o valor de troca*, do capítulo primeiro do *Capital*, Marx vai descrever especificamente a forma valor. Ora, é nestas circunstâncias em que a afirmação do trabalho produtivo tem por reverso a degradação do trabalhador, e conseqüentemente a impossibilidade de afirmação da individualidade no momento da alienação do valor de uso de sua força de trabalho para o capitalista. Situação que se inscreve no quadro da economia hodierna de “personificação das coisas, e materialização das relações de produção (relação entre coisas) a materialização das determinações sociais de produção e a personificação de seus fundamentos materiais”(MARX, 1985, p. 35).

Após denunciar o caráter do inerente ao trabalho produtivo, Marx vincula a essa condição imposta por este modo social de produção (marcado pela divisão social do trabalho) formas determinadas de relações. Nesta submissão real do labor ao capital são, portanto, os instrumentos de produção que passam a usar o trabalhador, e não o trabalhador que se utiliza dos meios de produção, e, como tal, consomem o trabalhador “como fermento de seu próprio processo vital. E o processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente” (MARX, 1985, p. 355).

Tanto assim que

Todos os meios de desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e de exploração deles; eles mutilam o trabalhador, tornando-o um fragmento de homem, degradam-se ao nível de um apêndice da máquina (...) sujeitando-o durante o processo de trabalho, a um despotismo tanto mais odioso quanto mais humilhante; eles transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, esmagando sua esposa e filhos sob as engrenagens do capital (MARX, 1987, p. 337).

Assim definida a mercadoria e a relação de trabalho a ela submetida, alcançamos uma pista fecunda para compreendermos de onde advém esse fetichismo. Pois, a mercadoria e “a relação de valor dos produtos de trabalho em que ela se representa não guardam, ao contrário, absolutamente nenhuma relação com a natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*]” (MARX, 2017, p. 147) que daí advém. O dinheiro põe um véu sobre as relações sociais, ele mascara o que se esconde por trás das coisas, o próprio operário desconhece “esse fato extraordinário: que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário”¹⁰⁸(MORAES, 1959, p. 185). A esse processo Marx denomina de “fetichismo, que se cola aos produtos de trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”. (MARX, 2017, p. 147-148). Assim especificados, os desígnios da produção não permitem que na aparência se desnude o processo que nos determina, a nós enquanto humanidade. Acrescentemos que uma das consequências desse processo reside no fato do próprio ser humano que, embora produtor, não é o protagonista ou o sujeito do processo.

Assim como o fetichismo acoplado à lógica da mercadoria produz uma ideologia que naturaliza, oculta e inverte o mundo que a produz, podemos dizer que a lógica de empoderamento

¹⁰⁸Em alusão à magnífica poesia *Operário em Construção*, de Vinícius de Moraes.

que está na base das reivindicações associadas às políticas de inclusão também correspondem a um mecanismo ideológico, no sentido de falsa consciência, que oculta ou ofusca as relações sociais que o determinam e às quais essa condição das trabalhadoras está alicerçada. Passamos a ter uma mistificação em torno da condição das mulheres trabalhadoras, mais especificamente em relação à questão da dominação sexo-gênero, pois se dá a entender que os avanços políticos em pautas inclusivas estariam representando avanços na direção rumo a um mundo mais humanizado. Assim, deste ponto de vista, o discurso de Saffioti se faz constantemente ambíguo, o que acaba contribuindo para reforçar a mistificação “política de que igualdade cívica significa não haver classe dominante no capitalismo” (WOOD, 2013, p. 241). Na sequência, Wood descreve que esses projetos, ao serem incorporados por movimentos sociais, acabam sofrendo um certo recuo na reivindicação por conquistas substanciais, vinculando-se a projetos político-econômicos a serviço dos interesses capitalistas. O que faz com que acabem por adotar uma forma de organização que aprofunda o individualismo sobre a questão social, e ainda reforça conceitos como exclusão e inclusão social, capital social etc. O que, como descrevemos anteriormente, contribui para velar ainda mais os fundamentos responsáveis pelas discriminações na sociedade capitalista (CARVALHO, 2006). Eles contribuem para a manutenção da reprodução da força de trabalho em condições precarizadas, através de uma formação política conservadora, em detrimento do que podemos definir tradicionalmente por organizações coletivas ou sujeitos coletivos. Carvalho demonstra que o empoderamento é mais que um conceito, é “[...] um projeto com conteúdo e concretude, com funcionalidades econômicas e políticas” (CARVALHO, 2013, p. 146). Logo, quando as classes dominantes se demonstram predispostas a acatar este tipo de reivindicação, fazem, com isso, com que a crítica não lhes seja uma ameaça, mas, pelo contrário, contribui para a manutenção do sistema, pois mostra que o capitalismo está aberto à crítica e à diversidade – desde que não interfira com a relação de propriedade privada. Além de dar a ilusão de que está disposto a mudar, colocando-se como possível aliado e não como inimigo, mais uma vez reforça a ideia de que é possível um capitalismo humanizado. No mesmo sentido, no passado, “quando a CIA investia em intelectuais que faziam críticas inofensivas aos EUA, mostravam que o “país da

liberdade”, diferentemente da URSS (segundo a narrativa deles) ” (DOMINGUES, 2020)¹⁰⁹, ao invés de censurarem seus supostos opositores deixava-nos “livres para criticá-los; tudo isso como cortina de fumaça enquanto perseguiam, torturavam e assassinavam os verdadeiros opositores. ” (DOMINGUES, 2020). Como objetivo, as classes dominantes almejam garantir a reprodução material do capital e, claro, evitar a qualquer custo a possibilidade de parte das classes exploradas colocar em xeque a sociedade de classes.

Portanto, a questão aqui está em demonstrar como quando se perde o foco na centralidade que representa efetivamente uma arma contra o capitalismo, como as questões essenciais em relação à disputa do poder efetivo, ou seja, de derrubada da propriedade privada como forma de controlar a produção, vão sendo distanciadas da arena da luta de classes e remetidas a segundo plano.

6.3 CLASSE TRABALHADORA: O EPICENTRO DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Sendo que a sociedade capitalista organiza a mais-valia e o lucro a partir da exploração da força de trabalho no mundo inteiro, em decorrência uma massa gigante de trabalhadores depende de vender sua força de trabalho para sobreviver. Posta assim a tese, essas dimensões particulares como reivindicações da singularidade, que é a exploração da mulher trabalhadora, dão-se pela própria exigência da lógica de expansão capitalista, em sua forma de extração da mais-valia. Neste sentido, essa particularidade só pode ser compreendida como parte inserida numa totalidade que é a classe, não há regras próprias de uma subjetividade fora da materialidade que a constitui.

Ou seja, a compreensão das características específicas do capital no século XXI e suas particularidades requer que se siga o trajeto elaborado por Marx na obra O capital, só assim é

¹⁰⁹Disponível em: https://lavrpalavra.com/2020/01/14/por-que-parte-da-esquerda-abraca-a-conservadora-hannah-arendt/?fbclid=IwAR0UEi9SkDMHpMMCoCt0_JWUNcLtUMIV-ueU5uwmBtoM5ySjM2gZku6E6hg. Acesso: 10/01/2020.

possível “desvendar as leis gerais que regem o movimento contraditório do capital, quer dizer, a universalidade do capital” (TUMOLO, 2019, p. 2). Esforçamo-nos, pois, ao longo da tese, no sentido de demonstrar o fundo comum que permite vincular as leis determinantes do sistema, de forma a realizar a síntese das particularidades da classe em torno de algumas questões centrais.

Desta relação sobre o método construído por Marx, o tema da totalidade, ainda que suscetível a variações, permanece dentro do quadro histórico a que nos remete o autor. Podemos dizer que se trata de um conteúdo radical que é, para Marx, a substância explicativa das relações entre os indivíduos e que está para além do próprio indivíduo e, portanto, trata-se de uma relação histórica, mas que também é individual e particular. Esta aparente ambiguidade poussa sua centralidade nas relações postas entre o proprietário privado dos meios de produção e o trabalhador assalariado, relação insuperável na totalidade que é o capital. Diz Marx, “suprimam estas relações e terá sido destruída a sociedade inteira” (1976, p. 81). Assim, por mais que possam existir clivagens, isso advém de uma determinação mais radical que está condicionada à nossa condição de classe; por sua vez, todas as individualidades estão determinadas pelo modo de produção.

Portanto, o método de Marx aqui reivindicado

(...) é constituído por dois caminhos: o de ida, que tem semelhanças parciais com o da economia política, que vai do que ele denomina de “concreto idealizado”, a população à determinação mais simples e o de volta, que vai da determinação mais simples, a mercadoria, à população, agora reproduzida e entendida como “concreto pensado” (...) e no ponto de chegada. (TUMOLO, 2019, p.15)

Dessa descrição do método, a base de material de Marx, seu objeto de investigação era, portanto o próprio capital. Acrescentamos a afirmação de Marx, para o qual o concreto é o concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto pensado, e não mais o concreto aparente, aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida real e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação¹¹⁰. Assim, Marx elege um objeto que é universal, ou seja, o Capital. Não está em busca de compreender uma particularidade capitalista até porque

o objeto de investigação do Marx não era o capitalismo incipiente, o que ele procurou apreender é o ser do capital e, principalmente, as leis universais que regem o capital. Por isso, todo o universo que elaborou ao longo de seu método tem uma validade explicativa. Neste sentido, para Marx, a totalidade não consiste na soma ou na interação das partes, como um quebra-cabeças que se encaixa, em cujos vetores se relacionam de forma co-substantiva, interseccional ou pela representação na imagem de um *nó*. Essa dimensão da totalidade se entende “como síntese de muitas determinações” que se revela completamente e só pode ser alcançada no patamar do concreto pensado, ou seja, do capital. Portanto, o trabalho abstrato e produtivo de capital não é um somatório de trabalhos concretos como nos apresenta Saffioti, mas sim, uma síntese do trabalho concreto e trabalho abstrato que sob as condições históricas especificamente capitalista se torna em trabalho produtivo de capital que produz mercadorias e capital.

Este, por sua vez, só pode ser apreendido pela realização mesma do método, o que pressupõe considerar as múltiplas determinações e, principalmente, o encadeamento delas a partir da determinação mais simples, que é a mercadoria. Então, na dinâmica descrita por Marx e analisada por Tumolo:

Efetivamente, a apreensão da população historicamente determinada pela forma capitalista exige, resumidamente, a compreensão da mercadoria, do valor, do dinheiro, da mais valia, da reprodução do capital e da lei geral da acumulação capitalista e das suas contradições em sua totalidade histórica só pode ser atingida percorrendo exatamente o mesmo caminho traçado por Marx nos 23 capítulos do primeiro livro d’O Capital (TUMOLO, 2019, p. 17).

Assim interpretado, o trabalhador, independentemente do sexo ou etnia, torna-se, enquanto trabalhador produtivo de capital, um apêndice dos instrumentos de trabalho e é obrigado a se subordinar ao movimento dele com um único objetivo – o lucro do patrão. Foi nesse sentido que definimos o trabalhador que se submete à lógica de exploração capitalista, ou seja, no cerne do trabalho produtivo está a classe proletária, cujos trabalho específicos e características específicas dos trabalhadores não se diferenciam entre si já que estão inseridos numa relação específica e mais ampla em que todos são produtores de capital e como tal, são a classe proletária em sua unidade.

Aqui, a produção de valor permanece onipotente perante o restante das relações sociais. Ou seja, o capital assume controle total sobre o trabalho e, conseqüentemente, sobre as/os trabalhadoras/res.

Dessa forma,

O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador [...] como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o curtume. (MARX, 1987, p. 145).

Então, e em razão da lógica contraditória imanente ao capital em que as condições criadas para possibilitarem a emancipação humana são as mesmas, pelo menos enquanto existir a propriedade privada, que reificam e anulam essa mesma possibilidade de emancipação. Portanto, é pela totalidade como acima descrita que podemos desnudar as conexões, geralmente ocultadas na aparência, das expressões particulares inerentes às contradições da lógica capitalista. Neste sentido, podemos analisar as conexões entre as particularidades (como as opressões) e a dimensão da totalidade na qual se inserem, ou seja, no eixo do trabalho, numa relação classista.

De acordo com este tipo de interpretação, temos por objetivo uma ação política eficaz que passa, inevitavelmente, por uma crítica ao capitalismo em sua totalidade. Ainda aqui, os que lutam para colocar um ponto final na exploração e, conseqüentemente, na dominação, necessariamente encontrarão na organização classista os espaços necessários para coordenar suas reivindicações. Portanto, falamos aqui da classe proletária, que é um conceito que se enraíza na realidade concreta, do concreto pensado que carrega em si sujeitos políticos que podem significar o fim da sua condição. Por isso, quando falamos de classes sociais falamos de relações sociais e o papel que esses indivíduos cumprem naquilo que é central para o capital, ou seja, no processo de valorização que se gesta da compra e venda da força de trabalho.

Pois ainda que o capital possa se aproveitar de forma positiva de algumas diferenças, como vimos anteriormente, não há uma tendência observável de que essa é a proposta do próprio capitalismo, a intensificação da desigualdade de gênero ou racial, e sim a desigualdade entre classes pela tendência do capital em estender as relações de produção capitalistas para as que, ainda não se inserem na lógica de produção de mais valia. Portanto, a exploração capitalista pode, em princípio,

[...] ser conduzida sem preocupações com cor, raça, credo, gênero, ou com a dependência de desigualdade ou diferença extraeconômica; e, mais que isso, o desenvolvimento do

capitalismo criou pressões ideológicas contra tais desigualdades e diferenças em grau sem precedentes nas sociedades pré-capitalistas. (WOOD, 2013, p. 229)

Demonstração disso é o já discutido fenômeno do patriarcado que no decorrer da história, e com o avanço da produção capitalista, teve seus fatores constitutivos dissolvidos. Do mesmo modo, no feudalismo a relação de autoridade tinha sua expressão através da figura masculina que correspondia ao sexo masculino. Assim, era através do indivíduo do sexo masculino que se transmitia a propriedade, enquanto para o modo capitalista isso não se verifica. Agora, temos relações diretas que independem das características individuais, que para o sistema produtivo e, na sua capacidade de produção de mais-valor apenas importam na medida em que se expressam através de uma abstração. Ou seja, a capacidade produtiva do trabalho abstrato é medida em tempo, portanto, a lógica do lucro é cega ao sexo ou etnia. Vale lembrar que as exigências do capital fizeram-se acompanhar de pautas que ironicamente acabaram por contribuir para evaporar os “entraves”, como o patriarcado, que atrasavam o alcance da mercadoria a todos os espaços da sociabilidade.

Logo, aparentemente o feminismo classista reivindica o direito ao reconhecimento das diferenças no interior da classe. Mais concretamente, foi exatamente a destruição dessa subjetividade ou particularidade das características úteis de quem trabalha que permitiu a expansão da mercadoria a todos os espaços da vida. Ou seja, paradoxalmente as reivindicações dos movimentos feministas acabaram indo ao encontro das necessidades do movimento crescente de extração de mais-valia do próprio capital. Logo, a afirmação dos direitos das mulheres a par do crescimento capitalista ao reconhecer a sua especificidade como força de trabalho resultou num encontro com a efetiva demolição da subjetividade e sua redução à condição de vendedoras da força de trabalho, e não uma reafirmação das necessidades individuais. Podemos assim afirmar, e de acordo com os dados apresentados anteriormente, que o capitalismo mais reduz do que aprofunda as desigualdades sexuais que eram específicas ao modo feudal e escravocrata. Assim, a expansão da forma de produção capitalista e da mercadoria a todos os campos da vida contribuiu para dissolver os “impasses” que impediam uma consolidação do capital em algumas esferas, em razão de questões tradicionais. Tal nos parece ser, pois, a configuração essencial, compreendida pelas características que advêm com a instauração da subordinação da vida ao capitalismo e a

destruição do predicado sujeito ser humano, isto é, ser em sua totalidade reduzido a um ser que apenas tem sua força de trabalho para vender e sobreviver. Segundo a explicação de Marx:

Em toda a forma de sociedade, existe um tipo específico de produção que predomina sobre os outros, cujas relações atribuem valor e influência aos outros. É uma luz geral que banha todas as outras cores e modifica suas particularidades. É um éter particular que determina a gravidade específica de todo ser que se materializou dentro dele. (MARX, 1973, p. 106-107).

Postas estas características, e para que consigamos compreender esse éter particular, é necessário nos libertarmos da aparência contida no concreto idealizado da realidade, a fim de se captar o concreto pensado apontado pelo próprio Marx.

Do mesmo modo, e como já vimos anteriormente, parece-nos que essa igualdade entre membros da mesma classe é perfeitamente compatível com a desigualdade de classes e, por sua vez, a desigualdade não é incompatível com o capitalismo. Incompatível seria a abolição da desigualdade de classe que representaria, por definição, o fim do capitalismo.

Como vimos, o processo de cooptação implementado durante os governos petistas como forma de “inclusão” dos dirigentes de movimentos sociais tornando-os “empoderados” resultou um conjunto de institucionalização e cooptação que, pelo consenso, enquadra-se nas “políticas de resignação” (CARVALHO, 2013, p.195) apaziguadoras no processo de luta de classes.

Houve, assim, uma mistificação do que seria o cenário social, em que supostamente tivemos uma diminuição da desigualdade. Porém, a realidade indica outra tendência que vai mais ao encontro do cenário mundial e que independe da sigla do governo que assume a direção do Estado burguês¹¹¹. Vejamos:

¹¹¹De acordo com o relatório anual do Credit Suisse sobre riqueza global: o relatório revela a extrema desigualdade de riqueza no mundo. A metade da base das pessoas no mundo contavam com menos de 1% da riqueza mundial em 2019, ao passo que “o decil mais rico (os 10% de adultos do topo) possuíam 82% da riqueza global e o percentil do topo (1%) possuía aproximadamente a metade (45%) de todos ativos familiares.”. Disponível em: <<http://thenextrecession.wordpress.com>>. Ainda de acordo com o jornal digital “Carta Maior”, as 62 pessoas mais ricas do mundo possuem exatamente a mesma quantidade de riqueza que a metade mais pobre da população global, segundo o estudo “Uma economia a serviço do 1%”, da organização humanitária Oxfam. Há um ano, esse patrimônio estava nas mãos das 80 pessoas mais ricas do planeta. Os benefícios políticos fizeram com que quatro multimilionários do México pudessem aumentar de forma importante as suas riquezas – um aumento que foi equivalente a 2% do produto interno bruto do país em 2002, e que em 2014 subiu para 9%. Isso levou que mais de 50 milhões de habitantes ficassem em níveis considerados de pobreza. Esse 1% da população mundial tem um patrimônio maior que o de todo resto do mundo, aponta o texto, citando dados do Informe sobre a riqueza 2015, do banco Credit Suisse. Em outras palavras, o patrimônio de 70 milhões de super-ricos é superior ao dos demais 7 bilhões de habitantes da Terra.”

[...] entre 2003 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acumulou um crescimento de 35,8%, saindo de R\$1,7 tri para R\$3,8 tri (...) para este resultado foi fundamental o papel desempenhado pelo BNDES, especialmente no contexto de implementação, a partir de 2007, do programa de aceleração do crescimento (PAC). Os desembolsos do BNDES passaram de R\$ 33, 5 bilhões em 2003, para R\$ 168,4 bi, em 2010 (um crescimento de mais de 400%). Destes, cerca de 57% foram destinados a empresas com sede na região sudeste, e 75% para empresas de grande porte (...) (BRITO *apud* CÁSSIUS, 2019, p. 255)

Sendo que o setor de exportação foi o principal alvo de investimentos, “contribuiu para que as exportações brasileiras aumentassem mais de 230%, e as reservas internacionais passassem de US\$ 37,8 bi, em 2002, para US\$ 239 bi, em 2009” (idem, 2019, p. 256). Portanto, uma expansão da economia mundial fez-se acompanhada da expansão da economia brasileira e suas burguesias internacionalizadas. O mesmo aconteceu com o PIB per capita que dobrou, e com isso “o governo acionou uma série de medidas que possibilitaram uma ampliação significativa do crédito (...) a isso se somava a política de transferência monetária condicionada, especialmente o Programa Bolsa Família” (Idem, 2019, p. 256-257). Combinação de fatores que juntos teriam permitido a redução da pobreza extrema.

O que nos interessa frisar aqui é que apesar dessa diminuição relativa da pobreza, que não foi feita através de reformas estruturais, mas através de políticas compensatórias financiadas por interesses privados, que em relação à desigualdade nada se modificou, isto porque em nada se mexeu no que toca à propriedade privada dos meios de produção, ou seja, permaneceu inalterada a hierarquia social e, portanto, a classe que seria responsável pelas dominações, discriminações etc., permaneceu intocada. Ainda de acordo com Brito:

Frequentemente, usa-se o índice de Gini para medir a evolução da desigualdade. Este índice é normalmente calculado a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) do IBGE. Ele mede a desigualdade pessoal de renda da propriedade (capital), a chamada desigualdade funcional de renda. Estudos do IPEA (...) mostram que a queda na desigualdade pessoal de renda não significam necessariamente uma queda na desigualdade funcional de renda. É possível que o índice de Gini conviva com o aumento da desigualdade funcional de renda (...) Pesquisas recentes sobre a evolução da desigualdade de renda, que levam em consideração os dados tributários informados à Receita Federal, apresentam um quadro de estabilidade na desigualdade nos últimos anos.

Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Desigualdade-no-mundo-aumenta-de-forma-dramatica-segundo-a-Oxfam/6/35345>>. Acessado:23/02/2019.

Combinando dados do PNADs com os dados das declarações de impostos de renda de 2006, 2009 e 2012 (...) houve mudanças na base de distribuição de renda, mas a concentração no topo permaneceu praticamente constante. O grande peso dos ricos na desigualdade determinou uma tendência de estabilidade, e não de queda da desigualdade (...) apenas um décimo de todo o crescimento foi para as mãos da população mais pobre do país. Metade do crescimento coube aos 5% mais ricos, 28% ao 1% mais rico. (idem, p. 258)

Permaneceu, portanto, uma série de pilares econômicos institucionais que canalizam de volta da mais valia à ponta da pirâmide, em que a fonte de tudo isso é a exploração da força de trabalho pela extração de mais-valor. Se entenderá aqui que se exploradores e explorados não são indissociáveis, nem por isso são intercambiáveis. O mesmo não podemos afirmar sobre sexo-gênero e seus lugares.

Vejamos: o problema não está na reivindicação de mais democracia. Aliás, seria ótimo se isso fosse possível. O problema reside no fato de que o direito ao reconhecimento das diferenças passa por uma maior igualdade, e o que vivemos é exatamente o oposto, ou seja, uma desigualdade cada vez mais intensificada e, portanto, uma democracia meramente adjetivada e não substantivada.

É esse além que permite a constituição do interesse geral de uma classe, sua materialidade só pode ser encontrada nas relações de produção que também vão além dos encontros cotidianos e suas expressões aparentes que se revelam através do machismo, racismo, xenofobias etc. Portanto, o universal humano pressupõe a universalização de uma condição comum cuja anatomia deve “ser procurada na economia política” (MARX, 2007, p. 45). Apenas muda o sexo ou a etnia de quem passa a ocupar cargos de representatividade dos interesses da mesma classe dominante, a classe burguesa. Além disso, quem disse que é possível ocupar todos os espaços na estrutura do capital?!

Permanecendo a forma de produção atual, a maioria dos pobres continuarão a ser negros, brancos, homens, mulheres etc, ou seja, a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, isso reforça que as questões referentes às identidades dos explorados “geralmente servem para obscurecer o principal modo de opressão que lhe é específico. E, apesar de o capitalismo tornar possível uma redistribuição sem precedentes de bens extraeconômicos, ele o faz desvalorizando-os.” (WOOD, 2013, p. 241).

Então, as preocupações teóricas e práticas que servem de marco para o amplo campo do feminismo marxista, e que serviram também de base para movimentos que agiram dentro do sistema, particularmente durante os governos petistas, como a Marcha Mundial das Mulheres¹¹² ou as reivindicações de políticas de empoderamento pela parte de Saffioti, não modificaram em nada a relação de propriedade que já vinha sendo determinante na organização capitalista brasileira.

Este tipo de interpretação vai ao encontro das análises já apresentadas de Carvalho (2013) e suas considerações sobre a elaboração do desenvolvimento do individualismo burguês. Ao analisar os projetos do empoderamento e sua relação umbilical com as diretrizes do Banco Mundial, a autora descreve que os objetivos centrais estão em torno de questões como as exigências da expansão capitalista crescente que se expressam em um conjunto de modificações culturais. Neste sentido, o termo empoderamento, que ganhou principal destaque no discurso do PT principalmente através da ex-presidenta Dilma Rousseff, assume o caráter de mais uma forma compensatória que em nada modifica a estrutura das desigualdades sociais, já que mantém intactas as estruturas de classes e de distribuição da propriedade privada (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Logo, um exame mais amplo sobre essa conceituação tão presente demonstra que as políticas sociais que têm servido de base para a reivindicação desse empoderamento na realidade tem proporcionado mais a pulverização das lutas coletivas em prol da busca individual pela conquista de algum status ou até da sobrevivência num mundo onde o acesso ao emprego com direitos mínimos é cada vez mais escasso.

Assim, a esquerda feminista passou a se nortear no sentido oposto ao aprofundamento de um “projeto coletivo de socialismo e a substituí-lo pelo que se supõe seja uma categoria mais inclusiva, a democracia, um conceito que não privilegia a classe (...) mas trata igualmente todas as opressões” (WOOD, 2013, p. 220).

Com relação a estas análises, principalmente ao mirar estes movimentos de caráter feminista como uma reafirmação da continuidade entre momentos da organização no capitalismo que não assinalam uma ruptura com o sistema nem entram em contradição com ele, elas

¹¹²Ver obra de Mirla Cisne, *Feminismo e consciência de classe no Brasil*, 2014.

contribuem, antes, para romper velhas solidariedades – o que significa especialmente as solidariedades de classe – “e proliferam movimentos sociais baseados em outras identidades e contra outras opressões, movimentos relacionados à raça, ao gênero, à etnicidade, à sexualidade etc.” (WOOD, 2013, p. 220), cuja extensão da sociedade civil passa, principalmente, pelo aumento de estilos de vida que se gestam através da esfera permitida pelo capital e, por vezes, incentivada por este.

Temos aqui, portanto, uma questão central nesta época em que a indiferença decorrente da desigualdade caminha a passos crescentes: tratar das questões singulares perdeu o sentido revolucionário que os movimentos feministas querem lhe conferir.

Dito isto, a indiferença imposta pelo capitalismo, inclusive às questões específicas, individuais, como as identidades sociais dos trabalhadores explorados, significa que mesmo que se alcance a igualdade na condição de exploração, de direitos sexuais, representatividade-empoderamento em nada modifica a estrutura de desigualdade do capitalismo e, portanto, permanece a barbárie em suas variadas expressões, até porque não há emancipação possível ou democratização no capitalismo e muito menos igualdade real frente a uma desigualdade estrutural (MÉSZÁROS, 2008). Penso que aqui temos algumas pistas para pensar os lugares de onde advém as violências decorrentes do modo de produção capitalista, que nada tem a ver com o patriarcado.

Assim, Saffioti, ao colocar a classe como “apenas” mais um vetor abandona o que constitui a base central do marxismo, ou seja, as leis universais do capital. Chegamos aqui a um aparente paradoxo que se aproxima a uma inversão simétrica em relação às vertentes designadas liberais que se tentam negar. Pois ao invés da reivindicação conjunta da luta de classes pelo fim da exploração e da propriedade privada, que nos torna indiferentes vendedores de força de trabalho, emergem lutas plurais, muitas vezes separadas umas das outras, cujo resultado é a conquista de espaços de exercício do poder na esfera do capital. Nós acrescentamos que as identidades focadas na questão de gênero-raça funcionam como um *plus* que promove a ideia de que a causa de determinadas discriminações tem seus fundamentos em questões que não remetem centralidade, necessariamente, à própria lógica de funcionamento do capital. Acabam por se tornar um tipo de trampolim desesperado na guerra pela disputa por uma vaga no mercado de trabalho, ou no espaço da sobrevivência básica, que em última instância apenas alimenta mais as rivalidades e ressentimentos dentro da própria classe trabalhadora contra seus integrantes.

Aqui gostaríamos de reforçar que no sentido descrito ao longo da tese a classe perde seu arsenal explicativo da realidade sobre a exploração caso a coloquemos como apenas mais um vetor do tripé, ou nó, ou cosubstancialidades, ou interseccionalidades entre classe, raça, sexo/patriarcado.

Então, o resultado é que o feminismo classista, ao dissolver as leis, as determinações do capital em várias particularidades como equivalentes, pulveriza o potencial revolucionário contido na própria classe, substituindo-o pela relação estéril entre vetores que em vez de se organizarem de forma contraditória passam a conceitos que se chocam sem nenhum tipo de direção. Se não há referente teórico, o pensamento demarcado pelo feminismo marxista, ao colocar a classe como mais uma das pluralidades, opõe-se, em si, ao próprio caminho traçado por Marx rumo à revolução.

Em face desta análise – que se explica porque quando dentro da própria classe se ressaltam as características específicas para obter algum tipo de observação singular na disputa pelas vagas de emprego, estes setores específicos da classe trabalhadora reforçam o engano de que a responsabilidade da sua condição tem causas paralelas à própria lógica do sistema capitalista – Verificamos o por que múltiplas organizações acabam por ter um impacto muitas vezes nulo na engrenagem.

Consideremos ainda os capítulos 11, 12 e 13 do *Capital*, em que Marx repõe a ideia das diferentes formas de organizar e de combinar a produção no intuito de garantir a extração da mais-valia e valorização do capital. Nesse sentido é que as saídas para as crises do capital¹¹³ geralmente passam por novas formas de estruturação da produção para garantir velhas determinações – a intensificação do ciclo de desenvolvimento capitalista produz simultaneamente sua vida e sua morte através da diminuição relativa da força de trabalho e decréscimo do valor da força de trabalho.

Neste horizonte, a alienação, que flui da propriedade privada e concomitante subordinação do trabalho ao capital, é a gênese de uma relação social que não age de forma mecânica sobre o ser humano, mas pressupõe uma relação social cujos atores envolvidos sofrem

113 Fenômeno abordado no capítulo 5 da tese.

intensas mudanças em suas “maneiras de ser”. Já que, decorrente disso, a enorme expansão capitalista movida pela lógica da acumulação do lucro, o que, por seu lado, tem provocado uma autêntica degradação das condições de vida do trabalhador que, sendo supérflua como valor de uso para o capital, é descartada pelo mesmo, e quando consegue se vender como valor de uso sofre consecutivas desvalorizações do seu valor. Verificamos, portanto, uma também barbarização das relações humanas em virtude da fetichização da mercadoria e das relações de produção a ela subjacentes, situação que se pode confirmar pelo arrocho salarial, perda de direitos, aumento das doenças físicas¹¹⁴ e psíquicas, suicídios e violência crescente na luta pela sobrevivência. Essa contradição intransponível entre valorização do valor e o valor de uso entre trabalho produtivo de capital e trabalho concreto é a contradição entre a vitalidade do capital e a vida humana, que nesse âmbito continua reificada, cuja consequência não poderia ser outra que não a constituição dum mundo que “nos fez tão cretinos e unilaterais” (MARX, 2012, p. 108).

Ao mesmo tempo, a violência que constitui as relações desumanizantes passa a ser cada vez mais normalizada. Nesse âmbito, a impossibilidade ao acesso dos meios de produção a grande parte da população mundial imprimiu no ser social, que age no bojo da sociedade baseada na propriedade privada, uma forma reificada de ser que se relaciona através da maneira estranhada com outros seres humanos e consigo mesmo, em que “o ato de estranhar outro ser humano necessariamente acarreta também o próprio estranhamento” (LUKÁCS, 2013, p. 597).

114A síndrome do trabalhador esgotado (*Síndrome de Burnout*) foi reconhecida pela Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema associado ao emprego ou ao desemprego. Trata-se de um tipo de distúrbio decorrente do stress. A nova classificação entrará em vigor em 2022. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/27/actualidad/1558956228_933147.html>. Para mais informações sobre doenças psíquicas e físicas associadas ao trabalho no mundo contemporâneo sugerimos a pesquisa organizada pela Fiocruz, cujo material norteia as atividades dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) dos 150 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador que integram a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, “realizando ações de prevenção, promoção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e vigilância em saúde dos trabalhadores urbanos e rurais” Disponível em: <<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/doencas-relacionadas-trabalho-manual-procedimentos-os-servicos-saude>>. Ainda, dados recentes <<https://www.dn.pt/vida-e-futuro/interior/oms-inclui-burnout-na-lista-de-doencas>>, demonstram que atualmente entre 60% a 80% dos trabalhadores estão mergulhados em profunda exaustão física e emocional. São milhões de trabalhadores no mundo todo, podemos, inclusive, falar em epidemia decorrente na organização do trabalho submetida aos desígnios do mercado capitalista.

É nesta relação que vamos encontrar os alicerces sobre os quais se assentam as estruturas ideológicas centrais da forma social, que traz em seu interior uma também divisão do ser trabalhador que se realiza somente pela emancipação política, que “[...] é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, pessoa moral”. (MARX, 2010, p. 54). Essa situação não é responsável “apenas” pela degradação objetiva, mas também pela expropriação psíquica do trabalhador ao qual o capital “rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento”. (MARX, 1985, p. 301). Tudo isso ao interesse das necessidades do capital, que pode ter consequências não planejadas, como a inevitável violência, ou seja, a forma violenta de nos relacionarmos é intrínseca à própria lógica de exploração inerente às necessidades do capital.

Onde está, então, a possibilidade de emancipação? Como movimento rumo ao futuro, diz Marx:

[...] na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, **de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano**, que não se encontre numa posição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema (...) uma esfera, por fim, **que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas - uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado.** (MARX, 2013, p.155-156, grifo nosso).

Feita esta descrição, acrescentamos ainda que a construção deste tipo de estratégia tem uma função de ruptura cujo sujeito é o proletariado que se vê obrigado a vender a sua força de trabalho simplesmente para poder existir.

Qualquer pessoa efetivamente se constitui como tal a partir de uma organização social na qual ela toma uma posição dentro da atividade material e econômica. Como vimos anteriormente, Marx revelou que o que determina a vida é o ser social, ou seja, a forma de produção da própria vida em suas determinações. Esta é a condição de um momento histórico cujo sistema universal está dominado pelo capitalismo de forma crescente, e exatamente por isso exige um projeto universalista que se estenda geograficamente e materialmente ao redor do mundo. Por isso mesmo, a realidade capitalista é totalizante “em forma e graus sem precedentes. Sua lógica de

transformação de tudo em mercadoria, de acumulação, maximização do lucro e competição satura toda a ordem social” (WOOD, 1995, p. 19). Logo, analisar esse sistema totalizante exige “o tipo de “conhecimento totalizante” que o marxismo oferece” (WOOD, 1995, p. 19).

Em razão dessa dinâmica de reprodução social é que Marx na *Questão Judaica* (2010) traz à tona a pauta da liberdade e igualdade humana, e o faz no sentido de demonstrar a impossibilidade da liberdade e igualdade real dentro dos muros da sociedade que se ergue sobre a propriedade privada e sua consequente divisão social do trabalho. Neste sentido,

[...] o direito humano à libertação não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo *limitado*, limitado a si mesmo. A aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à propriedade privada. (MARX, 2010, p. 49).

Pois falar em direito ao reconhecimento das particularidades é, de certa forma, descrever a liberdade para que a personalidade humana possa se desenvolver em todas as suas dimensões, e consequentemente a diversidade que corresponde à individualidade poderá encontrar solo fértil para se realizar efetivamente. Mas isso só seria possível pela libertação da mercadoria como condição e condicionante da vida humana, pelo fim de um mundo fetichizado e de um ser humano reificado. Falamos de um tal tipo de liberdade cujo exercício passa pelo fim da propriedade privada, e liberdade como esse ruir da sociedade burguesa passa pelo processo protagonizado de luta de classes.

Entendemos melhor, a partir do descrito, em que sentido o socialismo marxista compreende que para que haja efetivamente a possibilidade de reconhecimentos de singularidades como parte essencial do direito democrático à igualdade é preciso alcançar as condições reais para a democracia plena, o que teria necessariamente que passar pelo fim dos proprietários privados dos meios de produção. Só acabando com as condições que nos reduzem a nada poderemos ser tudo e, portanto, se poderia falar em liberdade individual e reconhecimento das diferenças. Falamos de liberdade no sentido de direitos, pois em se tratando de uma sociedade de classes “a democracia é sempre limitada e que, como a representação da atitude que determinada classe social tem para com a liberdade, toda democracia é uma ditadura em relação a alguma outra classe” (SCHAFF, 1965, p. 110). Então, faz-se necessário acabar com a “democracia como forma de domínio de uns sobre os outros” (SCHAFF, 1965, p. 111).

Ou seja, consideramos que só seria possível ter em conta a dimensão humana em suas multiplicidades e omnilateralidades caso conseguíssemos romper radicalmente com uma forma de organização social cujas vidas são determinadas pelas mercadorias e suas vicissitudes que colocam todos contra todos numa competição digna de barbárie. Antes, todo o ser humano é “parte componente de uma classe social” (SCHAFF, 1965, p. 108), e que “existe um conflito entre as liberdades das diferentes classes sociais” (SCHAFF, 1965, p. 109). Consequentemente, o direito ao reconhecimento das diferenças só poderá ser concretizado num mundo em que não sejamos indiferentes forças de trabalho reduzidas a um valor cego para as questões que nos diferenciam. Assim, mais que dificilmente, diríamos de forma impossível, poderemos, no seio das relações capitalistas, concretizar relações plenas, completas e não degradadas, mas não só para as mulheres, e sim para todos os seres humanos.

Somente num mundo que rompesse radicalmente com tudo o que satura a nossa ordem social poderia surgir as bases reais para que as potencialidades humanas se realizassem. Assim, é a própria expansão capitalista que

[...] traz consigo um intercâmbio universal dos homens em virtude do qual, por um lado, o fenômeno da massa despossuída se produz simultaneamente em todos os povos (concorrência universal), fazendo com que cada um deles dependa das transformações revolucionárias dos outros e, por último, institui indivíduos histórico-universais, empiricamente universais, em vez de indivíduos locais (MARX, 1985, p. 58).

Ainda aqui, o feminismo marxista, longe de completar as insuficiências do marxismo, fica aquém da radicalidade do próprio Marx e apropria-se, na verdade, de alguns dos seus conceitos e os reproduz sem adentrar naquilo que é a chave capaz de desvendar o segredo do capital, ou seja, fica na epiderme da teoria do valor, e isso é insuficiente para entender o caráter da classe que subjaz ao capital. Compreendemos, portanto, que não nos parece uma solução que supere as explicações já existentes na vertente do materialismo histórico, até porque o cerne da produção do valor e sua centralidade na produção do capital não foi superado. Se para Saffioti e outras autoras a questão está em completar o marxismo naquilo que lhe falta com relação às modificações do capitalismo no século XX e XXI, então o caminho de Saffioti nos parece que se distancia cada vez mais do marxismo e de uma proposta de transformação radical da sociedade. O que responde, de certa forma, à opção eclética de junção de teorias. Esses autores adotados por Saffioti pertencem a vertentes cada vez mais estranhas à tradição marxista, com uma certa oposição às teorias

totalizantes que pensam a organização contra o capital pela emancipação humana. Assim, a relação entre marxismo e feminismo como vertentes teóricas com igual capacidade explicativa sobre o real não nos parece compatível, e não se trata de uma questão de lógica dialética, como várias vezes a própria Saffioti descreve. Aqui, falamos da antítese do capitalismo, o socialismo, a efetiva concretização da democracia pelo fim da desigualdade social. Portanto, a liberdade individual entra em contradição profunda com a desigualdade real: o capitalismo é de fato uma forma social que produz desigualdades, então esse reconhecimento das liberdades só pode ser alcançado com o fim da sociedade de classes.

Assim, pensar a emancipação das mulheres é, no nosso entender, estabelecer um movimento em compromisso com a igualdade real em oposição à desigualdade imposta. Para que se estabeleça a igualdade com reivindicação agregadora precisamos assumir a nossa indiferença entre trabalhadores produtivos em consequência de estarmos reduzidos à condição de meros vendedores da força de trabalho cujo destino é controlado pelo lócus do mercado capitalista.

Portanto, há uma “essência” que nos unifica, o fato de sermos parte integrante da classe trabalhadora e da humanidade, e é essa essência comum que faz com que a classe não seja “apenas” mais um vetor, uma coadjuvante em interação com os restantes. Ou seja, a classe não é uma equivalente, ela é uma lei que determina as demais particularidades que agem no seu interior. Assim, sem a compreensão dessa “essência”¹¹⁵ a reivindicação pela igualdade entre diferentes particularidades perde qualquer sentido, restando apenas uma certa indiferença pelas consequências deletérias do sistema.

Aqui, a centralidade se concentra na superação no próprio sistema de exploração salarial, para isso é condição ineliminável o sujeito universal revolucionário e não suas expressões individuais-particulares. Não estamos defendendo o desprezo destas últimas, mas sim sua reorientação submetida a uma estratégia revolucionária, ou seja, organicamente inseridas e

¹¹⁵Marx e Engels observam que a “essência do ser humano” no processo de produção, pois “os homens produzem, ao produzirem os seus meios de subsistência, indiretamente a sua vida material” (2007, p.15).

submetidas aos interesses e necessidades de um movimento revolucionário que tenha a potência necessária para resolver realmente os problemas da humanidade, sejam seus integrantes mulheres, homens, negros, brancos, LGBTs etc., e não um conjunto de coletivos que interagem entre si sem nenhum reconhecimento das determinações postas no real. Então, e após todo o percurso estabelecido, compreendendo que a propriedade não é mais patriarcal na medida em que não se transfere pelo sexo, e que o próprio capital em sua lógica de exploração e produção não busca as características úteis de quem trabalha, mas sim sua capacidade produtiva e a mais valia, tendo em conta esta lógica podemos afirmar que o capital é cego para as individualidades-subjetividades. Com relação a estas análises, Wood traz uma reflexão importante:

Nenhum socialista duvida da importância da diversidade ou da multiplicidade de opressões que precisam ser abolidas. E democracia é – ou deveria ser – o que propõe o socialismo. Mas não fica claro que o novo pluralismo – ou o que passou a ser chamado de “política da identidade” – é capaz de nos levar muito além da afirmação dos princípios gerais e de boas intenções. Pode-se testar os limites do novo pluralismo pela exploração de seu princípio constitutivo, o conceito de “identidade”. (WOOD, 2013, p. 220)

A argumentação de Wood vai ao encontro do que defendemos ao longo da tese. Mostra por conseguinte, e em conjunto com o apresentado por Marx sobre a sociedade capitalista, que as exigências emancipatórias dos movimentos específicos são profundamente limitadas como sujeito histórico propulsor da emancipação humana através dum projeto societário coletivo¹¹⁶. Neste sentido que, ao lançarmos um olhar sobre as sucessivas épocas históricas, em particular nos momentos de explosão revolucionária, só se conseguiu efetivamente causar feridas no capitalismo onde o marxismo e conseqüentemente a classe trabalhadora se colocou como força central nesse embate. O direito ao voto feminino e os avanços nos direitos das mulheres em geral tem suas raízes numa conjuntura em que se gestavam processos de lutas revolucionárias, como as reivindicações da classe trabalhadora russa, na qual as mulheres, que não necessariamente se pautavam por

¹¹⁶A história está repleta de exemplos em que a classe trabalhadora ousou romper as amarras da exploração e tomar as rédeas da história. Alguns dos “assaltos ao poder” mais conhecidos, como a Comuna de Paris de 1871 ou a tomada de poder em Outubro de 1917, em que pela primeira vez a classe trabalhadora inicia um processo de transição rumo ao socialismo.

reivindicações feministas, mas sim classistas, tiveram um papel protagonista¹¹⁷. É após a revolução russa que a burguesia ocidental treme e passa a fazer concessões como forma de evitar avanços mais revolucionários. Por isso, as rupturas revolucionárias que deram os saltos mais ousados foram, sem dúvida, até hoje, as que se consolidaram tendo por base o materialismo histórico, que por sua vez partiram dum centro de gravidade constituído pelos que produzem o valor, a classe trabalhadora, que se na aparência se apresenta de forma diversificada, na essência é para o capital a força necessária para produzir uma quantidade de trabalho indiferenciada.

Pela descrição que elaboramos ao longo da tese, essas determinações, ou melhor, a infraestrutura do capital concentra realmente na classe a especificidade fundamental da sociedade capitalista. Portanto, aquilo que a constitui essencialmente não se modifica porque as características úteis de quem trabalha se modificam. Logo, seu fim, ou seja, o fim das classes significaria, sim, o fim da exploração e, conseqüentemente, a destruição do capitalismo. Por isso, movimentos que se denominam revolucionários de esquerda precisam da definição da classe diante “da materialidade totalizante do capitalismo moderno” (PALMER, 1999, p. 81).

Face a estas constatações, a acusação de reducionismo “é a substituição do socialismo por um sistema indeterminado de democracia, ou a diluição das relações sociais diversificadas e diferentes em categorias gerais como “identidade” ou “diferença”, “representa a rendição ao capitalismo e a todas as suas mistificações ideológicas (...)” (WOOD, 2013, p. 224). Ou seja, a recusa do Homem/indivíduo como sujeito da história é imposta pelo capital; o retorno a si como humanidade implica o reconhecimento da perda de seu predicado – ser alguém – rumo ao resgate

117 De acordo com o relato de Trótski em sua História da Revolução Russa, sobre as mulheres da Revolução de Fevereiro: “O dia 23 de fevereiro (no calendário juliano, correspondente a 8 de março no calendário gregoriano) era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos da social-democracia tensionavam festejá-lo segundo as normas tradicionais: reuniões, discursos, manifestos etc. Na véspera ainda ninguém poderia supor que o Dia da Mulher poderia inaugurar a Revolução. Nenhuma organização preconizava greves para aquele dia. (...) No dia seguinte, pela manhã, apesar de todas as determinações, as operárias têxteis de diversas fábricas abandonaram o trabalho e enviaram delegadas aos metalúrgicos, solicitando-lhes que apoiassem a greve. (...) É evidente pois que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos de base, que ultrapassaram a resistência de suas próprias organizações revolucionárias, e que esta iniciativa foi espontaneamente tomada pela camada proletária mais explorada e oprimida que as demais – as operárias da indústria têxtil, entre as quais, deve-se supor, estavam incluídas numerosas mulheres casadas com soldados. (...) O Dia da Mulher foi bem-sucedido, cheio de entusiasmo e sem vítimas. Anoitecera e nada revelava ainda o que esse dia trazia em suas entranhas. No dia seguinte, o movimento, longe de se apaziguar, dobrou em intensidade (...)” (TRÓTSKY, 1977. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/03/08/a-revolucao-russa-e-o-protagonismo-das-mulheres/>. Acesso: 12/03/2018).

do que nos torna especificamente humanos, constantemente negado pela continuidade do capitalismo, o que só será possível por intermédio da revolução, para que não voltem as pessoas a ser postas no lugar das coisas (Saramago, 1984)

EPÍLOGO

EPÍLOGO

*“O estado de exceção em que vivemos
é, na verdade, regra geral”*

(Walter Benjamin)

No sentido de caminharmos para as conclusões desta tese, cabem algumas reflexões sobre o capitalismo e suas expressões políticas hoje. Afinal, o que é o direito ao reconhecimento da identidade, da individualidade, das características específicas de quem vende a força de trabalho em uma condição em que a emancipação se faz efetivamente impossível? Há duas posições: aquela que acredita que podemos desvincular as dominações específicas da questão material e suas determinações e buscar o reconhecimento às diferenças/individualidades como algo possível na esfera do capital; ou aquela que ao buscar a raiz do que impede o sujeito de ter suas particularidades reconhecidas, como um ser indiferente em suas características individuais para o capital, considera que sua emancipação torna-se inalcançável nos marcos do capitalismo. Parece-nos que a vertente que considera as condições materiais necessárias à emancipação real, ou seja, a que se propõe a analisar os obstáculos que impedem essa condição é mais adequada do que a primeira, que é, aparentemente, mais democrática. Portanto, entendemos que se trata, acima de tudo, de criarmos as condições para a emancipação de todos os despossuídos dos meios de produção.

Se todas as democracias burguesas falam em liberdade, direito à cidadania, reconhecimento das diferenças etc, remetem-se apenas a uma democracia que não passa de um conjunto verbal de adjetivações, portanto, vazia. Quando, em 1916, ao introduzir a expressão “Socialismo ou barbárie”, Rosa Luxemburgo já ilustrava, antes do final do século anterior, o desalento que viria caso a humanidade permanecesse no capitalismo, e, infelizmente, tem sido frequente a escolha pela barbárie (REICH, 1988). Do mesmo modo, no sentido de contribuir para a compreensão desse processo de consciência, as análises de Reich em *Psicologia das massas do fascismo* correspondem à crise econômica de 1923-1933, que resultou na “ideologia de largas camadas da sociedade que pendeu para a direita” (REICH, 1988, p. 30). A apreciação do autor parece-nos profundamente atual pelo questionamento sobre os impulsionadores da violência inerentes à sociedade hodierna e, conseqüentemente, a não coincidência entre a condição econômica e o momento do processo de consciência dos trabalhadores. Assim, Reich se propõe a compreender a forma política de comportamento das massas em sua contribuição e constituição do fascismo emergente. Segundo o autor, “foram exatamente as massas reduzidas à miséria que contribuíram para a ascensão do fascismo, expoente da reação política” (REICH, 1988, p.31).

Portanto, a crise econômica que se aprofundava gestou ideologias contrárias ao avanço revolucionário. E a Alemanha, especificamente, era um país em que a classe trabalhadora estava mergulhada em um processo de perda de conquistas, além de consecutivas traições por parte da social democracia alemã que aliada aos *freikorps*¹¹⁸, destruíram a revolução alemã de 1918-1919. Esta situação, de certa forma, aproxima-se dos giros governamentais nas democracias contemporâneas, porém não podemos fazer um transplante da expressão política dos nazifascismos das primeiras décadas do século XX, uma vez que a constituição nacional que serviu de base às teorias nacionalistas era completamente diferente da condição de hoje. Podemos, isso sim, aproveitar as reflexões de autores como Reich para pensar a consciência de classe e os constantes processos de barbárie intrínsecos ao capital, independentemente de sua representação política governamental.

¹¹⁸ Embrião das tropas nazistas mais conhecidas como SA

O pensamento da ideologia desenvolvido a partir desta análise sobre os impulsos e o fascismo tem, pois, a relevância de levar à compreensão de como, a partir do mal-estar gestado no princípio da realidade do capitalismo, o ser humano, como expressão de sua realidade, manifesta os interesses principais da sociedade burguesa, que são os interesses do capital. Este é o ponto de partida para compreender as ideias que predominam em uma época. Assim, conforme Reich:

[...] os seres humanos estão duplamente sujeitos às condições de sua existência: de um modo direto, pelos efeitos imediatos da sua situação socioeconômica, e, indiretamente, pela estrutura ideológica da sociedade; deste modo, desenvolvem sempre, na sua estrutura psíquica, uma contradição que corresponde à contradição entre a influência exercida pela sua situação material e a influência exercida pela estrutura ideológica da sociedade (REICH, 2001, p.17)

Atualmente esta constatação pode-se verificar facilmente: por exemplo, a eleição do atual presidente do País, Jair Bolsonaro, foi, de certa forma, chocante, ainda que não possa se definir como incompreensível. O Brasil foi apenas mais um país cuja decisão popular pendeu para o que se passou a definir como “lado reacionário da balança eleitoral”. E as respostas para esse giro trazem questões, concordando com Reich, que vão além da própria eleição: a eleição do PSL, para ser compreendida, precisa ser inserida no processo de expansão e crise capitalista, além das respostas políticas por meio de alianças dos próprios governos anteriores, e o não avanço em condições de direitos trabalhistas, principalmente nos últimos anos¹¹⁹.

Afinal, qual o cenário propulsor desta última eleição?

¹¹⁹ De acordo com a última pesquisa sobre aprovação do governo Bolsonaro “quando se trata de renda, o presidente tem seu melhor desempenho no grupo que não tem salário fixo ou ganha até 2 mínimos por mês: a taxa de aprovação entre esses entrevistados vai a 33%” <https://www.poder360.com.br/datapoder360/41-aprovam-e-50-desaprovam-governo-bolsonaro-diz-datapoder360/>. Acesso em: 15/07/2020.

No mesmo sentido, Florestan Fernandes definiu a expressão “democracia de cooptação” como uma possibilidade para o Brasil e, ao mesmo tempo, afirmou que seria quase impossível para o País, pois a burguesia brasileira, em seu caráter dependente, dificilmente poderia permitir a ampliação democrática pela cooptação, que dificilmente seria digerida pelos trabalhadores também. Porém, podemos dizer que a primeira previsão de Florestan estava certa, e vimos a solução para essa “democracia de cooptação” e sua concretização com a eleição do PT em 2002, que permitiu o “consenso em torno de uma garantia para os patamares de acumulação de capitais e o apassivamento dos trabalhadores nos limites da ordem burguesa” (IASI, 2017, p.311). Ainda segundo Iasi, isso consistia basicamente no:

[...] emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e neoassistenciais, para os miseráveis. No lado da acumulação de capitais, os 10% mais ricos, que, em 1989, acumulavam 53,2% da riqueza nacional, passam, em 2008, a acumular 75,4% dessa riqueza, enquanto aqueles submetidos à miséria absoluta, que viviam com menos de US\$ 2,00 ao dia, hoje, graças aos programas compensatórios, passaram a viver com US\$ 3,00 ao dia, ou seja, saíram da miséria absoluta para viver na miséria (IASI, 2017, p.311).

Na sequência, Iasi, em concordância com Fernandes, conclui que o PT não pode ser considerado protagonista de uma ruptura socialista, e sim da afirmação da “democracia de cooptação”, que havia sido adiantada por Florestan Fernandes em 1979. Nesse sentido, começou um processo de cooptação dos quadros de vanguarda e de organizações populares, inclusive nos movimentos feministas de caráter classista¹²⁰. Desse processo de cooptação de vários movimentos, resultou também o apassivamento e institucionalização intelectual e política, sem qualquer compromisso com o que fora o sujeito coletivo da classe para transferir o protagonista para o indivíduo balizado pelos programas de empoderamento das “minorias”, substituindo cada vez mais a relação entre mulher e classe operária para o enfoque das particularidades referentes à mulher, o que dificultou o reconhecimento de terreno comum para a ação política. Esse avanço conservador sobre a esquerda ignorou, inclusive, o papel de agências, como o Banco Mundial ou a fundação

¹²⁰Para mais informações, consultar os arquivos da Fundação Perseu Abramo-Abramo: Mulheres do PT. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/09-5.perseu7.documentos.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

Ford no incentivo à implementação de determinadas pautas para as mulheres e consequente processo apassivador dos trabalhadores através dos mecanismos de cooptação. No mesmo sentido o próprio PT rendeu-se à lógica do esquema político, comum a um governo que passa a ser representante dos interesses das classes burguesas por meio de amplas alianças. Segundo Figueiredo, a concretização do pacto conservador entre PT e burguesias foi seguida por:

c) um reformismo fraco e “pelo alto” que abdicaria de um reformismo de alto impacto; d) um programa de crescimento econômico ortodoxo casado a um programa popular via ampliação do mercado de trabalho e da renda; e) realinhamento eleitoral a partir da adesão de massas pauperizadas ao projeto do governo; f) apoio na direção da fracção de classe subproletária, que deseja “sumir”; g) sustentação ideológica na “gramática varguista”, ricos vs. pobres ou Estado popular versus elite anti-povo (FIGUEIREDO, 2019, p.241).

Ainda no que se refere à questão econômica, de acordo com Menezes, o que havia sido alavancado por Fernando Henrique Cardoso teve continuidade, como:

[...] o superávit primário; a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para o pagamento da dívida pública; taxas de juros parametradas pela Selic; aposta na política de exportação, com base no agronegócio; o inesgotável pagamento de juro, encargos e amortização da dívida pública; e o aumento da arrecadação da união [...] continuou, embora de forma ampliada. A estratégia do governo FHC de implementar políticas sociais compensatórias, de caráter focalizado, em detrimento de outras pautadas na lógica do direito e da seguridade social universalizada (MENEZES, 2014, p.302).

A par disso, em razão do movimento capitalista mundial, e do brasileiro em particular, essas políticas compensatórias fizeram-se acompanhar de lucros crescentes, talvez os maiores da história brasileira. Em 2003, depois da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a direção do PT não hesitou em expulsar Heloísa Helena e alguns deputados, que vieram a formar o PSOL, “com a acusação, novamente, de indisciplina, por terem recusado a votar no Congresso a Reforma da Previdência” (ARCARY, 2011, p.67). Em junho de 2013, assistimos em território nacional a manifestações de massa, que não eram só contra o aumento da passagem, mas por transformações estruturais do acesso público. Foram expressões sinceras de descontentamento com as políticas apontadas e a consecutiva perda de qualidade de vida e retirada de direitos. A saída da então presidenta Dilma foi aumentar ainda mais a repressão e as políticas de austeridade, e em 2016

houve o avanço no ataque aos trabalhadores do setor público, por meio do Projeto de Lei nº 257, e o aumento dos cortes e contingenciamentos do serviço público. Talvez um dos ataques mais escancarados, tenha sido em relação ao avanço das privatizações “quando vemos o Plano Nacional de Educação sendo entregue ao comando de instituições como Instituto Milenium, Instituto Ayrton Senna, o SESI e o SENAI, assim como a política de educação ser pautada pelos empresários do setor privado, como o grupo Kroton [...]” (IASI, 2017, p.431).

Sob esta perspectiva, o pacto social dos governos petistas continuaram as políticas de privatizações de governos anteriores e responderam com repressão e leis violentas, como a Lei Antiterrorismo, as UPPs, o aumento de encarceramento da população pobre¹²¹, o aprofundamento da aliança com setores reacionários, como ruralistas e igrejas evangélicas¹²², entre outros, tudo o que continuamos enfrentando atualmente.

Portanto, sob a mesma lógica e concordando com Reich sobre por que a classe trabalhadora elegeu uma figura como Bolsonaro, podemos dizer que a conjuntura de miséria

¹²¹De acordo com artigo de Carta Capital: “Em junho de 2014, o número de presos no Brasil superou 570 mil pessoas, tornando o País o terceiro maior em população carcerária do mundo, apenas atrás de Estados Unidos e China, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em doze anos, o crescimento carcerário foi de mais de 620%, enquanto o populacional foi em torno de 30%. A crise é grave e não tem perspectivas de ser resolvida. Este é o diagnóstico de Paulo Malvezzi, assessor jurídico da Pastoral Carcerária, a principal organização de fiscalização dos Direitos Humanos nos presídios brasileiros. Segundo ele, o governo de Dilma Rousseff (PT) [...] reprime duramente os setores mais pobres da sociedade, seja por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) ou da violência policial direcionada contra populações de jovens pobres e negros. ‘O Brasil, sob a administração do PT, vem adotando a lógica de mais vagas para mais presos’, afirma. ‘As principais políticas federais na área de segurança pública são direcionadas à repressão e à construção de novos presídios.’ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-governo-dilma-e-extremamente-repressivo-4045/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

¹²²Para se reeleger, o PT aprofundou as alianças com evangélicos. A própria Dilma participou de dois eventos religiosos, com uma estratégia para garantir o voto evangélico. No Congresso Nacional de Mulheres das Assembleias de Deus, em São Paulo, proferiu algumas palavras em um discurso, em 2010, completamente bíblico, como "Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor.", para mais de 5 mil pastoras e missionárias evangélicas, apoiando, ao lado de Edir Macedo, o gigantesco templo de Salomão. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/de-olho-na-reeleicao-pt-cultiva-alianca-com-evangelicos,bad3f9177b5c7410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

econômica, desigualdade combinada ao ressentimento¹²³ como é a nossa, no planeta capital tendem, em um primeiro momento da consciência, para a barbárie, para a guerra de todos contra todos pela necessidade de sobrevivência¹²⁴. Essa questão está presente nas seguintes obras de Marx: *Manuscritos econômico-filosóficos* (1843), *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843) e *Sobre a questão judaica* (1843). Estas são obras que carregam as análises que Marx realiza a partir da constatação sobre a separação entre mundo fundado na propriedade privada dos meios de produção e a forma determinante do trabalho no capital – o trabalho abstrato. Resumindo, o tema da ideologia, tão trabalhado por Marx e Engels, principalmente em *Ideologia alemã*, será aprofundado por Marx na obra *O Capital* para a relação de fetiche que se refere ao âmbito da forma como produzimos e reproduzimos a vida. Neste sentido o psicanalista marxista Wilhelm Reich descreverá seus questionamentos sobre a forma como a subjetividade se inscreve na formação da consciência face a esta devastação social histórica. Então, cabe a pergunta: “como é possível que um fator ideológico produza resultado material, seja na direção de uma política revolucionária ou na direção de uma ‘psicologia de massas reacionária’?” (REICH, 1988, p. 37). A resposta de Reich, no encaixo de Marx e Engels, aponta para os espaços de socialização dessas ideias no processo de adentramento para o princípio da realidade, que é o princípio do Capital.

Então, compreender o retrocesso conservador mundial passa pela apropriação das categorias marxistas e pelo entendimento do que significa um mundo determinado por mercadorias, produzidas por um trabalho que acopla a si a mais-valia, cuja base é o trabalho abstrato, como vê-se em relação ao segredo da mercadoria no item IV de *O Capital*. Ao invés de

¹²³No mesmo sentido de Reich, falamos aqui do ressentimento como insatisfação, ou revolta que permanece submetida aos ditames do sistema que produz essa insatisfação. Ou seja, o ressentimento coletivo emerge de indivíduos que se sentem oprimidos, ao mesmo tempo que se identificam com os ideais das classes que os dominam. Geralmente, resulta numa insatisfação contra os da própria classe, sentidos como competidores e não como aliados necessários

¹²⁴Citamos dois filmes que ilustram muito bem esta guerra entre os próprios trabalhadores: “O Corte”, de Costa-Gravas, de 2006 e, mais recentemente, “Parasita”, do sul-coreano Bong Joon-Ho, de 2019.

os sujeitos que determinam a vida serem as pessoas, antes são as coisas que passaram a determinar o destino das próprias pessoas, pois “a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado” (MARX; ENGELS, 2007, p.37). Então, os objetos produzidos pelas próprias pessoas ganham vida e se tornam os algozes de seus produtores. Por sua vez, isso só é possível na medida em que os trabalhadores-produtores se alienam como trabalhadores privados de determinadas mercadorias. Ou seja, ao se distanciar dos objetos, relação a partir da qual emerge um valor, que por sua vez exclui o trabalhador para fora desse círculo, chega-se ao que Marx definiu como uma relação entre seres humanos que assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

Como já descrevemos anteriormente, e conforme Marx e Engels, a ideologia não é mera expressão do convencimento das classes dominantes, mas sim:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (...) As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p.47).

Nesse sentido, as ideias dominantes instauram-se a partir da classe dominante, mas “uma classe não é dominante porque universalizou suas ideias, mas universalizou suas ideias porque é classe dominante” (IASI, 2017, p.101). Portanto, como descrevemos ao longo desta tese, não se trata somente de uma questão de manipulação e convencimento das classes dominadas, mas sim a substância que constitui o poder material dessas ideias advém das próprias relações de produção nas quais se inscreve uma classe como a classe dominante.

Essa fórmula, que está na base da alienação, encontra várias expressões no campo do pensamento, entre elas na própria maneira de se fazer política e as opções táticas para o que podemos definir como caminhos para o socialismo. A organização política da sociedade estipula-se e reproduz, ou seja, autonomiza-se em relação aos trabalhadores, analogamente, assim como a mercadoria volta-se contra seus produtores, também as formas que se estranham voltam-se contra eles, ao mesmo tempo que deles dependem para existir. Situação que se reflete também em uma autonomia da esfera política em relação aos produtores e é resultado de um conjunto de relações

sociais que se estabelecem de forma fetichizada. Em suma, quando determinada consciência expressa o mundo de determinada forma, esta expressa assim porque corresponde à materialidade no qual está inserida e a partir da qual se constitui, ou seja a classe proletária é forjada na própria lógica do capital, sendo assim, não é de estranhar que ele mesma tenha como primeiro instinto a defesa de sua sobrevivência. Portanto, a proprietária dos meios de produção, em nosso caso a burguesia, apresenta a história universal como sendo a sua, por exemplo com a função de garantir e reproduzir as relações que estão na base da dominação de uma classe sobre a outra. A par disso, a própria burguesia apropriou-se de e adotou um discurso, definido como progressista, por meio de políticas focadas nas questões identitárias sob o nome de democratização. Estas, por sua vez, em nada modificaram a condição real efetiva, para que pudéssemos estabelecer relações igualitárias, deixando intactas as classes efetivamente responsáveis pela desigualdade e formas de violência que daí advêm, colocando a responsabilidade de “solução dos problemas” nos próprios trabalhadores, e reforçando assim a ideia de que a causa de sua condição é outra que não a lógica do próprio capital. Esta produção ideológica em muito se assemelha à defesa da teoria do empoderamento pela individualização da responsabilidade.

Não é de estranhar que o primeiro momento da consciência no jogo da barbárie pela sobrevivência seja o da luta de todos contra todos, que, como já falamos, expressa-se por formas de violência das mais variadas. Por isso, mantendo-se o capitalismo e a ideologia individualista que lhe corresponde, o sentimento generalizado tem sido o de ressentimento dos trabalhadores contra outros que representam o achatamento de direitos e até o desemprego. Desse modo, em momentos de crise, muitas vezes estão dadas as condições não revolucionárias, mas sim de virada reacionária e manutenção do capital. Logo, elegem-se bufões, que supostamente vão devolver o amparo que, também supostamente, existira em passados idealizados.

A própria aceitação, por parte de membros da classe trabalhadora, da violência e truculência estatal como forma de “limpeza” dos pobres (Iasi, 2017), ilustra esta condição como consequência de uma barbárie intransponível nos marcos da sociedade das mercadorias, por sua vez está no centro da contradição política, a origem da divisão entre o cidadão e o burguês. Enquanto “cidadão” não passa de uma definição abstrata da organização política, por seu lado o burguês defende, acima de tudo, os interesses particulares de sua classe. Como bem afirmou o

bilionário norte-americano Warren Buffet: “Na verdade, tem havido uma luta de classes nos últimos 20 anos, e a minha classe venceu”¹²⁵. Trata-se de uma necessidade voltada para si, que em nada se assemelha com o interesse comum do bem-estar da humanidade. Este tipo de definição pode ser nomeado por classes sociais antagônicas, como o que efetivamente nos separa e nos identifica no espaço da produção e reprodução. A partir daí, Marx parte para a crítica à forma como se constroem os direitos humanos universais, mantendo os interesses privados como fundamento da sociedade vigente quando expõe que:

O Estado político aperfeiçoado é, por natureza, a vida genérica do homem em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos da vida egoísta continuam a existir na sociedade civil. Onde o Estado político atingiu o pleno desenvolvimento, o homem leva, não só no pensamento, na consciência, mas na realidade, na vida, uma dupla existência – celeste e terrestre. Vive na comunidade política, em cujo seio é considerado como ser comunitário, e na sociedade civil, onde age como simples indivíduo privado, tratando os outros homens como meios e tornando-se juguete de poderes estranhos (MARX, 1989, p.45).

A conclusão é que o que permite a construção do vínculo entre os seres sociais é constantemente mediado por se subjugarem aos interesses egoístas do lucro. Em decorrência disso, Marx desenvolve seu raciocínio, revelando que:

[...] o *citoyen* é declarado como servo do “homem” egoísta, a esfera em que o homem age como ser genérico vem degradada para a esfera onde ele atua como ser parcial; e que, por fim, é o homem como *bourgeois* e não o homem como *citoyen* que é considerado como o homem verdadeiro e autêntico (MARX, 1989, p.58).

Então, perguntamos: as teorias que abandonam a centralidade na classe não estariam, desse modo, apenas contribuindo para assinalar o sintoma e apresentá-lo de forma falseada, na medida em que o explicam em suas próprias expressões aparentes, não conseguindo ir além do que ocultam, e por isso podem servir mais para a manutenção do capital do que combatê-lo?

¹²⁵Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/buffett-ricos-venceram-luta-de-classes-2678952.html>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

Nossa resposta é afirmativa, e a consequência geralmente é uma certa indiferença em relação aos que não pertencem à identidade especificamente defendida. Aliás, permanecendo no campo do reconhecimento individual, ocupar espaços dentro do capitalismo como se se tratasse de um mal necessário para relações menos violentas, para a superação do racismo ou machismo, parece-nos de certa forma contraditório com o posicionamento dessas organizações feministas que defendem que o capital é intrinsecamente dependente da manutenção dessas dominações e que, portanto, o fim de uma delas seria o desabar de toda a estrutura. Então, por esta lógica, como seriam possíveis as conquistas para as mulheres, negros, indígenas, entre outros, e sua emancipação dentro dos marcos do capitalismo?!

Assim, longe de superada, essa direita, que é um fenômeno intrínseco ao próprio sistema e que se fortalece a partir dessa amálgama que passou a se definir por esquerda, os movimentos feministas citados, inclusive o da autora pesquisada, renderam-se em certa medida ao conservadorismo de esquerda, que aderiu a propostas que não representaram nenhum avanço efetivo no combate à desigualdade real.

Deste modo, após o descrito, podemos afirmar que a eleição do último presidente insere-se neste contexto de alienação¹²⁶, embasado em uma alienação comum aos trabalhadores, cujas vidas estão determinadas pela mercadoria. Por isso, e tendo em conta os argumentos apresentados, a transformação dessa condição remete “para a dimensão prática que não pode ser alterada pela mera crítica, pelo trabalho da consciência, mas pela ação capaz de alterar as relações que fazem de uma classe a classe dominante; pode-se trocar a expressão (ideias) e manter a substância (as relações)” (IASI, 2017, p.102).

Mas agora, contra os ressurgimentos da direita, torna-se necessário desvelar os seus interesses de classe, e para isso precisamos de um projeto que tenha alguma clareza sobre a particularidade de se denominar uma organização classista revolucionária. E aqui é imprescindível uma consciência de classe em que a identificação está na condição do que nos unifica:

¹²⁶ Alienação como é compreendida por Marx na obra *O Capital*.

trabalhadores cansados da exploração. Ou seja, a superação desta barbárie passa, necessariamente, pela “afirmação da humanidade como um todo, diverso e plural, mas que encontra na condição humana algo que a unifica genericamente além das diferenças particulares que a divide” (IASI, 2017, p.176).

Por isso, desconhecemos processos de transformação revolucionária que tenham sido gestados sem movimentos de insurreição. Em outras palavras, quando o processo resume-se à eleição, geralmente se elege apenas um representante dos interesses da classe burguesa dirigente do Estado em determinado período. Podem se apresentar como mais ou menos autoritários, mais ou menos liberais: contanto que a produção e reprodução do capital permaneça, não representam nenhuma ameaça para o sistema. Não por acaso, o “capitalismo sucumbiu às forças que lutavam contra ele apenas onde o marxismo surgiu como predominante entre elas. Todas as revoluções socialistas bem-sucedidas até agora foram guiadas ou agrupadas em torno do materialismo histórico”. (ANDERSON, 1984, p.101).

De certa forma, a necessidade, por parte dos movimentos feministas socialistas, de acrescentar ao marxismo outras vertentes epistemológicas como forma de completar as faltas desta vertente teórica, revolucionária, também acaba por contribuir para a ideia, muito propagada pelo Novos Movimentos Sociais, de que teria sido graças ao pensamento pós-moderno que passamos a refletir sobre as questões referentes às particularidades da classe. Com isso, contribuindo para fazer “tábula rasa” da história da luta de classes, acontece uma certa amnésia seletiva, que esvazia os movimentos efetivamente revolucionários de seu potencial transformador na esfera cultural. Como foi o caso, ainda que brevemente, da Comuna de Paris de 1848 e da Revolução Russa, em 1917, vanguarda em vários direitos sociais, entre eles os direitos das mulheres. Logo após a Revolução, lançou-se um decreto sobre a dissolução do casamento, com acesso irrestrito ao divórcio, e em simultâneo as mulheres conquistaram o direito ao voto. Já em 1920 deu-se o direito à interrupção voluntária da gravidez. Pelo comando da bolchevique Alexandra Kollontai, inauguraram-se creches, refeitórios e lavanderias públicas e decretou-se o fim do casamento exclusivo, como forma de colocar um ponto final na família burguesa. Os bolcheviques foram também os primeiros a reconhecer os direitos em relação à sexualidade. Assim, a homossexualidade passou a constar nos direitos do Estado soviético. Além disso, decretaram, muito antes da ONU, que nenhuma etnia

poderia ser considerada inferior ou superior a outra. Portanto, não é possível luta revolucionária sem teoria revolucionária. Assim sendo, tirar a centralidade do fenômeno constitutivo da luta de classes, ou seja, a classe trabalhadora, produz organizações inócuas em combater o que seria necessário. Então:

El proceso en el cual se llegan a unir las masas proletarias, la vanguardia obrera y el partido revolucionario, depende de la transformación de la lucha elemental de la clase proletaria, en lucha de clases revolucionaria —la revolución proletaria— y de los efectos que ello tenga sobre las masas asalariadas. La lucha de clases se ha llevado a cabo por miles de años sin que aquellos que luchaban estuviesen conscientes de lo que hacían. La lucha proletaria existió mucho antes de que apareciera un movimiento socialista, no digamos un movimiento socialista científico. La lucha de clases elemental —huelgas, paros por aumentos salariales, o por la reducción de jornadas y mejoras en las condiciones de trabajo— conduce hacia formas elementales de organización de clase (fondos de ayuda mutua, sindicatos embrionarios), aunque la vida de éstas sea corta. (También fomentó un ideal socialista general entre muchos obreros.) La lucha, la organización y la conciencia de clase elementales han nacido, por ende, directamente de la acción, y únicamente la experiencia surgida de esta acción es capaz de desarrollar y de acelerar la conciencia. Se establece como una ley general de la historia que por medio de la acción las grandes masas son capaces de elevar su conciencia (MANDEL, 1970, p.08).

Dito isto, queremos acrescentar que compreender a natureza histórica do capitalismo como forma social específica passa também por identificar as especificidades que o constituem e que o distinguem de outras formas sociais em diferentes épocas e lugares. O feminismo aqui estudado, evidentemente, assume algum empenho na luta pela igualdade. Na aparência há diferenças visíveis entre homem e mulher, branco e negro, entre outros, mas afinal perguntamos: o que se coloca como comum nessa diferença? Portanto, a destruição da desigualdade e o resgate do direito à subjetividade exigem uma revisão deste processo de fazer política fragmentada, adotada nos últimos anos pela esquerda. Há um antiuniversalismo, que impede a associação entre seres humanos como vínculo de reconhecimento no outro e, conseqüentemente, acabam por cair no ressentimento coletivo que vê o outro da mesma condição social como adversário ou inimigo, com isso contribuem para fertilizar o solo para que as classes dominantes continuem a prosperar. Como descrevemos, não se trata de ignorar que há diversidades e particularidades, mas de superar essa pulverização interna às organizações da classe trabalhadora, que se subdividem cada vez mais

em militância feminina, de juventude, de multietnicidades – separadas entre si também –, de estudantes, de LGBTQIs, de desempregados, de sem-teto, de nacionais populares, um sem fim de fragmentações, que tornam cada vez mais nebulosa e obscura a compreensão da totalidade em suas múltiplas determinações. Desse modo, contribui-se para o reforço da ideologia dominante pelo ocultamento e inversão do que é o fenômeno efetivamente responsável por nossa condição de explorados e exploradas. Opomos a esta forma de organização tipicamente liberal o centralismo, que “significa a centralização da experiência, do conhecimento e das conclusões sacadas da militância da classe operária e do movimento dos trabalhadores, sem a qual há o perigo da setorialização e fragmentação das lutas” (MANDEL, 1983, pp.02-03).

Neste registro, a radicalização advém de um processo revolucionário proletário. Para isso, é necessário não mais colorir a barbárie, já que as empresas capitalistas, como a Ford¹²⁷, que apoiam nazifascismo e ditaduras, como a do Brasil de 1964, são as mesmas que na contemporaneidade apoiam também políticas identitárias e não se opõem a um capitalismo multicultural. De fato, geralmente as que financiam repressões devastadoras são as mesmas que financiam as democracias e permanecem intocadas, oscilando entre repressão mais aberta e momentos de cooptação e convencimento. Ainda, podem ter todas as características em simultâneo, realidade mais comum hoje, independentemente da sigla do partido do governo, que representa os interesses no capital em um momento específico.

Acabar com essa fragmentação que, como vimos, não é somente característica dos Novos Movimentos Sociais, pois vem, sim, se estendendo para os que se denominam revolucionários, dependerá da capacidade de superação de um anticapitalismo idealista, pacifista, rebelde etc, mas

¹²⁷Empresas como Embraer, Petrobras, Odebrecht, Andrade Gutierrez – levantamento da Comissão Nacional da Verdade –, que enriqueceram muito no período da ditadura militar, continuaram a somar lucros com os governos petistas. A última declarou apoio aberto ao ex-presidente Lula. Podemos, também, citar o caso dos campos de concentração nazistas: eram várias as empresas industriais que lucravam com o trabalho escravo dos Campos. O próprio Primo Levi descreve o processo de uma das maiores empresas alemãs, responsável pelos fornos crematórios, que entre as diversas funções serviram para apagar provas dos horrores nazistas: a *Top Wiesbaden*. Esta mesma empresa permaneceu ao longo dos anos, inclusive no período de democracia contemporânea alemã, fabricando fornos para uso domésticos (LEVI, 2010).

ineficaz tanto em combater a barbárie quanto em fazer com que o novo surja. São vários os fatores necessários nessa empreitada, entre eles a busca por uma resolução que tenha como prioridade as bandeiras do socialismo como proposta de abolição da sociedade de classes e suas consequências. Evidentemente, consideramos o marxismo como terreno intelectual “necessário para todos os que procuram não se deleitar no carnaval das relações produtivas e do mercado capitalista, mas transcendê-los” (FOSTER, 1999, p.205). Nesse nível, as reivindicações pelo direito à subjetividade envolvem questões mais profundas do que o verbalismo que se refere ao reconhecimento das identidades individuais.

Assim, pensar a emancipação das mulheres é, em nosso entender, estabelecer um movimento com compromisso com a igualdade real e em oposição à desigualdade imposta. Para que se estabeleça a igualdade como reivindicação agregadora, precisamos assumir a nossa indiferenciação em consequência de estarmos reduzidos à condição de meros vendedores da força de trabalho, cujos destinos são controlados pelo lócus do mercado capitalista.

Assim sendo, concordamos com Schaff no sentido de que toda democracia é uma ditadura de uma classe sobre outra quando afirma que:

A plena liberdade individual só pode ser obtida pela eliminação final da sociedade de classes, juntamente com os interesses e atitudes contraditórios para com a liberdade, associados a tal sociedade – ou seja, eliminando-se a democracia como forma de domínio de uns sobre os outros (SCHAFF, 1964, p.111).

No mesmo sentido, a condição para que cada um possa exercer sua individualidade passa pelo fim: da sociedade de classes; da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais; e do Estado e da democracia tradicional. Só assim tornar-se-ia possível o necessário para a emancipação de qualquer trabalhador. Parafraseando Marx, não somos nada, mas devemos ser tudo, buscando uma realidade que torne possível a reconciliação entre o universal e o particular, em que “se são as circunstâncias que formam os seres humanos, então humanizemos as circunstâncias” (IASI, 2017, p.11). O desafio na encruzilhada do socialismo ou da barbárie está posto, e a decisão sobre o caminho a ser seguido dependerá do processo de consciência de classe que coincida com a opção não mais pela barbárie, pois nos cabe perquirir sobre o processo de organização revolucionária, portanto de classe, à luz da teoria do valor de Marx. Além disso,

compete a nos colocar em vigor um diálogo e práticas com movimentos dispostos a resgatar as formas de organização de lutas anticapitalistas no intuito de intensificarmos a capacidade de luta da classe trabalhadora contra os constantes processos de cooptação e convencimento, alavancados por ideologias que muito mais contribuem para engrossar o lucro do capital do que visam combatê-lo efetivamente.

Destarte, nas tensões fecundas que podem apontar para um horizonte adequado a uma crítica capaz de “iluminar o futuro, e não apenas levar a contemplar as cinzas” (SOKAL; BRICMONT, 1999, p.228), resgatamos o poema *Manifestación*, de Pedro Shimose, poeta que ousou *traspasar los umbrales de la historia* e, ao se constituir como sujeito coletivo, pode então se constituir como sujeito singular na conquista pela humanização das circunstâncias:

“Con la rabia en el ají

salgo con mi cóndor bajo el brazo

cruzo la calle con una piedra en la mano,

camino con un policía vigilándome el hambre,

busco el oído y el ojo de la noche,

pego carteles, corro por las plazas,

grito con una brasa en la lengua,

pinto las paredes: ‘viva el Che’,

me dan agua en manguera,

soy el fuego;

me dan relámpago en humo,

soy la tierra;

me abren una herida donde sea,

soy el pueblo;

me persiguen, me encarcelan, me torturan.

rompo maderas y cristales, canto,

oy a la huelga con mi miedo natural y un sorbo de café caliente;

vuelo por la ciudad, rasgo el aire, trizo las vitrinas,

golpeo las páginas de los periódicos,

derribo puertas, venzo máscaras y cachiporras,

traspaso los umbrales de la historia,

¡¡soy!!”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário. Onde passou a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais” (MARX & ENGELS, 1848)

Ao longo desta tese, fizemos a apresentação, análise e crítica das contradições do feminismo marxista e, em particular, do feminismo marxista de Heleieth Saffioti, dentro de uma proposta calçada no materialismo histórico. Procuramos, também, dar respostas a questões sobre as principais tendências da inserção da força de trabalho feminina no capitalismo contemporâneo. De forma resumida, procuramos compreender se, na engrenagem de produção e reprodução do capital, este necessitaria estruturalmente fazer uso dos caracteres sexuais de quem vende a força de trabalho, como defende Saffioti, ou se o capital prescindia do fenômeno patriarcado, ou ordem patriarcal de gênero, em sua reprodução e manutenção.

Assim sendo, consoante fomos adentrando no debate e incorporando novos elementos, principalmente referentes às leis principais que regem o movimento do capitalismo, impressas na obra *O Capital*, de Marx, passamos a ter acesso a chaves teóricas, que nos permitiram questionar alguns dos pressupostos que o feminismo socialista de Heleieth Saffioti tem como ponto de partida para a análise sobre o tema, principalmente na relação expressa pela imagem do *nó* entre sexo/gênero-patriarcado-raça/etnia-classe. Essa abordagem nos conduziu para a necessidade de buscar novas respostas sobre o próprio papel do patriarcado em sua relação com a exploração do trabalho. Demonstramos também que a feminização acelerada da força de trabalho a partir de 1970

de que fala Saffioti não é um indício de que o capital tende a aprofundar o abismo entre homens e mulheres, pelo contrário é uma demonstração da indiferença do próprio sistema em relação a essa questão, particularmente no que se refere à produção de valor. Este último fator não tem sexo, é trabalho humano abstrato, socialmente necessário, medido em tempo, ou seja, em uma definição mais rigorosa, não faria nem sentido definir as metamorfoses na forma de trabalho concreto como feminização do mundo do trabalho. Nesse ínterim, a relação do feminismo com a luta democrática como espaço de produção de tensões dentro do capitalismo, que o feminismo marxista considera como tensionamento revolucionário pelo tripé classe-sexo-raça, foi abordada e questionada ao longo deste trabalho. Entre outros pontos, discorreu-se sobre as relações que se estabelecem na esfera de produção e reprodução do capital e de que forma a proposta explicativa sobre a ordem patriarcal de gênero, legada de Saffioti, torna-se antagônica ao que Marx descreveu como as leis universais do próprio sistema.

Assim, no sentido de contribuir para este momento de síntese, reduziremos alguns elementos abordados nos capítulos. Damos destaque ao terceiro, quarto, quinto e sexto capítulos, pois nestes trazemos questões fundamentais para o debate em questão.

No sentido de problematizar o feminismo marxista, particularmente em sua compreensão a partir de Heleieth Saffioti, articulando com o que foi descrito ao longo desta tese, e afirmando que sem essa vinculação os pontos aqui sintetizados não fariam qualquer sentido, podemos descrever nossas conclusões, apresentadas a seguir:

a) Feminismo socialista e marxismo: críticas antagônicas

Após apresentarmos a autora no início desta tese e demonstrarmos sua importância para o movimento feminista socialista, partimos para o que se tornou central em suas obras mais contemporâneas, como a referência à questão de gênero tendo por base teórica o que podemos definir por “campo estruturalista e pós-estruturalista”. A súbita influência dessa vertente é um

fenômeno importante, já que permanece até o final da vida intelectual dessa autora. Tentamos fazer uma análise cuidadosa de sua produção ao longo desta tese e ainda entendemos que se há, aparentemente, uma descontinuidade em sua obra, seria um diagnóstico apressado partir da ideia de que se verifica uma ruptura entre sua teoria dos anos de 1970 e a do início da década de 1990. Ou seja, nos escritos a partir de 1980, Saffioti adota até o final de sua vida intelectual a influência pós-estruturalista, com a qual mantém uma certa ambiguidade, ora defendendo o uso constante da categoria gênero, ora criticando seu uso, por ser demasiado “palatável”. Ao mesmo tempo, insiste em reivindicar o campo categorial marxista. Esta mudança, ou complemento, como define a própria Saffioti, não pode ser, necessariamente, considerada uma ruptura com seu pensamento nos primeiros passos do seu percurso intelectual. Consideramos, pois, que esta mutação intelectual está vinculada à posição de Saffioti frente ao rumo político das organizações às quais ela se dedicou de forma militante, como o Partido dos Trabalhadores, e à organização das políticas de “empoderamento” para as mulheres. A cientista social aqui estudada, na década de 1980, torna-se, ainda, uma das figuras mais engajadas na luta contra a violência contra a mulher no Brasil. Assim, o investimento no fenômeno da violência, principalmente a partir de 1990, justifica, segundo essa autora, seu interesse pela literatura voltada a autores como Foucault e Bourdieu, assim como a autores e autoras que focaram na questão de gênero, como Scott.

Por isso consideramos que nesse universo, o da década de 1980, o espaço concedido por Saffioti à questão de gênero, poder, violência simbólica, subjetividades, entre outros, não assinala uma ruptura com a linha teórica desenvolvida anteriormente, apenas significa o desaguar de um projeto teórico e político assinalados por uma preocupação voltada para as demandas políticas pragmáticas, como a reivindicação de reformas e conquistas de espaços dentro do sistema capitalista, e cada vez menos para uma proposta de ruptura que, efetivamente, tenha como base um programa de emancipação humana.

Assim, ainda que Saffioti não tivesse abandonado alguns dos pressupostos anteriores e categorias que remetem ao campo marxista, como “exploração”, “mais-valia”, “classe” etc., acabou por incorporar todo um campo categorial, que podemos definir, de certa forma, como antagônico e incompatível com o que essa autora reivindica como marxismo. Situação esta que, como vimos, ocorre e coincide com o final dos anos 1970 e início dos anos 2000. Destacam-se, a

partir dos anos 1990, as frequentes referências a autores como Scott, Guattari, Deleuze, Foucault, Bourdieu, Lauretis, Butler e Lacan. O recurso a esses pensadores deve-se ao fato de a autora compreender que o marxismo é limitado no que se refere à questão feminina em específico e que as organizações de esquerda teriam negligenciado os problemas referentes à mulher trabalhadora. Portanto, como vimos, esta cientista social recorre a esses autores no intuito de “completar” o marxismo. Como a explicação para a condição da mulher trabalhadora nas análises do feminismo marxista permanecem limitadas ao trabalho concreto, conseqüentemente Saffioti conclui, a partir das influências da obra de Foucault¹²⁸, que a categoria “classe” só pode ser compreendida se analisada como manifestação composta por sujeitos múltiplos e heterogêneos contra um poder difuso, que tem seu epicentro em vários centros, e suas capilaridades, que iriam muito além da condição de classe. Aqui temos o âmago explicativo de sua tese central, que havia sido iniciada em 1969 com o livro *A mulher na sociedade de classes*, que tem sua forma mais acabada na continuidade da relação do “nó” entre não mais apenas classe-patriarcado-raça, mas classe-sexo/gênero/patriarcado-raça/etnia, agregado à ideia de dominação-exploração/exploração-dominação. É nesse sentido que podemos afirmar que Saffioti enveredou pelo que podemos designar “ecletismo¹²⁹ do conhecimento”. Ou seja, lança mão de conceitos e categorias das mais variadas vertentes teóricas, sem dar justificativa conceitual sobre a possibilidade de conciliação de vertentes tão díspares. Seu objetivo é produzir teoria a partir dessa junção, e é aqui que fazemos a crítica, pois são desconsiderados seus impactos conservadores no campo da ideopolítica, como a defesa do empoderamento ou da conciliação classista em prol de algumas bandeiras identitárias¹³⁰.

¹²⁸Foucault, *Microfísica do poder* (1978), *Vigiar e punir* (1975), obras citadas e apresentadas no Capítulo 2 desta tese.

¹²⁹ De acordo com José Paulo Netto (1990), o ecletismo e conseqüente sincretismo na prática tem suas raízes em contradições sócio-históricas, principalmente, em razão das mediações necessárias entre o Estado que não é outro que o Estado do capital, e a reivindicação por reformas, muitas vezes através das políticas públicas. Discussão bastante aprofundada no clássico do Serviço Social, de José Paulo Netto, *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. Nessa tese sobre estrutura sincrética do Serviço Social, Netto demonstra como esse ecletismo se expressa comumente nos limites teóricos, que permanece, em muitos casos, no âmbito epidérmico do fenômeno e tem sido marca constitutiva do saber produzido no campo da Filosofia e das Ciências Humanas e Sociais.

¹³⁰ Para essa discussão, no Capítulo 2 fizemos uma apresentação dos autores centrais desse embate teórico sobre gênero/sexo, classe e patriarcado na obra de Saffioti, a saber: Foucault, em *Microfísica do poder* (1978), *Vigiar*

Como vimos, o próprio termo “empoderamento” advém de uma ideologia articulada a um processo individual de empreendedor(a), que não está associada à organização de classe e, como define Ivy Carvalho, passa haver um “desclassamento” da classe trabalhadora: sua vinculação com o processo de “desclassamento” da classe trabalhadora ampara-se no discurso do “empoderamento”. Neste processo, o projeto de empoderamento nitidamente afrouxa as tensões e contradições de classe entre “capital/trabalho; desconsidera-se a função social antagonica que têm proprietários dos meios de produção e possuidores da força de trabalho na reprodução das relações sociais de produção” (CARVALHO, 2013, p.203). Assim, esse ecletismo como resultado do percurso teórico de Saffioti, acaba por contribuir para reforçar a perspectiva teórico-política que vai ao encontro da busca por um lugar de poder interno ao próprio sistema capitalista, o que favorece a manutenção da mistificação ideológica produzida por uma exploração capitalista, que oculta e, “longe de ser mais transparente, é mais opaca (WOOD, 2013, p.229). Desta forma, a produção intelectual dos discursos feministas aqui estudados promovem, contraditoriamente, a hegemonia ideológica do capitalismo “ao mascarar sua tendência intrínseca a criar subclasses” (WOOD, 2013, p.229).

Neste sentido, e porque atualmente nos parece ser uma questão muito presente, estes pressupostos, que dificultam ainda mais ao trabalhador compreender-se como parte da classe trabalhadora, obscurecem as determinações tanto econômicas quanto políticas que daí emergem. Desse modo, observamos o “empoderamento” como funcional ao “desclassamento da classe”, na medida em que se vincula a relações materiais de dominação, vela e inverte as determinações reais das mesmas”. (CARVALHO, 2013, p.203).

Aqui podemos traçar semelhanças com as reivindicações pelas pautas identitárias que tiveram origem em 1974, nos EUA, e estão na origem dos Novos Movimentos Sociais (NMS), com o Coletivo Combahee River (CCR)¹³¹, fundado por mulheres negras e lésbicas na cidade de Boston. Tal como Saffioti, também suas fundadoras reivindicavam a necessidade de se pautarem

e punir (1975) e *História da sexualidade* (1978); Scott, em *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* (1991); e Bourdieu, em *A dominação masculina* (1998). Trata-se de intelectuais dos campos considerados estruturalista e pós-estruturalista.

¹³¹Manifesto do Coletivo Combahee River. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46661/31124>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

as questões de gênero, raça e classe, no intuito de fazer frente ao capitalismo, patriarcalismo e racismo por meio de uma relação de interseccionalidades. De acordo com esse Manifesto:

Somos socialistas por acreditarmos que o trabalho deve ser organizado para o benefício coletivo daqueles que trabalham e criam os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que os criam. Não estamos convencidas, contudo, de que uma revolução socialista que também não seja uma revolução feminista e antirracista garantirá nossa libertação. Chegamos ao ponto de precisarmos desenvolver uma compreensão das relações de classe que leve em conta a posição de classe específica das mulheres negras. (MANIFESTO DO COLETIVO COMBAHEE RIVER, 2019, p.201).

Podemos dizer que o fio central do manifesto de inauguração dos NMS, que paira sobre a questão das interseccionalidades entre classe-gênero-etnia/raça, aproxima-se da lógica descrita pelo feminismo socialista de Saffioti e das autoras citadas ao longo desta tese. Principalmente na medida em que reivindicam a necessidade de que as organizações que se definem como revolucionárias agreguem à classe as variadas opressões interligadas e, no mesmo sentido, reconheçam o sexo e a raça dos trabalhadores inseridos na classe trabalhadora como algo central para a exploração capitalista. Isso significa, para o CCR, a necessidade de articulação “dessas pessoas, que não são meramente trabalhadoras sem raça e sem sexo, mas para quem as opressões racial e sexual são determinantes significativos para suas vidas laborais e econômicas.” (MANIFESTO DO COLETIVO COMBAHEE RIVER, 2019, p.201).

Então, tanto no movimento das feministas classistas como no documento-base dos Novos Movimentos Sociais, aqui citados, mantém-se a exigência de um projeto utópico que tenha por base o tripé que repõe claramente a relação raça/etnia-gênero/sexo/classe-patriarcado/capitalismo. Também, aqui, entendemos que Saffioti aproxima-se muito mais dos movimentos sociais que ela critica do que se afasta deles. Isso porque o empoderamento é uma característica comum aos Novos Movimentos Sociais – movimentos indígena, de mulheres, de negros, por direitos humanos e pelos LGBTQI. Assim como é também uma característica incentivada ao longo do processo de “onguização” dos movimentos sociais, que ganhou corpo no espaço da sociedade civil a partir de 1990.

Há, portanto, em ambos os casos – o feminismo socialista e os NMS –, uma reivindicação, clara, pela estratégia do empoderamento, de visibilidades, de cotas, acesso a espaços de poder de democracia abstrata e indefinida, o que chega a ser de certa forma uma redução simbólica que se afasta completamente da base marxista pela revolução socialista.

Resumindo, a teoria feminista socialista da qual parte Saffioti, em sua compreensão dos pluri-fenômenos em constante interação, pela preocupação abstrata em se ter em conta as alteridades referentes ao sexo-gênero/etnia-raça. Tendo por alvo as “políticas públicas” que poderiam aproximar mulheres e homens em condições de igualdade, a luta feminista socialista não objetiva apropriar-se dos meios de produção, mas alcançar novos espaços de “empoderamento” e de reconhecimentos, de forma a erradicarem as hierarquias de poder, que, de acordo com Saffioti, permanecem na “ordem patriarcal de gênero”. Assim, o percurso prático proposto ignora a essência capitalista em sua lógica de exploração completamente indiferente às identidades sociais dos que são explorados (WOOD, 2013, p.229). Por último, o fato de Saffioti ter negligenciado as leis objetivas presentes na obra *O Capital* também facilitou sua aproximação por afinidade com autores de outras vertentes não materialistas e suas formas não contraditórias de compreender o mundo. Por isso, não é de estranhar que nos últimos anos de seu percurso militante tenha se voltado para a reivindicação de políticas públicas pela lógica do empoderamento. Parece-nos, portanto, o pensamento feminista socialista, que teria uma suposta radicalidade a mais do que os Novos Movimentos Sociais, aproxima-se mais em seu conteúdo e proposta de atuação política do que possa ser considerado incompatível com ele, permanecendo em ambas as formas de organização política uma certa confusão entre revolução, no sentido de transformação radical para outra forma que não mais seja a capitalista, e transformações pelas reformas democráticas, que incidem sobre questões individuais. Em outras palavras, parece-nos que não se diferencia a transformação individual da transformação dos sujeitos sociais, coletivos.

b) O fim do patriarcado

Sobre o patriarcado e a “ordem patriarcal de gênero”, descrita por Saffioti, queremos apenas acrescentar que, após a pesquisa apresentada nesta tese, considerar que o patriarcado

permanece como fator estrutural no capitalismo, ou até mesmo que ele permanece como fenômeno atual, não se justifica mais. Consideramos que é necessário romper com a tradição teórica do feminismo sobre essa questão aqui descrita, por estar, a nosso ver, esgotada. O fundamento sobre o patriarcado em Saffioti, está na indissociabilidade entre o sexo masculino e a propriedade privada inaugurada através de um pacto. Efetivamente, no feudalismo, apenas os senhores feudais podiam ser proprietários privados, no escravismo, somente, os escravocratas podiam ser proprietários dos meios de produção. Em ambos os casos os senhores tinham seu direito selado por ordem divina e imutável. Bem, compreendemos que o capitalismo rompe com essa ordem. Como vimos, a sociedade capitalista apresenta determinados processos históricos particulares, que, inclusive, a diferencia de formas de organização anteriores. Os trabalhadores passam a ser livres proprietários de sua força de trabalho e ser proprietário dos meios de produção não é mais um privilégio de sexo, o capitalismo quebra esse laço pessoal. Assim, entre suas singularidades está o fato de prescindir das características físicas humanas na relação com a propriedade, que seria o pilar matricial que caracteriza uma determinada sociedade como patriarcal. O questionamento em relação à premissa de que o patriarcado permaneceria estrutural inscreve-se então, para nós, nestas metamorfoses radicais na constituição da forma de produção. Por isso, não é de se estranhar que a própria burguesia, por meio de instâncias como o FMI, o Banco Mundial ou os próprios capitalistas, passou não só a se apropriar de bandeiras identitárias como a defendê-las, inclusive a multietnicidade ou paridade sexual nas direções de empresas como um patamar a ser alcançado na escala de produtividade. Como é o caso de Melody Hobson, mulher negra e presidente de grandes empresas multinacionais, que defende como princípio das empresas a política da diversidade e cuja crença “básica é que diversidade de formação – de raça, classe social, gênero etc. – e de opiniões leva a melhores resultados”¹³².

¹³²Disponível

em: https://www.bbc.com/portuguese/geral50654034ocid=socialflow_facebook&fbclid=IwAR2lolQCMrHyBHbYP6vO9zrNwINGw7j75rPMQZJ6kL6R1KN2dJYUIFWpwog. Acesso em: 20 jul. 2019.

Em consequência, tanto homens como mulheres passaram a exercer o direito de propriedade, cujo marco estrutural passou a ser a classe a que pertencem, e não mais as insígnias étnicas ou sexuais como determinação para que alguém possa fazer parte de uma classe ou de outra. Logo, não se trata de ignorar que há formas de violência, como a violência machista. Mas não é tão claro, nem simples, primeiro, dizer que o que impulsiona a violência dentro da própria classe trabalhadora é um fenômeno equivalente ao das sociedades pré-capitalistas ou de capitalismo incipiente e, segundo, não é, a nosso ver, possível afirmar que o patriarcado, enquanto fenômeno histórico e econômico, permanece como sendo estrutural à sociedade capitalista.

c) A exploração capitalista não tem sexo/gênero-raça/etnia: esta é indiferente às dominações específicas.

Nesta tese começamos por fazer um percurso de explanação e, posteriormente, uma crítica das obras de Saffioti, a saber, os textos nos quais a autora descreve o que se pode entender por feminismo de classe e a ampliação do que ela definiu como debate marxista no campo da luta feminista dos anos 1960 até a primeira década dos anos 2000. Nesses textos e obras, alcançamos pistas do porquê de a obra de Saffioti ser, até aos dias de hoje, uma contribuição relevante para o pensamento feminista socialista contemporâneo. Esta autora exerceu influência teórica sobre as destacadas intelectuais e feministas Helena Hirata, Daniele Kergoat, Souza Lobo – ou, até mesmo, sobre o pensamento de gerações posteriores – como o de Mirla Cisne e Cecilia Toledo – que poderiam ser pensadas como continuadoras do movimento feminista classista.

Os argumentos de Saffioti vão no mesmo sentido do que viria a ser a forma de organização política, movimentos sociais e partidos em suas múltiplas relações entre as questões de classe, etnia/raça e gênero/sexo. Já em relação às especificidades da força de trabalho feminina, essas autoras têm em comum o fato de analisarem a exploração específica do capitalismo a partir das características úteis do trabalho – do trabalho concreto, o que acabou por dar ênfase ao trabalho útil, ou concreto.

Portanto, coube analisar até que ponto o capital utiliza-se das formas tradicionais de feminilidade e masculinidade como justificativa para intensificar a exploração sobre a força de trabalho. Ainda, para Saffioti, a mais-valia tem sexo, e conseqüentemente as questões referentes à discriminação de sexo/gênero e raça/etnia permaneceriam como forma de intensificação e expansão da extração da mais-valia. Logo, argumenta Saffioti, não é possível derrubar nenhum dos elementos da tríade classe/patriarcado-sexo/gênero-raça/etnia sem que com isso toda a estrutura desabe. Assim, ao falar sobre as impossibilidades do capital em incorporar a força de trabalho feminina de forma igual à masculina, as intelectuais citadas deixaram de lado os processos de modificação na consolidação da exploração da força de trabalho feminina ao longo do desenvolvimento do sistema atual.

O mesmo sentido, como verificamos, sobre a força de trabalho feminina, após os anos 1970, verificou-se um salto significativo e crescente do aumento da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Já na entrada do século XXI, essa tendência consolida-se com o aumento significativo de mulheres que passaram a contar com carteira assinada. Assim é possível explicar a questão da exploração/dominação e estruturalidade/conjunturalidade desses fenômenos e, por decorrência, pincelar possíveis tendências e análises da realidade. Passamos a destrinchar as seguintes questões referentes às condições de inserção das mulheres trabalhadoras. A busca por compreender as modificações na esfera do trabalho nos mesmos períodos sobre os quais Saffioti elabora seus estudos exigiu, de nossa parte, o resgate de alguns dados e pesquisas que já haviam sido realizados e estão disponíveis em estatísticas e trabalhos com esse foco. A partir de nossa pesquisa, debruçamo-nos sobre os seguintes pontos que apontam para possibilidades explicativas acerca dessas questões: a) população economicamente ativa; b) formalidade/informalidade; c) questão salarial; d) peso da renda na contribuição familiar; e) setores de trabalho por sexo; f) quantidade de horas trabalhadas de acordo com o sexo.

Apresentamo-los de forma resumida, já que a descrição está presente, de forma mais detalhada, nesta tese. Em relação à população economicamente ativa de acordo com o sexo, verificamos que, em relação aos homens economicamente ativos, a taxa de atividade das mulheres tem demonstrado uma tendência crescente. Após a década de 1970, verificou-se um salto significativo e crescente do aumento da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Sobre o mercado formal e nível de desemprego, concluímos que, a partir dos anos 2000, houve um

aumento expressivo de mulheres com carteira assinada, e, portanto, a informalidade aumentou mais significativamente entre os trabalhadores do sexo masculino. Percebemos ainda que a constante necessidade que o capital tem em se renovar para garantir sua manutenção e reprodução acarreta, com isso, um processo de espraiamento da proletarização dos trabalhadores, que se especifica por uma força de trabalho mais feminizada e mais qualificada, mas com condições de trabalho cada vez mais precárias para ambos os sexos. Assim, e em uma direção distinta da apontada por Saffioti, o capital em sua lógica não é, de forma alguma, contra a inserção crescente da força de trabalho feminina como mecanismo de extração de mais-valia, pelo contrário, tende a estender a forma capitalista de extração do valor para setores outrora marginalizados da esfera da produção. Sobre o quesito salarial, verificamos um movimento no sentido de aproximação de salários femininos e masculinos, principalmente a partir dos anos 2000. Vinculado a essa aproximação, encontramos entre os fatores um aumento significativo da qualificação da força de trabalho feminina em relação à masculina: os designados “high-skilled jobs”, ou trabalhos altamente qualificados, apresentam maiores taxas para a população feminina. Então, de acordo com a média, a diferença salarial entre mulheres e homens tende a diminuir. Não encontramos abismos salariais para o mesmo cargo, com a mesma qualificação e igual jornada. Ainda, em um curto espaço de tempo, o movimento do capital tem correspondido à crescente inserção da força de trabalho feminina em postos mais qualificados e melhor remunerados. Simultaneamente, verificamos perdas salariais significativas de forma geral, o que também contribui para uma aproximação de salários no sentido descendente. A respeito do peso da renda na contribuição familiar, as mulheres assumem cada vez mais responsabilidade financeira na renda familiar, pois a renda das mulheres nos casais estudados a partir de 2015 cresceu, ao passo que a dos homens diminuiu. Quanto aos setores de trabalho por sexo, concluímos que, com os primórdios da reestruturação produtiva e o aumento simultâneo da qualificação da força de trabalho feminina, a forma contemporânea de inserção da força de trabalho feminina não se verifica, apenas, em espaços de labor “tradicionalmente” femininos. Com o processo denominado “feminização do trabalho” a partir da década de 1970, extrapolou-se esses “espaços tradicionais” para empregos que outrora eram tidos como guetos masculinos. Aumentou ainda, a partir de 1980, em decorrência do crescimento da formação profissional e escolar feminina, a ocupação destas no mercado formal em profissões que exigem essa formação. Por fim, em relação à quantidade de horas trabalhadas

de acordo com o sexo, precisamos fazer algumas ressalvas. Sobre os ocupados e as ocupadas, por horas semanais, a jornada de trabalho feminina, em média, permaneceu inferior à masculina. Assim, quanto maior a jornada de trabalho, verificamos maior separação na diferença da quantidade de trabalhadores em relação ao sexo. Neste sentido, a maternidade é um dos, e talvez o principal, fator responsável para a redução da jornada de trabalho feminina. Consequentemente as trabalhadoras sofrem uma redução salarial em razão da diminuição da jornada de trabalho, e não do sexo, em média. Ainda, muitas vezes o capitalista prefere não contratar uma mulher grávida ou demiti-la quando engravidada em razão da necessária licença-maternidade. Aqui o que pesa é o prejuízo para o capitalista pelo tempo em que a mulher não está sendo produtiva para o capital. O próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST), sob a direção de Maria Cristina Peduzzi, primeira mulher eleita a comandar esta Corte, a partir de 2020, já demonstrou ser contra a estabilidade da gestante em contrato temporário, acrescentando cingidamente que precariedade é já por si contra a estabilidade¹³³. Ou seja, não importa para os proprietários privados que o tempo de maternidade e amamentação, necessário para o desenvolvimento da criança e a recuperação da mãe, seja imprescindível ao bem-estar de ambos, ainda que a lei possa ser favorável a esse direito. Pois o que o determina é o movimento do capital, e não a lei. Portanto, o capitalista, para o qual só importa a lei do valor, coloca a mulher em período de gestação e de necessário cuidado do recém-nascido em situação de desvantagem. Trata-se, pois, de um momento em que não está sendo produtiva para o capital. Mas mesmo neste quesito sobre responsabilidades domésticas, temos dados que começam a apontar em uma direção diferente. A respeito do que eram tradicionalmente empregos masculinos e femininos, verificamos que esta linha divisória não é mais tão clara.

Em geral, é verdade que as mulheres enfrentam condições de trabalho cada vez mais penosas no que se refere à precarização, mas devemos acrescentar que essa forma de contratação, com acesso anêmico a direitos, deixou de ser exceção para ser a regra mundial de contratação da força de trabalho, que atinge trabalhadores, independentemente do sexo/gênero e raça/etnia.

¹³³Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-nov-25/tst-veta-estabilidade-temporarias-engravidam>. Acesso em: 10 jan. 2020.

Neste sentido, das metamorfoses no mundo do trabalho que agem no intuito de garantir a manutenção e reprodução do capital, Engels, quando escreve *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1845, com o objetivo não somente de trazer o fenômeno para o âmbito descritivo, mas principalmente elaborar um relato aprofundado do que se tornou a tendência do capitalismo em relação à exploração da força de trabalho, descreve especificamente sobre as condições de penúria mais agravadas de setores da classe trabalhadora inglesa, por vezes de total escravização, amparadas pela lei britânica, como a classe trabalhadora constituída em grande maioria por irlandeses, submetidos a condições sub-humanas. Em relação às condições desses trabalhadores, Engels afirma que:

O lugar mais repugnante [...] chama-se Pequena Irlanda (Little Ireland). [...] As casas são velhas, sujas e do tipo mais exíguo; as ruas, irregulares e nem todas pavimentadas, não são niveladas nem há rede de esgoto; imundície e lama, em meio a poças nauseabundas, estão por toda parte; daí a atmosfera, já enegrecida pela fumaça de uma dúzia de chaminés de fábricas, ser empestada. Vagueiam aí mulheres e crianças esfarrapadas, tão sujas como os porcos que chafurdam na imundície e na lama. [...] quem aí vive deve realmente situar-se no mais baixo escalão da humanidade. (ENGELS, 2010, p.102).

Como dissemos, a descrição e os estudos sobre os trabalhadores feitos por Engels não têm por propósito, apenas, relatar as penúrias dos trabalhadores, mas também, a partir do pensamento sociológico, descrever o que são as tendências no capitalismo em relação à exploração da força de trabalho. Engels faz, assim, uma descrição da forma como as características específicas do capital, em um momento de desenvolvimento do capitalismo, foram engrenagens úteis na degradação das condições de vida da classe trabalhadora em geral. Ou seja, estava “o irlandês concorrendo com o inglês e reduzindo gradativamente o salário deste – e, assim, seu grau de civilidade ao seu próprio nível” (ENGELS, 2010, p.119). Ainda sobre essa relação de disputa entre os trabalhadores e suas implicações, Marx faz o seguinte paralelo, declarando que:

[...] a burguesia inglesa tem [...] dividido o proletariado em dois campos hostis. [...] *Em todos os grandes centros industriais da Inglaterra*, existe um profundo antagonismo entre o proletariado irlandês e o proletariado inglês. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que reduz salários e o *padrão de vida*. Ele sente antipatias nacionais e religiosas por ele. Ele o vê de maneira semelhante àquela

como os brancos pobres dos estados do sul da América do Norte viam os escravos negros. Esse antagonismo entre os proletários da Inglaterra é artificialmente nutrido e mantido pela burguesia. Ela sabe que essa divisão é o verdadeiro segredo da preservação de seu poder. (*apud* ANDERSON, 2019, p.227)

Logo, o rápido desenvolvimento capitalista, neste caso o capitalismo inglês, só foi possível porque contou, entre outras questões, com um exército industrial de trabalhadores, amplamente explorados e em grande quantidade, dispostos a qualquer condição de trabalho, que por seu lado permitiu uma crescente deterioração das condições de vida dos trabalhadores ingleses a parâmetros cada vez mais igualitários aos dos irlandeses— na degradação de direitos – no âmbito da exploração. Ora, nenhum capitalista preferirá reduzir sua extração de mais-valia em prol de identificações morais, nacionais, raciais, sexuais, entre outras, até porque isso significaria sua morte na competição intercapitalista cada vez mais internacionalizada¹³⁴.

Aqui podemos fazer um paralelo entre o movimento da questão sexo/gênero no âmbito da exploração com essa questão étnico/racial. Nesse sentido, os irlandeses sofriam discriminação racial em relação aos ingleses, e a própria lei inglesa permitia o assassinato de irlandeses, equiparando-os a cães ou bestas¹³⁵ (ALLEN, 2012). Assim, a lógica das discriminações raciais sofridas pelos irlandeses no início do processo da Revolução Industrial e a utilidade dessas discriminações para a intensificação da exploração pode ser equiparada aos primórdios da inserção da força de trabalho feminina, que, após o desenvolvimento da indústria, e simultaneamente da maquinaria, passou a ser a força de trabalho mais cobiçada pelo patronato, como forma de pressionar a força de trabalho masculina, que já tinha alguns direitos consolidados. Desse modo, a partir do momento que se generaliza a maquinaria, a força física, principalmente a partir do século XIX, não é mais central, daí verificamos um aumento no sentido crescente de inserção da força de trabalho feminina, que em geral leva ao achatamento das condições de vida de todos os

¹³⁴Sobre essa questão ver artigo: *BIS/FMI/G10 ordenam reforma da previdência nos países*. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-bis-fmi-g10-ordenam-reforma-da-previdencia-nos-paises/>

¹³⁵Theodore W. Allen. *The invention of the White race*, vol.1, 2012.

trabalhadores até a situação de igualmente explorados, que vivemos hoje à escala planetária. Logo, a interpretação de Saffioti de que o capital é intrinsecamente contra a inclusão da força de trabalho feminina, mais ainda em espaços de trabalho considerados mais qualificados, não se confirma. Pelo contrário, o capital não parece ter nenhum constrangimento em incentivar a inclusão da força de trabalho feminina no espaço de produção.

Para isso, evidentemente, foi necessária a alta qualificação das mulheres para que a disputa se estendesse ao campo dos trabalhos qualificados e de preço alto. O paralelo, também, pode ser feito com o ingresso de outras etnias nas universidades de forma extensiva e sua inserção no mercado de trabalho em condições equiparáveis aos demais ou, se quisermos, o papel de Exército Industrial de Reserva (EIR) que imigrantes e refugiados hoje exercem em países europeus, inclusive europeus de países mais pobres, quando se deslocam para países mais ricos da Europa.

A partir daí, a força de trabalho das mulheres passou a representar uma fatia significativa dos trabalhadores produtivos de capital, contribuindo para jogar o preço da força de trabalho para baixo para todos os trabalhadores. Intensificou-se assim a precarização até chegarmos ao que hoje denominamos “trabalho precário”, ao acirramento na disputa pela venda de força de trabalho e, ao mesmo tempo, ao aumento da proletarianização dos trabalhadores, que se caracteriza por uma força de trabalho mais feminina – no sentido do sexo biológico – e mais qualificada, mas com condições de trabalho precárias para ambos os sexos.

Neste ponto avaliamos os impactos que o avanço da industrialização e do consequente ingresso das mulheres na condição de vendedoras da força de trabalho trouxe para as características centrais da constituição da classe trabalhadora. A partir dessa análise, compreendemos como, a partir do desenvolvimento dos meios de produção, permitiu-se ao capitalista estender a forma capitalista de extração do valor para setores da esfera da produção outrora marginalizados.

O diagnóstico aqui apresentado não deixa dúvidas acerca do que significa a impossibilidade de diminuição do EIR e da utilidade da manutenção de um crescente EIR para o capital. As guerras também contribuem para isto, na medida em que deslocam contingentes

imensos de populações de umas regiões para outras, assessorando com isso o achatamento do preço da força de trabalho em lugares cujo preço permanece um pouco mais elevado. Em consequência, verificamos simultaneamente o ressurgimento de discursos xenófobos por parte de setores da classe trabalhadora, que, frente à perda de direitos e ausência de direções revolucionárias, tendem a ser massa de manobra para organizações oportunistas em prol da manutenção do capital.

A partir do descrito nos pontos “b” e “c”, adentramos em uma outra questão, de extrema relevância e à qual demos especial ênfase ao longo desta tese, a saber, a relação entre exploração e o sexo/gênero de quem trabalha. Não vamos reproduzir tudo o que já descrevemos sobre isso ao longo desta tese, mas de forma resumida podemos afirmar o seguinte: a partir do trabalho concreto, Marx foi até as múltiplas determinações, o valor. É esta forma específica que para nós assume um papel central e determinante na sociedade capitalista – o trabalho abstrato –, substância das mercadorias, cujo objetivo central é a valorização do valor. Como vimos, na valorização do valor não resta uma partícula de trabalho concreto, que se subsume ao trabalho abstrato. Portanto, para o capitalismo e sua reprodução pela extração de mais-valia, não importam as características específicas de quem trabalha, mas sim sua capacidade produtiva. É exatamente o oposto do que diz Saffioti, ou seja, é pela diluição, e não pelo reforço das características úteis, pelo trabalho indiferenciado, que o capitalismo logra se manter e reproduzir. Por isso, reafirmamos que, ao contrário de formas de organização de produção anteriores, o capitalismo é mais pragmático e o tempo inteiro “luta por relações diretas e não mediadas por indivíduos, homens ou mulheres, que do ponto de vista do capital assumem a identidade abstrata do trabalho” (WOOD, 2013, p.209). Portanto, a luta feminista não tem a mesma capacidade revolucionária que uma luta de caráter classista como a sindical, por exemplo. As reivindicações sindicais por melhores salários, redução da jornada de trabalho etc. ainda que tenham um caráter reformista, entram em conflito com os interesses do capital, pois confrontam e atacam a taxa de exploração composta pela exploração da força de trabalho. O mesmo não podemos dizer sobre a reivindicação da inserção das mulheres no mercado da força de trabalho que tem sido, inclusive, um fator decisivo para a diminuição do valor da força de trabalho e, conseqüentemente, contribuiu para aumentar o bolo de mais valia. Como podemos verificar, esta bandeira não entra em contradição com as necessidades do sistema capitalista.

O problema assim colocado restitui-se a favor de uma visão totalizante da forma capital, cuja base assenta-se na exploração das forças de trabalho. É essa categoria de totalidade que possibilita mostrar as múltiplas determinações, nem sempre visíveis, inerentes às contradições da forma de produção capitalista, e isso “nos impõe a necessidade de buscar os meios de superá-la, além de, o que nos parece essencial, permitir que compreendamos que o todo não é mera soma das partes” (IASI, 2017, p.35). Daí procede que o fenômeno do patriarcado-sexo/gênero está inserido em uma questão mais ampla, que é a classe proletária, que por sua vez é única na substância.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, T. *The invention of the white race*. Vol.1. Racial oppression and social control. London: Verso, 2012.

ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo*: introdução a um debate contemporâneo. SP: Brasiliense, 1984.

ANDERSON, K. *Marx nas margens*: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais: SP: Boitempo, 2019.

ANDRADE, T. *MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: ONDE NASCE A DESIGUALDADE?*, 2016. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo - Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* São Paulo, Cortez, 1995.

_____. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo, Boitempo, 2000.

_____. *Afinal, o que é a classe trabalhadora hoje?* 2008. Estudos do Trabalho Ano II – Número 3 - 2008 Revista da RET Rede de Estudos do Trabalho www.estudosdotrabalho.org.

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo*. O ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ALMEIDA, Lúcio. *Heleieth Saffioti!*. 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgYmltQ1hPRTdKREE/view>

ALVES, L. *Relação de gênero e patriarcado*: Uma contribuição crítica. IN: VIII Colóquio Internacional Marx e Engels. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgUGkxbUFhOWV2VHc/view>

AMARANTE, M. Flora Tristan: jornalismo militante em tempo de revoltas. Rev. *Katálysis*, vol.13 no.1 Florianópolis Jan./June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acessado: 15/01/2017.

ANDERSON, P. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

ARCARY, V. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. SP: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

ARRUZZA, C. *Considerações sobre o gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*. Outubro, n. 23, 2015.

BADIA, G. *Clara Zetkin*. Vida e obra. Expressão popular, SP, 2003.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*, Vol.I e Vol.II. Quetzal editores, Lisboa, 2008.

BEBEL, A. *La Mujer*. En el pasado, en el presente, en el porvenir. Fontamara, Barcelona, Espanha, 1989.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2008.

BERTH, J. *Empoderamento*. SP: Pólen, 2019.

BERTONI, Estevão. *HELEIETH IARA BONGIOVANI SAFFIOTI (1934-2010)*, Defendeu os direitos das mulheres. Folha de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1512201014.htm>.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Bertrand Brasil, RJ: 2007.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação?. IN: ROCHA, M. I. B. *Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios*. São Paulo, Editora 34, 2000.

_____, *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Caderno de Pesquisa. vol.37 no.132 São Paulo Sept./Dec. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>, acessado em 04/04/2015.

_____. LOMBARDI, M. R. *Trabalho feminino no Brasil no final do século: ocupações tradicionais e novas conquistas*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas (mimeo).

- CALADO, Joana. *O Caráter do patriarcado na ordem social do capital*. Florianópolis, 2016.
- CARNEIRO, I. *Particularidades do trabalho feminino: um debate entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho*. Dissertação UFP, 2014.
- CARVALHO, I. *O FETICHE DO “EMPODERAMENTO”*: do “conceito” ideológico ao projeto político-econômico. Tese (Dissertação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro), 2013.
- Castro, Edgardo. *El Vocabulario de Michel Foucault*. 1ª. ed, Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, (2004).
- CIAMPA, A. Identidade. IN: *Psicologia Social: o homem em movimento*. Org: Silvia Lane, Wanderley Codo. Editora brasiliense, SP, 1995.
- CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. SP: Cortez, 2014.
- CONNOR, S. *Cultura Pós-Moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo, Edições Loyola, 1993.
- COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. SP, expressão popular, 2010.
- DIAS, E. Reestruturação produtiva e luta de classes: um prefácio. In: *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos eletricitários de Brasília, 1996.
- DOMINGUES, V. *Por que parte da esquerda abraça a conservadora Hannah Arendt?* Lavra palavra, disponível em: https://lavrpalavra.com/2020/01/14/por-que-parte-da-esquerda-abraca-a-conservadora-hannah-arendt/?fbclid=IwAR0UEi9SkDMHpMMCoCt0_JWUNcLtUMIV-ueU5uwmbtoM5ySjM2gZku6E6hg, 2020.
- Emily Marques Tenório 74 Argum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 61-74, jan./abr. 2017.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-During*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *A origem da família da propriedade privada e do estado*. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1982.
- _____. *A origem da família da propriedade privada e do estado*. Expressão Popular, São Paulo, 2012.
- _____. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Edições Progresso Lisboa-Moscovo, 1982.

FERRY, Luc et RENAUT, Alain. *La pensée 68: Essai sur l'anti-humanisme contemporain*. Gallimard, France, 1985.

_____. *Pensamento 68: um ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. Ensaio. SP. 1988.

FIGUEIREDO, I. Lulismo e populismo: Realização da estratégia democrático-Popular e “incompletude do capitalismo”. IN: *Estratégia Democrático Popular*. (ORGS) IASI, M; FIGUEIREDO, I; NEVES, V. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

FLAUBERT. G. *Madame Bovary*. SP: Abril Cultural, 1979.

FREUD, Sigmund. *Amor, Sexualidade, Feminilidade*. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2018.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, J. Em defesa da história (posfácio). In: *Em defesa da História*, marxismo e pós-modernismo. WOOD, E; FOSTER, J. (orgs). RJ: Zahar, 1999.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalia, (1967).

_____. *Estratégia, Poder e Saber*. Org. e seleção de textos: Manoel Barros da Motta; Trad: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, (2003).

_____. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal, (1984)
CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. SP: Cortez, 2014.

Foucault, M. (2004). *A ética do cuidado de si como prática da liberdade* [Entrevista a H. Becker, R. Former-Betancourt, & A. Gomez-Müller em 20 de janeiro de 1984]. In M. Barros da Mota (Ed.), *Ditos e escritos V* (E. Monteiro & I. A. D. Barbosa, Trads.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (1984a).

FOUCAULT, M. (2004). *A hermenêutica do sujeito* (F. Ewald, A. Fontana, & F. Gros, Eds.; M. Alves da Fonseca & S. Tannus Muchail, Trads.). São Paulo: Martins Fontes.

_____, M. *Ditos e Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2005

_____. 1999. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

GABRIEL, M. *Amor e capital*. RJ: Zahar, 2013

- GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução*. Boitempo, SP, 2014.
- GORENDER, J. In: MARX, K, *O Capital*, Nova Cultural. SP, 1985.
- _____. *Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- GONÇALVES, R. *O feminismo marxista de Heleieth Saffioti*. 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgVFVfSIE5b2Jka00/view>
- _____. *Heleieth Saffioti e a articulação entre teoria marxista e ideias feministas nas Ciências Sociais*. 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgWjNQZC11T2Y5U2s/view>
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Boitempo, São Paulo. 2012.
- _____. *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. In: Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo, SP, ALAST, ano 4, nº7, 1998.
- _____. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. IN: HIRATA, H (orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- _____. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, n.17-18, (2001-2002).
- _____. *Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão*. Caderno CRH, Salvador, v.24, n.spe 01, 2011.
- _____; KERGOAT, Danéle. *A classe operária tem dois sexos*. Estudos feministas. 93. N. 1/94, 2007.
- _____. *Novas Configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de pesquisa, v.37, n 132. Set/dez/ 2007.
- HIRATA, H & LE DOARÉ, H. Os paradoxos da globalização. *Cadernos Sempreviva*, São Paulo, Sempreviva Organização Feminista (SOF), 1999.
- IASI, M; FIGUEIREDO, I; NEVES, V. (ORGS). *A estratégia democrático popular*. Um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

_____, M. *As Metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento*. Expressão popular, SP, 2006.

_____, M; FIGUEIREDO, I; NEVES, V. *A Estratégia DEMOCRÁTICO-POPULAR*. Lutas anticapital, Marília, 2019.

_____. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural*. SP: ICP, 2017.

IBSEN, H. *Casa de bonecas*. SP: Nova Cultural, 1990.

JAMESON, F. "Periodizando os anos 60" In HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pósmodernismo e Política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

_____, F. "O Pós-modernismo e a Sociedade de Consumo" In KAPLAN, E. A. (org.) *O Mal-estar no Pós-modernismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1993.

_____, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Editora Ática, 1997.

JOHNSON, Allan. *The gender Knot – unraveling our patriarchal legacy*. 1997. Filadélfia, Temple University Press.

KAUFMANN, I. Posfácio da segunda edição d' *O Capital*. Boitempo, SP: 2017.

KEHL, Maria, R. *A mínima diferença: Masculino e feminino na cultura*. RJ: Imago, 1996.

_____. *Deslocamentos do feminino*. São Paulo: Boitempo, 2017.

KERGOAT, D. *Da divisão do trabalho entre os sexos*. SP:USP, 1987.

_____. Da divisão do trabalho entre os sexos. In: *Divisão capitalista do trabalho*, org. Helena Hirata. Revista Tempo Social, São Paulo, 2. 2009.

_____. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. Novos estudos, Cebrap, nº86, março, 2010.

KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo, Sunderman, 2007.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4º ed. RJ: Paz e Terra, 1986.

LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender: Essays on theory, film and fiction*. Indiana University Press, 1987. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt16gzmbz>

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: Trabalho e Ser Social*. Instituto Lukács, São Paulo, 2012.

_____, *Abaixo a família monogâmica!* Instituto Lukács, São Paulo, 2012.

LEHER, R. *Educação no governo Lula da Silva: reformas sem projeto*. Revista Adusp, SP, nº34, pp.46-54, maio 2005.

Lênin, V. I. **O Imperialismo**, fase superior do capitalismo. In Obras Escolhidas, vol. V., Moscou: Editorial Progresso, 1986.

_____, V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

_____. A mulher hoje. In: _____; MARX, K; ENGELS, F. *Sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1979.

LEVI, P. *O dever de memória: entrevista com Anna Bravo e Frederico Cereja*. Lisboa, Cotovia, 2010

_____. *A tabela periódica*. RJ: Relume-Dumará, 1994.

LOVATTO, Angélica. *Desvendando o Poder do Macho*. 2011. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgaDVYa29kMUVDTXM/view?usp=drive_open

LUKÁCS, G. *Estética I: La peculiaridad de lo estético*. Barcelona: Grijalbo, 1966. S.d, v.1.

_____. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: MARX, K, F. ENGELS. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. 2. Ed. SP: Expressão Popular, 2010.

_____. *Para uma ontologia do ser social*. Vol. I. Boitempo, São Paulo, 2013.

_____. *Para uma ontologia do ser social*. Vol. II, Boitempo, São Paulo, 2013.

MANACORDA, M. *Marx e a Pedagogia Moderna*. São Paulo, Cortez Editora, 1987

_____. *Marx e a Pedagogia Moderna*. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

MANDEL, E. *A crise do capital*. SP, UNICAMP, 1990.

_____. *O capitalismo tardio*. México: edições Era, 1972.

_____. La teoría leninista de la organización. 1970. Disponível em: <http://www.ernestmandel.org/es/escritos/pdf/form_teoría-leninista-organizacio.pdf>. Acesso em: 15 de Março, 2017.

_____, E. "Partido de Vanguardia". Intervenção realizada na Conferência *Marxismo: Las Dos Seguintes Décadas*", celebrada na Universidad de Manitoba, Winnipeg, Canadá, de 12 a 15 de março de 1983. Disponível em <http://www.ernestmandel.org/es/escritos/txt/partidos_de_vanguardia.htm>. Acesso em: 25 Abril, 2017.

MARINI, R.M. *Dialética da dependência*. 1973. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf

MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Avante, 1997. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm#tr1>

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, K & ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. *A Ideologia Alemã I*. Lisboa, Editorial Presença. 1980.

_____. *A ideologia Alemã*. Presença; Martins Fontes, Lisboa, 1985 v.1 e v.2.

_____. *A sagrada Família*. Boitempo, São Paulo. 2003.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo – Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Prefácio In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. SP. Abril Cultural 1977.

_____. *Miséria da filosofia*. Livraria Ciências Humanas, São Paulo: 1982.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. SP, Boitempo, 2013.

_____. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *O Capital*: livro I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Capítulo VI (inédito) d'O Capital. Editora Escorpião 12, Porto – PT, 1984.

_____. *O Capital*. V.1.t.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983

_____. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

_____. *O Capital*: livro I. São Paulo: Nova Cultural, (V. I T.I e V.I. T.II), 1987.

_____. *O Capital*, Livro 1. Boitempo: SP, 2017.

_____. *Crítica ao programa de Gotha*, in: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s.d, 1980.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. Edições Avante, Lisboa, 1977.

_____. *A Miséria da Filosofia*. SP: Ecala, 2007.

_____. *Grundrisse*. Boitempo, São Paulo, 2011.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. *Obras Escolhidas*. (Org). José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante! v.2, 1983b.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo, São Paulo, 2012.

MARTINS, J. *Os limites do irracional: globalização e crise econômica mundial*. São Paulo: Fio do Tempo, 1999.

MAURIEL, Ana Paula; GODINHO, Natalia Tuler. O papel do Plano Brasil Sem Miséria na política governamental e no orçamento público federal: a gestão da pobreza no Governo Dilma Rousseff. In: *JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 7, 2015. Maranhão: UFMA, 2015.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. *Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira*. Katálysis, Florianópolis, v. 13 n. 2 p. 173-180, jul./dez. 2010.

MAZZEI, C. *A feminização no mundo do trabalho*. Autores associados, São Paulo, 2004.

_____. *O Trabalho duplicado*. A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. Expressão Popular, SP, 2006.

_____. *A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e precarização*. Revista Espaço Acadêmico - N° 44 - Janeiro de 2005. On-line: <http://www.espacoacademico.com.br/044/44cnogueira.htm>. Acesso em 10/06/2015.

_____. In: ARAÚJO, Uma conquista apenas parcial. *Caros Amigo: A era da mulher conquistas e desafios*. Ano XV, n°55, Março 2012.

_____. A precarização e a divisão sociossexual do trabalho. In: SILVA, J.; SANT'ANA, R.; LOURENÇO, E. *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

MENDÉZ, P. *Saffioti, H.* Entrevista. SP, 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgeTFHWIYzQXNZMk0/view>. Acessado: 02/05/2017.

MENEZES, J. Os governos do Partido dos Trabalhadores e as políticas sociais: “Nada de novo no front”. In: BRAVO, M e MENEZES, J. (Orgs) *A saúde nos Governos do Partido dos Trabalhadores e as Lutas sociais contra as privatizações*. RJ: UERJ, Rede Sirius, 2014.

MENDES, J. BECKER, S. *Entrevista com Heleieth Saffioti*. Revista estudos feministas, vol.19, núm. 1, p.143-165. UFSC, SC:2011.

MÉRIMÉE, P. *Carmen*. SP: FTD, 1992.

MÉSZÁROS, István. Marxismo e Direitos Humanos. In: MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaio de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 157-168.

MINELLA, Luzinete. *Heleieth Saffioti, Uma pioneira dos estudos feministas no Brasil*. Revista estudos feministas, vol.19, núm. 1. UFSC, SC:2011.

NETTO, J.P. Posfácio à 2ª edição, COUTINHO, C. N. *Estruturalismo e a miséria da razão*. SP, Expressão Popular, 2010.

NETTO, J.P. Transformações societárias e serviço social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço social e Sociedade*, n50. ANO XVII, abril, 1996.

_____. *Democracia e Transição Socialista*, escritos de teoria e política. Oficina de livros, Belo Horizonte. 1990.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. Cortez: são Paulo, 2011.

_____. *Ditadura e serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, M. *Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero*. Cadernos de Pesquisa v.43 n.149 p.404-421 maio/ago. 2013.

Offe, C. *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: editora brasiliense, 1985.

Offe, C. *Trabalho e Sociedade. Problemas estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Vol I, A Crise. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1989.

PALMER, B. Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativas marxistas. In: *Em defesa da história*. (Orgs)WOOD, E. FOSTER, J. RJ: Zahar, 1999.

PATEMAN, Carol. *O Contrato Sexual*. Paz e Terra. RJ, 1993.

PERROT, Milchelle. *Minha história das mulheres*. SP: editora Contexto, 1995.

PEZ, T. *Análise sobre o sujeito em Foucault: a construção de uma ética possível*. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/TiarajuDPpez.pdf>

PINEL, F e SIMÕES, D. BIS | FMI | G10 | ordenam reforma da previdência nos países, 2019. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-bis-fmi-g10-ordenam-reforma-da-previdencia-nos-paises/?fbclid=IwAR3DG0OdFLsmiu7hY_q3QtxMVCLegWlymwmMcdfKmObiNcdpD7trvTx77RU

PINTO, Céli. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. *O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti*. Revista estudos feministas, vol. 22, núm. 1, UFSC, SC: 2014.

_____. *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. São Paulo – Expressão Popular, 2013.

REICH, W. *materialismo dialético e psicanálise*. Lisboa: Presença, 1983.

_____. *Psicologia de massas do fascismo*. SP: Martins Fontes, 1988.

RODRIGUES, M. *MICHEL FOUCAULT SEM ESPELHOS: um pensador proto pós-moderno*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 2006.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso no dia Internacional da Mulher. Brasília (DF), 8 mar. 2014.

_____. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira: Campo Grande (MS), 3 fev. 2015.

_____. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção da lei de tipificação do feminicídio. Brasília (DF), 9 mar. 2015.

SAFATLE, V. *O Circuito dos Afetos*. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Autêntica, SP, 2016.

SAFFIOTI, H.; ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

_____, H. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____, H. No fio da navalha: violência contra a criança e adolescentes no Brasil atual. In: Madeira, FR. (org). *Quem mandou nascer mulher?* RJ. Editora Rosa dos Tempos, 1997, p.135-211).

_____, H. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____, H. *O Poder do Macho*. Editora Moderna, SP. 2001.

_____. *Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas sociais*, São Paulo, Xamã, 1997.

_____. *O estatuto teórico da violência de gênero* (1999);

_____. *Ontogênese e Filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres*. Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais/ FLACSO, 2000.

_____. *Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento*. 2000-b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgT2hPRkdmX2JFN3M/view>

_____. *Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero*. Cadernos PAGU. n. 16. 2002.

_____. No caminho de um novo paradigma. Paper apresentado na Mesa Redonda Análises de gênero construíram paradigmas metodológicos?, no XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro/97

_____. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b.

_____. (2005). Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In M. Castillo- Martín & S. Oliveira (Orgs.), *Marcadas a ferro: violência contra mulher uma visão multidisciplinar* (pp. 35-76). Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres.

SARTRE, P. *Crítica de La razón dialética*, Buenos Aires, Losada, 1963, 2 vols.

SILVA, C. A estratégia democrático-popular e a educação. In: *A estratégia democrático popular*. (orgs) IASI, M; FIGUEIREDO, I. NEVES, V. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

SCHAFF, A. *Marxismo e Existencialismo*. RJ: Zahar, 1965.

_____. *O marxismo e o indivíduo*. RJ: Civilização brasileira, 1967.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, Recife: SOS Corpo, 1989.

SILVA, M. Uma homenagem a Heleieth Saffioti: minha maior mestra. Revista *Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.101-107, 2o sem. 2011.

SOCAL, A; BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*. O abuso da ciência pelos filósofos pós-moderno. RJ: Record, 1990.

SORJ, Bila. *O feminismo adentra a academia*. ANPOCS, MG: 1994. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgN3g0MkplZnFsUWM/view>

STABILE, C. Pós-modernismo, feminismo e Marx. In: *Em defesa da história*. Org: WOOD, E, FOSTER, J. RJ, Zahar, 2009.

SOARES, Marcela. As Políticas de Geração de Emprego e Renda, o “Empreendedorismo” e a “Economia Solidária”. In: MONTAÑO, Carlos (Org.). *O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 191-227.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2011.

TAIAR, E. *Número de lares chefiado por mulheres sobe de 23% para 43% em 20 anos*. Valor econômico, 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/03/06/numero-de-lares-chefiados-por-mulheres-sobe-de-23-para-40-em-20-anos.ghtml>.

TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. Cadernos Marxistas, São Paulo, Xamã, 2005.

TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. Editora Paz e Terra, 2a Edição, 1977, vol.1, capítulo VII.

TUMOLO, P. *O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: Uma articulação possível?* Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____, *Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: Apontamentos de interpretação*. Educ. Soc., Campinas, vol.24, p.159-178, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

_____, *Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate*. Rev. Bras. Educ. vol.16 no. 47 Rio de Janeiro May/Aug. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

_____. *Capital, trabalho e educação*. Florianópolis (UFSC): Em debate, 2016.

_____. *Trabalho e Capital na virada do milênio*. Florianópolis (UFSC): Em Debate, 2018.

WOOD, E. FOSTER, J. (orgs) *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo*. RJ: Zahar, 1999.

WOOD, E *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. SP: Boitempo, 2013.

Year Book of Labour Statistics, a GAP Jobs, *Geneva, Internacional Labour Office*, 2015

SITES DE BUSCA DE DADOS E REVISTAS ON-LINE:

IBGE. *Pnad-c indicadores mulheres*, 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/mulheres-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho>.

IBGE. Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010 estão disponíveis no endereço www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/

IBGE, *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011*. Disponível em: www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/

Revista estudos feministas. Rev. EstudosFem. vol.18 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 201. *Heleieth Saffioti*.

UNITED NATIONS. Division of Advancement of Women. *Convention on the elimination of all forms of discrimination against women: country reports – Japan, France*. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/reports.htm>>. Acesso em: 17 de Junho 2015.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, Empoderamento de mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/equidade/Aba%20-%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20das%20disparidades%20de%20g%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 15 de Julho. 2018

Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), que reúne dados dos Censos Demográficos 2000 e 2011. Acessível no endereço <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/>.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2008c. 104p. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2013c. 236p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Mulheres Mil na Rede Federal: Caminhos e da Inclusão. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Pronatec Brasil Sem Miséria – Mulheres Mil. 2014. FERREIRA, Mary. As caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012. *Igualdade de gênero e desenvolvimento*. Visão geral. Washington, 2011.

